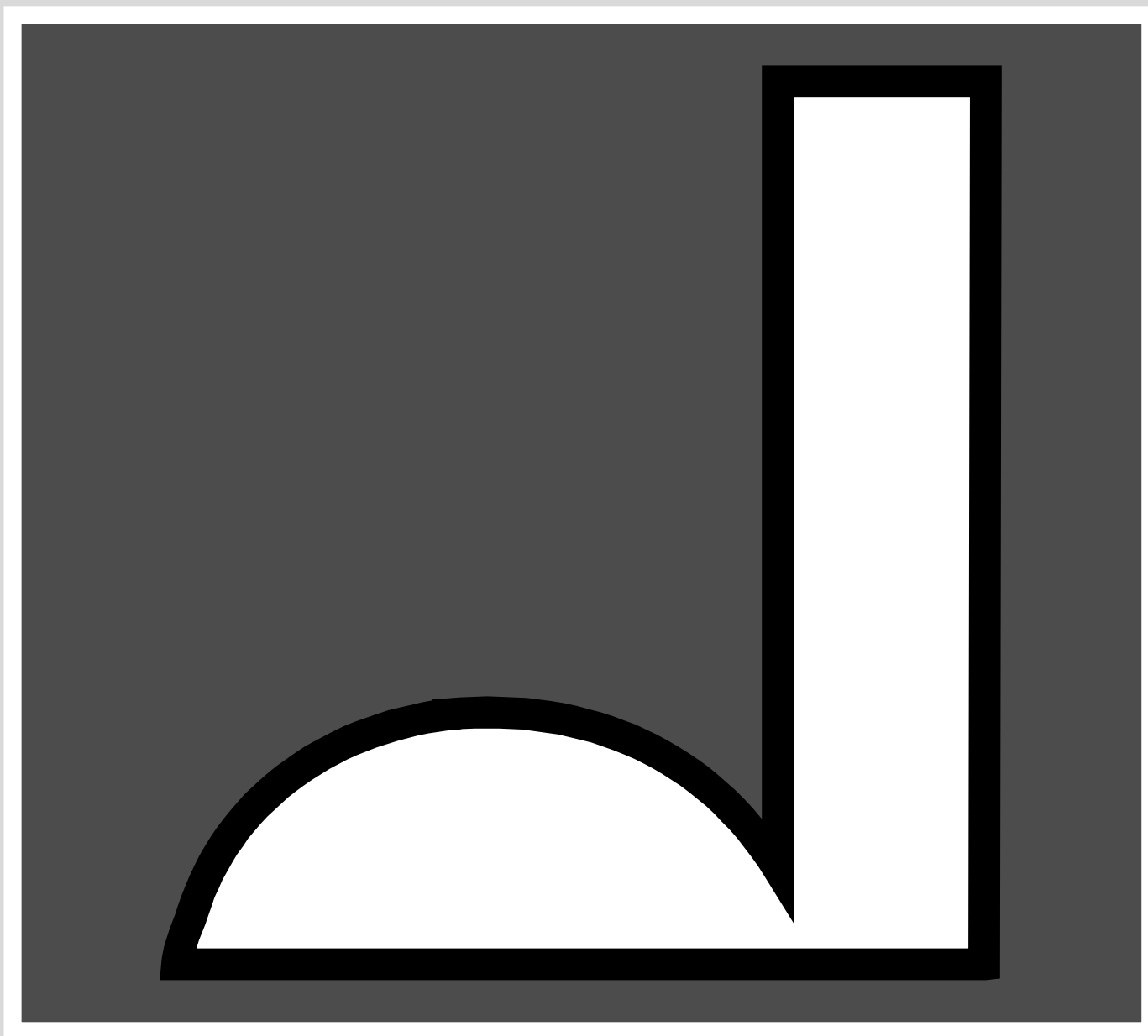




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 126 – SEXTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)</p> <p>LÍDER – PT Ideli Salvatti – PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER – PSB – 3 João Capiberibe – PSB</p> <p>Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LÍDER – PTB – 3 Duciomar Costa – PTB</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB – 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB</p> <p>Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12</p> <p>LÍDER Efraim Morais – PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER – PFL – 17 José Agripino – PFL</p> <p>Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p>LÍDER – PSDB – 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM</p> <p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p>LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL</p> <p>Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 10.935, DE 12 DE AGOSTO DE 2004

Abre crédito extraordinário aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, em favor dos Ministérios da Justiça, dos Transportes e da Defesa, para os fins que especifica.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 184, de 2004, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art.1º Fica aberto crédito extraordinário ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004), em favor dos Ministérios da Justiça, dos Transportes e da Defesa, no valor global de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Em decorrência do disposto no art. 1º, fica aberto ao Orçamento de Investimento da União (Lei nº 10.837, de 2004), em favor das Companhias Docas do Rio Grande do Norte, do Estado da Bahia, do Estado de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, do Pará e do Ceará, vinculadas ao Ministério dos Transportes, crédito extraordinário no valor de R\$ 46.345.000,00 (quarenta e seis milhões, trezentos e quarenta e cinco mil reais), conforme indicado no Anexo III desta Lei.

Art. 4º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3º decorrem de:

I – repasse da União, no valor de R\$ 26.345.000,00 (vinte e seis milhões, trezentos e quarenta e cinco mil reais), sob a forma de participação no capital, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo III desta Lei; e

II – anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), conforme indicado no Anexo IV desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 12 de agosto de 2004; 183º da Independência e 116º da República. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30108 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	F F	G D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0662 COMBATE A CRIMINALIDADE									39.500.000
		PROJETOS							
06 181	0662 10VO	IMPLANTACAO DE NUCLEOS ESPECIAIS DE POLICIA MARITIMA - NEPON (ISPS-CODE) (CREDITO EXTRAORDINARIO)							39.500.000
06 181	0662 10VO 0001	IMPLANTACAO DE NUCLEOS ESPECIAIS DE POLICIA MARITIMA - NEPON (ISPS-CODE) (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL							39.500.000
		NUCLEO IMPLANTADO (UNIDADE) 5	F	3	2	90	0	100	1.000.000
			F	4	2	90	0	100	38.500.000
TOTAL - FISCAL									39.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									39.500.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS									46.345.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
26 846	0909 09AA	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE VITORIA - CREDITO EXTRAORDINARIO							5.600.000
26 846	0909 09AA 0032	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE VITORIA - CREDITO EXTRAORDINARIO - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							5.600.000
			F	5	2	90	0	111	5.600.000
26 846	0909 09AB	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO PARA - IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE BELEM - CREDITO EXTRAORDINARIO							2.675.000
26 846	0909 09AB 0015	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO PARA - IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE BELEM - CREDITO EXTRAORDINARIO - NO ESTADO DO PARA							2.675.000
			F	5	2	90	0	111	2.675.000
26 846	0909 09AC	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA - CREDITO EXTRAORDINARIO							60.000
26 846	0909 09AC 0024	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA - CREDITO EXTRAORDINARIO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							60.000
			F	5	2	90	0	111	60.000
26 846	0909 09AD	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DO RIO DE JANEIRO - CREDITO EXTRAORDINARIO							6.200.000
26 846	0909 09AD 0033	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DO RIO DE JANEIRO - CREDITO EXTRAORDINARIO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							6.200.000
			F	5	2	90	0	111	6.200.000
26 846	0909 09AE	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ARATU - CREDITO EXTRAORDINARIO							1.900.000
26 846	0909 09AE 0029	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ARATU - CREDITO EXTRAORDINARIO - NO ESTADO DA BAHIA							1.900.000
			F	5	2	90	0	111	1.900.000
26 846	0909 09AF	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ILHEUS - CREDITO EXTRAORDINARIO							1.140.000
26 846	0909 09AF 0029	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ILHEUS - CREDITO EXTRAORDINARIO - NO ESTADO DA BAHIA							1.140.000
			F	5	2	90	0	111	1.140.000

[illegible]

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNTT

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0233 CORREDOR MERCOSUL								8.480.000
		PROJETOS						
26 784	0233 10W3	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE RIO GRANDE - CREDITO EXTRAORDINARIO						3.250.000
26 784	0233 10W3 0043	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE RIO GRANDE - CREDITO EXTRAORDINARIO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	4	2	90	0 111	3.250.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 65						3.250.000
26 784	0233 10W4	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE PARANAGUA - CREDITO EXTRAORDINARIO						3.580.000
26 784	0233 10W4 0041	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE PARANAGUA - CREDITO EXTRAORDINARIO - NO ESTADO DO PARANA	F	4	2	90	0 111	3.580.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 70						3.580.000
26 784	0233 10W7	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ITAJAI - CREDITO EXTRAORDINARIO						1.650.000
26 784	0233 10W7 0042	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ITAJAI - CREDITO EXTRAORDINARIO - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	F	4	2	90	0 111	1.650.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100						1.650.000
0235 CORREDOR NORDESTE								2.450.000
		PROJETOS						
26 784	0235 10W6	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ITAQUI - CREDITO EXTRAORDINARIO						2.450.000
26 784	0235 10W6 0021	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ITAQUI - CREDITO EXTRAORDINARIO - NO ESTADO DO MARANHAO	F	4	2	90	0 111	2.450.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100						2.450.000
TOTAL - FISCAL								10.930.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								10.930.000

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52131 - COMANDO DA MARINHA

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0639 SEGURANCA DA NAVEGACAO AQUAVIARIA									3.225.000
		PROJETOS							
05 125	0639 10VN	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ALERTA DE SEGURANCA DE NAVIO - ISPS CODE (CREDITO EXTRAORDINARIO)							3.225.000
05 125	0639 10VN 0001	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ALERTA DE SEGURANCA DE NAVIO - ISPS CODE (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL							3.225.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 33	F	4	2	90	0	142	3.225.000
TOTAL - FISCAL									3.225.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.225.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS									20.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
26 846	0909 0553	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - IMPLANTACAO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUARIA NO PORTO DE SANTOS (SP)							20.000.000
26 846	0909 0553 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - IMPLANTACAO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUARIA NO PORTO DE SANTOS (SP) - NO MUNICIPIO DE SANTOS - SP							20.000.000
			F	5	2	90	0	111	20.000.000
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									37.275.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							37.275.000
99 999	0999 0998 0101	RESERVA DE CONTINGENCIA - RECURSOS PROVENIENTES DE RECEITA PROPRIA E VINCULADA DE FUNDOS E DA ADMINISTRACAO INDIRETA							37.275.000
			F	9	0	99	0	111	37.275.000
TOTAL - FISCAL									57.275.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									57.275.000

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52931 - FUNDO NAVAL

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA								3.225.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA						3.225.000
99 999	0999 0998 0103	RESERVA DE CONTINGENCIA - RECURSOS VINCULADOS A FISCALIZACAO E PROTECAO DAS AREAS DE PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL - ROYALTIES						3.225.000
			F	9	0	99	0	142
TOTAL - FISCAL								3.225.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								3.225.000

ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO

UNIDADE : 74909 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0902 OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO									39.500.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 846	0902 004C	FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL							39.500.000
28 846	0902 004C 0001	FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - NACIONAL							39.500.000
			F	3	1	90	0	103	39.500.000
TOTAL - FISCAL									39.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									39.500.000

ANEXO III		CREDITO EXTRAORDINARIO	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
26 TRANSPORTE			46.345.000
	TOTAL - GERAL		46.345.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			46.345.000
	TOTAL - GERAL		46.345.000
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES			
26 TRANSPORTE			46.345.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			46.345.000
	TOTAL - GERAL		46.345.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO			6.640.000
0230 CORREDOR LESTE			13.530.000
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO			20.000.000
0235 CORREDOR NORDESTE			1.610.000
0236 CORREDOR OESTE-NORTE			390.000
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS			4.175.000
	TOTAL - GERAL		46.345.000
QUADRO SINTESE POR ORGAO			
39000 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES			46.345.000
	TOTAL - GERAL		46.345.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			26.345.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			26.345.000
6.2.1.0.00.00 TESOUREO			26.345.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO			26.345.000
TOTAL DA RECEITA...26.345.000		RECEITAS CORRENTES...0	RECEITAS DE CAPITAL...26.345.000
ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES			
ANEXO III		CREDITO EXTRAORDINARIO	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 46.345.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
26 TRANSPORTE			46.345.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			46.345.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0229 CORREDOR SAO FRANCISCO			6.640.000
0230 CORREDOR LESTE			13.530.000
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO			20.000.000
0235 CORREDOR NORDESTE			1.610.000
0236 CORREDOR OESTE-NORTE			390.000
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS			4.175.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS			
39210 COMPANHIA DOCS DO CEARA			1.250.000
39211 COMPANHIA DOCS DO ESPIRITO SANTO			5.600.000
39212 COMPANHIA DAS DOCS DO ESTADO DA BAHIA			6.640.000
39213 COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SAO PAULO			20.000.000
39215 COMPANHIA DOCS DO PARA			4.565.000
39216 COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO			7.930.000
39217 COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE			360.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			46.345.000
TOTAL			46.345.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			26.345.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			26.345.000
6.2.1.0.00.00 TESOUREO			26.345.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO			26.345.000
TOTAL DA RECEITA	26.345.000	RECEITAS CORRENTES	0
		RECEITAS DE CAPITAL	26.345.000

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39210 - COMPANHIA DOCS DO CEARA

ANEXO III PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.250.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 26 TRANSPORTE			1.250.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			1.250.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0235 CORREDOR NORDESTE			1.250.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			1.250.000
TOTAL			1.250.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			1.250.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			1.250.000
6.2.1.0.00.00 TESOURO			1.250.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO			1.250.000
TOTAL DA RECEITA	1.250.000 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL	1.250.000

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39210 - COMPANHIA DOCS DO CEARA

ANEXO III PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0235 CORREDOR NORDESTE								1.250.000
		PROJETOS						
26 784	0235 10VZ	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE FORTALEZA						1.250.000
26 784	0235 10VZ 0023	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE FORTALEZA - NO ESTADO DO CEARA						1.250.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	I	4 - INV	90	0	495	1.250.000
TOTAL - INVESTIMENTO								1.250.000

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39211 - COMPANHIA DOCS DO ESPIRITO SANTO

ANEXO III PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 5.600.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 26 TRANSPORTE			5.600.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			5.600.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0230 CORREDOR LESTE			5.600.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			5.600.000
TOTAL			5.600.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			5.600.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			5.600.000
6.2.1.0.00.00 TESOURO			5.600.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO			5.600.000
TOTAL DA RECEITA	5.600.000 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL	5.600.000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	MOD	IU	FTE	VALOR
0229	CORREDOR	SAO FRANCISCO						5.640.000

		PROJETOS						
26 784	0229 10VQ	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SALVADOR						3.600.000
26 784	0229 10VQ 0029	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SALVADOR - NO ESTADO DA BAHIA						3.600.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	I	4 - INV	90	0	495	3.600.000
26 784	0229 10VX	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ARATU						1.900.000
26 784	0229 10VX 0029	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ARATU - NO ESTADO DA BAHIA						1.900.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	I	4 - INV	90	0	495	1.900.000
26 784	0229 10VY	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ILHEUS						1.140.000
26 784	0229 10VY 0029	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ILHEUS - NO ESTADO DA BAHIA						1.140.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	I	4 - INV	90	0	495	1.140.000
TOTAL - INVESTIMENTO								6.640.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39213 - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO

ANEXO III

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO EXTRAORDINARIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 20.000,000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
26 TRANSPORTE	20.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	20.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0231	CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	20.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	20.000.000

TOTAL	20.000.000
--------------	-------------------

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39213 - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO

ANEXO III

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO EXTRAORDINARIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	IU	FTE	VALOR
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO								20.000.000
		PROJETOS						
26 784	0231 10VR	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SANTOS						20.000.000
26 784	0231 10VR 0035	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SANTOS - NO ESTADO DE SAO PAULO						20.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 65	1	4 - INV	90	0	495	20.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO								20.000.000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	V A L O R
0236 CORREDOR OESTE-NORTE								390.000
		PROJETOS						
26 784	0236 10W2	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SANTAREM						390.000
26 784	0236 10W2 0015	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SANTAREM - NO ESTADO DO PARA						390.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	I	4 - INV	90	0	495	390.000
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS								4.175.000
		PROJETOS						
26 784	0237 10VU	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE BELEM						2.675.000
26 784	0237 10VU 0015	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE BELEM - NO ESTADO DO PARA						2.675.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 96	I	4 - INV	90	0	495	2.675.000
26 784	0237 10W1	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE VILA DO CONDE						1.500.000
26 784	0237 10W1 0015	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE VILA DO CONDE - NO ESTADO DO PARA						1.500.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	I	4 - INV	90	0	495	1.500.000
TOTAL - INVESTIMENTO								4.565.000

ORGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39216 - COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO

ANEXO III **CREDITO EXTRAORDINARIO**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 7.930.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		7.930.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		7.930.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0230 CORREDOR LESTE		7.930.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		7.930.000

TOTAL		7.930.000
--------------	--	-----------

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		7.930.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO		7.930.000
6.2.1.0.00.00 TESOUREIRO		7.930.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO		7.930.000
TOTAL DA RECEITA	7.930.000	
RECEITAS CORRENTES		
0 RECEITAS DE CAPITAL		7.930.000

ORGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39216 - COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO

ANEXO III **CREDITO EXTRAORDINARIO**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0230 CORREDOR LESTE								7.930.000
26 784	0230 10VS	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SEPETIBA						1.730.000
26 784	0230 10VS 0033	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SEPETIBA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						1.730.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 35	I	4 - INV	90	0	495	1.730.000
26 784	0230 10VW	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DO RIO DE JANEIRO						6.200.000
26 784	0230 10VW 0033	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						6.200.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	I	4 - INV	90	0	495	6.200.000
TOTAL - INVESTIMENTO								7.930.000

ORGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39217 - COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE

ANEXO III PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 360.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
26 TRANSPORTE			360.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			360.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0235 CORREDOR NORDESTE			360.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			360.000
TOTAL			360.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			360.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			360.000
6.2.1.0.00.00 TESOURO			360.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO			360.000
TOTAL DA RECEITA	360.000		
RECEITAS CORRENTES			
0 RECEITAS DE CAPITAL			360.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39217 - COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE

ANEXO III PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0235 CORREDOR NORDESTE								360.000
		PROJETOS						
26 784	0235 10VP	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE NATAL						300.000
26 784	0235 10VP 0024	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE NATAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE						300.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 11	I	4 - INV	90	0	495	300.000
26 784	0235 10VV	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA						60.000
26 784	0235 10VV 0024	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE						60.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	I	4 - INV	90	0	495	60.000
TOTAL - INVESTIMENTO								360.000

ANEXO IV		CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		
	TOTAL - GERAL	20.000.000
		20.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		
	TOTAL - GERAL	20.000.000
		20.000.000
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES		
26 TRANSPORTE		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		
	TOTAL - GERAL	20.000.000
		20.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO		
	TOTAL - GERAL	20.000.000
		20.000.000
QUADRO SINTESE POR ORGAO		
39000 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES		
	TOTAL - GERAL	20.000.000
		20.000.000
ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES		

ANEXO IV		CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 20.000.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		20.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		20.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO		20.000.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS		
39213 COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SAO PAULO		20.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		20.000.000
TOTAL		20.000.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39213 - COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SAO PAULO

ANEXO IV		CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 20.000.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		20.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		20.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO		20.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		20.000.000
TOTAL		20.000.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39213 - COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SAO PAULO

ANEXO IV
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO EXTRAORDINARIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO								20.000.000
		PROJETOS						
26 784	0231 1939	IMPLANTACAO DA AVENIDA PERIMETRAL NO PORTO DE SANTOS						20.000.000
26 784	0231 1939 0109	IMPLANTACAO DA AVENIDA PERIMETRAL NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICIPIO DE SANTOS - SP						20.000.000
		TRECHO IMPLANTADO (KM) 2	1	4 - INV	90	0	495	20.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO								20.000.000

LEI Nº 10.936, DE 12 DE AGOSTO DE 2004

Altera a Lei nº 10.555, de 13 de novembro de 2002, que autoriza condições especiais para o crédito de valores iguais ou inferiores a R\$ 100,00, de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 185, de 2004, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.555, de 13 de novembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O titular de conta vinculada do FGTS, com idade igual ou superior a sessenta anos ou que vier a completar essa idade a qualquer tempo, fará jus ao crédito do complemento de atualização monetária de que trata a Lei Complementar nº 110, de 2001, com a redução nela prevista, em parcela única, desde que tenha firmado o termo de adesão de que trata o art. 6º da mencionada Lei Complementar.” (NR)

Art. 2º Fica acrescentado o art. 2º-A à Lei nº 10.555, de 2002, com a seguinte redação:

“Art.2º-A. O beneficiário de titular de conta vinculada do FGTS, falecido, terá direito ao crédito do complemento de atualização monetária de que trata a Lei Complementar nº 110, de 2001, com a redução nela prevista, em parcela única, desde que tenha sido firmado pelo beneficiário ou pelo próprio titular o termo de adesão de que trata o art. 6º da mencionada Lei Complementar.” (NR)

Art. 3º O titular de que trata o art. 2º da Lei nº 10.555, de 2002, terá direito ao crédito nele referido no mês seguinte ao de publicação desta Lei ou no mês subsequente ao que completar sessenta anos.

Art. 4º O beneficiário de que trata o art. 2º-A da Lei nº 10.555, de 2002, terá direito ao crédito nele referido após trinta dias da publicação desta Lei ou de falecimento do titular da conta vinculada do FGTS.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 12 de agosto de 2004; 183º da Independência e 116º da República. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

LEI Nº 10.937, DE 12 DE AGOSTO DE 2004

Dispõe sobre a remuneração dos militares, a serviço da União, integrantes de contingente armado de força multinacional empregada em operações de paz, em cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil em entendimentos diplomáticos ou militares, autorizados pelo Congresso Nacional e sobre envio de militares das Forças Armadas para o exercício de cargos de natureza militar junto a organismo internacional.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 187, de 2004, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a remuneração e a indenização de militares de tropa brasileira no exterior integrante de força multinacional empregada em operações de paz, sob a égide de organismo internacional.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se tropa brasileira no exterior os militares integrantes de contingente armado, reunidos em módulo de emprego operacional, com comando único.

§ 2º As tripulações de aeronaves e embarcações militares operando isoladamente e não submetidas a um comando único estão excluídas do disposto nesta Lei.

Art. 2º O emprego de tropa no exterior, em missão de paz, em cumprimento de compromissos assumidos pelo Brasil como membro de organizações internacionais ou em virtude de tratados, convenções, acordos, resoluções de consulta, planos de defesa, ou quaisquer outros entendimentos diplomáticos ou militares, autorizados pelo Congresso Nacional, é de responsabilidade do Presidente da República, que determinará ao Ministro de Estado da Defesa a ativação de órgãos operacionais.

CAPÍTULO II

Da Remuneração e da Indenização de Tropa no Exterior

Art. 3º Os militares integrantes de tropa brasileira no exterior continuarão recebendo, em moeda nacional, a remuneração prevista na legislação pertinente das Forças Armadas ou na dos Estados, Distrito Federal e Territórios, percebendo, ainda, em moeda estrangeira, a Indenização Financeira Mensal para Tropa no Exterior, que será igual ao produto dos valores estabelecidos na Tabela I do Anexo a esta Lei pelo Fator Regional fixado.

§ 1º Ao militar designado para a função de Comandante de Organização Militar no Exterior ou de Chefe de Estado-Maior de Grande Unidade ou de Grande Comando será devida, em moeda estrangeira, a Indenização Financeira Mensal para Funções de Comando no Exterior resultante do produto dos valores estabelecidos na Tabela II do Anexo a esta Lei pelo Fator Regional fixado.

§ 2º Ao militar designado para a função de Subcomandante de Organização Militar no Exterior, nível batalhão ou superior, será devida, em moeda estrangeira, a Indenização Financeira Mensal para Funções de Comando no Exterior resultante do produto dos valores estabelecidos na Tabela II do Anexo a esta Lei pelo Fator Regional fixado.

§ 3º O Fator Regional será proposto pelo Ministro de Estado da Defesa e fixado no ato de autorização da missão, com base na avaliação estratégica, operacional e econômica da região da operação de paz, observada a Tabela III do Anexo a esta Lei.

§ 4º A forma de pagamento das indenizações financeiras a que o militar no exterior faça jus será disciplinada em ato específico do Comandante da Força Singular.

§ 5º As indenizações financeiras não serão computadas para efeito de pagamento do adicional de férias e do 13º salário.

§ 6º As indenizações financeiras não serão computadas para efeito de pagamento de provento de inatividade e de pensão militar e alimentícia.

§ 7º O direito à percepção das indenizações financeiras inicia-se na data do embarque para o exterior e cessa na data do desligamento de sua sede no exterior ou da partida da última localidade no exterior, relacionada com a missão.

§ 8º O pagamento das indenizações financeiras não se interrompe:

I – por motivo de luto;

II – por licença para tratamento de saúde de até trinta dias; ou

III – em virtude de viagem ao Brasil, a serviço.

Art. 4º Além da remuneração e das indenizações financeiras previstas no art. 3º, o militar integrante de tropa brasileira no exterior terá direito a um auxílio destinado a atender despesas com deslocamento e instalação, calculado da seguinte forma:

I – na ida, correspondente a uma vez o valor da Indenização Financeira Mensal para Tropa no Exterior e acrescida, nos casos específicos, de uma vez o valor da Indenização Financeira Mensal para Funções no Exterior, em moeda estrangeira;

II – na volta, correspondente a uma vez o valor da remuneração prevista na legislação pertinente das Forças Armadas ou na dos Estados, Distrito Federal e Territórios, em moeda nacional.

§ 1º No caso de o prazo da missão ser superior a doze meses ou ultrapassar este período por motivo de prorrogação, os militares dela participantes terão direito, a cada três meses de acréscimo da duração da missão, a um adicional do auxílio previsto no caput, correspondente a um quarto do valor recebido na ida mais um quarto do valor a receber na volta.

§ 2º O adicional estabelecido no § 1º será pago ao militar da seguinte forma:

I – parcela referente a ida, no local da missão; e

II – a parcela referente a volta, quando do desligamento de sua sede no exterior.

Art. 5º O auxílio previsto no art. 4º deverá ser restituído:

I – integralmente, quando o militar, a pedido, deixar de seguir destino; ou

II – parcialmente, quando o militar, por motivo independente de sua vontade, deixar de seguir destino, desde que comprove ter realizado despesas.

§ 1º O auxílio não será restituído pelo militar, se, depois de ter seguido destino, for mandado regressar.

§ 2º O auxílio não será restituído pelos beneficiários ou herdeiros legais do militar falecido.

Art. 6º Os militares integrantes de tropa brasileira empregada no exterior terão direito ao transporte às expensas da União.

Art. 7º Será devida, se for o caso, diária no exterior, paga adiantadamente, para custeio das despesas de alimentação, pousada e locomoção, decorrentes do afastamento de sua sede no exterior por motivo de serviço, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo único. Os militares, nos termos desta Lei, não terão direito à diária no exterior, quando a alimentação, a pousada e a locomoção forem asseguradas pela União ou por instituição pública, privada ou organismo internacional.

Art. 8º Serão restituídas as diárias:

I – integralmente, quando não ocorrer o afastamento da sede no exterior; e

II – correspondentes aos dias:

a) que ultrapassarem o período de afastamento da sede no exterior, a serviço, quando este afastamento for menor que o previsto; e

b) em que a alimentação, a pousada e a locomoção forem asseguradas pelo Estado ou por organismo internacional.

Parágrafo único. As diárias não serão restituídas pelos beneficiários ou herdeiros legais do militar falecido.

Art. 9º No caso de falecimento de militar integrante de tropa brasileira, nos termos desta Lei, a União será responsável pelas providências de traslado do corpo, sepultamento e pagamento de um auxílio.

§ 1º O auxílio previsto no caput corresponderá ao valor de duas Indenizações Financeiras Mensais para Tropa no Exterior e ainda, nos casos específicos, ao de duas Indenizações Financeiras Mensais para Funções no Exterior.

§ 2º O auxílio a que se refere o § 1º não poderá totalizar valor inferior a quatro mil e oitocentos dólares americanos.

§ 3º Nos casos em que seja necessário o sepultamento no exterior, será assegurado a dois membros da família do militar falecido o direito ao transporte de ida e volta até o local em que se encontrar o corpo.

§ 4º Quaisquer benefícios assegurados por outros países ou por organismo internacional em virtude de falecimento do militar serão repassados aos seus beneficiários ou, na falta destes, aos herdeiros legais.

CAPÍTULO III

Do Exercício de Cargos de Natureza Militar Junto a Organismo Internacional

Art. 10. Serão considerados de natureza militar, para fim de aplicação do disposto no inciso I do art. 81 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, os cargos ocupados por militares da ativa das Forças Armadas em organismo internacional, de que o Brasil participe ou com o qual coopere, que assuma o encargo de remuneração mensal do militar.

Parágrafo único. A agregação do militar enquadrado na situação acima dar-se-á com a suspensão temporária do direito à remuneração mensal e aos demais direitos remuneratórios devidos pela União.

Art. 11. O recolhimento dos descontos previstos na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, será de responsabilidade do militar, obedecendo às disposições do art. 46 da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 12. As disposições desta Lei aplicam-se, no que couber, aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, quando integrantes de força multinacional nas operações de paz.

Art. 13. Para o cômputo dos cálculos dos valores previstos nesta Lei será considerado o mês com trinta dias.

Art. 14. Esta Lei não se aplica aos militares integrantes de tropa brasileira que se encontre no exterior em missão de paz na data de sua publicação.

Art. 15. O art. 1º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 5º A tropa brasileira em missão de paz, definida como sendo os militares das Forças Armadas e os militares dos Estados, Distrito Federal e dos Territórios integrantes de contingente armado de força multinacional empregado em operações de paz, reunidos em módulo de emprego operacional, com comando único, empregada no exterior, em cumprimento de compromissos assumidos pelo Brasil como membro de organismo internacional ou em virtude de tratados, convenções, acordos, resoluções de consulta, planos de defesa, ou quaisquer outros entendimentos diplomáticos ou militares, autorizados pelo Congresso Nacional, terá sua remuneração fixada em legislação específica.” (NR)

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 12 de agosto de 2004; 183º da Independência e 116º da República. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ANEXO**TABELA I****INDENIZAÇÃO FINANCEIRA MENSAL PARA TROPA NO EXTERIOR**

Postos e Graduações	Parcela em USD
Oficial General	4,400.00
Oficial Superior	4,000.00
Capitão	3,250.00
Tenente	2,960.00
Subtenente e 1º Sargento	2,700.00
2º e 3º Sargento	2,400.00
Cabo e Soldado	972.00

TABELA II**INDENIZAÇÃO FINANCEIRA MENSAL PARA FUNÇÕES DE
COMANDO NO EXTERIOR**

Gratificação de Comando	Valor em USD
Comandante de Grande Unidade ou Unidade e Chefe do Estado-Maior de Grande Unidade	400.00
Subcomandante de Organização Militar - nível batalhão ou superior	250.00
Comandante de Subunidade Independente ou Tropa de valor inferior	300.00

TABELA III**FATOR DE CORREÇÃO REGIONAL**

Fator	Índice Multiplicador
1	1
2	1,15
3	1,25

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
8032 ADESTRAMENTO E EMPREGO COMBINADO DAS FORCAS ARMADAS									167.750.000
OPERACOES ESPECIAIS									
05 212	8032 09AJ	MISSAO DAS NACOES UNIDAS PARA O TIMOR LESTE							13.763.000
05 212	8032 09AJ 0001	MISSAO DAS NACOES UNIDAS PARA O TIMOR LESTE - NACIONAL							13.763.000
			F 1	1	90	0	300		5.163.000
			F 3	2	90	0	300		6.420.000
			F 4	2	90	0	300		2.180.000
05 212	8032 09AK	MISSAO DAS NACOES UNIDAS PARA O HAITI							153.987.000
05 212	8032 09AK 0001	MISSAO DAS NACOES UNIDAS PARA O HAITI - NACIONAL							153.987.000
			F 1	1	90	0	300		50.158.910
			F 3	2	90	0	300		65.770.807
			F 4	2	90	0	300		38.057.283
TOTAL - FISCAL									167.750.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									167.750.000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 2004-CN

Autoriza a execução de recursos inscritos em restos a pagar referentes às obras de construção e ampliação dos molhes do Porto de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, da Unidade Orçamentária 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a liberar recursos inscritos em restos a pagar no subtítulo 26.784.0233.5019.0043 – Ampliação dos Molhes e Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso no Porto do Rio Grande no Estado do Rio Grande do Sul, da Unidade Orçamentária 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 1º, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 12 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 2004-CN

Exclui do Anexo VIII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, o Programa de Trabalho 26.782.0235.10DK.0002 – Construção de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado do Ceará – Construção de Ponte sobre o Rio Cocó/Acesso de Ligação à CE-040 (Fortaleza).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VIII da Lei Orçamentária para 2004 (Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004 – LOA 2004), o Programa de Trabalho 26.782.0235.10DK.0002 – Construção de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado do Ceará – Construção de Ponte sobre o Rio Cocó/Acesso de Ligação à CE-040 (Fortaleza).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 12 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2004-CN

Exclui o Contrato PD-17002/2001, referente às obras de restauração da BR-259/ES, subtrecho Colatina – Divisa ES/MG, segmento km 59,0 – km 108,6, do Anexo VIII à Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VIII à Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, o Contrato PD-17002/2001, da Unidade Orçamentária 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, referente às obras de restauração da BR-259/ES, subtrecho Colatina – Divisa ES/MG, segmento km 59,0 – km 108,6, no âmbito do subtítulo 26.782.0220.2834.0032 – Restauração de Rodovias Federais do Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a liberar recursos inscritos em restos a pagar no subtítulo 26.782.0220.2834.0032 – Restauração de Rodovias Federais do Estado do Espírito Santo, da Unidade Orçamentária 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, referente ao Contrato PD-17002/2001, mantendo-se a vedação à execução orçamentária, física e financeira dos contratos PG-179/1998-00 e PG-019/00-00.

Art. 3º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 2º, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, §1º, da Constituição Federal.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 12 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 379, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DIFUSÃO CULTURAL BETO ABACAXI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barrinha, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.185, de 3 de julho de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Difusão Cultural Beto Abacaxi a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barrinha, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 380 , DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CENTRAL DE IPUIUNA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Turmalina, Estado de Minas Gerais.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 332, de 19 de março de 2002, que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Central de Ipuiuna Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Turmalina, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 381 , DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA MUCAJAÍ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mucajaí, Estado de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.128, de 26 de junho de 2002, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Mucajaí a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mucajaí, Estado de Roraima.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 382 , DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE ALAGOINHA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alagoinha, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.176, de 3 de julho de 2002, que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Alagoinha a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alagoinha, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 383 , DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO NORDESTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 15 de setembro de 2000, que renova, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão outorgada à Rádio Nordeste Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 384 , DE 2004

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BETUEL - FASB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morrinhos, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 754, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a Fundação de Assistência Social Betuel - FASB a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morrinhos, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 385, DE 2004

Aprova o ato que autoriza o CONSELHO COMUNITÁRIO DE RADIODIFUSÃO DE VERANÓPOLIS - CORAVER a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Veranópolis, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 759, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza o Conselho Comunitário de Radiodifusão de Veranópolis - CORAVER a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Veranópolis, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 386 , DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SURUBINENSE DE RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Surubim, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 10, de 11 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Surubinense de Radiodifusão a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Surubim, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 384, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DOS MORADORES DO MUNICÍPIO DE ABAETÉ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abaeté, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 767, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Beneficente dos Moradores do Município de Abaeté a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abaeté, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 388 , DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO TROPICÁLIA - ACERT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Pará, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 822, de 21 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão Tropicália - ACERT a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Pará, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 389 , DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ACAUÃ PRODUÇÕES CULTURAIS - APC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 750, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a Acauã Produções Culturais - APC a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 390, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à ORGANIZAÇÃO RH LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bonito, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 320, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Organização RH Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bonito, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 391, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL - ASCOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laranjal, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.724, de 2 de setembro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária do Município de Laranjal - ASCOM a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laranjal, Estado do Paraná, retificando-se o prazo para dez anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 392, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO ALTERNATIVA FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo da Madre de Deus, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 25, de 11 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo da Madre de Deus, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 393, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ANUNCIAÇÃO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 24, de 11 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Anunciação de Santa Bárbara D'Oeste a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 394, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA INTEGRAÇÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Foz do Jordão, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 156, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Integração a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Foz do Jordão, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 395, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO VALE DO COREAÚ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Granja, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 24 de abril de 2002, que renova, a partir de 5 de outubro de 1998, a concessão da Rádio Vale do Coreaú Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Granja, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 396, DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM NIQUELÂNDIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Niquelândia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.786, de 10 de setembro de 2002, que renova por dez anos, a partir de 10 de junho de 2001, a permissão outorgada à Rádio FM Niquelândia Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Niquelândia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 397, DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO TV BELTRÃO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de dezembro de 2002, que outorga concessão à Fundação TV Beltrão para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 398 , DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO LAGOA DOURADA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 38, de 17 de janeiro de 2002, que renova, a partir de 27 de outubro de 1996, a permissão outorgada à Rádio Lagoa Dourada Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 399, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO ALTO RIO GRANDE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piedade do Rio Grande, Estado de Minas Gerais.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 75, de 29 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Alto Rio Grande a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piedade do Rio Grande, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 400, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA UBAPORANGUENSE DE RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubaporanga, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Ubaporanguense de Radiodifusão a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubaporanga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 401, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à CACHOEIRA ALTA TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Prados, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 341, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Prados, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 402 , DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL, INFORMATIVO E SOCIAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.358, de 23 de julho de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Nova Canaã do Norte-MT a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 403 , DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL, ARTÍSTICA, DESPORTIVA E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NOVA CAMPINA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Campina, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 573, de 16 de abril de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Cultural, Artística, Desportiva e de Comunicação Social Nova Campina a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Campina, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 404 , DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE SÃO BENTO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 221, de 31 de maio de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de São Bento a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 406, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA "AMIGOS DE CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Lago-Açu, Estado do Maranhão.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 318, de 25 de maio de 2001, que autoriza a Associação Cultural e Comunitária "Amigos de Conceição do Lago-Açu" a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Lago-Açu, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 406, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA PRESIDUTRENSE - ACCP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Dutra, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.996, de 7 de outubro de 2002, que autoriza a Associação Cultural e Comunitária Presidutrense - ACCP a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Dutra, Estado do Maranhão, retificando-se o prazo de autorização para dez anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 407, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TELEVISÃO LIBERTAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 346, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio e Televisão Libertas Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 408, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE MANHUMIRIM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhumirim, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 392, de 19 de março de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhumirim, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 409, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ITAPERUNA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 1º de outubro de 2001, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Itaperuna Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 410 , DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO LIVRE COMUNITÁRIA DE CAPOEIRAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capoeiras, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 744, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Livre Comunitária de Capoeiras a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capoeiras, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 411, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO MORADA DO SOL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Enéas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 160, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação de Moradores do Bairro Morada do Sol a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Enéas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 412 , DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DE TAPIRA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapira, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 448, de 22 de março de 2002, que autoriza a Associação Cultural e Artística de Tapira, a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapira, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 4/3 , DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 5 de agosto de 2002, que outorga concessão à Fundação Regional Integrada para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 414, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO PROGRESSO DE ALTA FLORESTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1995, que renova, a partir de 20 de outubro de 1991, a concessão da Rádio Progresso de Alta Floresta Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 415 , DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da
RÁDIO SOCIEDADE TRIÂNGULO MINEIRO LTDA.
para explorar serviço de radiodifusão
sonora em onda média na cidade de
Uberaba, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 10 de janeiro de 2000, que renova, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 416 , DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL "O CAMINHO" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 567, de 16 de abril de 2002, que autoriza a Associação Cultural "O Caminho" a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 417 , DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO COM RÁDIO LOCAL PRATA/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Prata, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 218, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Movimento Comunitário Com Rádio Local Prata/FM a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Prata, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 418 , DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SANTA LUZIA DO PARUÁ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia do Paruá, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 139, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Santa Luzia do Paruá a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia do Paruá, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 419 , DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL CACONDENSE, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caconde, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.297, de 16 de julho de 2002, que outorga permissão à Fundação Educacional e Cultural Cacondense para executar, por (10) dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Caconde, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 109ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE AGOSTO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 1.150, de 2004, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2003, que dispõe sobre a oferta e as formas de afiação de preços de produtos e serviços para o consumidor..... 25928

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 158, 375, de 2002; 605, 513, 649, 685, 686, 803, 948, de 2003; 1, 16, 32, 56, 71, 81, 82, 83, 101, 138, 144, 158, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 175, 176, 177, 178, 184, 185, 186, 188, 189, 192, 197, 200, 201, 206, 210, 218, 220, 224, 228, 242, 243, 249, 250, 253, 257, 259, 262, 269, 283, 289, 291, 293, 298, 308, 313, 314, 316, 336, 340, 342, 343, 346, 355, 357, 362, 366, 367, 369, 370, 376, 377, 380, 381, 384, 395, 407, 565 e 571, de 2004, aprovados terminativamente pela Comissão de Educação. À promulgação. 25930

1.2.3 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 868, de 2004 (nº 442/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária e Cultural de Verdejante – PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Verdejante, Estado de Pernambuco..... 25936

Projeto de Decreto Legislativo nº 869, de 2004 (nº 443/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária Herotildes Pereira de Lira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Primavera, Estado de Pernambuco. 25940

Projeto de Decreto Legislativo nº 870, de 2004 (nº 444/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Míriam de Amparo Social e Cultural de Bezerras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bezerras, Estado de Pernambuco. 25943

Projeto de Decreto Legislativo nº 871, de 2004 (nº 449/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Maria de Jesus Pessoa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão..... 25947

Projeto de Decreto Legislativo nº 872, de 2004 (nº 454/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Pinhalzinho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina..... 25950

Projeto de Decreto Legislativo nº 873, de 2004 (nº 456/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Monsenhor Paulo – Rádio Cidade FM para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Paulo, Estado de Minas Gerais..... 25953

Projeto de Decreto Legislativo nº 874, de 2004 (nº 457/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis – Adecol a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina. 25957

Projeto de Decreto Legislativo nº 875, de 2004 (nº 458/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Educacional Cultural e Social Renascer do Bairro Goiabeiras Barra do Ceará a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará..... 25960

Projeto de Decreto Legislativo nº 876, de 2004 (nº 459/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Organização Não Governamental Porão do Rock – ONG Porão do Rock a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal..... 25964

Projeto de Decreto Legislativo nº 877, de 2004 (nº 460/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cândido de Abreu, Estado do Paraná..... 25967

Projeto de Decreto Legislativo nº 878, de 2004 (nº 405/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusão Sul Riograndense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul..... 25970

Projeto de Decreto Legislativo nº 879, de 2004 (nº 462/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Aparecidense Comunitária de Radiodifusão – Aacora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição da Aparecida, Estado de Minas Gerais. 25973

Projeto de Decreto Legislativo nº 880, de 2004 (nº 463/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Pará – Arcosfa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Pará, Estado do Pará..... 25976

Projeto de Decreto Legislativo nº 881, de 2004 (nº 464/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Cidadania a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Maranhão, Estado do Maranhão. 25979

Projeto de Decreto Legislativo nº 882, de 2004 (nº 465/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Esperança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Açailândia, Estado do Maranhão..... 25983

Projeto de Decreto Legislativo nº 883, de 2004 (nº 466/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto – AFSCAB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro..... 25986

Projeto de Decreto Legislativo nº 884, de 2004 (nº 468/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora das Missões Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul. 25990

Projeto de Decreto Legislativo nº 885, de 2004 (nº 469/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tupaciguara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais. 25992

Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2004 (nº 470/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Patos S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais..... 25996

Projeto de Decreto Legislativo nº 887, de 2004 (nº 473/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tarumã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. 25998

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 868 a 887, de 2004, lidos anteriormente, e abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Educação, que apreciará as matérias em caráter terminativo. 26000

1.2.5 – Discurso do Expediente

SENADOR *HÉLIO COSTA*, como Líder – Precariedade das rodovias que ligam as cidades do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba..... 26001

1.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 1.151, de 2004, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2002, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Militar em Boa Vista -RR. 26002

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Expectativas econômicas do Estado de Roraima. Apelo ao governo federal para a regulamentação das terras do Estado de Roraima..... 26002

SENADOR *MÃO SANTA* – Homenagem pelo aniversário de 160 anos da cidade da Parnaíba, no Estado do Piauí. 26006

SENADOR *ALVARO DIAS*, como Líder – Críticas ao autoritarismo do governo do PT, destacando o artigo da jornalista Ângela Bittar, sobre a intenção do Presidente Lula em criar do Conselho Nacional de Jornalismo. 26009

SENADOR *JEFFERSON PÉRES*, como Líder – Intolerância contra a corrupção em todos os escalões. Referências ao **Jornal do Amazonas**, que publica hoje artigo de sua autoria, com aplausos à “Operação Albatroz”, realizada em seu Estado..... 26010

SENADORA *IDELI SALVATTI*, como Líder – Comentários a coluna do Deputado Delfim Netto que destaca o esforço da Oposição de reorganizar-se após ter fracassado em tentar implodir o governo Lula..... 26011

SENADOR *PEDRO SIMON* – Defesa da suspensão, por 30 dias, das licitações internacionais das áreas petrolíferas, onde a Petrobrás já concluiu haver fortes indícios da presença de petróleo e gás natural..... 26012

1.2.8 – Ofícios

S/Nº/2004, de 12 do corrente, do Senador Leomar Quintanilha, comunicando que tendo sido designado para compor a Comissão Externa do Senado Federal para observar a natureza da atuação das Forças Armadas no Haiti, se ausentará do País no período de 16 a 20 de agosto do corrente ano, para desempenhar a referida missão. 26033

S/Nº/2004, de 12 do corrente, do Senador Maguito Vilela, comunicando que tendo sido designado para compor a Comissão Externa do Senado Federal para observar a natureza da atuação das Forças Armadas no Haiti, se ausentará do País no período de 16 a 20 de agosto do corrente ano, para desempenhar a referida missão. 26033

Nº 154/2004, de 12 do corrente, da Senadora Heloísa Helena, informando que, inobstante estar presente na sessão ordinária do dia 11 do corrente, teve que se ausentar antes do início das votações nominais ocorridas, razão por que solicita seja considerada como falta justificada sua ausência no decorrer das referidas deliberações. 26033

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ARTHUR VIRGILIO, como Líder – Críticas à lei da mordaza que o governo federal está tentando implantar no Serviço Público. 26034

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR, como Líder – Homenagens ao centenário do Batafogo..... 26035

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE, como Líder – Apelo para que se envide todos os esforços das Lideranças partidárias para que se ultimem as matérias que se encontram em pauta neste e no próximo esforço concentrado do Congresso Nacional. 26041

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Registro de nota oficial do PFL em repúdio ao projeto que cria o Conselho Federal de Jornalistas e a Agência Nacional de Cinema e Audiovisual..... 26044

1.2.10 – Leitura de requerimentos

Nº 1.152, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Elza Monnerat, militante comunista, que faleceu de causas naturais no último dia 11 de agosto. 26046

Nº 1.153, de 2004, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a convocação da Senhora Ministra de Estado de Minas e Energia, para prestar esclarecimentos a respeito de questões relativas às suas atribuições..... 26046

Nº 1.154, de 2004, de autoria do Senador Maguito Vilela, solicitando voto de pesar pelo falecimento do advogado Leandro Bandeira de Carvalho Melo, ocorrido ontem, em Goiás..... 26047

Nº 1.155, de 2004, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando seja justificada sua ausência nos trabalhos da Casa no dia 12, bem como a concessão de uma diária, tendo em vista convite para participar hoje até o dia 13, em Belo Horizonte-MG, do Seminário sobre “Repressão ao Crime Organizado: Roubo de Cargas e Valores”. **Deferido**..... 26047

1.2.11 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1977 (Lei Eleitoral), para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico. 26048

1.2.12 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2004 (nº 3.821/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências. 26052

Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2004 (nº 3.804/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que altera o art. 8º da Lei nº 10.475, de 27 de junho de 2002 (altera o percentual da GAJ)..... 26058

Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2004 (nº 3.294/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que cria cargos e funções no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal. 26062

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2004 (nº 3.885/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que reorganiza o Quadro Especial de Terceiros-Sargentos do Exército, dispõe sobre a promoção de soldados estabilizados do Exército à graduação de cabo e dá outras providências..... 26065

1.2.13 – Leitura de requerimentos

Nº 1.156, de 2004, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004, que regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974/95, e a Medida Provisória nº 2.191-9/2001, e dá outras providências. 26067

Nº 1.157, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de louvor aos atletas brasileiros, em especial aos 19 catarinenses, por estarem representando o Brasil nos Jogos Olímpicos de Atenas..... 26069

Nº 1.158, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando Voto de aplauso à Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos pela decisão de considerar a morte de Frei Tito de Alencar Lima de responsabilidade do Estado e pela indenização paga a seus familiares..... 26069

1.2.14 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2004, de autoria do Senador Duciomar Costa, que insere o inciso XIV, no art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para coibir abusos na cobrança por serviços e produtos. 26070

Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2004, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre a renúncia à inviolabilidade dos sigilos bancário, fiscal e telefônico dos membros de comissões parlamentares de inquérito, e dá outras providências..... 26071

1.2.15 – Comunicação da Presidência

Transferência da Ordem do Dia para as sessões dos dias 24, 25 e 26 de agosto próximo, em conformidade com acordo das Lideranças..... 26072

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 – (Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição, combinado com o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno).. 26072

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 2º do art. 64 da Constituição Federal. 26072

Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2004 (nº 3.015/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação e dá outras providências. **Apreciação sobrestada em virtude de acordo de Lideranças.** 26072

Item 2

Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2002 – Complementar (nº 4.610/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre a linguagem inclusiva na legislação e documentos oficiais. **Apreciação sobrestada em virtude de acordo de Lideranças.** 26072

Item 3

Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002 (nº 3.077/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS. **Apreciação sobrestada em virtude de acordo de Lideranças.** 26072

Item 4 – (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 23, de 2003)

Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2003 (nº 2.503/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à TV TOP Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina. **Apreciação sobrestada em virtude de acordo de Lideranças.** 26072

Item 5 – (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 516, de 2004, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando, nos termos regimentais, congratulações ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, pela vitória brasileira na OMC, referente aos subsídios norte-americanos ao algodão. **Apreciação sobrestada em virtude de acordo de Lideranças.** 26073

Item 6 – (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 526, de 2004, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela vitória do Brasil na Organização Mundial de Comércio – OMC, que condenou os subsídios pagos ao algodão pelos Estados Unidos. **Apreciação sobrestada em virtude de acordo de Lideranças.** 26073

Item 7 – (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 527, de 2004, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, pela vitória do Brasil na Organização Mundial de Comércio – OMC, que condenou os subsídios pagos ao algodão pelos Estados Unidos. **Apreciação sobrestada em virtude de acordo de Lideranças.** 26073

Item 8 – (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 531, de 2004, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que seja enviado às autoridades israelenses no Brasil um apelo no sentido de resguardar a vida, a liberdade e os direitos humanos do físico nuclear Mordechai Vanunu. **Apreciação sobrestada em virtude de acordo de Lideranças.** 26073

Item 9

Requerimento nº 925, de 2004, do Senador Duciomar Costa, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2004, de sua autoria. **Apreciação sobrestada em virtude de acordo de Lideranças.** 26073

Item 10 – Matéria a ser Declarada Prejudicada

Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2004 (nº 4.018/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que concede pensão especial a Maria José Pereira Barbosa Lima. **Apreciação sobrestada em virtude de acordo de Lideranças.** 26073

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS*, como Líder – Solidariza-se com a justa homenagem ao Senador Edison Lobão, agraciado com a Ordem da Grã-Cruz das Forças Armadas..... 26074

SENADOR *MAGUITO VILELA* – Pesar pelo falecimento do advogado Leandro Bandeira de Carvalho Melo, assassinado durante um assalto na capital goiana..... 26086

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Indignação com a tentativa de uso da CPI do Banestado como instrumento de retaliação político-partidária.. 26087

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Leitura do ofício do governador do Estado de Roraima ao Presidente da República que solicita, no âmbito

do Governo Federal, a constituição de força tarefa de segurança para segurar a integridade física dos moradores da reserva indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. Comemoração dos 50 anos da Escola Estadual Osvaldo Cruz. 26096

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Esclarecimentos sobre questões atinentes à CPMI do Banestado. 26100

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *MÁRIO CALIXTO* – Homenagens ao embaixador José Maurício Bustani, a serem prestadas pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, no próximo dia 19 de agosto. 26100

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Importância do desenvolvimento da nanotecnologia. 26101

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Homenagens ao grupo Eletrobrás. 26102

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO NETO* – Registro de matéria publicada hoje no **O Estado de S.Paulo** intitulada: “Novo projeto do governo cala servidor público.” 26104

SENADOR *EDUARDO AZEREDO* – Transcrição de artigo do jornal **O Tempo**, do dia 07 de agosto de 2004, intitulado “Investimento em obra caiu 2/3 com Itamar.” 26105

SENADOR *PAULO PAIM* – Estudos sobre a célula-tronco. 26106

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 104, de 2004. 26107

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.380, de 2004 (Republicação). 26108

Nºs 1.440 a 1.462, de 2004. 26108

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 109ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 12 de agosto de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim, da Sra. Serys Slhessarenko
e do Sr. Papaléo Paes*

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – Cristovam Buarque – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Hélio Costa – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marco Maciel – Mário Calixto – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Renan Calheiros – Rodolpho

Tourinho – Romero Jucá – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Tasso Jereissati – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 66 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.150, DE 2004

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PLC nº 93, de 2003, que “dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor”.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2004.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 106/04, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS):

PRESIDENTE: 

RELATOR: 

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-DELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-FLAVIO ARNS (PT)
EDUARDO SUPPLY (PT)	3-SERYS SLHESSARENKO (PT)
DELCEIDIO AMARAL (PT)	4-DUCIOMAR COSTA (PTB)
ROBERTO SATURNINO (PT)	5-MAGNO MALTA (PL)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	6-AELTON FREITAS (PL)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB)	7- -VAGO-
FERNANDO BEZERRA (PTB)	8- -VAGO-

PMDB

RAMEZ TEBET	1-HÉLIO COSTA
MÃO SANTA	2-LUIZ OTÁVIO
GARIBALDI ALVES FILHO	3-VALMIR AMARAL
ROMERO JUCA	4-GERSON CAMATA
JOÃO ALBERTO SOUZA	5-SÉRGIO CABRAL
PEDRO SIMON	6-NEY SUASSUNA
VALDIR RAUPP	7-MAGUITO VILELA

PFL

CÉSAR BORGES	1-ANTONIO CARLOS MAGALHAES
EFRAIM MORAIS	2-DEMÓSTENES TORRES
JONAS PINHEIRO	3-EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN	4-JOSÉ AGRIPINO
PAULO OCTAVIO	5-JOSÉ JORGE
RODOLPHO TOURINHO	6-MARCO MACIEL

PSDB

MARCOS GUERRA	1-ARTHUR VIRGILIO
SÉRGIO GUERRA	2-ÁLVARO DIAS
EDUARDO AZEREDO	3-LÚCIA VÂNIA
FASSO JEREISSATI	4-LEONEL PAVAN

PDT

ALMEIDA LIMA	1-OSMAR DIAS
--------------	--------------

PPS

PATRICIA SABOYA GOMES	1-MOZARILDO CAVALCANTI
-----------------------	------------------------

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Esgotou-se, ontem, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2002** (nº 1.234/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Floriano Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Floriano, Estado do Piauí;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2002** (nº 1.375/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Pantanal Som e Imagem Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 605, de 2002** (nº 1.559/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede União de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Branco, Estado do Acre;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 513, de 2003** (nº 2.549/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Arapuan Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 649, de 2003** (nº 3.117/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Elo de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Milagres, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 685, de 2003** (nº 1.889/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Comunicação e Ação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Soledade, Estado da Paraíba;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 686, de 2003** (nº 1.995/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Salgadinho – PB

a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salgadinho, Estado da Paraíba;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 803, de 2003** (nº 1.428/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Ave Branca para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico dos Moradores da Praça do D.I. – QNA – Taguatinga – DF a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taguatinga, Distrito Federal;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 948, de 2003** (nº 2.799/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Belo Oriente para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2004** (nº 26/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Valença Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Valença, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 2004** (nº 2.602/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Viradouro AM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Viradouro, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2004** (nº 2.707/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Empresa Fluminense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2004** (nº 1.741/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Assistencial Lar da Paz – Falp a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dolores do Indaiá, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2004** (nº 375/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à TV Serra Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2004** (nº 2.243/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cabo Frio Ltda. para explorar serviço de

- radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2004** (nº 2.318/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Zuli Moraes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caririáçu, Estado do Ceará;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2004** (nº 2.319/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cristã Espírita Cultural Paulo de Tarso para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2004** (nº 2.470/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Apoio ao Esporte e à Cultura de Cedro-Ceará – Acaecc a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedro, Estado do Ceará;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2004** (nº 2.722/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Lavras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 2004** (nº 2.801/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e Televisão Libertas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fama, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2004** (nº 2.920/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Nova Registro Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Registro, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2004** (nº 2.649/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Ascol – Associação Comunitária de Colorado do Oeste – RO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colorado do Oeste, Estado de Rondônia;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2004** (nº 2.925/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Tarumirinese de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tarumirim, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2004** (nº 2.933/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação João Paulo II para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2004** (nº 2.935/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nhá-Chica de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baependi, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2004** (nº 2.936/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Paraisense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2004** (nº 2.937/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Ação Social Comunitária de Capim Branco – Ascoab a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capim Branco, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2004** (nº 2.939/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores de Córrego Fundo de Cima a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Córrego Fundo, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2004** (nº 2.972/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Multisom Rádio Princesa da Mata Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2004** (nº 2.976/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Fraiburgo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 177, de 2004** (nº 2.982/2003, na Câmara dos Deputados),

- que aprova o ato que autoriza a Associação e Rádio FM Comunitária Tropical a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2004** (nº 2.983/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São José de Mipibu/RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2004** (nº 2.992/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Adespru – Associação de Desenvolvimento Social, Econômico e Cultural de Prudentópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2004** (nº 2.993/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Alerta FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caputira, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2004** (nº 2.994/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Imagem e do Som de Raul Soares a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Raul Soares, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2004** (nº 2.996/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro Leopoldo/MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2004** (nº 3.005/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora Aparecida para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Illicínea, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2004** (nº 3.012/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Beneficente Cristovam Chiaradia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Cortes, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2004** (nº 3.055/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Jake Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alvorada D'Oeste, Estado de Rondônia;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2004** (nº 3.089/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Leste Sul Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2004** (nº 3.092/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2004** (nº 3.104/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à L. M. Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Borborema, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2004** (nº 3.112/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Jalles Machado para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goianésia, Estado de Goiás;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2004** (nº 3.190/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos do Rádio de Juiz de Fora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2004** (nº 2.629/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Assistencial de Ibicoara-BA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibicoara, Estado da Bahia;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 2004** (nº 2.833/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Joaimense Cultural de Rádio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joaíma, Estado de Minas Gerais;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2004** (nº 31/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Continental Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2004** (nº 2.861/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tupi AM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Osasco, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2004** (nº 2.867/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Blau Nunes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2004** (nº 2.874/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Empresa de Radiodifusão Cultura Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ituverava, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2004** (nº 2.875/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Bebedouro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2004** (nº 2.879/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Grande Picos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Picos, Estado do Piauí;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2004** (nº 2.883/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Promissão Sociedade Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Promissão, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2004** (nº 2.886/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tangará de Marília FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marília, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2004** (nº 3.151/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a A Voz de Lagoa Santa – Associação Comunitária Lagoa-Santense de Assistência Social e Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2004** (nº 2.895/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Santa Cruz do Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 283, de 2004** (nº 2.986/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Difusão e Conscientização Ecológica de Araguaína – Acodice a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2004** (nº 2.959/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Campo Maior de Quixeramobim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 291, de 2004** (nº 3.007/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Tesouro – MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tesouro, Estado de Mato Grosso;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2004** (nº 3.013/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente dos Moradores de Correguinho – Abemoc a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Cruz, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2004** (nº 3.017/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pocranense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pocrane, Estado de Minas Gerais;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2004** (nº 1.669/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Matutão FM, Um Bem a Serviço de Campestre, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Campestre, Estado do Rio Grande do Norte;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2004** (nº 2.571/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Paulista de Avaré para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Avaré, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2004** (nº 2.637/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Mucambo – IRCM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mucambo, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 316, de 2004** (nº 2.652/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a União dos Moradores das Ruas Nova e Dom Pedro II a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Graça Aranha, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2004** (nº 3.045/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Assistência Comunitária de Coração de Jesus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coração de Jesus, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2004** (nº 3.049/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ativa FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Eunápolis, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2004** (nº 3.096/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Nova Rádio Zenith Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conchas, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2004** (nº 3.098/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema 90 de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Álvares Machado, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2004** (nº 3.167/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Joaquim Mariano da Costa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toritama, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2004** (nº 2.715/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de São Vicente de Minas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente de Minas, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2004** (nº 2.748/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Educativa de Araporã – Acear a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araporã, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2004** (nº 429/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Vespasiano-MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vespasiano, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2004** (nº 2.877/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Jundiáense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2004** (nº 2.887/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cacique de Taubaté Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2004** (nº 3.239/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Unaí – Acau a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2004** (nº 3.254/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de

- Resende Costa, Minas Gerais – Acradatec – RC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Resende Costa, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2004** (nº 27/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à WEB Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arinos, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2004** (nº 28/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Magui – Comunicação e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2004** (nº 81/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Acaiaca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2004** (nº 91/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Camocim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Camocim de São Félix, Estado de Pernambuco;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2004** (nº 97/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Santamariense de Comunicações Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Engenheiro Caldas, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2004** (nº 80/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Fomento Agrícola de São João de Pirabas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João de Pirabas, Estado do Pará;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2004** (nº 780/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio O Guri AM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 565, de 2004** (nº 484/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social

de Juara – MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juara, Estado de Mato Grosso; e

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 571, de 2004** (nº 3.182/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Gois de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Água Boa, Estado de Mato Grosso.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os textos finais:

TEXTO FINAL
DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 1, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão
Rádio Cultura de Valença Ltda. para explorar
serviço de radiodifusão sonora em onda
média na cidade de Valença, Estado do Rio
de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto 1º de outubro de 2001, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Cultura de Valença Ltda., outorgada originalmente à Rádio Clube de Valença Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 29 de junho de 2004. – Senador **Osmar Dias**, Presidente. – **Eduardo Azeredo**, Relator.

TEXTO FINAL
DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 242, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão
da Rádio Tupi AM Ltda., para explorar serviço
de radiodifusão sonora em onda média na
cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto de 22 de agosto de 2000, que renova por dez anos, a partir de 20 de julho de 1992, a concessão da Rádio Tupi AM Ltda., outorgada origi-

nariamente à Rede Autonomista de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 30 de junho de 2004. – Senador **Osmar Dias**, Presidente. – **Luiz Otávio**, Relator.

TEXTO FINAL
DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 249, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da Empresa de Radiodifusão Cultura Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ituverava, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto de 13 de junho de 2001, que renova por dez anos, a partir de 12 de maio de 1994, a concessão da Empresa de Radiodifusão Cultural Ltda., outorgada originariamente à Rádio Cultura de Ituverava Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ituverava, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 29 de junho de 2004. – Senador **Osmar Dias**, Presidente. – **Mão Santa**, Relator.

TEXTO FINAL
DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 259, DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tangará de Marília FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marília, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 730, de 7 de dezembro de 2000, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a permissão outorgada à Rádio Tangará de Marília FM Ltda., originariamente deferida à Rádio Clube de Vera Cruz Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marília, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 29 de junho de 2004. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Fátima Cleide**, Relatora.

TEXTO FINAL
DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 308, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Matutão FM, Um Bem a serviço de Campestre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Campestre, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 509, de 23 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Matutão FM, um bem a Serviço de Campestre a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Campestre, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 30 de junho de 2004. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Reginaldo Duarte**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)
– Sobre a mesa, projetos de decreto legislativo recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 868, DE 2004

(Nº 442/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária e Cultural de Verdejante – PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Verdejante, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.418, de 21 de novembro de 2002, que autoriza a Associação de Rádio Comunitária e Cultural de Verdejante – PE a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Verdejante, Estado de Pernambuco, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação

MENSAGEM Nº 1.165, DE 2002

Senhores membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de exposições de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 2.416, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária de Moradores e Amigos de Cordislândia – MG (AMACOR), na cidade de Cordislândia – MG;

2 – Portaria nº 2.417, de 21 de novembro de 2002 – Associação CuLtural Comunitária de Jucati na cidade de Jucati – PE;

3 – Portaria nº 2.418, de 21 de novembro de 2002 – Associação de Rádio Comunitária e Cultural de Verdejante – PE, na cidade de Verdejante – PE;

4 – Portaria nº 2.419, de 21 de novembro de 2002 – Associação Cultural e Comunitária Herotildes Pereira de Lira, na cidade de Primavera – PE;

5 – Portaria nº 2.420, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária de Santo Amaro – ACSA, na cidade de Santo Amaro do Maranhão – MA;

6 – Portaria nº 2.421, de 21 de novembro de 2002 – Associação Miriam de Amparo Social e Cultural de Bezerros, na cidade de Bezerros – PE;

7 – Portaria nº 2.422, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária Educacional e Cultural de Abreu e Lima – ACECAL, na cidade de Abreu e Lima – PE;

8 – Portaria nº 2.423, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária Educativa e de Radiodifusão de Cabeceiras – GO – ACERC, na cidade de Cabeceiras – GO;

9 – Portaria nº 2.424, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária de Campos Verdes – GO, na cidade de Campos Verdes – GO;

10 – Portaria nº 2.425, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Cidadania do Barro Vermelho, na cidade de Crato – CE;

11 – Portaria nº 2.426, de 21 de novembro de 2002 – Fundação Maria de Jesus Pessoa, na cidade de Chapadinha – MA;

12 – Portaria nº 2.427, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária Cultural Carmelitana, na cidade de Monte Carmelo – MG;

13 – Portaria nº 2.428, de 21 de novembro de 2002 – Centro Comunitário José Batalha de Góis – CE-CBGOIS, na cidade de São Cristóvão – SE;

14 – Portaria nº 2.429, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária Rádio Monte Sinal FM, na cidade de Guaranhuns – PE;

15 – Portaria nº 2.430, de 21 de novembro de 2002 – Associação Beneficente e Cultural Padre Bernardo, na cidade de Macajuba – BA; e

16 – Portaria nº 2.431, de 21 de novembro de 2002 – Associação Vale Teles Pires de Comunicação – AVATEPIC, na cidade de Sinop – MT.

Brasília, 20 de dezembro de 2002.

MC 1530 EM

Brasília, 10 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Rádio Comunitária e Cultural de Verdejante – PE, na cidade de Verdejante, Estado de Pernambuco, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53103.000511/2000, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

**PORTARIA Nº 2.418,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 2002**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos arts. 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53103.000511/2000, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade Associação de Rádio Comunitária e Cultural de Verdejante – PE, com sede na Rua Mariano Comes, Casa nº 2, Centro, na cidade de Verdejante, Estado de Pernambuco, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 07º55'42"S e longitude em 38º58'20"W, utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

RELATÓRIO Nº 464/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53103000511/00, de 22-12-00.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação de Rádio Comunitária e Cultural de Verdejante – PE – ARCOVE, localidade de Verdejante, Estado de Pernambuco.

I – Introdução

1. A Associação de Rádio Comunitária e Cultural de Verdejante – PE – ARCOVE, inscrita no CGC/MF ou CNPJ sob o número 04.195.938/0001-65, no Estado de Pernambuco, com sede na Rua Mariano Gomes, casa nº 2 – Centro, cidade de Verdejante, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 18 de dezembro de 2000, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no Diário Oficial da União – **DOU**, de 16 de agosto de 2001, Seção 3, que contempla locali-

dade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do art. 12, do regulamento do serviço de radiodifusão comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 4 a 67, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Mariano Gomes 2, Centro, na cidade de Verdejante, Estado de Pernambuco, de coordenadas geográficas em 07°55'42"S de latitude e 38°58'20"W de longitude, consoante aos dados constantes do aviso publicado no **DOU**, de 16-8-2001, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser confirmadas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 40, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom".

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de armamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I e II da Norma Nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, declaração do endereço da sede, encaminhamento do projeto técnico (fls. 43 a 67).

13. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls 65, firmado pelo engenheiro responsável onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena

e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;

– diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11 fls. 68 e 69.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação de Rádio Comunitária e Cultural de Verdejante – PE – ARCOVE;

– quadro diretivo

Presidente: Francisco Alves Tavares de Sá
Secretário Geral: João Bosco A. de Sá Bezerra
Tesoureiro: Francisco de Assis Tavares
Dir. de Patrimônio: Almir Jacson de Sá Bezerra

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Mariano Gomes, casa 2 – Centro, Cidade de Verdejante, Estado de Pernambuco;

– coordenadas geográficas

07°55'42" de latitude e 38°58'20" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 68 e 69, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 65 e que se referem à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Rádio Comunitária e Cultural de Verdejante – PE – ARCOVE, no sentido de conceder-lhe a outorga de autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53103000511/00, de 22 de dezembro de 2000.

Brasília, 15 de agosto de 2002. – **Alexandra Luciana Costa**, Chefe de Divisão/SSR, Relator da con-

clusão Jurídica. – **Regina Aparecida Monteiro**, Chefe de Serviço/SSR, Relator da Conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga e Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 16 de agosto de 2002 – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador Geral.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 10.597 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o serviço de radiodifusão comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

.....
(*À Comissão de Educação – decisão terminativa*).

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 869 , DE 2004**

(Nº 443/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária Herotildes Ferreira de Lira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Primavera, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.419, de 21 de novembro de 2002 que autoriza a Associação Cultural e Comunitária Herotildes Pereira de Lira a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Primavera, Estado de Pernambuco, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.165, de 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de exposições de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 2.416, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária de Moradores e Amigos de Cordislândia MG (AMACOR), na cidade de Cordislândia – MG;

2 – Portaria nº 2.417, de 21 de novembro de 2002 – Associação Cultural Comunitária de Jucati, na cidade de Jucati – PE;

3 – Portaria nº 2.418, de 21 de novembro de 2002 Associação de Rádio Comunitária e Cultural de Verdejante – PE, na cidade de Verdejante – PE;

4 – Portaria nº 2.419, de 21 de novembro de 2002 – Associação Cultural e Comunitária Herotildes Pereira de Lira, na cidade de Primavera – PE;

5 – Portaria nº 2.420, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária de Santo Amaro – ACSA, na cidade de Santo Amaro do Maranhão – MA;

6 – Portaria nº 2.421, de 21 de novembro de 2002 – Associação Miriam de Amparo Social e Cultural de Bezerros, na cidade de Bezerros – PE;

7 – Portaria nº 2.422, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária Educacional e Cultural de Abreu e Lima – ACECAL, na cidade de Abreu e Lima – PE;

8 – Portaria nº 2.423, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária Educativa e de Radiodifusão de Cabeceiras – GO – ACERC, na cidade de Cabeceiras – GO;

9 – Portaria nº 2.424, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária de Campos Verdes – GO na cidade de Campos Verdes – GO;

10 – Portaria nº 2.425, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Cidadania do Barro Vermelho, na cidade de Crato – CE;

11 – Portaria nº 2.426, de 21 de novembro de 2002 – Fundação Maria de Jesus Pessoa, na cidade de Chapadinha – MA;

12 – Portaria Nº 2.427, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária Cultural Carmelitana, na cidade de Monte Carmelo – MG;

13 – Portaria nº 2.428, de 21 de novembro de 2002 – Centro Comunitário José Batalha de Góis – CE-CBGOIS, na cidade de São Cristovão – SE;

14 – Portaria nº 2.429, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária Rádio Monte Sinal FM, na cidade de Garanhuns – PE;

15 – Portaria nº 2.430, de 21 de novembro de 2002 – Associação Beneficente e Cultural Padre Bernardo, na cidade de Macajuba – BA; e

16 – Portaria nº 2.431, de 21 de novembro de 2002 – Associação Vale Ides Pires de Comunicação – AVATEPIC, na cidade de Sinop – MT.

Brasília, 20 de dezembro de 2002.

MC 01514 EM

Brasília, 10 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural e Comunitária Herotildes Pereira de Lira, na cidade de Primavera, Estado de Pernambuco, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53103.000005/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

**PORTARIA Nº 2.419,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 2002**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53103.000005/99, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Cultural e Comunitária Herotildes Pereira de Lira, com sede na Rua Coronel Braz Cavalcante, nº 200-A – Centro, na cidade de Primavera, Estado de Pernambuco, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 08º19'53"S e longitude em 35º21'15"W, utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

RELATÓRIO Nº 567/2002–DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.103.000.005–99 de 6 de janeiro de 1999.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária.

Interessado: Associação Cultural e Comunitária Herotildes Pereira de Lira, na localidade de Primavera, Estado de Pernambuco.

I – Introdução

1. Associação Cultural e Comunitária Herotildes Pereira de Lira, inscrita no CNPJ sob o nº 02.923.126/0001-99, com sede à Rua Coronel Braz Cavalcante, nº 200-A, Centro, Cidade de Primavera, PE, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 6 de janeiro de 1999, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 9 de setembro de 1999, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do

pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 142, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Coronel Braz Cavalcante, n. 200 – A, Centro, Cidade de Primavera, Estado de

Pernambuco, de coordenadas geográficas em 08º 19' 53"S de latitude e 35º 21' 15"W de longitude, consoante os dados constantes no aviso no DOU de 9-9-1999, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 92, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom".

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Diante da regularidade técnico-jurídica dos autos referentes às interessadas na localidade e em observância ao disposto no subitem 6.10.1 da Norma 2/98, foi encaminhado ofício para que se estabelecesse uma associação entre as mesmas, ocorre que, frente à negativa das Entidades, utilizou-se o critério da seleção apontado no subitem 6.10.02 da Norma 2/98, do qual constatou-se que a requerente conta com maior número de manifestações em apoio que a sua concorrente, em decorrência de tal fato, a Entidade foi selecionada, seguindo-se as diligências para apresentação de alterações estatutárias, apresentação do subitem 6,7 II da Norma 2/98, e posteriormente o subitem 6.11 (Projeto Técnico) da Norma 2/98, (fls 95-163).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fls. 149, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 164 e 165.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Cultural e Comunitária Herotildes Pereira de Lira

– quadro diretivo

Presidente: Carlos Cezar de Barros

Vice – Presidente: José Carlos Benício Roseno

Secretário: Antônio Francisco de Lima Neto

Tesoureiro: Romanir Itamar Lins de Lima

Dir. Cultural: Antônio Ramos do Nascimento Neto

Dir. de Patrimônio: Antônio Luis Silva de Barros

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Coronel Braz Cavalcante, nº 200 – A, Centro, Cidade de Primavera, Estado de Pernambuco.

– coordenadas geográficas

08°19'53"S de latitude e 35°21'15"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls 149 e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de Radcom", fls. 164 e 165, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Cultural e Comunitária Herotildes Pereira de Lira, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.103.000.005-99 de 6 de Janeiro de 1999.

Brasília, 21 de Outubro de 2002. – **Sibela Leandra Portela**, Relatora da Conclusão Jurídica. – **Regina Aparecida Monteiro**, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 23 de abril de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador Geral.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

(À Comissão de Educação, – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 870, DE 2004

(Nº 444/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Miriam de Amparo Social e Cultural de Bezerros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bezerros, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.421, de 21 de novembro de 2002, que autoriza a Associação Miriam de Amparo Social e Cultural de Bezerros a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bezerros, Estado de Pernambuco, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.165, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de exposições de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 2.416, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária de Moradores e Amigos de Cordislândia MG (AMACOR), na cidade de cordislândia-MG;

2 – Portaria nº 2.417, de 21 de novembro de 2002 – Associação Cultural Comunitária de Jucati, na cidade de Jucati-PE

3 – Portaria nº 2.418, de 21 de novembro de 2002 – Associação de Rádio Comunitária e Cultural de Verdejante-PE, na cidade de Verdejante-PE;

4 – Portaria nº 2.419, de 21 de novembro de 2002 – Associação Cultural e Comunitária Herotildes Pereira de Lira, na cidade de Primavera-PE;

5 – Portaria nº 2.420, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária de Santo Amaro – ACSA, na cidade de Santo Amaro do Maranhão-MA;

6 – Portaria nº 2.421, de 21 de novembro de 2002 – Associação Miriam de Amparo Social e Cultural de Bezerros, na cidade de Bezerros-PE;

7 – Portaria nº 2.422, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária Educacional e Cultural de Abreu e Lima – ACECAL, na cidade de Abreu e Lima-PE;

8 – Portaria nº 2.423, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária Educativa e de Radiodifusão de Cabeceiras-GO – ACERC, na cidade de Cabeceiras-GO;

9 – Portaria nº 2.424, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária de Campos Verdes – GO, na cidade de Campos Verdes-GO;

10 – Portaria nº 2.425, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Cidadania do Barro Vermelho, na cidade de Crato-CE;

11 – Portaria nº 2.426, de 21 de novembro de 2002 – Fundação Maria de Jesus Pessoa, na cidade de Chapadinha-MA;

12 – Portaria nº 2.427, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária Cultural Carmelitana, na cidade de Monte Carmelo-MG;

13 – Portaria nº 2.428, de 21 de novembro de 2002 – Centro Comunitário José Batalha de Góis – CE-CBGOIS, na cidade de São Cristovão-SE;

14 – Portaria nº 2.429, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM, na cidade de Garanhuns-PE;

15 – Portaria nº 2.430, de 21 de novembro de 2002 – Associação Beneficente e Cultural Padre Bernardo, na cidade de Macajuba-BA; e

16 – Portaria nº 2.431, de 21 de novembro de 2002 – Associação Vale Teles Pires de Comunicação – AVATEPIC, na cidade de Sinop-MT.

Brasília, 20 de dezembro de 2002.

MC nº 1519 EM

Brasília, 10 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Miriam de Amparo Social

e Cultural de Bezerros, na cidade de Bezerros, Estado de Pernambuco, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53103.000840/1998, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 2.421, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos arts. 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53103.000840/1998, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade Associação Miriam de Amparo Social e Cultural de Bezerros, com sede na Rua Professor Amaral s/nº, Bairro São Sebastião, na cidade de Bezerros, Estado de Pernambuco, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas

com latitude em 08°14'09"S e longitude em 35°45'01"W, utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

RELATÓRIO Nº 565/2002–DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.103.000.840–98 de 29 de outubro de 1998.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Miriam de Amparo Social e Cultural de Bezerras, na localidade de Bezerras, Estado de Pernambuco.

I – Introdução

1. Associação Miriam de Amparo Social e Cultural de Bezerras, inscrita no CNPJ sob o nº 2.402.151/0001–00, com sede à Rua Professor Amaral, s/nº B. São Sebastião, Cidade de Bezerras – PE dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 20 de outubro de 1998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 18 de março de 1999, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-1998,

o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 02/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 02/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (Item 6.7 e incisos, da Norma 02/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 242, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• Informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Professor Amaral, s/n. B. São Sebastião, Cidade de Bezerras, Estado de Pernambuco, de coordenadas geográficas em 08°14'09"S de latitude e 35°45'01"W de longitude, consoante os dados constantes no aviso no **DOU** de 18-3-1999, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do

documento de folhas 59, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se as diligências para apresentação de alterações estatutárias, comprovação do devido registro da Ata de Fundação e do Estatuto Social, apresentação dos subitens 6.7, II, III, IV, V, VI, VIII, subitem 6.11 (Projeto Técnico) e 6.11, II da Norma 02/98, (fls 63-252).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 249, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 253 e 254.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Míriam de Amparo social e Cultural de Bezerros

– quadro diretivo

Presidente: Zélia da Silva Sanguineto

Vice-Presidente: Maria Niedjz Bezerra Cavalcante

1º Secretário: Roseane Maria do Nascimento

2º Secretário: Maria Amélia Pontes

1º Tesoureiro: Esmeraldo Xavier da Silva

2º Tesoureiro: Maria Julita do Espírito Santo

Dir. de Comunic.: Gerson Moreira de Oliveira

Dir. Prog. e Eventos: Cícera Maria da Silva

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Professor Amaral, s/nº, Bairro São Sebastião, Cidade de Bezerros, Estado de Pernambuco.

– coordenadas geográficas

08°14'09"S de latitude e 35°45'01"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 249 e “Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom”, fls. 253 e 254, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Míriam de Amparo Social e Cultural de Bezerros, no sentido de conceder-lhe a outorga de autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.103.000.840–98 de 20 de outubro de 1998.

Brasília, 22 de outubro de 2002. – **Sibela Leandra Portela**, Relatora da conclusão Jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 23 de outubro de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador Geral.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**LEI Nº 10.597,
DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002**

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

.....
(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 871, DE 2004**

(Nº 449/2003, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Fundação
Maria de Jesus Pessoa a executar serviço
de radiodifusão comunitária na cidade de
Chapadinha, Estado do Maranhão.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.426, de 21 de novembro de 2002, que autoriza a Fundação Maria de Jesus Pessoa a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.165, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de exposições de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 2.416, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária de Moradores e Amigos de Cordislândia MG (AMACOR), na cidade de Cordislândia-MG;

2 – Portaria nº 2.417, de 21 de novembro de 2002 – Associação Cultural Comunitária de Jucati, na cidade de Jucati-PE;

3 – Portaria nº 2.418, de 21 de novembro de 2002 – Associação de Rádio Comunitária e Cultural de Verdejante-PE, na cidade de Verdejante-PE;

4 – Portaria nº 2.419, de 21 de novembro de 2002 – Associação Cultural e Comunitária Herotildes Pereira de Lira, na cidade de Primavera-PE;

5 – Portaria nº 2.420, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária de Santo Amaro – ACSA, na cidade de Santo Amaro do Maranhão-MA;

6 – Portaria nº 2.421, de 21 de novembro de 2002 – Associação Miriam de Amparo Social e Cultural de Bezerras, na cidade de Bezerras-PE;

7 – Portaria nº 2.422, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária Educacional e Cultural de Abreu e Lima – ACECAL, na cidade de Abreu e Lima-PE;

8 – Portaria nº 2.423, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária Educativa e de Radiodifusão de Cabeceiras – GO – ACERC, na cidade de Cabeceiras-GO;

9 – Portaria nº 2.424, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária de Campos Verdes – GO, na cidade de Campos Verdes-GO;

10 – Portaria nº 2.425, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Cidadania do Barro Vermelho, na cidade de Crato-CE;

11 – Portaria nº 2.426, de 21 de novembro de 2002 – Fundação Maria de Jesus Pessoa, na cidade de Chapadinha-MA;

12 – Portaria nº 2.427, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária Cultural Carmelitana, na cidade de Monte Carmelo-MG;

13 – Portaria nº 2.428, de 21 de novembro de 2002 – Centro Comunitário José Batalha de Góis – CE-CBGOIS, na cidade de São Cristovão-SE;

14 – Portaria nº 2.429, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM, na cidade de Garanhuns-PE;

15 – Portaria nº 2.430, de 21 de novembro de 2002 – Associação Beneficente e Cultural Padre Bernardo, na cidade de Macajuba-BA; e

16 – Portaria nº 2.431, de 21 de novembro de 2002 – Associação Vale Teles Pires de Comunicação – AVATEPIC, na cidade de Sinop-MT.

Brasília, 20 de dezembro de 2002.

MC nº 1.532 EM

Brasília, 10 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Fundação Maria de Jesus Pessoa, na cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo

educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53680.000831/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passara a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

**PORTARIA Nº 2.426,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 2002**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos arts. 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53680.000831/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Fundação Maria de Jesus Pessoa, com sede na BR 222, km 5, Bairro Boa Vista, na cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 03°44'33"S e longitude em 43°20'30"W, utilizando a frequência de 87,9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

RELATÓRIO Nº 375/2002–DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53680000831/98, de 18-11-98.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Fundação Maria de Jesus Pessoa, localidade de Chapadinha, Estado do Maranhão.

I – Introdução

1. A Fundação Maria de Jesus Pessoa, inscrita no CGC/MF ou CNPJ sob o número 41.477.514/0001-10, no Estado do Maranhão, com sede na BR 222 – km 5 – Boa Vista, cidade de Chapadinha, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimentos datados de 18 de novembro de 1998 e 01 de fevereiro de 1999, subscritos por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do aviso publicado no Diário Oficial da União – **DOU**, de 18 de março de 1999, Seção 3, que contempla localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do art. 12, do regulamento do serviço de radiodifusão comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o regulamento do serviço de radiodifusão comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98) está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

– Estatuto Social;

- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 9 a 285, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na BR 222 – Km 5 s/nº – Boa Vista, na cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão, de coordenadas geográficas em 03º44'33"S de latitude e 43º20'30"W de longitude. Tal endereço, inicialmente foi alterado, mediante solicitação datada de 1º de fevereiro de 1999, que passaria a ser MA 230 – Km O s/nº – Boa Vista, consoante aos dados constantes do aviso publicado no DOU, de 18-3-1999, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 76 e 77, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom". Posteriormente, a requerente indicou o mesmo endereço inicialmente proposto, conforme confirmação por meio de documento datado de 22-3-99.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;

- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, III, IV, V e VIII da Norma nº 2/98, declaração do endereço da sede e encaminhamento do Projeto Técnico (fls. 170 à 285).

13. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls 212 e 213, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11 fls. 222 e 223.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Fundação Maria de Jesus Pessoa;

– quadro diretivo

Presidente: Maria Teresa Pessoa Lima

Dir. Administrativo: Edilônia B. de Barros
Dir. Financeira: Ana Pureza M. Machado
Secretária: Nilma Alves Ferreira
Conselheiros: Zima Sousa dos Santos
Conselheiros: Francisco G. V de Sousa
Conselheiros: Francisco Pessoa Filho
Conselheiros: Genuína M. Cunha Pessoa

– **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

BR 222 – km5, s/nº – Boa Vista, cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão;

– **coordenadas geográficas**

03°44'33" de latitude e 43°20'30" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 222 e 223, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 212 e 213 e que se referem à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Fundação Maria de Jesus Pessoa, no sentido de conceder-lhe a outorga de autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53680000831/98, de 18 de novembro de 1998.

Brasília, 3 de julho de 2002. – **Alexandra Luciana Costa**, Chefe de Divisão/SSR, Relator da Conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Chefe de Divisão/SSR, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga e Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 4 de julho de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador Geral.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.597 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o serviço de radiodifusão comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

.....
(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 872, DE 2004**

(Nº 454/2003, Na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Pinhalzinho FM a executar serviço

de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.435, de 21 de novembro de 2002, que autoriza a Rádio Comunitária Pinhalzinho FM a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.166, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de exposições de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 2.433, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária Camponovense de Radiodifusão, na cidade de Campo Novo do Parecis – MT;

2 – Portaria nº 2.434, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária Cultural Felizburguense de Radiodifusão, na cidade de Felizburgo – MG;

3 – Portaria nº 2.435, de 21 de novembro de 2002 – Rádio Comunitária Pinhalzinho FM, na cidade de Pinhalzinho – SC;

4 – Portaria nº 2.438, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária de Radiodifusão Atividade de Sirinhaém, na cidade de Sirinhaém – PE;

5 – Portaria nº 2.598, de 28 de novembro de 2002 – Associação de Integração e Difusão Comunitária das Moreninhas, na cidade de Campo Grande – MS;

6 – Portaria nº 2.599, de 28 de novembro de 2002 – Associação Comunitária Beneficente de Bueno Brandão, na cidade de Bueno Brandão – MG;

7 – Portaria nº 2.600, de 28 de novembro de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação (ACC), na cidade de Lábrea – AM;

8 – Portaria nº 2.698, de 29 de novembro de 2002 – Associação Rádio Comunitária Ibiranga, na cidade de Itambé – PE;

9 – Portaria nº 2.756, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Pró-Criança e Adolescente de Horizonte, na cidade de Horizonte – CE;

10 – Portaria nº 2.757, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária de Radiodifusão de

Monsenhor Paulo – Rádio Cidade FM para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, na cidade de Monsenhor Paulo – MG; e

11 – Portaria nº 2.758, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Matipó, na cidade de Matipó – MG.

Brasília, 20 de dezembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC nº 1.522 EM

Brasília, 10 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Rádio Comunitária Pinhalzinho FM, na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53820.000930/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 2.435, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos art. 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998,

e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.820.000.930/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Rádio Comunitária Pinhalzinho FM, com sede na Avenida Brasília, nº 2.150, 1º andar, sala nº 5 – centro, na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 26º50'58"S e longitude em 52º59'15"W, utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

RELATÓRIO Nº 577/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.820.000.930-98 de 9 de Dezembro de 1998.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Rádio Comunitária Pinhalzinho FM, na localidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina.

I – Introdução

1. Rádio Comunitária Pinhalzinho FM, inscrita no CNPJ sob o nº 02.374.352/0001-32 com sede à Av. Brasília, nº 2150, 1º Andar, sala 5, centro, cidade de Pinhalzinho, SC, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 30 de Novembro de 1998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 18 de Março de 1999, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de

junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de serviços de radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do (item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária).

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 240, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e nor-

mativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Av. Brasília, nº 2.150, Centro, Cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, de coordenadas geográficas em 26º50'58"S de latitude e 52º59'15"W de longitude, consoante os dados constantes no avulso no **DOU** de 18-3-1999, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 97, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se as diligências para apresentação de alterações estatutárias, comprovação do devido registro da Ata de Fundação e da Ata de Alteração Estatutária, apresentação do subitem 6,7 II, III, IV, V, VI, VII, VIII, XI da Norma nº 2/98, e o subitem 6.11 (Projeto Técnico) da Norma nº 2/98, (fls. 100-239).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 231, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;

– diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 233 e 234.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– **nome**

Rádio Comunitária Pinhalzinho FM

– **quadro diretivo**

Presidente: Alvírio J. Ely

Vice-Presidente: Nelso Giordan

Secretário Geral: Aida da Silva

Tesoureiro: Luiz Rosset

Dir. Geral: Olento C. Strazzabosco

– **Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Av. Brasília, nº 2.150, Centro, Cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina.

– **coordenadas geográficas**

26° 50' 58" S de latitude e 52° 59' 15" W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls 231 e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom", fls. 233 e 234, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Rádio Comunitária Pinhalzinho FM, no sentido de conceder-lhe a outorga de autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.820.000.930-98 de 9 de Dezembro de 1998.

Brasília, 28 de outubro de 2002. – **Sibela Leandra Portella**, Relator da conclusão jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Relator da conclusão técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 11 de novembro de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador Geral.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

.....
(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 873, DE 2004

(Nº 456/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Monsenhor Paulo – Rádio Cidade FM para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Paulo, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 2.757, de 2 de dezembro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Monsenhor Paulo – Rádio Cidade FM para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Paulo, Estado de Minas Gerais, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.166, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto a apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de exposições de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 2.433, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária Camponovense de Radiodifusão, na cidade de Campo Novo do Parecis – MT;

2 – Portaria nº 2.434, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária Cultural Felizburguense de Radiodifusão, na cidade de Felizburgo – MG;

3 – Portaria nº 2.435, de 21 de novembro de 2002 – Rádio Comunitária Pinhalzinho FM, na cidade de Pinhalzinho – SC;

4 – Portaria nº 2.438, de 21 de novembro de 2002 – Associação Comunitária de Radiodifusão Atividade de Sirinhaém, na cidade de Sirinhaém – PE;

5 – Portaria nº 2.598, de 28 de novembro de 2002 – Associação de Integração e Difusão Comunitária das Moreninhas, na cidade de Campo Grande – MS;

6 – Portaria nº 2.599, de 28 de novembro de 2002 – Associação Comunitária Beneficente de Bueno Brandão, na cidade de Bueno Brandão – MG;

7 – Portaria nº 2.600, de 28 de novembro de 2002 – Associação Comunitária de Comunicação (ACC), na cidade de Lábrea – AM;

8 – Portaria nº 2.698, de 29 de novembro de 2002 – Associação Rádio Comunitária Ibiranga, na cidade de Itambé – PE;

9 – Portaria nº 2.756, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Pró-Criança e Adolescente de Horizonte, na cidade de Horizonte – CE;

10 – Portaria nº 2.757, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Monsenhor Paulo – Rádio Cidade FM para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, na cidade de Monsenhor Paulo – MG; e

11 – Portaria nº 2.758, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Matipó, na cidade de Matipó – MG.

Brasília, 20 de dezembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 1.559 EM

Brasília, 13 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Radiodifusão de Monsenhor Paulo – Rádio Cidade FM para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, na cidade de Monsenhor Paulo, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço,

cujas documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 537 10.000953/1999, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 2.757, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos arts. 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000953/1999, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade Associação Comunitária de Radiodifusão de Monsenhor Paulo – Rádio Cidade FM para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, com sede na Rua São João nº 506, Bairro Novo Horizonte, na cidade de Monsenhor Paulo, Estado de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 21°45'36"S e longitude em 45°32'26"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo

a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

RELATÓRIO Nº 583/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.710.000.953-99 de 23 de julho de 1999.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Radiodifusão de Monsenhor Paulo – Rádio Cidade FM para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, na localidade de Monsenhor Paulo, Estado de Minas Gerais.

I – Introdução

1. Associação Comunitária de Radiodifusão de Monsenhor Paulo – Rádio Cidade FM para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, inscrita no CNPJ sob o nº 03.254.049/0001-69, com sede na Rua São João, nº 509, Bairro Novo Horizonte, Cidade de Monsenhor Paulo, MG, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 6 de julho de 1999, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 9 de setembro de 1999, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comuni-

tária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 121 dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua São João, nº 506, Bairro Novo Horizonte, Cidade de Monsenhor Paulo, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 21º04'12"S de latitude e 45º33'12" W de longitude, consoante os dados constantes no aviso do **DOU** de 9-9-1999, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam

ser alteradas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 31, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”. Posteriormente foram apresentadas novas coordenadas que foram analisadas e aceitas pelo Engenheiro responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se as diligências para comprovação do devido registro da Ata de Fundação e do Estatuto Social, apresentação de alteração estatutária, apresentação dos subitens 6, 7 II, III, IV, V, VI, VIII e X, 6.11 (Projeto Técnico) da Norma nº 2/98 e ainda o subitem 14.2.7.1.1 da Norma nº 2/98 (fls. 35-120).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 88, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 116 e 117.

15. É o relatório

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de

documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, Seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– Nome

Associação Comunitária de Radiodifusão de Monsenhor Paulo – Rádio Cidade FM Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural

– Quadro diretivo

Presidente: Edenir Felicioni

Vice-Presidente: Luciana Felicioni

Dir. Secretária: Maria de Fátima Ciacci

Dir. Tesoureiro: Vanir Muniz Fonseca

Dir. Social: Claudiston do Sacramento

– Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua São João, nº 506, Bairro Novo Horizonte, Cidade de Monsenhor Paulo, Estado de Minas Gerais.

– coordenadas geográficas

21° 45' 36" S de latitude e 45° 32' 26" W de longitude, correspondentes aos dados constantes no “Formulário de Informações Técnicas”, fl. 88 e “Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom”, fls. 116 e 117, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Radiodifusão de Monsenhor Paulo – Rádio Cidade FM para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, no sentido de conceder-lhe a outorga de autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.710.000.953–99 de 23 de Julho de 1999.

Brasília, 12 de novembro de 2002. – **Sibela Leandra Portela**, Relatora da conclusão Jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Relatora da conclusão Técnica De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 21 de novembro de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador Geral.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que

institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

.....
(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 874 , DE 2004**

(Nº 457/2003 , na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis – ADECOL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.759, de 2 de dezembro de 2002, que autoriza a Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis – ADECOL a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.167, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do inciso. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de exposições de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 2.759, de 2 de dezembro de 2002 – Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis – ADECOL, na cidade de Lebon Régis – SC;

2 – Portaria nº 2.760, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Educacional Cultural e Social Renascer do Bairro Goiabeiras Barra do Ceará, na cidade de Fortaleza – CE;

3 – Portaria nº 2.761, de 2 de dezembro de 2002 – Organização Não Governamental Porão do Rock – ONG Porão do Rock, na cidade de Brasília – DF;

4 – Portaria nº 2.762, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol, na cidade de Cândido de Abreu – PR;

5 – Portaria nº 2.763, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Cultural dos Amigos de Nova Esperança do Piriá – ACANEP, na cidade de Nova Esperança do Piriá – PA;

6 – Portaria nº 2.764, de 2 de dezembro de 2002 – Fundação Aurora Bezerra Nóbrega – FUNABEN, na cidade de Junco do Seridó – PB;

7 – Portaria nº 2.765, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Aparecidense Comunitária de Radiodifusão – AACORA, na cidade de Conceição da Aparecida – MG;

8 – Portaria nº 2.766, de 2 de dezembro de 2002 – Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Pará – ARCOSFA, na cidade de São Francisco do Pará – PA;

9 – Portaria nº 2.767, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária da Cidadania, na cidade de São Francisco do Maranhão – MA;

10 – Portaria nº 2.777, de 5 de dezembro de 2002 – Associação Vida de Promoção Social, na cidade de São Pedro da Aldeia – RJ;

11 – Portaria nº 2.778, de 5 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária Esperança, na cidade de Açailândia – MA;

12 – Portaria nº 2.785, de 6 de dezembro de 2002 – Associação de Fomento Agrícola de São João de Pirabas, Estado do Pará, na cidade de São João de Pirabas – PA;

13 – Portaria nº 2.786, de 6 de dezembro de 2002 – Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto – AFSCAB, na cidade de Niterói – RJ;

14 – Portaria nº 2.787, de 6 de dezembro de 2002 – Associação Cultural Comunitária Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na cidade de Guarulhos – SP; e

15 – Portaria nº 2788, de 6 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária Esportiva, Cultural e do Meio Ambiente dos Amigos de São Francisco do Brejão, na cidade de São Francisco do Brejão – MA.

Brasília, 20 de dezembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 1.551 EM

Brasília, 13 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis – ADECOL, na cidade de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração de informações benéficas em todos os segmentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53740.002103/2000, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 2.759, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos arts. 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.002103/2000, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis – ADECOL, com sede na Rua Arthur Barth s/nº, centro, na cidade de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 26º56'07"S e longitude em 50º41'17"W, utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade

iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

RELATÓRIO Nº 523/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53740002103/00, de 5-6-00.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis – ADECOL, localidade de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina.

I – Introdução

1. A Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis – ADECOL, inscrita no CNPJ sob o nº 3.459.194/0001-88, no Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Arthur Barth s/nº, cidade de Lebon Régis, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 25 de outubro de 1999, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU** de 9 de abril de 2001, Seção 3, que contempla localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do art. 12, do regulamento do serviço de radiodifusão comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/ documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o regulamento do serviço de radiodifusão comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item I), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 3 a 116, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Waldir Ortigari nas dependências do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio, na cidade de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, de coordenadas geográficas em 27°00'00"S de latitude e 26°55'00"W de longitude, consoante aos dados constantes do aviso publicado no **DOU**, de 9-4-01, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser esclarecidas, pelo que se depreende da memória

do documento de folhas 110, denominado de "Roteiro de Análise

Técnica de RadCom". Posteriormente foram indicados novo endereço e coordenadas, o que foi analisado e aceito por este departamento.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, III, IV, V, VI, XIX e X da Norma nº 2/98, comprovação de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, declaração do endereço da sede, cópia do cartão do CNPJ da requerente e apresentação do Projeto técnico (fls. 37 a 116).

13. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o 'Formulário de Informações Técnicas – fls 110, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11. Folhas 113 e 114.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução

dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– **Nome**

Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis – ADECOL;

– **Quadro Diretivo**

Presidente: Julio Cezar Gomes

Vice-Presidente: Anice Veiga Silveira

Secretário: Janete Dias Siqueira

Dir. do Dep. Jurídico: Wolney França

Dir. Cult., Esp. e Lazer: Luiz Carlos Koehler

Vice Dir. Fin. e Patrim.: Eny Aparecida Tramontina

Dir. Cult, Esp. e Lazer: Luiz Carlos Koehler

Dir. de Comunicação: Gerson Nunes

Dir. das Pol. Sociais: Tânia de F. Moreira

– **Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Av. Waldir Ortigari s/nº – Aurino Spautz, cidade de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina;

– **Coordenadas geográficas**

26º56'07" de latitude e 50º41'17" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 113 e 114, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls 110 e que se referem à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis – ADECOL, no sentido de conceder-lhe a outorga de autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53740002103/00, de 5 de junho de 2000.

Brasília, 23 de setembro de 2002. – **Alexandra Luciana Costa**, Chefe de serviço/SSR, Relatora da Conclusão Jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Chefe de serviço/SSR, Relatora da Conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga e Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 25 de setembro de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador-Geral.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 875, DE 2004**

(Nº 458/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Educacional Cultural e Social Renascer do Bairro Goiabeiras Barra do Ceará a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.760, de 2 de dezembro de 2002, que autoriza a Associação Educacional Cultural e Social Renascer do Bairro Goiabeiras Barra do Ceará a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.167, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 2.759, de 2 de dezembro de 2002

– Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis – ADECOL, na cidade de Lebon Régis – SC;

2 – Portaria nº 2.760, de 2 de dezembro de 2002

– Associação Educacional Cultural e Social Renascer do Bairro Goiabeiras Barra do Ceará, na cidade de Fortaleza – CE;

3 – Portaria nº 2.761, de 2 de dezembro de 2002
– Organização Não Governamental Porão do Rock
– ONG Porão do Rock, na cidade de Brasília – DF;

4 – Portaria nº 2.762, de 2 de dezembro de 2002
– Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol, na cidade de Cândido de Abreu – PR;

5 – Portaria nº 2.763, de 2 de dezembro de 2002
– Associação Cultural dos Amigos de Nova Esperança do Piriá – ACANEP, na cidade de Nova Esperança do Piriá – PA;

6 – Portaria nº 2.764, de 2 de dezembro de 2002
– Fundação Aurora Bezerra Nóbrega – FUNABEN, na cidade de Junco do Seridó – PB;

7 – Portaria nº 2.765, de 2 de dezembro de 2002
– Associação Aparecidense Comunitária de Radiodifusão – AACORA, na cidade de Conceição da Aparecida – MG;

8 – Portaria nº 2.766, de 2 de dezembro de 2002
– Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Pará – ARCOSFA, na cidade de São Francisco do Pará – PA;

9 – Portaria nº 2.767, de 2 de dezembro de 2002
– Associação Comunitária da Cidadania, na cidade de São Francisco do Maranhão – MA;

10 – Portaria nº 2.777, de 5 de dezembro de 2002
– Associação Vida de Promoção Social, na cidade de São Pedro da Aldeia – RJ;

11 – Portaria nº 2.778, de 5 de dezembro de 2002
– Associação Comunitária Esperança, na cidade de Açailândia – MA;

12 – Portaria nº 2.785, de 6 de dezembro de 2002
– Associação de Fomento Agrícola de São João de Pirabas, Estado do Pará, na cidade de São João de Pirabas – PA;

13 – Portaria nº 2.786, de 6 de dezembro de 2002
– Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto – AFSCAB, na cidade de Niterói – RJ;

14 – Portaria nº 2.787, de 6 de dezembro de 2002
– Associação Cultural Comunitária Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na cidade de Guarulhos – SP; e

15 – Portaria nº 2.788, de 6 de dezembro de 2002
– Associação Comunitária Esportiva, Cultural e do Meio Ambiente dos Amigos de São Francisco do Brejão, na cidade de São Francisco do Brejão – MA.

Brasília, 20 de dezembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC nº 1.561 EM

Brasília, 13 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Educacional Cultural e Social

Renascença do Bairro Goiabeiras Barra do Ceará, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53650.000053/00, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 2.760, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos arts. 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.650.000.053/00, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Educacional Cultural e Social Renascença do Bairro Goiabeiras – Barra do Ceará, com sede na Rua Chico Xavier, nº 40, Goiabeiras – Barra do Ceará, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas ge-

ográficas com latitude em 03°42'06"S e longitude em 38°34'43"W, utilizando a frequência de 87,9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

RELATÓRIO Nº 469/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.650.000.053/00, de 27-1-00.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Educacional, Cultural e Social Renascer do Bairro Goiabeiras – Barra do Ceará, localidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

I – Introdução

1. A Associação Educacional Cultural e Social Renascer do Bairro Goiabeiras Barra do Ceará, inscrita no CGC/MF ou CNPJ sob o nº 00.066.058/0001-38, no Estado do Ceará, com sede na Rua Chico Xavier nº 40 – Goiabeiras – Barra do Ceará, cidade de Fortaleza, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 10 de janeiro de 2000, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 17 de dezembro de 1999, Seção 3, que contempla localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O departamento de outorga de serviços de radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente

processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 2 à 118, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Chico Xavier nº 40 – Barra do Ceará, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, de coordenadas geográficas em 03°42'08"S de latitude e 38°34'44"W de longitude, consoante aos dados constantes do aviso publicado no **DOU**, de 17-12-99, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 52, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, II e X da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do cartão do CNPJ, declaração do endereço da sede, encaminhamento do projeto técnico. Vale salientar que a entidade alterou a sua razão social, no que se refere ao estatuto segundo o indicado às fls. 85 à 87 (fls. 55 à 118).

13. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 108, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11. Folhas 119 e 120.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do ser-

viço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– Nome

Associação Educacional, Cultural e Social Renascer do Bairro Goiabeiras Barra do Ceará;

– Quadro diretivo

Presidente: Antônio Miramar Costa

Vice-presidente: Tarcizio de Almeida Ibiapina Júnior

Secretário: Alexsandra dos Santos Carolino

2º Secretário: Marcos Aurélio de Medeiros Soares

Tesoureiro: Ester Maria Barros da Silva

2º Tesoureiro: João Costa Filho

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Chico Xavier nº 40 – Goiabeiras – Barra do Ceará, cidade de Fortaleza, Estado do Ceará;

– coordenadas geográficas

03º42’06” de latitude e 38º34’43” de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 119 e 120, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fl. 108 e que se referem à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Educacional, Cultural e Social Renascer do Bairro Goiabeiras Barra do Ceará, no sentido de conceder-lhe a outorga de autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53650000053/00, de 27 de janeiro de 2000.

Brasília, 28 de agosto de 2002. – **Alexandra Luciana Costa**, Relatora da conclusão Jurídica – **Ana Maria das Dores e Silva**, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga e Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 29 de agosto de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador Geral.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que

institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 876, DE 2004**

(Nº 459/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Organização Não Governamental Porão do Rock – ONG Porão do Rock a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.761, de 2 de dezembro de 2002, que autoriza a Organização Não Governamental Porão do Rock – ONG Porão do Rock a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.167, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 2.759, de 2 de dezembro de 2002 – Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis – ADECOL, na cidade de Lebon Régis – SC.;

2 – Portaria nº 2.760, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Educacional Cultural e Social Renascer do Bairro Goiabeiras – Barra do Ceará, na cidade de Fortaleza – CE;

3 – Portaria nº 2.761, de 2 de dezembro de 2002 – Organização Não-Governamental Porão do Rock – ONG – Porão do Rock, na cidade de Brasília – DF;

4 – Portaria nº 2.762, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol, na cidade de Cândido de Abreu – PR;

5 – Portaria nº 2.763, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Cultural dos Amigos de Nova Esperança do Piriá – ACANEP, na cidade de Nova Esperança do Piriá – PA;

6 – Portaria nº 2.764, de 2 de dezembro de 2002 – Fundação Aurora Bezerra Nóbrega – FUNABEN, na cidade de Junco do Seridó – PB;

7 – Portaria nº 2.765, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Aparecidense Comunitária de Radiodifusão – AACORA, na cidade de Conceição da Aparecida – MG;

8 – Portaria nº 2.766, de 2 de dezembro de 2002 – Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Pará – ARCOSFA, na cidade de São Francisco do Pará – PA;

9 – Portaria nº 2.767, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária da Cidadania, na cidade de São Francisco do Maranhão – MA;

10 – Portaria nº 2.777, de 5 de dezembro de 2002 – Associação Vida de Promoção Social, na cidade de São Pedro da Aldeia – RJ;

11 – Portaria nº 2.778, de 5 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária Esperança, na cidade de Açailândia – MA;

12 – Portaria nº 2.785, de 06 de dezembro de 2002 – Associação de Fomento Agrícola de São João de Pirabas, Estado do Pará, na cidade de São João de Pirabas – PA;

13 – Portaria nº 92.786, de 6 de dezembro de 2002 – Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto – AFSCAB, na cidade de Niterói – RJ;

14 – Portaria nº 2.787, de 6 de dezembro de 2002 – Associação Cultural Comunitária Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na cidade de Guarulhos – SP; e

15 – Portaria nº 2.788, de 6 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária Esportiva, Cultural e do Meio Ambiente dos Amigos de São Francisco do Brejão, na cidade de São Francisco do Brejão – MA.

Brasília, 20 de dezembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 1.560 EM

Brasília, 13 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Organização Não-Governamental Porão do Rock – ONG Porão do Rock, na cidade de Brasília, Distrito Federal, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53000.003679/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 2.761, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos arts. 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.003679/01, resolve:

Art. 1º Autorizar a Organização Não-Governamental Porão do Rock – ONG Porão do Rock, com sede na SCLN 207, Bloco “A” – Subsolo nº 61, na cidade de Brasília, Distrito Federal, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 15°45’48”S e longitude em 47°52’55”W, utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade

iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

RELATÓRIO Nº 525/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.000.003.679-01 de 9 de Outubro de 2001.

Objetivo: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de radiodifusão Comunitária.

Interessado: Organização Não-Governamental Porão do Rock – ONG Porão do Rock, na localidade de Brasília, Distrito Federal.

I – Introdução

1. Organização Não-Governamental Porão do Rock – ONG Porão do Rock, inscrita no CNPJ sob o nº 04.764.724/0001-62, com sede à SCLN 207, bloco A, subsolo 61, Cidade de Brasília – DF, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 8 de Outubro de 2001, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 6 de Setembro de 2001, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do art. 12, do regulamento do serviço de radiodifusão comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/ documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-1998, o regulamento do serviço de radiodifusão comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- estatuto social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 55, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na SCLN 207, Bl. A, subsolo 61, Cidade de Brasília, DF, de coordenadas geográficas em 15°45'49"S de latitude e 47°52'55"W de longitude, consoante os dados constantes no aviso no **DOU** de 6-9-01, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser alteradas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 40, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom". Posteriormente foram

apresentadas novas coordenadas que foram analisadas e aceitas pelo Engenheiro responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação do subitem 14.2.7.1.1 da Norma nº 2/98, cópia de alteração estatutária, subitem 6,7, VI e XI da Norma nº 2/98 e posteriormente o subitem 6.11 da Norma nº 2/98 (fls 43 – 76).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnica", fls. 62, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 76 e 77.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– **nome**

– Organização Não Governamental Porão do Rock – ONG Porão do Rock

– **quadro diretivo**

Dir. Presidente: Luiz Otávio Caetano Alves Brandão

Dir. Administrativo: Leonardo Barros de Oliveira

Dir. Financeiro: Renato Luiz Vasconcelos Junior

– **Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

SCLN 207 bl. A, subsolo 61, Cidade de Brasília, Distrito Federal.

– **coordenadas geográficas**

15°45'48"S de latitude e 47°52'55"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls 62 e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom", fls. 76 e 77, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Organização Não Governamental Porão do Rock – ONG Porão do Rock, no sentido de conceder-lhe a outorga de autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.000.003.679-01 de 9 de outubro de 2001.

Brasília, 20 de setembro de 2002. – **Sibela Leandra Portela**, Relatora da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 3 de outubro de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 3 de outubro de 2002. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

LEGISLAÇÃO CITADA**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

.....
(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 877, DE 2004**

(Nº 460/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cândido de Abreu, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.762, de 2 de dezembro de 2002, que autoriza a Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cândido de Abreu, Estado do Paraná, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.167, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 2.759, de 2 de dezembro de 2002 – Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis – ADECOL, na cidade de Lebon Régis – SC;

2 – Portaria nº 2.760, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Educacional Cultural e Social Renascer do Bairro Goiabeiras Barra do Ceará, na cidade de Fortaleza – CE;

3 – Portaria nº 2.761, de 2 de dezembro de 2002 – Organização Não Governamental Porão do Rock – ONG Porão do Rock, na cidade de Brasília – DF;

4 – Portaria nº 2.762, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol, na cidade de Cândido de Abreu – PR;

5 – Portaria nº 2.763, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Cultural dos Amigos de Nova Esperança do Piriá – ACANEP, na cidade de Nova Esperança do Piriá – PA;

6 – Portaria nº 2.764, de 02 de dezembro de 2002 – Fundação Aurora Bezerra Nóbrega – FUNABEN, na cidade de Junco do Seridó – PB;

7 – Portaria nº 2.765, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Aparecidense Comunitária de Radiodifusão – AACORA, na cidade de Conceição da Aparecida – MG;

8 – Portaria nº 2.766, de 2 de dezembro de 2002 – Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Pará – ARCOSFA, na cidade de São Francisco do Pará – PA;

9 – Portaria nº 2.767, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária da Cidadania, na cidade de São Francisco do Maranhão – MA;

10 – Portaria nº 2.777, de 5 de dezembro de 2002 – Associação Vida de Promoção Social, na cidade de São Pedro da Aldeia – RJ;

11 – Portaria nº 2.778, de 5 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária Esperança, na cidade de Açailândia – MA;

12 – Portaria nº 2.785, de 6 de dezembro de 2002 – Associação de Fomento Agrícola de São João de Pirabas, Estado do Pará, na cidade de São João de Pirabas – PA;

13 – Portaria nº 2.786, de 06 de dezembro de 2002 – Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto – AFSCAB, na cidade de Niterói – RJ;

14 – Portaria nº 2.787, de 6 de dezembro de 2002 – Associação Cultural Comunitária Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na cidade de Guarulhos – SP; e

15 – Portaria nº 2.788, de 6 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária Esportiva, Cultural e do Meio Ambiente dos Amigos de São Francisco do Brejão, na cidade de São Francisco do Brejão – MA.

Brasília, 20 de dezembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC nº 1.557 EM

Brasília, 13 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol, na cidade de Cândido de Abreu, Estado do Paraná, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações

permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53740.001029/1998, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadro do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 2.762, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos arts. 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.001029/1998, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol, com sede na Rua Segismundo Gradowski s/nº, Bairro Bela Vista, na cidade de Cândido de Abreu, Estado do Paraná, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 24°33'48"S e longitude em 51°19'45"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

RELATÓRIO Nº 588/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.740.001.029-98 de 4 de setembro de 1998.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol, na localidade de Cândido de Abreu, Estado do Paraná.

I – Introdução

1. Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol, inscrita no CNPJ sob o nº 53.740.001.029-98 com sede à Rua Segismundo Gradowski, s/nº, Bela Vista, Cidade de Cândido de Abreu, PR, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 31 de agosto de 1998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 18 de março de 1999, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 130, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Des. Antônio F. F. Costa, s/nº, Qd. 53, lote 8, Cidade de Cândido de Abreu, Estado do Paraná, de coordenadas geográficas em 24° 33' 48" S de latitude e 51° 19' 45" W de longitude, consoante os dados constantes no aviso no **DOU** de 18-3-1999, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas. Pelo que se depreende da memória do documento de folhas 84, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;

- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se as diligências para comprovação do devido registro da Ata de Fundação e do Estatuto Social, apresentação de alteração estatutária, apresentação do subitem 6,7 IV, V, VI, VIII, X da Norma nº 2/98, e o subitem 6.11 (Projeto Técnico) da Norma nº 2/98, (fls. 87 – 146).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”, fl. 136, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 147 e 148.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol

– quadro diretivo

Presidente: Simão Joel Ivaszek

Vice – Presidente: Miguel Martins

1º Secretário: Irineu Kondeszlsk

2º Secretário: Roberto Ernaldo Schidimidt

Dir. Administrativo: Dirceu Martins

Dir. de Divulgação: José Dirceu Ivaszek

– Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Segismundo Gradowski, Qd. 53, lote 0008, Bela Vista, Cidade de Cândido de Abreu, Estado do Paraná.

– Coordenadas geográficas

24°33'48"S de latitude e 51°19'45"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 136 e “Roteiro de Análise de Instalação da Estação de Radcom”, fls. 147 e 148, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.740.001.029-98 de 4 de setembro de 1998.

Brasília, 31 de outubro de 2002. – **Sibela Leandro Portella**, Relatora da Conclusão Jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Relatora da Conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 21 de novembro de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador Geral.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 878, DE 2004

(Nº 405/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusão Sul Riograndense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.017, de 20 de junho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 17 de março de 1999, a permissão outorgada à Rádio Difusão Sul Riograndense Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 772, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de exposições de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações de permissões pra explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 256, de 16 de maio de 2001 – Rádio Tapense S.A., na cidade de Tapes – RS;

2 – Portaria nº 586, de 16 de abril de 2002 – Fundação Cultural Princesa do Sul, na cidade de Pelotas – RS;

3 – Portaria nº 697, de 9 de maio de 2002 – Rádio Venâncio Aires Ltda., na cidade de Venâncio Aires – RS;

04 – Portaria nº 928, de 5 de junho de 2002 – Rádio Caiapó Ltda., na cidade de Rio Verde – GO;

5 – Portaria nº 1.011, de 20 de junho de 2002 – Rádio Uirapuru Ltda., na cidade de Passo Fundo – RS;

6 – Portaria nº 1.106, de 20 de junho de 2002 – Rádio Sananduva Ltda., na cidade de Sananduva – RS;

7 – Portaria nº 1.017, de 20 de junho de 2002 – Rádio Difusão Sul Riograndense Ltda., na cidade de Erechim – RS;

8 – Portaria nº 1.115, de 26 de junho de 2002 – Rádio Progresso do Mucuri Ltda., na cidade de Teófilo Otoni – MG;

9 – Portaria nº 1.116, de 26 de junho de 2002 – Rádio Tropical de Dionísio Ltda., originariamente Rádio Diosom Ltda., na cidade de Dionísio – MG;

10 – Portaria nº 1.270, de 12 de julho de 2002 – FM Maior de Aracati Ltda., na cidade de Aracati-CE;

11 – Portaria nº 1.305, de 16 de julho de 2002 – Rádio Cidade Andradina Ltda., na cidade de Andradina – SP;

12 – Portaria nº 1.308, de 16 de julho de 2002 – Expresso FM e Radiodifusão Ltda., na cidade de Campos Altos – MG; e

13 – Portaria nº 1.312, de 16 de julho de 2002 – Rádio Manchester Ltda., na cidade de Juiz de Fora – MG.

Brasília, 4 de setembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC nº 1.140 EM

Brasília, 16 de agosto de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submeto à apreciação de Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 1.017, de 20 de junho de 2002, pela qual renovei a permissão outorgada à Rádio Difusão Sul Riograndense Ltda., pela Portaria nº 276, de 10 de março de 1978, e renovada pela Portaria nº 48, de 29 de fevereiro de 1988, publicada no **Diário Oficial** da União em 10 de março seguinte, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o instruído de acordo com a legislação aplicável, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo Administrativo nº 53790.001633/97, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 1.017, DE 20 DE JUNHO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.001633/97, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 17 de março de 1998, a permissão outorgada à Rádio Difusão Sul Riograndense Ltda., pela Portaria nº 276, de 10 de março de 1978, e renovada pela Portaria nº 48, de 29 de fevereiro de 1988, publicada no **Diário Oficial** da União em 10 de março seguinte, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º, do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. — **Juarez Quadros do Nascimento.**

PARECER CONJUR/MC Nº 1.221/2002

Referência: Processo nº 53790.001633/97

Origem: Delegacia do MC no Estado do Rio Grande do Sul

Interessada: Rádio Difusão Sul Riograndense Ltda.

Assunto: Renovação de outorga.

Ementa: Permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, cujo prazo teve seu termo final em 17 de março de 1998. Pedido apresentado tempestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária.

Conclusão: Pelo deferimento do pedido.

Trata o presente processo de pedido de renovação de permissão, formulado pela Rádio Difusão Sul Riograndense Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, conforme Portaria nº 276, de 10 de março de 1978, cuja outorga foi renovada pela Portaria nº 48, de 29 de fevereiro de 1988, publicada no **Diário Oficial** da União em 10 de março seguinte.

2. O pedido foi objeto de análise pela Delegada do MC no Estado do Rio Grande do Sul, tendo aquela delegacia concluído favoravelmente ao pleito, consoante Parecer Jurídico nº 232/98, fls. 63 a 65, dos autos.

3. Reexaminadas as peças que constituem os autos do presente processo, o pedido, sua documentação e os fundamentos jurídicos que determinaram a postura de deferimento adotada pela DMC/RS, concluo, igualmente, pelo deferimento do postulado, acrescentando o seguinte:

os quadros societário e diretivo da entidade, autorizados pela Exposição de Motivos nº 359, de 29 de junho de 2001, do Ministério das Comunicações, publicada no **Diário Oficial** da União em 21 de agosto daquele ano, encontram-se atualmente assim constituídos:

COTISTAS	COTAS	VALOR EM R\$
EUNICE TEREZINHA RIBEIRO CHALELA	22.500	22.500,00
CLÁUDIO ARMANDO FAES	9.500	9.500,00
SIMONE RIBEIRO CHALELA	8.750	8.750,00
LUCIANA RIBEIRO CHALELA	8.750	8.750,00
AMALIN CHALELA FAES	500	500,00
TOTAL	50.000	50.000,00

GERENTES: CLÁUDIO ARMANDO FAES, AMALIN CHALELA FAES E EUNICE TEREZINHA RIBEIRO CHALELA

4. Ressalte-se que a outorga original está amparada juridicamente nos termos do que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e o Decreto nº 88.066, de 1983, eis que o pedido de sua renovação foi apresentado na forma devida, no prazo legal e com a documentação hábil.

5. Nos termos da lei, o pedido ter-se-á como deferido, porquanto não decidido ao termo da respectiva concessão ou permissão, sendo permitido o funcionamento, em caráter precário, dos serviços outorgados e não renovados em tempo hábil, concluindo-se, desta forma, que a terminação do prazo da permissão ou a pendência da sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado.

6. Isto posto, proponho o encaminhamento dos presentes autos, acompanhados de minuta dos atos próprios, à consideração do Exmº Sr. Ministro das Comunicações, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

7. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o § 3º, do art. 223 da Constituição, para que o ato de renovação possa produzir seus efeitos legais.

É o parecer **sub censura**.

Brasília, 7 de julho de 2002. — **Maria Lucia Paternostro Rodrigues**, Coordenadora Jurídica de Radiodifusão.

De acordo. Submeto à Senhora Consultora Jurídica.

Em 7 de junho de 2002. — **Maria da Glória Tuxi F. dos Santos**, Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicações.

Aprovo. Encaminhe-se ao Gabinete do Sr. Ministro.

Em 11 de junho de 2002. — **Raimunda Nonata Pires**, Consultora Jurídica.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 879, DE 2004**

(Nº 462/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Aparecidense Comunitária de Radiodifusão – AACORA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição da Aparecida, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.765, de 2 de dezembro de 2002, que autoriza a Associação Aparecidense Comunitária de Radiodifusão – AACORA a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição da Aparecida, Estado de Minas Gerais, retificando-se o prazo da autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.167, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 2.759, de 2 de dezembro de 2002 – Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis – ADECOL, na cidade de Lebon Régis – SC;

2 – Portaria nº 2.760, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Educacional Cultural e Social Renascer do Bairro Goiabeiras Barra do Ceará, na cidade de Fortaleza – CE;

3 – Portaria nº 2.761, de 2 de dezembro de 2002 – Organização Não Governamental Porão do Rock – ONG Porão do Rock, na cidade de Brasília – DF;

4 – Portaria nº 2.762, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol, na cidade de Cândido de Abreu – PR;

5 – Portaria nº 2.763, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Cultural dos Amigos de Nova Esperança do Piriá – ACANEP, na cidade de Nova Esperança do Piriá – PA;

6 – Portaria nº 2.764, de 02 de dezembro de 2002 – Fundação Aurora Bezerra Nóbrega – FUNABEN, na cidade de Junco do Seridó – PB;

7 – Portaria nº 2.765, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Aparecidense Comunitária de Radiodifusão – AACORA, na cidade de Conceição da Aparecida – MG;

8 – Portaria nº 2.766, de 2 de dezembro de 2002 – Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Pará – ARCOSFA, na cidade de São Francisco do Pará – PA;

9 – Portaria nº 2.767, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária da Cidadania, na cidade de São Francisco do Maranhão – MA;

10 – Portaria nº 2.777, de 5 de dezembro de 2002 – Associação Vida de Promoção Social, na cidade de São Pedro da Aldeia – RJ;

11 – Portaria nº 2.778, de 5 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária Esperança, na cidade de Açailândia – MA;

12 – Portaria nº 2.785, de 6 de dezembro de 2002 – Associação de Fomento Agrícola de São João de Pirabas, Estado do Pará, na cidade de São João de Pirabas – PA;

13 – Portaria nº 2.786, de 6 de dezembro de 2002 – Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto – AFSCAB, na cidade de Niterói – RJ;

14 – Portaria nº 2.787, de 6 de dezembro de 2002 – Associação Cultural Comunitária Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na cidade de Guarulhos – SP; e

15 – Portaria nº 2.788, de 6 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária Esportiva, Cultural e do Meio Ambiente dos Amigos de São Francisco do Brejão, na cidade de São Francisco do Brejão – MA.

Brasília, 20 de dezembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 1.552 EM

Brasília, 13 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Aparecidense Comunitária de Radiodifusão – AACORA, na cidade de Conceição da Aparecida, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de ma-

neira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53710.001445/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 2.765, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos arts. 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.001445/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Aparecidense Comunitária de Radiodifusão – AACORA, com sede na Rua Cristo Rei, nº 137, na cidade de Conceição da Aparecida, Estado de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 21°05'37"S e longitude em 46°12'22"W, utilizando a frequência de 87,9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

RELATÓRIO Nº 582/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.710.001.445-98 de 16 de novembro de 1998.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Aparecidense Comunitária de Radiodifusão – AACORA, na localidade de Conceição da Aparecida, Estado de Minas Gerais.

I – Introdução

1. Associação Aparecidense Comunitária de Radiodifusão – AACORA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.761.486/0001-43, com sede na Rua Cristo Rei, nº 137, na Cidade Conceição da Aparecida – MG, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 13 de novembro de 1998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no Diário Oficial da União – DOU, de 22 de Dezembro de 1998, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de Junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-98, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-98 e Norma nº 2/98, de 6-8-98.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal

para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e encisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 220, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, sem indicação do centro localizado na cidade de Conceição da Aparecida, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 21°06'28"S de latitude e 48°14'22"W de longitude, consoante os dados constantes no aviso no **DOU** de 22-12-98, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser alteradas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 41-42, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom". Posteriormente foram apresentadas novas coordenadas que foram analisadas e aceitas pelo Engenheiro responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coor-

denadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;

- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se as diligências para apresentação de alteração estatutária, apresentação do subitem 6,7 IV, VI, IX e X da Norma 2/98, subitem 6.11 (Projeto Técnico) da Norma 2/98 e ainda o subitem 14.2.7.1 da Norma 2/98 (fls. 45-219).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fls. 185, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 208 e 209.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Aparecidense Comunitária de Radiodifusão – AACORA

– quadro diretivo

Presidente: Maria Consuelo B. Sulmoneti

Vice-Presidente: Jair Antônio de Oliveira

Secretária: Neurides Moreira

Tesoureiro: Antônio Lisboa Ferreira Junior

Dir. Comunitário: Luciano Antônio Barreto

– Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Cristo Rei, nº 137, Centro, Cidade de Conceição da Aparecida, Estado de Minas Gerais.

– coordenadas geográficas

21°05'37"S de latitude e 46°12'22"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls. 185 e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom", fls. 208 e 209, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Aparecidense Comunitária de Radiodifusão – AACORA, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.710.001.445-98 de 16 de Novembro de 1.998

Brasília, 7 de Novembro de 2002. – **Sibela Leandra Portela**, Relator da conclusão Jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Relator da Conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 21 de novembro de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador Geral.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

.....
(À Comissão de Educação – decisão terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 880, DE 2004**

(Nº 463/03, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Pará – ARCOSFA a executar

serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Pará, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.766, de 2 de dezembro de 2002, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Pará – ARCOSFA a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Pará, Estado do Pará, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.167, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, peio prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 2.759, de 2 de dezembro de 2002 – Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis – ADECOL, na cidade de Lebon Régis-SC;

2 – Portaria nº 2.760, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Educacional Cultural e Social Renascer do Bairro Goiabeiras Barra do Ceará, na cidade de Fortaleza-CE;

3 – Portaria nº 2.761, de 2 de dezembro de 2002 – Organização Não Governamental Porão do Rock – ONG Porão do Rock, na cidade de Brasília-DE;

4 – Portaria nº 2.762, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol, na cidade de Cândido de Abreu-PR;

5 – Portaria nº 2.763, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Cultural dos Amigos de Nova Esperança do Piriá – ACANEP, na cidade de Nova Esperança do Piriá-PA;

6 – Portaria nº 2.764, de 2 de dezembro de 2002 – Fundação Aurora Bezerra Nóbrega – FUNABEN, na cidade de Junco do Seridó-PB;

7 – Portaria nº 2.765, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Aparecidense Comunitária de Radiodifusão – AACORA, na cidade de Conceição da Aparecida-MG;

8 – Portaria nº 2.766, de 2 de dezembro de 2002 – Associação de Radiodifusão Comunitária de São

Francisco do Pará – ARCOSFA, na cidade de São Francisco do Pará-PA;

9 – Portaria nº 2267, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária da Cidadania, na cidade de São Francisco do Maranhão-MA;

10 – Portaria nº 2.777, de 5 de dezembro de 2002 – Associação Vida de Promoção Social, na cidade de São Pedro da Aldeia-RJ;

11 – Portaria nº 2.778, de 5 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária Esperança, na cidade de Açailândia-MA;

12 – Portaria nº 2.785, de 6 de dezembro de 2002 – Associação de Francisco Agrícola de São João de Pirabas, Estado do Pará, na cidade de São João de Pirabas-PA;

13 – Portaria nº 2.786, de 6 de dezembro de 2002 – Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto – AFSCAB, na cidade de Niterói-RJ;

14 – Portaria nº 2.787, de 6 de dezembro de 2002 – Associação Cultural Comunitária Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na cidade de Guarulhos-SP; e

15 – Portaria nº 2.788, de 6 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária Esportiva, Cultural e do Meio Ambiente dos Amigos de São Francisco do Brejo, na cidade de São Francisco do Brejo-MA.

Brasília, 20 de dezembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 1.553 EM

Brasília, 13 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Pará – ARCOSEA, na cidade de São Francisco do Pará, Estado do Pará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53720.000328/2001, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 2.766, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53720.000328/2001, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Pará – ARCOSEA, com sede na Travessa Padre Inácio Magalhães s/nº, Bairro Cristo Redentor, na cidade de São Francisco do Pará, Estado do Pará, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 1º10'30"S e longitude em 47º47'36"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

RELATÓRIO Nº 585/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.720.000.328-01 de 29 de junho de 2001.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Pará – ARCOSFA, na localidade de São Francisco do Pará, Estado do Pará.

I – Introdução

1. Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Pará – ARCOSFA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.180.612/0001-64, com sede à Tv. Padre Inácio Magalhães, s/nº, B. Cristo Redentor, Cidade de São Francisco do Pará, PA, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 22 de junho de 2001, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 6 de setembro de 2001, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, em face dos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 162, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na TV Padre Inácio Magalhães, s/n., Bairro Cristo Redentor, Estado do Pará, de coordenadas geográficas em 01°10'28"S de latitude e 47°47'37"W de longitude, consoante os dados constantes no aviso no **DOU** de 6-9-2001, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser alteradas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 80, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”. Posteriormente foram apresentadas novas coordenadas que foram analisadas e aceitas pelo Engenheiro Responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;

- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se as diligências para apresentação de alteração estatutária, apresentação do subitem 6.7, II, III, IV, VI, VIII e X da Norma nº 2/98, e o subitem 6.11 (Projeto Técnico) da Norma nº 2/98, (fls. 83-162).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 138, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 148 e 149.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Pará – ARCOSFA

– quadro diretivo

Presidente: Manoel Augusto Pereira da Silva

Vice-Presidente: Antônio Carlos da Rocha Paiva

1º Secretário: Francisco das Chagas Pereira Barros

2º Secretário: Carlos Moreira do Nascimento

1º Tesoureiro: Hélio Saraiva de Mendonça

2º Tesoureiro: Higiomar Moraes de Lima

– Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Tv. Padre Inácio Magalhães, s/n., B. Cristo Redentor, Cidade de São Francisco do Pará, Estado do Pará.

– coordenadas geográficas

1°10'30"S de latitude e 47°47'36"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no Formulário de Informações Técnicas”, fls. 138 e “Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom”, fls. 148 e 149 que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Pará – ARCOSFA, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.720.000.328-01 de 29 de junho de 2001.

Brasília, 4 de novembro de 2002. – **Sibela Leandra Portela**, Relatora da conclusão Jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 21 de novembro de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador Geral.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

.....
(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 881, DE 2004

(Nº 464/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Cidadania a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Maranhão, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.767, de 2 de dezembro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária da Cidadania a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Maranhão, Estado do Maranhão, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.167, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 2.759, de 2 de dezembro de 2002 – Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis – ADECOL, na cidade de Lebon Régis-SC;

2 – Portaria nº 2.760, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Educacional Cultural e Social Renascer do Bairro Goiabeiras Barra do Ceará, na cidade de Fortaleza-CE;

3 – Portaria nº 2.761, de 2 de dezembro de 2002 – Organização Não Governamental Porão do Rock – ONG Porão do Rock, na cidade de Brasília-DF;

4 – Portaria nº 2.762, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol, na cidade de Cândido de Abreu-PR;

5 – Portaria nº 2.763, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Cultural dos Amigos de Nova Esperança do Piriá – ACANEP, na cidade de Nova Esperança do Piriá-PA;

6 – Portaria nº 2.764, de 2 de dezembro de 2002 – Fundação Aurora Bezerra Nóbrega – FUNABEN, na cidade de Junco do Seridó-PB;

7 – Portaria nº 2.765, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Aparecidense Comunitária de Radiodifusão – AACORA, na cidade de Conceição da Aparecida-MG;

8 – Portaria nº 2.766, de 2 de dezembro de 2002 – Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Pará – ARCOSFA, na cidade de São Francisco do Pará-PA;

9 – Portaria nº 2.767, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária da Cidadania, na cidade de São Francisco do Maranhão-MA.;

10 – Portaria nº 2.777, de 5 de dezembro de 2002 – Associação Vida de Promoção Social, na cidade de São Pedro da Aldeia – RJ.;

11 – Portaria nº 2.778, de 5 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária Esperança, na cidade de Açailândia – MA;

12 – Portaria nº 2.785, de 6 de dezembro de 2002 – Associação de Fomento Agrícola de São João de Pirabas, Estado do Pará, na cidade de São João de Pirabas – PA;

13 – Portaria nº 2.786, de 6 de dezembro de 2002 – Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto – APSCAB, na cidade de Niterói – RJ;

14 – Portaria nº 2.787, de 6 de dezembro de 2002 – Associação Cultural Comunitária Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na cidade de Guarulhos-SP; e

15 – Portaria nº 2.788, de 6 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária Esportiva, Cultural e do Meio Ambiente dos Amigos de São Francisco do Brejão, na cidade de São Francisco do Brejão – MA.

Brasília, em 20 de dezembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 1.554 EM

Brasília, em 13 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária da Cidadania, na cidade de São Francisco do Maranhão, Estado do Maranhão, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura gera! das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatan-

do a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53720.000268/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 2.767, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53720.000268/99, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária da Cidadania, com sede na Avenida Governador Luis Rocha, s/nº – Centro, na cidade de São Francisco do Maranhão, Estado do Maranhão, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 06º14'54"S e longitude em 42º51'33"W, utilizando a frequência de 106,3 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

RELATÓRIO Nº 581/02-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.720.000.268-99 de 4 de Maio de 1999.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária da Cidadania na localidade de São Francisco do Maranhão, Estado do Maranhão.

I – Introdução

1. Associação Comunitária da Cidadania, inscrita no CNPJ sob o nº 3.015.900/0001-09, com sede na Av. Governador Luiz Rocha, s/n, Centro, Cidade de São

Francisco do Maranhão, MA, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 22 de Março de 1999, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 9 de Abril de 2001, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-98, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-98 e Norma nº 2/98, de 6-8-98.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;

- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 145, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Av. Governador Luiz Rocha, s/n, Centro, Cidade de São Francisco do Maranhão, Estado do Maranhão, de coordenadas geográficas em 06°13'05"S de latitude e 43°53'27"W de longitude, consoante os dados constantes no aviso no **DOU** de 9-4-01, Seção 03.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser alteradas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 60, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom". Posteriormente foram apresentadas novas coordenadas que foram analisadas e aceitas pelo Engenheiro Responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se as diligências para apresentação de alteração estatutária, apresentação do subitem 6,7

III, VIII, X e XI da Norma 2/98, subitem 6.11 (Projeto Técnico) da Norma 2/98 (fls. 63–144).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fls. 107, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 108 e 109.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Comunitária da Cidadania

– quadro diretivo

Presidente: Clerton José do Nascimento
Vice-Presidente: Jorge Benjamin Nepomuceno
Secretária: Deusdete Lima
Tesoureiro: Mariane Periera Nunes Soares
Dir. de Patrimônio: Aparecida Pereira Soares

– Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Governador Luiz Rocha, s/n, Cidade de São Francisco do Maranhão, Estado do Maranhão.

– coordenadas geográficas

06°14'54"S de latitude e 42°51'33"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls. 107 e "Roteiro Instalação

da Estação de RadCom”, fls. 108 e 109, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária da Cidadania, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.720.000.268-99 de 4 de Maio de 1999.

Brasília, 6 de Novembro de 2002. – **Sibela Leandra Portela**, Relator da Conclusão Jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Relator da Conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 21 de novembro de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador Geral.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

.....
(À Comissão de Educação – decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 882, DE 2004

(Nº 465/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Esperança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Açailândia, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.778, de 5 de dezembro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Esperança a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Açailândia, Estado do Maranhão, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.167, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 2.759, de 2 de dezembro de 2002 – Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis – ADECOL, na cidade de Lebon Régis – SC;

2 – Portaria nº 2.760, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Educacional Cultural e Social Renascer do Bairro Goiabeiras Barra do Ceará, na cidade de Fortaleza – CE;

3 – Portaria nº 2.761, de 2 de dezembro de 2002 – Organização Não Governamental Porão do Rock – ONG Porão do Rock, na cidade de Brasília – DF;

4 – Portaria nº 2.762, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol, na cidade de Cândido de Abreu – PR;

5 – Portaria nº 2.763, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Cultural dos Amigos de Nova Esperança do Piriá – ACANEP, na cidade de Nova Esperança do Piriá – PA;

6 – Portaria nº 2.764, de 2 de dezembro de 2002 – Fundação Aurora Bezerra Nóbrega – FUNABEN, na cidade de Junco do Seridó – PB;

7 – Portaria nº 2.765, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Aparecidense Comunitária de Radiodifusão – AACORA, na cidade de Conceição da Aparecida – MG;

8 – Portaria nº 2.766, de 2 de dezembro de 2002 – Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Pará – ARCOSFA, na cidade de São Francisco do Pará – PA;

9 – Portaria nº 2.767, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária da Cidadania, na cidade de São Francisco do Maranhão – MA;

10 – Portaria nº 2.777, de 5 de dezembro de 2002 – Associação Vida de Promoção Social, na cidade de São Pedro da Aldeia – RJ;

11 – Portaria nº 2.778, de 5 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária Esperança, na cidade de Açailândia – MA;

12 – Portaria nº 2.785, de 6 de dezembro de 2002 – Associação de Fomento Agrícola de São João de Pirabas, Estado do Pará, na cidade de São João de Pirabas – PA;

13 – Portaria nº 2.786, de 6 de dezembro de 2002 – Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto – AFSCAB, na cidade de Niterói – RJ;

14 – Portaria nº 2.787, de 6 de dezembro de 2002 – Associação Cultural Comunitária Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na cidade de Guarulhos – SP; e

15 – Portaria nº 2.788, de 6 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária Esportiva, Cultural e do Meio Ambiente dos Amigos de São Francisco do Brejão, na cidade de São Francisco do Brejão – MA.

Brasília, 20 de dezembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC nº 1.555 EM

Brasília, 13 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Esperança, na cidade de Açailândia, Estado do Maranhão, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53680.000817/1998, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 2.778, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos arts. 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53680.000817/1998, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade Associação Comunitária Esperança, com sede na Rua Bom Jesus nº 30, Centro, na cidade de Açailândia, Estado do Maranhão, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 04°57'03"S e longitude em 47°30'06"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

RELATÓRIO Nº 580/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.680.000.817-98 de 13 de novembro de 1998.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária Esperança, na localidade Açailândia, Estado do Maranhão.

I – Introdução

1. Associação Comunitária Esperança, inscrita no CNPJ sob o nº 2.655.995/0001-54, com sede na Rua Bom Jesus, nº 30, Cidade de Açailândia – MA, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 19 de outubro de 1998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 18 de março de 1999, Seção 3, que contempla o logradouro onde

pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-98, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-98 e Norma nº 2/98, de 6-8-98.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

Estatuto Social;

- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 268, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Bom Jesus, nº 30, Centro, Cidade de Açailândia, Estado do Maranhão, de coordenadas geográficas em 04°57'03"S de latitude e 47°30'06" W de longitude, consoante os dados constantes do aviso no **DOU** de 18-3-99, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 169, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se as diligências para apresentação de alteração estatutária, comprovação do devido registro da Ata de Fundação e do Estatuto Social, apresentação do subitem 6,7 II, III, IV, V, VI VIII e X da Norma 2/98, subitem 6.11 (Projeto Técnico) da Norma 2/98 (fls. 173-267).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 231, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;

– características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;

– diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 247 e 248.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Comunitária Esperança

– quadro diretivo

Presidente: Antônio Pereira de Souza

Vice-Presidente: Cláudio Leite da Silva

Secretária: Melquisedek Almeida Silva

2º Secretário: Manoel Frank de Araújo Nascimento

1º Tesoureiro: Gilberto Moreira Menezes

2º Tesoureiro: Rosilene David de Andrade

– Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Bom Jesus, nº 30, Centro, Cidade de Açailândia, Estado do Maranhão.

– coordenadas geográficas

04°57'03"S de latitude e 47°30'06"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls. 169 e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom", fls. 247 e 248, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Esperança, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das

condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.680.000.817-98 de 13 de Novembro de 1998.

Brasília, 6 de Novembro de 2002.

Silvia Leandra Portela
Relator da conclusão Jurídica

Silvia Leandra Portela
Chefe de Divisão / SSR

[Assinatura]
Relator da conclusão Técnica

[Assinatura]
Chefe de Serviço / SSR

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 21 de novembro de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes, de Lemes**, Coordenador Geral.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

(À Comissão de Educação Decisão Terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 883, DE 2004

(Nº 466/03, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Formação Social Cultural e Ambiental do Barreto – AFSCAB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.796, de 6 de dezembro de 2002, que autoriza a Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto – AFSCAB a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.167, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 2.759, de 2 de dezembro de 2002 – Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis – ADECOL, na cidade de Lebon Régis – SC;

2 – Portaria nº 2.760, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Educacional Cultural e Social Renascer do Bairro Goiabeiras Barra do Ceará, na cidade de Fortaleza – CE;

3 – Portaria nº 2.761, de 2 de dezembro de 2002 – Organização Não Governamental Porão do Rock – ONG Porão do Rock, na cidade de Brasília – DF;

4 – Portaria nº 2.762, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol, na cidade de Cândido de Abreu – PR;

5 – Portaria nº 2.763, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Cultural dos Amigos de Nova Esperança do Piriá – ACANEP, na cidade de Nova Esperança do Piriá – PA;

6 – Portaria nº 2.764, de 2 de dezembro de 2002 – Fundação Aurora Bezerra Nóbrega – FUNABEN, na cidade de Junco do Seridó – PB;

7 – Portaria nº 2.765, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Aparecidense Comunitária de Radiodifusão – AACORA, na cidade de Conceição da Aparecida – MG;

8 – Portaria nº 2.766, de 2 de dezembro de 2002 – Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Pará – ARCOSFA, na cidade de São Francisco do Pará – PA;

9 – Portaria nº 2.767, de 2 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária da Cidadania, na cidade de São Francisco do Maranhão – MA;

10 – Portaria nº 2.777, de 5 de dezembro de 2002 – Associação Vida de Promoção Social, na cidade de São Pedro da Aldeia – RJ;

11 – Portaria nº 2.778, de 5 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária Esperança, na cidade de Açailândia – MA;

12 – Portaria nº 2.785, de 6 de dezembro de 2002 – Associação de Fomento Agrícola de São João de Pirabas, Estado do Pará, na cidade de São João de Pirabas – PA;

13 – Portaria nº 2.786, de 6 de dezembro de 2002 – Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto – AFSCAB, na cidade de Niterói – RJ;

14 – Portaria nº 2.787, de 6 de dezembro de 2002 – Associação Cultural Comunitária Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na cidade de Guarulhos – SP; e

15 – Portaria nº 2.788, de 6 de dezembro de 2002 – Associação Comunitária Esportiva, Cultural e do Meio Ambiente dos Amigos de São Francisco do Brejão, na cidade de São Francisco do Brejão – MA.

Brasília, 20 de dezembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC Nº 1.565 EM

Brasília, 16 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto – AFSCAB, na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os segmentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53770.000522/02, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

**PORTARIA N° 2.786,
DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos art. 10 e 19 do Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n° 53770.000522-02, resolve:

Art. 1° Autorizar a Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto – AFSCAB, com sede na Rua General Castrioto, n° 141 – Sobrado, Bairro Barreto, na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2° Esta autorização reger-se-á pela Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3° A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22°52'25"S e longitude em 43°06'31"W, utilizando a frequência de 105,9MHz.

Art. 4° Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3° do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros Do Nascimento.**

RELATÓRIO N° 618/02-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo n° 53770000522/02, de 26-6-02

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a expedição de Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto – AFSCAB, localidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

I – Introdução

1. Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto – AFSCAB, inscrita no CNJP sob o número 4.335.155-0001-30, no Estado do Rio de Janeiro com sede na Rua General Castrioto n° 141 – sobrado – Bairro do Barreto, cidade de Niterói, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 26 de abril de 2002, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 29 de agosto de 2002, Seção 3, que contempla loca-

lidade onde Processo n° 53770000522-02, pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei n° 9.612, de 19-2-98, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto n° 2.615, de 3-3-98 e Norma n° 2-98, de 6-8-98.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar n° 2-98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 02-08), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte :

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de armamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às

normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 7 à 89, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua General Castrioto 141 – sobrado – Barreto, na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, de coordenadas geográficas em 22°52'25"S de latitude e 43°06'31"W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 29-8-02, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 112, denominado de Roteiro de Análise Técnica de RadCom".

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto, para instalação da antena;
- planta de armamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, III, V, VIII e XIX da Norma 2-98, comprovação de necessária alteração estatutária, declaração do endereço da sede. Sendo que o projeto técnico foi inicialmente apresentado (fls. 62 à 89).

13. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls 24 e 25, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 2-98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11. Folhas 81 e 82.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui presentes autos, após detido exame do rol de documentos, compatível de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto – AFSCAB;

– quadro diretivo

Secretário Executivo: Igor Leite Martins
Secretário Institucional: Rodrigo França dos Santos
Secretário administrativo: Marcelo Silveira de Carvalho

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua General Castrioto n° 141 – sobrado – Barreto, cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro;

– coordenadas geográficas

22°52'15" de latitude e 43°06'31" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 81 e 82, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls 24 e 25 e que se referem à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto – AFSCAB, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a

exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53770000522/02, de 26 de abril de 2002.

Brasília, 2 de dezembro de 2002.

Brasília, 2 de dezembro de 2002.


Relator da conclusão Jurídica


Relator da conclusão Técnica

De acordo.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga e Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 2 de junho de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador Geral.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

(À Comissão de Educação Decisão Terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 884, DE 2004**

(nº 468/03, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora das Missões Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 61, de 4 de fevereiro de 1997, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 8 de maio de 1993, a permissão outorgada à Rádio Difusora das Missões

Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 377, DE 1997

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 61, de 4 de fevereiro de 1997, que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora das Missões Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, em 1º de abril de 1997. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM. nº 44/MC

Brasília, em 4 de fevereiro de 1997

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 61, de 04 de fevereiro de 1997, pela qual renovei a permissão outorgada à Rádio Difusora das Missões Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, pela Portaria nº 798, de 27 de outubro de 1983.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o instruído de acordo com a legislação aplicável, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo Administrativo nº 53790.000771/94, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Sérgio Motta**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 61, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.000771/94, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de maio de 1993, a permissão outorgada à Rádio Difusora das Missões Ltda., pela Portaria nº 198, de 27 de outubro de 1983, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. _ **Sérgio Motta.**

PARECER CONJUR/MC Nº 38/97

Referência: Processo nº 53790.000771/94

Origem: Delegacia do MC no Estado do Rio Grande do Sul

Interessada: Rádio Difusora das Missões Ltda.

Assunto: Renovação de outorga

Ementa: Permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, cujo prazo teve seu termo final em 8-11-93. Pedido apresentado intempestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária.

Conclusão: Pelo deferimento do pedido.

A Rádio Difusora das Missões Ltda, permissionária do serviço de radiodifusão de sonora em frequência modulada, na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, requer a renovação do prazo de vigência de sua permissão, cujo termo final ocorreu em 8 de novembro de 1983.

2. Mediante Portaria nº 198, de 27 de outubro de 1983, foi outorgada permissão à Rádio Difusora das Missões Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

3. A outorga em questão começou a vigorar em 8 de novembro de 1983, data de publicação da portaria de permissão no **Diário Oficial** da União.

4. O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece prazos de outorgas de 10 (dez) anos, para o serviço de radiodifusão sonora, e de 15 (quinze) anos para o serviço de televisão, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais (art. 33 – §

3º), períodos esses mantidos pela atual Constituição (art. 223 – § 5º).

5. Por sua vez, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, declara:

“Art. 27. Os prazos de concessão e permissão serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão”.

6. O prazo de vigência desta permissão teve seu termo final dia 8 de novembro de 1993, porquanto começou a vigorar em 8 de novembro de 1983, com a publicação da correspondente Portaria no **Diário Oficial** da União.

7. A requerente tem seus quadros societário e diretivo autorizados pelo Poder Público pela Portaria nº 13, de 17 de janeiro de 1985, com a seguinte composição:

COTISTAS	COTAS
Wilson Schneider Ardenghi	13.000
Rubens Ardenghi	13.000
TOTAL	26.000

8. Vale ressaltar que, durante o período de vigência da outorga a entidade não sofreu advertências ou qualquer pena de multa ou suspensão, conforme se verifica às fls. 27.

9. A emissora se encontra operando regularmente, dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas, conforme indica o setor de engenharia às fls. 26.

10. É regular a situação da permissionária perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, consoante informação de fl. 30.

11. Tendo a outorga em questão entrado em vigor em 8-11-83, o período de requerimento da sua renovação, nos termos da legislação específica, se completada entre 8 de maio a de agosto de 1993.

12. Conforme consta dos autos, o citado pedido foi apresentado na DRMC/RS em 14 de junho de 1994, excedido, pois o prazo legal.

13. No que respeita à intempestividade do pedido, mencionada no presente parecer, tecemos algumas considerações.

14. A legislação que trata da renovação das concessões e permissões está consubstanciada na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983.

15. Nos termos da legislação citada, “as entidades que pretenderem renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Ministério das Comunicações no período compreendido entre o 6º (sexto) e o 3º (terceiro) mês anteriores ao término do respectivo prazo”. (art. 4º da Lei nº 5.785/72 e art. 3º do Decreto nº 88.066/83).

16. O citado Decreto nº 88.066/83, em seu artigo 70, assim dispõe:

“Art. 7º A perempção da concessão ou permissão será declarada quando, terminado o prazo:

I – a renovação não for conveniente ao interesse nacional;

II – verificar-se que a interessada não cumpriu as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, ou não observou suas finalidades educativas e culturais.”

17. Este Ministério, ao dar curso ao pedido intempestivo de renovação, formulando exigências compatíveis à espécie, assentiu na continuidade do processo, reconhecendo-o sanável, admitindo, de modo indireto, mas inequívoco, que os estudos inerentes se concluíssem no sentido da renovação, inviabilizando, desta forma, a conversão do processo de renovação, nesta fase, em processo de revisão, visando a perempção, diante da não oposição expressa deste órgão ao trâmite processual iniciado, na forma em que foi iniciado.

18. O procedimento de perempção da outorga deveria partir de iniciativa deste Ministério, até porque as cláusulas baixadas pelo ato administrativo que substancia a permissão – portaria ministerial – determinam que “findo o prazo da outorga, salvo procedimento tempestivo de renovação e respectivo deferimento, será a mesma declarada perempta, sem que a permissionária tenha direito a qualquer indenização”.

19. Assim é que, medidas administrativas atinentes à declaração de perempção da outorga, já deveriam ter sido consumadas por este Ministério, não se justificando, agora, tal providência, estando a emissora em funcionamento, cumprindo, pois, sua finalidade.

20. No caso em tela, houve, isto sim, uma manifestação da vontade deste órgão – a formulação de exigência – presumindo-se o reconhecimento do Ministério na normalidade do processo, porquanto não argüida a perempção no momento apropriado e conduzido o processo, devidamente saneado, para o procedimento normal de renovação.

21. Diante do concurso das circunstâncias que envolvem a presente renovação, deve o processo se-

guir em seu trâmite, sendo viável, juridicamente, que se autorize a postulada renovação, por 10 anos, a partir de 8 de novembro de 1993.

22. Estando cumpridas as praxes processuais, no que se refere a análise técnico-jurídica da matéria, proponho o encaminhamento dos autos, acompanhados de minutas dos atos próprios, à consideração do Exmº Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

23. Posteriormente, a matéria deverá ser objeto de apreciação pelo Congresso Nacional, nos termos do § 3º do Art. 223 da Constituição.

É o Parecer “sub censura”.

Brasília, 23 de janeiro de 1997. – **Zilda Beatriz Silva de Campos Adreu**, Assistente Jurídico.

De acordo. À consideração da Srª Coordenadora de Comunicações.

Brasília, 23 de janeiro de 1997. – **Maria da Glória Tuxi F. dos Santos, Chefe de Sessão**

Aprovo. Submeto ao Senhor Consultor Jurídico.

Brasília, 23 de janeiro de 1997. – **Adalzira França Soares de Lucca**, Coordenadora de Comunicações.

DESPACHO CONJUR/MC Nº 44/97

Adoto o Parecer Conjur/MC nº 038/97 que conclui pelo deferimento do pedido de renovação do prazo de vigência da permissão outorgada à Rádio Difusora das Missões Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul. Remetam-se os autos, acompanhados de minutas dos atos próprios, à consideração do Exmº Sr. Ministro das Comunicações para decisão.

Brasília, 23 de janeiro de 1997. -

Antônio Domingos Teixeira Bedran, Consultor Jurídico.

(À Comissão de Educação – decisão teminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 885, DE 2004

(Nº 469/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tupaciguara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 19 de julho de 1991, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Tupaciguara Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 834, DE 1997

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 18 de julho de 1997, que “Renova a concessão da Rádio Tupaciguara Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais”.

Brasília, 23 de julho de 1997. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM 145/MC

Brasília, 10 de julho de 1997

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso Processo Administrativo nº 50710.000135-94, em que a Rádio Tupaciguara Ltda. solicita renovação da concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais, outorgada conforme Portaria MVOP nº 433, de 25 de abril de 1946, cuja última renovação ocorreu nos termos do Decreto nº 90.504, de 13 de novembro de 1984, publicado no **Diário Oficial** da União em 14 subsequente, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1984, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991.

2. Observo que o ato de outorga original está amparado juridicamente, considerando as disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.088, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou, que consideram como deferidos os pedidos de renovação requeridos na forma devida e não decididos ao término do prazo de vigência da concessão ou permissão, sendo, por isso, admitido o funcionamento precário das estações, mesmo quando expiradas as respectivas outorgas.

3. Com estas observações, lícito é se concluir que a terminação do prazo da outorga ou a pendência de sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado, podendo o processo da renovação ser ultimado.

4. Em sendo renovada a outorga em apreço o ato correspondente deverá assinalar que a renovação ocorrerá a partir de 10 de maio de 1994.

5. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do artigo 223 da Constituição.

Respeitosamente, – **Sérgio Motta.**

DECRETO DE 18 DE JULHO DE 1997

Renova a concessão da Rádio Tupaciguara Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 28 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 50710.000135-94-18. Decreta:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Tupaciguara Ltda., outorgada pela Portaria MVOP nº 433, de 25 de abril de 1946, e renovada pelo Decreto nº 90.504, de 13 de novembro de 1984, sendo mantido o prazo residual da outorga pelo Decreto de 10 de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

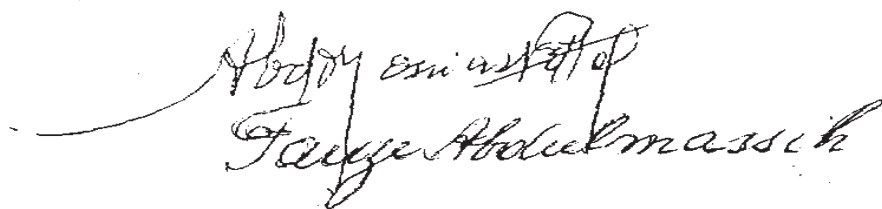
Brasília, 18 de julho de 1997; 176º da Independência e 109º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Sérgio Motta.**

ALTERAÇÃO CONTRATUAL

nire 31200760829

ABDO MESSIAS NETTO, brasileiro, casado, empresário, Cédula de Identidade RG-1.191.981 - expedida em 19/10/76 - SSP-MG, e CIC - 007.930.006/53, natural de Uberlândia, nascido aos 20/09/18, domiciliado nesta cidade, residente na Rua Delfim Moreira, 22 e **FAUZE ABDULMASSIH**, brasileiro, casado, empresário, Cédula de Identidade RG-M-1.655.591 expedida em 15/12/78 - SSP-MG, e CIC - 012.463.996-87, natural de Guaxupé, nascido aos 14/07/22, domiciliado nesta cidade, residente na Rua Olegário Maciel, 19, únicos componentes da empresa **"RADIO TUPACIGUARA LTDA"** inscrita no CGC/MG-18.711.176/0001-66, resolvem alterar e consolidar seus atos constitutivos arquivados na Junta sob n. 933.379 de 30/11/89, e os fazem mediante as seguintes condições:

1. O Capital Social que era Cz\$-311.000,00 (trezentos e onze mil cruzados), convertido na moeda atual corresponde a R\$- 0,02 (dois centavos) de reais, fica elevado para R\$ - 18.000,00 (dezoito mil reais), sendo o aumento mediante o aproveitamento dos saldos **Reservas de Capital** no valor de R\$- 4.065,09 (quatro mil, sessenta cinco reais e nove centavos) e **Reservas de Lucros** no valor de R\$- 13.934,89 (treze mil novecentos trinta quatro reais e oitenta e nove centavos) todo integralizado fica dividido em 18000 (dezoito mil) quotas de R\$- 1,00 (um real) cada uma, dele pertencendo 9000 (nove mil) quotas no valor de R\$ - 9.000,00 (nove mil reais) a cada um dos quotistas **Abdo Messias Netto e Fauze Abdulmassih**.
2. A empresa a partir de 01/06/97, procedeu a instalação de uma filial situada na Rua José Bueno de Azeredo, 89 no Bairro Tiradentes nesta cidade, com o mesmo objeto Social.
3. Para fins fiscais e de controle a empresa distribui o capital social na ordem de 50% a matriz e 50% à filial.
4. Em virtude das alterações a empresa continua a girar por prazo indeterminado sob a denominação social de **"RADIO TUPACIGUARA LTDA"** com Matriz na Rua Cel. Joaquim Mendes, 19 centro em Tupaciguara/MG, CEP 38 430 000 exercendo os serviços de Radiodifusão sonora, com denominação Comercial de **"RADIO TUPACIGUARA AM"** e filial na Rua José Bueno de Azeredo, 89, CEP- 38 430 000 no Bairro Tiradentes com o mesmo objeto social e denominação comercial de **"RADIO SUCESSO - FM"**.
5. A responsabilidade dos sócios nos termos da Lei, é limitada a importância do Capital Social.



Abdo Messias Netto
Fauze Abdulmassih

6 . As quotas são indivisíveis e não pederão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição.

7 .As atividades tiveram início; a Matriz em 05/11/1.945, e a filial em 01/06/1.997.

8 .A administração da sociedade caberá a ambos os sócios denominados de diretor presidente e diretor geral, respectivamente, vedado no entanto, o uso do nome empresarial em negócios estranhos ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, facultada retirada mensal, cujo valor não ultrapasse o limite fixado pela legislação do Imposto de Renda.

9. O balanço geral será levantado em 31 de dezembro de cada ano, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

10 Falecendo ou sendo interditado qualquer dos sócios, a sociedade continuará com seus herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse, apurar-se-ão os haveres em balanço geral, que e levantara, conforme entendimento vigente.

11. Os sócios declaram, sob as penas da lei, que não incorrem nas proibições previstas em lei para o exercício da atividade, ficando eleito o foro da Comarca de Tupaciguara, para qualquer ação fundada neste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em três (3) vias, na presença de duas testemunhas.

Tupaciguara/MG- 15 de dezembro 1.997.

as.

Abdo Messias Netto

as.

Fauze Abdulmassih

Testemunhas

1ª)

Eliana Gomes Ferreira

CI-M-6.629.018/SSP-MG

2ª)

Odânia de Moura

CI-M-5.642.159/SSP-MG

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 886, DE 2004**

(Nº 420/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube De Patos S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 1º de outubro de 1997, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Clube de Patos S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.143, DE 1997

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 1º de outubro de 1997, que “renova a concessão da Rádio Clube de Patos S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais”.

Brasília, 7 de outubro de 1997, _ **Fernando Henrique Cardoso**.

EM 209/MC

Brasília, 15 de setembro de 1997

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso Processo Administrativo nº 50710.000657/93, em que à Rádio Clube de Patos S.A. solicita renovação da concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, outorgada conforme Decreto nº 47.274, de 20 de novembro de 1959, renovada nos termos do Decreto nº 89.534, de 9 de abril de 1984, publicado no **Diário Oficial** da União em 10 seguinte, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1983, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 1º de maio de 1991.

2 Observo que o ato de outorga original está amparado juridicamente, considerando as disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que

a regulamentou, que consideram como deferidos os pedidos de renovação requeridos na forma devida e não decididos ao término do prazo de vigência da concessão ou permissão, sendo, por isso, admitido o funcionamento precário das estações, mesmo quando expiradas as respectivas outorgas.

3. Com estas observações, lícito é se concluir que a terminação do prazo da outorga ou a pendência de sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado, podendo o processo da renovação ser ultimado.

4. Em sendo renovada a outorga em apreço o ato correspondente deverá assinalar que a renovação ocorrerá a partir de 1º de novembro de 1993.

5. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.765, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.068, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do artigo 223 da Constituição.

Respeitosamente, _ **Sérgio Motta**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 1º DE OUTUBRO DE 1997

Renova a concessão da Rádio Clube de Patos S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 50710.000657/93-01. Decreta:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Clube de Patos S.A., outorgada pelo Decreto nº 47.274, de 20 de novembro de 1959, e renovada pelo Decreto nº 89.534, de 09 de abril de 1984, publicado no **Diário Oficial** da União em 10 seguinte, sendo mantido o prazo residual da outorga conforme Decreto de 10 de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de outubro de 1997; 176º da Independência e 109º da República. _ **Marco Maciel – Sérgio Motta.**

PARECER CONJUR/MC/Nº 675/97

Referência: Processo nº 50.710.000657/93

Origem: Delegacia do MC no Estado de Minas Gerais

Interessada: Rádio Clube de Patos S.A.

Assunto: Renovação de outorga.

Ementa: Concessão para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média, cujo prazo teve seu termo final em 1º de novembro de 1993.

Pedido apresentado tempestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária.

Conclusão: Pelo deferimento do pedido.

A Rádio Clube de Patos S.A., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, requer a renovação do prazo de vigência de sua concessão, cujo termo final ocorreu em 10 de novembro de 1993.

2. Mediante Decreto nº 47.274, de 20 de novembro de 1959, foi outorgada concessão à Rádio Clube de Patos S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

3. A concessão foi renovada da última vez pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de novembro de 1983, conforme Decreto nº 89.534, de 9 de abril de 1984, publicado no **Diário Oficial** da União de 10 seguinte, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991.

4. O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece prazos de outorga de 10 (dez) anos, para o serviço de radiodifusão sonora, e de 15 (quinze) anos para o serviço de televisão, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais (art. 33 – § 3º), períodos esses mantidos pela atual Constituição (art. 223 – § 5º).

5. Por sua vez, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovou pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, declara:

“Art.27. Os prazos de concessão e permissão serão de 10 (dez) anos para o serviço

de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para ode televisão.”

6. De acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de sua outorga, deverão dirigir requerimento ao órgão competente, no período compreendido entre o 6º (sexto) e o 3º (terceiro) mês, anteriores ao término do respectivo prazo.

7. O prazo de vigência desta concessão teve seu termo final em 1º-11-93, sendo que o pedido de renovação foi protocolizado na Delegacia do MC no Estado de Minas Gerais, em 9-7-93, tempestivamente portanto.

8. A renovação deverá ocorrer a partir de 1º de novembro de 1993.

9. A peticionária tem seus quadros societário e diretivo aprovados pela Portaria nº 98, de 29 de agosto de 1994, com as seguintes composições:

ACIONISTAS	AÇÕES
José Olympio Borges	209.914
Fernando Correa da Costa	535.604
José Thomaz de Magalhães	115.758
Antonio Ferreira Maciel	24.291
Zama Alves Pereira	69.966
Randolfo Borges Mundim	45.784
Célio José da Fonseca	45.784
Zama Alves Tibúrgio	45.784
Lauro Santos	24.291
Joaquim Gonçalves Junior	24.291
Ary Lacerda de Araujo	45.784
Aristides Alves Pereira	45.784
Alfredo de Oliveira Santos	45.784
Olegário Tibúrcio Sousa	45.784
Delfim Borges da Fonseca	24.291
Diomar de Matos	24.291
Rufino Pereira Nunes	231.535
Tiago Caetano de Menezes	209.914
Maria Emilia de Almeida C. Cottini	115.758
Leonardo Mota Vasconcelos	231.535
Geraldo Soares	24.291
Dalmy Elton Soares	24.291
Edir Maria Soares	24.291
Francisco de Assis Soares	24.291
Maria Amaral Soares	24.291
João Bosco do Amaral Soares	24.291
Agostinha do Amaral Soares	91.577
Albertino Mendes Maia	115.758
Genésio Garcia Rosa	115.758
Baltazar Guimarães Rosa	24.291
Iracema Maciel de Castro	24.345.156
Pedro Maciel Guimarães	1.512.547
Elmiro Alves do Nascimento	45.784
Coracy Affonso de Castro Alves	69.917.165
Virmondes Affonso de Castro	24.291
TOTAL:	98,500,000

Diretor-Presidente	Coracy Affonso de Castro Alves
Diretor-Superintendente	Maria Beatriz de Castro Alves Savassi
Diretor-Financeiro	Pedro Maciel Guimarães
Diretor-Técnico	Ricardo Rodrigues Marques

10. Vale ressaltar que, durante o período de vigência da outorga, a entidade não sofreu advertência nem qualquer pena de suspensão, conforme se verifica de seus assentamentos cadastrais.

11. A emissora se encontra operando regularmente dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas (fls. 69).

12. É regular a situação da concessionária perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, consoante informação de fls. 70.

13. A outorga original está amparada juridicamente nos termos do que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e o Decreto nº 88.066, de 1983, eis que o pedido de sua renovação foi apresentado na forma devida, no prazo legal e com a documentação hábil.

14. Nos termos da lei, o pedido ter-se-á como deferido, porquanto não decidido ao termo da respectiva concessão ou permissão, sendo permitido o funcionamento, em caráter precário, dos serviços outorgados e não renovados em tempo hábil, concluindo-se, desta forma, que a terminação do prazo da concessão ou a pendência da sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado.

15. Mediante o exposto, opino pelo deferimento do pedido e sugiro o encaminhamento dos autos ao Exmº Sr. Ministro de Estado das Comunicações, acompanhados da minuta dos atos próprios – Exposição de Motivos e Decreto – com vistas ao encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

16. Posteriormente, de acordo com o artigo 223, § 3º, da Constituição, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, a fim de que o ato de renovação possa produzir seus efeitos legais.

É o Parecer “sub censura”.

Brasília, 9 de julho de 1997. – **Zilda Beatriz Silva de Campos Abreu**, Assistente Jurídico

Aprovo. Submeto ao Sr. Consultor Jurídico.

Brasília, 9 de julho de 1997. – **Adalzira França Soares de Lucca**, Coordenadora de Comunicações

DESPACHO CONJUR/MC Nº 837/97

Adoto o Parecer CONJUR/MC nº 675/97, que propôs o deferimento do pedido de renovação do prazo de vigência da concessão outorgada à Rádio Clube de Patos S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais. Remetam-se os autos à consideração do Exmo. Senhor Ministro das Comunicações, acompanhados das minutas de Decreto e Exposição

de Motivos, com vistas ao encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Brasília, 10 de julho de 1997. – **Antônio Domingos Teixeira Bedran**, Consultor Jurídico

(À Comissão de Educação – Decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 887, DE 2004

(Nº 473/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tarumã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 531, de 14 de setembro de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 7 de fevereiro de 1994, a permissão outorgada à Rádio Tarumã Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.669, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações de permissão para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 373, de 24 de julho de 2000 – Rádio FM Iemanjá Ltda., a partir de 21 de julho de 1996, na cidade de Salvador – BA (frequência modulada);

2 – Portaria nº 513, de 23 de agosto de 2000 – Rádio Borborema S.A., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Campina Grande – PB (onda média);

3 – Portaria nº 523, de 25 de agosto de 2000 – Rádio Sul Capixaba FM de Guaçuí Ltda., a partir de 7 de fevereiro de 1994, na cidade de Guaçuí – ES (frequência modulada);

4 – Portaria nº 531, de 14 de setembro de 2000 – Rádio Tarumã Ltda., a partir de 7 de fevereiro de 1994, na cidade de Manaus – AM (frequência modulada);

5 – Portaria nº 532, de 14 de setembro de 2000 – Radiodifusão Índio Condá Ltda., a partir de 3 de fe-

vereiro de 1994, na cidade de Chapecó – SC (frequência modulada);

6 – Portaria nº 533, de 14 de setembro de 2000 – Rádio Diário de Petrópolis Ltda., a partir de 25 de novembro de 1993, na cidade de Petrópolis – RJ (frequência modulada);

7 – Portaria nº 536, de 14 de setembro de 2000 – Fundação Rádio Educativa Promove, originariamente Fundação Rádio Educativa São Sebastião, a partir de 7 de outubro de 1992, na cidade de Belo Horizonte – MG (frequência modulada); e

8 – Portaria nº 641, de 13 de outubro de 2000 – Rádio Difusora Taubaté Ltda., a partir de 4 de março de 1996, na cidade de São José dos Campos – SP (frequência modulada).

Brasília, 9 de novembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso**

EM nº 550/MC

Brasília, 20 de outubro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submeto à apreciação de Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 531, de 14 de setembro de 2000, pela qual renovei a permissão outorgada à Rádio Tarumã Ltda., pela Portaria MC nº 28, de 3 de fevereiro de 1984, publicada no **Diário Oficial** da União de 7 subsequente, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o instruído de acordo com a legislação aplicável, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo Administrativo nº 53620.000133/93, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações

PORTARIA Nº 531, DE 14 DE SETEMBRO DE 2000

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53620.000133/93, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 7 de fevereiro de 1994, a permissão outorgada à Rádio Tarumã Ltda., pela Portaria MC nº 28, de 3 de fevereiro de 1984, publicada no **Diário Oficial**

da União de 7 subsequente, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pimenta da Veiga.

PARECER CONJUR/MC Nº 1078/2000

Referência: Processo nº 53620.000133/93

Origem: Delegacia do MC no Estado do Amazonas

Interessada: Rádio Trauma Ltda.

Assunto: Renovação de outorga.

Ementa: Permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, cujo prazo teve seu termo em 7 de fevereiro de 1994.

Pedido apresentado tempestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária.

Conclusão: Pelo deferimento do pedido.

A Rádio Trauma Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, requer a renovação do prazo de vigência da permissão que lhe foi outorgada pela Portaria MC nº 28, de 3 de fevereiro de 1984, publicada no **Diário Oficial** da União de 7 seguinte, cujo termo ocorreu em 7 de fevereiro de 1994.

2. A outorga em questão começou a vigorar em 7 de fevereiro de 1984, data de publicação do correspondente portaria de permissão no **Diário Oficial** da União.

3. O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece prazos de outorgas de 10 (dez) anos, para o serviço de radiodifusão sonora, e de 15 (quinze) anos para o serviço de televisão, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais (art. 33 – § 3º), períodos esses mantidos pela atual Constituição (art. 223 – § 5º).

4. Por sua vez, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, declara:

“Art. 27. Os prazos de concessão e permissão serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão”.

5. De acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de sua outorga, deverão dirigir requerimento ao órgão competente, no período compreendido entre o 6º (sexto) e o 3º (terceiro) mês anteriores ao término do respectivo prazo.

6. O pedido de renovação de permissão ora em exame foi protocolizado na Delegacia do MC no Estado do Amazonas, em 7 de novembro de 1993, tempestivamente portanto.

7. Em sede deferido o pleito da entidade, observamos que a renovação da permissão deverá ocorrer a partir de 7 de fevereiro de 1994.

8. A petiçãoária tem seus quadros societário e diretivo aprovados pela Podaria MC nº 762, de 12 de novembro de 1997, publicada no **Diário Oficial** da União de 17 seguinte, cujos atos legais foram aprovados pela Portaria nº 125, de 3 de dezembro de 1997, com as seguintes composições:

COTISTAS	COTAS	VALOR(R\$)
Tereza Cristina Calderaro Corrêa	570	28.500,00
Tatiana Calderaro Tomaz Buzaglio	30	1.500,00
Total	600	30.000,00

GERENTE: Tereza Cristina Calderaro Corrêa

10. Vale ressaltar que, durante o período de vigência da outorga a entidade sofreu advertências, conforme se verifica de seus assentamentos cadastrais.

11. A emissora se encontra operando regularmente dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas (fls. 47).

12. É regular a situação da permissionária perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, consoante informação de fls. 49.

13. A outorga original está amparada juridicamente nos termos do que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e o Decreto nº 88.066, de 1983, eis que o pedido de sua renovação foi apresentado na forma devida, no prazo legal e com a documentação hábil.

14. Nos termos da lei, o pedido ter-se-á como deferido, porquanto não decidido ao termo da respectiva concessão ou permissão, sendo permitido o funcionamento, em caráter precário, dos serviços outorgados e

não renovados em tempo hábil, concluindo-se, desta forma, que a terminação do prazo da permissão ou a pendência da sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado.

15. Mediante o exposto, opino pelo deferimento do pedido e sugiro o encaminhamento dos autos, acompanhado das minutas dos atos próprios – Portaria e Exposição de motivos, com vistas ao Exmº Sr. Ministro de Estado das Comunicações, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

16. Posteriormente, de acordo com o artigo 223, § 3º da Constituição, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, a fim de que o ato de renovação possa produzir seus efeitos legais.

Brasília, 11 de agosto de 2000. – **Zilda Beatriz Silva de Campos Abreu**, Assessora

De acordo. Submeto à Srª Consultora Jurídica.

Brasília, 11 de agosto de 2000. – **Maria da Glória Tuxi F. Santos**, Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicações

DESPACHO CONJUR/MC Nº 1636/2000

Aprovo o Parecer CONJUR/MC nº 1078/2000, que propôs o deferimento do pedido de renovação do prazo de vigência da permissão outorgada à Rádio Tarumã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. Remetam-se os autos, acompanhados das minutas dos atos próprios, à consideração do Exmº Senhor Ministro das Comunicações, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

Brasília, 18 de agosto de 2000. – **Raimunda Nonata Pires**, Consultora Jurídica.

(À Comissão de Educação – Decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 868 a 887, de 2004, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Há oradores inscritos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Na ausência do Líder, como Vice-Líder, V. Ex^a poderá fazer uso da palavra.

Concedo, pois, a palavra ao nobre Senador Hélio Costa, pela Liderança do PMDB, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falarei da situação das estradas federais no Estado de Minas Gerais e, em especial, das estradas de uma das mais importantes regiões do meu Estado e do Brasil: o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba.

Farei uma observação inicial sobre a capacidade produtiva da região do Triângulo Mineiro. Lá, abatemos cerca de 4 milhões de aves por mês, cerca de 200 mil por dia. São centenas de pequenas granjas espalhadas por toda a região do Triângulo e do Alto Paranaíba, que é a maior esmagadora de soja do Brasil, tem os maiores atacadistas do Brasil e, lamentavelmente, as piores estradas do País.

Por isso, Sr. Presidente, vejo que estamos a ponto de matar a galinha dos ovos de ouro. Nos últimos 18 meses, o Triângulo Mineiro, essa região de Minas Gerais, contribuiu com R\$2 bilhões em impostos arrecadados. Só o Triângulo Mineiro, com R\$2 bilhões! E não há sequer uma única estrada federal nessa região do Triângulo Mineiro, da minha Uberlândia, que esteja sendo reparada.

Vejam que, há exatamente dois meses, uma importantíssima estrada que liga Uberlândia a Araxá, o cartão de visitas do nosso Estado, da nossa região, foi interrompida pela Justiça, que foi lá e mandou fechá-la, porque ela representava perigo iminente, com os inúmeros acidentes, os perigos surgidos à noite, como roubos de carga, assaltos a automóveis, a passageiros. Assim, a estrada foi fechada.

Esta semana, na comunidade de Romaria, repete-se uma tradição que leva milhares de fiéis a essa pequena cidade do Triângulo Mineiro, ao Santuário de Nossa Senhora da Abadia. E mais uma vez tivemos de fechar a estrada que leva a esse santuário, onde assistimos a esse espetáculo de fé, todos os anos, para onde milhares de pessoas vêm do País inteiro. Pois a estrada foi fechada por causa dos inúmeros atropelamentos causados pelos desvios que os automóveis

e caminhões têm que fazer dos vários buracos que existem nas estradas.

Sr. Presidente, é lamentável que isso esteja ocorrendo em uma região como a do Triângulo Mineiro, do Alto Paranaíba. E essa situação é o retrato de Minas. No sul do Estado, é a mesma coisa, assim como na região metropolitana de Belo Horizonte, na Zona da Mata, nas vertentes. Mas a região do Triângulo Mineiro, como eu disse, é o celeiro de Minas Gerais e as estradas estão impraticáveis, intransitáveis.

Lamentavelmente, temos que nos reportar a essa situação, porque no momento a BR-365 está interdita entre Uberlândia e Patrocínio. A região, uma das mais produtivas do Estado, está enfrentando sérias dificuldades para o escoamento da produção, devido às péssimas condições. E aí o pneu da carreta fura, a peça do carro quebra por causa de um buraco e isso tudo acarreta uma série de problemas econômicos para as empresas localizadas na região. É um somatório de dificuldades que acaba levando a essa situação angustiosa que estamos vivendo.

De acordo com Álvaro Gonçalves, chefe da Polícia Rodoviária Federal de Patos de Minas, por exemplo, o número de acidentes na BR-365 triplicou em 2004, e são mais de dez mil carros por dia que passam por essa estrada.

A BR-153, que liga Curitiba a Brasília, passando pelo Triângulo Mineiro, entre Frutal, Prata e Itumbiara, tem 270 quilômetros e continua na mesmíssima situação: é um buraco só.

A BR-452, que passa por Rio Verde, Itumbiara, Tupaciguara, Uberlândia e Araxá, fazendo a interligação entre os Estados de Minas Gerais e Goiás, em seu trecho que passa por Minas Gerais, de 320 quilômetros, tem mais buraco do que estrada. A pista é irregular e há necessidade de fazer muitos reparos, que não são feitos. O acostamento está deteriorado e não há como passar pela estrada.

A BR-050, importantíssima, que liga São Paulo a Minas Gerais pelo Triângulo Mineiro, passando por Uberaba, em seu trecho que passa por Minas, no delta da divisa com Goiás, de 230 quilômetros, não tem um único serviço sendo feito neste momento.

De acordo com recente pesquisa rodoviária da CNT, 48,8% da extensão rodoviária federal em Minas Gerais encontra-se sem condições de uso, sendo praticamente impossível passarem por ali caminhões ou até carros de passeio.

A péssima condição de circulação nas estradas da região serve de estímulo aos assaltos. São inúmeros os casos de assaltos ocorridos na região do Triângulo Mineiro. Tenho números bem definidos: do ano passado para este ano, o aumento foi de 100% no número de

assaltos na região. E 70% desses assaltos são feitos aos ônibus que vão do Triângulo Mineiro para o sul do Estado, para São Paulo, para o Rio de Janeiro, para Goiás. O restante, 30%, são assaltos a caminhões de carga, que transportam cargas preciosas do Triângulo Mineiro.

Por essa razão, Sr. Presidente, ficamos preocupados. A produção agropecuária do Triângulo Mineiro e das regiões imediatas, os Estados de Goiás e Tocantins, em direção aos portos de Santos, Paranaguá, Sepetiba e Vitória, passa pelo Triângulo Mineiro. Toda a produção do Centro-Oeste passa pela região do Triângulo e pelo Alto Paranaíba. Se não recuperarmos as estradas, vamos prejudicar a produção como um todo. E, assim, volto a insistir naquela figura que apresentei no começo do meu discurso. Lamentavelmente, vamos acabar matando a galinha dos ovos de ouro.

Uma região que contribui com R\$2 bilhões em 15 meses para os cofres públicos não pode ficar esquecida e abandonada dessa forma, com suas estradas tão importantes para o escoamento da produção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.151, DE 2004

Requeremos, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2002, que “autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Militar em Boa Vista, Capital do Estado de Roraima”.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2004. – **Renan Calheiros**, Líder do PMDB e da Maioria – **Ideli Salvatti**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo – **Mozarildo Cavalcanti**, Líder do PPS – **Duciomar Costa**, Líder do PTB – **Sérgio Guerra**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria – **Jefferson Péres**, Líder do PDT – **Magno Malta**, Líder do PL – **José Agripino**, Líder do PFL – **João Capiberibe**, Líder do PSB – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – **Aloizio Mercadante**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 214, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, como orador inscrito.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento propriamente, quero dizer da minha felicidade por ter ouvido a leitura do requerimento de urgência para o projeto de lei de minha autoria que objetiva autorizar o Poder Executivo a criar um colégio militar em Boa Vista, capital do Estado de Roraima.

É importante frisar que existem dez colégios militares no Brasil, sendo apenas um localizado na Região Norte, em Manaus, capital do Amazonas. Os outros estão localizados em sua maioria nas regiões Sul e Sudeste e três na Região Nordeste. A Escola Preparatória de Cadetes está localizada em Campinas, Estado de São Paulo, e a Academia Militar das Agulhas Negras, último estágio de formação de oficiais do Exército, está localizada na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Portanto, a grande Amazônia, composta por 60% do território nacional, tem apenas um colégio militar, localizado em Manaus. Por isso é importante o enfoque geoestratégico de formar os oficiais do nosso Exército na região amazônica, com visão amazônica e com visão da importância da soberania que o Brasil precisa ter efetivamente sobre aquela região.

Espero que aproveemos esse projeto, inclusive na Comissão de Orçamento. Agora, vamos votar o Orçamento para 2005. Devemos alocar uma quantia suficiente, para que possamos, uma vez aprovado o projeto – o que espero aconteça rapidamente nesta Casa e na Câmara dos Deputados –, em 2005, começar de fato a concretizar esse importante projeto para a Amazônia, que é a criação de mais um colégio militar na região.

Sr. Presidente, hoje quero enfocar um tema positivo para o meu Estado, que é a produção agrícola, apesar de todos os entraves que o meu Estado tem enfrentado, com cerca de 57% da sua área territorial destinada a reservas indígenas, quando a população indígena do meu Estado é de apenas 8% da população total do Estado. E, ainda assim, dessa população indígena, cerca de 70% a 80% moram nas cidades do interior e na capital. Aqueles aldeados, os que realmente vivem nas reservas indígenas, não somam mais do que 20% da população indígena do meu Estado. Portanto, há um contra-senso, há algo ilógico que vem travando sobremaneira o desenvolvimento agrícola e pecuário do meu Estado.

A produção mineral também está impedida em todas essas reservas indígenas – aliás, talvez seja esse o maior pano de fundo da questão. Além das reservas indígenas, existem reservas ecológicas. Na verdade,

somadas as reservas indígenas, as reservas ecológicas e mais as terras devolutas da União, sobram, para o Estado de Roraima, 12% da sua área territorial.

Ainda assim, quero ler aqui uma matéria publicada no jornal **Gazeta Mercantil**:

Produção agrícola avança em Roraima.

Terras mais baratas e perspectivas de boa produtividade atraem agricultores à Região Norte.

Cada vez mais, na busca por terras baratas e produtividade [é importante se frisar aqui, Sr. Presidente, que a soja, o milho e outros grãos têm tido, em Roraima, uma produtividade acima da média nacional. Estamos acima do Equador, temos temperatura e precipitação pluviométrica certas, em época certa, sem sobressaltos, o que contribui muito para a produtividade], os produtores rurais desbravam o Brasil: primeiro, o Centro-Oeste, depois o oeste da Bahia e parte do Nordeste. Agora, eles rumam mais ao Norte. O Estado de Roraima começa a despontar como nova fronteira agrícola. A meta para os próximos cinco anos é uma produção de três milhões de toneladas de grãos, ou seja, todo o volume hoje cultivado no Norte do País. Isso significa multiplicar, em mais de dez vezes, a atual produção. “Todo dia tem gente chegando”, é o que se ouve ali.

Nos últimos dez anos, o Estado já vem registrando um aumento na produção e na área plantada. Há dez safras foram cultivados 16,8 mil hectares. Na passada, 56,9 mil hectares (aumento de 238%), segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). No mesmo período, a produção cresceu 45%. Parte da pujança é resultado do trabalho do governo estadual em atrair empresários do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e Bahia.

Luiz Travassos, diretor-administrativo da Federação da Agricultura do Estado de Roraima (Faer), afirma que uma das vantagens da região é a vegetação rasteira, perfeita para a agricultura, além de 14 horas de sol e água em abundância.

Esse é outro ponto importante para o qual se deve chamar a atenção. Quando se fala em Amazônia, só se diz que lá há mata e floresta fechada e que, portanto, para se fazer qualquer coisa naquela região, deve-se desmatar. Não é o caso de Roraima. Há lá o que chamamos lavrados. Há menos vegetação que os

nossos cerrados aqui. E é nessa área que a produção agrícola está avançando bastante.

A Federação não tem números da migração para o Estado, mas ele diz que diariamente produtores pedem informações sobre a região, atraídos também pelos preços baixos das terras: entre R\$300 e R\$1,5 mil por hectare [realmente, é a terra mais barata do Brasil no momento]. Outra vantagem, segundo Travassos, é o fato de Roraima ter uma boa parte do território situado no Hemisfério Norte, fazendo com que o ciclo de produção seja diferente do Centro-Sul. “Podemos vender na entressafra deles”, afirma.

Oscar Smiderle, chefe de pesquisa e desenvolvimento da Embrapa Roraima, afirma que, nos últimos 15 anos, a instituição vem pesquisando cultivares apropriadas ao cerrado local [quer dizer, aos nossos lavrados de lá], semelhante às de Balsas (MA), o que propiciou uma boa produtividade – 60 sacas por hectare no primeiro ano. Além das sementes, Smiderle diz que o clima apropriado para o cultivo faz com que o ciclo mais longo da planta chegue a 110 dias, diminuindo o investimento no campo e o solo arenoso, o que facilita as práticas culturais.

Mas o regime pequeno de chuvas faz com que o Estado só possa cultivar duas safras se utilizar a irrigação. Atualmente, a técnica tem sido usada para o plantio de sementes. O pesquisador afirma que o arroz de sequeiro e a soja são os principais produtos cultivados e que podem combinar na rotação de cultura. Ele destaca, no entanto, que há boas perspectivas para o algodão, o girassol e a mamona.

Atualmente, o Estado ocupa com agropecuária menos de 10% do disponível para a atividade. Segundo dados da Federação, existem hoje disponíveis 1,57 milhão de hectares para a agricultura (7% do total). Segundo dados da Faer, se o Estado usasse 1 milhão de hectares nas áreas lavradas, poderia produzir três milhões de toneladas de grãos em cinco anos, sendo 1,1 milhão toneladas de milho, 730 mil toneladas de soja, 540 mil toneladas de arroz sequeiro e 700 mil toneladas de arroz irrigado.

O produtor Paulo Tanaka foi atraído pela redução dos custos e aumento da sua rentabilidade. Vendeu a sua área de 400 hectares em Minas Gerais e comprou três mil hectares em Roraima. Na última safra, cultivou 800

hectares com soja e tem conseguido produtividade de até 60 sacas por hectare. Grande parte da produção é comercializada com o Grupo Maggi, mas Tanaka também está em negociação para exportar para a Venezuela e Guiana Francesa.

“Em Minas Gerais, era mais fácil comercializar, mas não estou arrependido”, diz Tanaka. Segundo ele, o Estado tem muitos atrativos, além de terras baratas – que já foram valorizadas em 200% nos últimos anos, segundo o produtor. Entre as vantagens, ele destaca a boa produtividade devido ao solo arenoso, ao regime de chuvas, à elevada temperatura e à alta luminosidade. Além disso, há incentivo fiscal, com isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os produtores ligados à Cooperativa Grão Norte. Tanaka conheceu Roraima por meio da Secretaria de Planejamento e Orçamento, que levava empresários ao Estado.

De 2000 a 2002, equipes do governo do Estado estiveram em regiões em que se acreditava haver empresários conhecidos pelo empreendedorismo. “Grande parte do que está ocorrendo hoje é resultado deste trabalho”, afirma Damião Araújo, diretor do Departamento de Atração de Investimentos da Secretaria. Ele cita como exemplo o crescimento da soja em comparação com o arroz. Foram necessários 20 anos para que a área cultivada com arroz chegasse a 20 mil hectares, enquanto em quatro anos o plantio da oleaginosa atingiu 12 mil hectares. Segundo ele, vieram pelo menos 50 produtores de outros Estados, nesse período, para se cultivar apenas o grão. A expectativa é que, em 2005, a área com a *commodity* chegue a 30 mil hectares, dobrando todos os anos.

Além das visitas, o Governo também investiu subsidiando a comercialização do calcário e dando o aval de 30% a financiamentos agrícolas. Também instalou um silo com capacidade de armazenagem de 50 mil toneladas. E, para os próximos meses, deve fazer uma força-tarefa na recuperação das estradas.

O crescimento de Roraima, porém, está limitado. Os produtores reclamam da indisponibilidade de terras devido à legislação ambiental (e à legislação indigenista). Segundo Travasso, se a Medida Provisória nº 2.166, que trata do Código Florestal, for revogada (ou modificada), a agropecuária poderia utilizar 15% do território (3,5 milhões de hecta-

res). A atual legislação exige reserva legal de 35% nos lavrados e 80% nas matas. A Medida Provisória foi editada no governo passado e aguarda para entrar na pauta de votação do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, peço que esse artigo que li, publicado na **Gazeta Mercantil** de 09 de agosto, conste como parte integrante do meu pronunciamento.

Essa é uma notícia boa para o meu Estado, da qual todo o Brasil toma conhecimento por meio deste pronunciamento. Ali há um futuro para o País. Estamos muito mais próximos do Caribe, dos Estados Unidos e da Europa do que qualquer outro Estado brasileiro, portanto, temos todo um futuro garantido pela frente.

Quero fazer um apelo para que o Governo Federal regulamente essa questão das terras, dê um basta na demarcação e expansão de terras indígenas. Já há terras demais! São 57% da área territorial para 8% de população indígena, e, repito, apenas de 10 a 20% da população indígena vivem nas aldeias; o restante vive nas cidades. São funcionários públicos, até empresários, policiais, militares etc.

Com relação às reservas ecológicas, o Governo Federal está ultimando um projeto para terceirizar as florestas brasileiras – privatizando-as ou terceirizando-as, como quiserem dizer – e entregar as reservas, que teoricamente permanecem sob o domínio da União mas podem ser exploradas por terceiros. Aí, com certeza, predominarão as ONGs ou as empresas estrangeiras, ou a mesma coisa: as ONGs apenas fazendo o papel que as empresas estrangeiras possam não querer fazer diretamente.

Quero, portanto, apelar ao Presidente Lula para que regulamente a questão das terras do meu Estado. Lá, é bom que se diga de novo, grande parte da terra é produtiva, não se precisa derrubar uma árvore, porque está localizada na área de lavrado. É lá onde está a maior cobiça por terras indígenas e ecológicas. Portanto, é preciso, de uma vez por todas, ter a coragem de definir. Essa questão já está na Justiça, inclusive com decisões favoráveis do Supremo Tribunal Federal, do STJ, do Tribunal Federal de Recursos e do juiz da primeira instância, no sentido inverso. Espera-se, inclusive, a decisão do mérito. Mas isso não impediria, por exemplo, que o Presidente Lula decidisse sobre as demais terras, o que daria para o nosso Estado a segurança de que poderíamos produzir.

Agora, inclusive desrespeitando a decisão do Supremo Tribunal Federal, o Presidente da Funai foi lá e incentivou os índios a invadirem as terras dessa região que está **sub judice**. Isso está ocorrendo com a conivência – inclusive com a utilização de veículos e funcionários – da Funai, da Funasa e da diocese de

Roraima, que tem convênios com o Governo Federal, e, portanto, também está sob fiscalização do Governo Federal, e de outras ONGs que recebem recursos federais para trabalhar contra o Governo Federal, contra o País.

Ao registrar essa notícia alvissareira, quero concluir, pedindo ao Presidente Lula que aja de maneira nacionalista e, principalmente, não deixe que o nosso Estado, embora sendo o menor da Federação no que tange a recursos financeiros, continue sendo punido e só frequente as manchetes de jornais com notícias

ruins. Estou trazendo uma notícia boa. Aliás, duas, Sr. Presidente: a possível criação do colégio militar em Roraima e o agronegócio que se expande no meu Estado.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

Produção agrícola avança em Roraima

Terras mais baratas e perspectivas de boa produtividade atraem agricultores à Região Norte

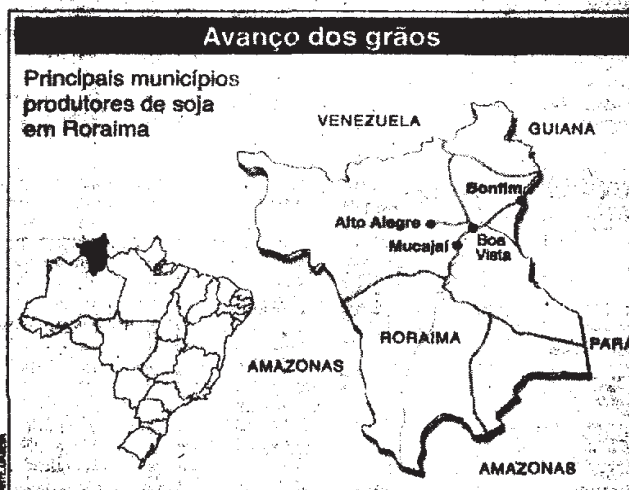
Nota Especial
de São Paulo

Cada vez mais, na busca por terras baratas e produtividade, os produtores rurais desbravam o Brasil: primeiro o Centro-Oeste, depois o Oeste da Bahia e parte do Nordeste. Agora, eles rumam mais ao Norte. O estado de Roraima começa a despojar como nova fronteira agrícola. A meta para os próximos cinco anos é uma produção de três milhões de toneladas de grãos, ou seja, todo o volume hoje cultivado no Norte do País. Isso significa multiplicar em mais de dez vezes a atual produção. "Todo dia tem gente chegando", é o que se ouve ali.

Nos últimos dez anos, o estado já vem registrando aumento na produção e área plantada. Há dez anos foram cultivados 15,3 mil hectares. Na passada, 36,9 mil hectares (anterior de 23.964), segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). No mesmo período, a produção cresceu 41%. Para a próxima é resultado do trabalho do governo estadual em atrair produtores do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e Bahia.

Luiz Travassos, diretor administrativo da Federação de Agricultura do Estado de Roraima (Faer), afirma que uma das vantagens da região é a regulação sazonal, perfeita para a agricultura, além de 14 horas de sol e água em abundância. A federação não tem números da migração para o estado, mas ele diz que diariamente produtores pedem informações sobre a região, atraídos também pelos preços baixos das terras: entre R\$ 300 e R\$ 1,5 mil por hectare. Outra vantagem, segundo Travassos, é o fato de Roraima ter boa parte do território situado no Hemisfério Norte, fazendo com que o ciclo de produção seja diferente do Centro-Sul. "Podemos vender na entressafra deles", afirma.

Oscar Smidre, chefe de pesquisa e desenvolvimento da Embrapa Roraima, afirma que nos últimos 13 anos a instituição vem pesquisando



cultivares apropriadas ao cerrado local — semelhante às de Balsas (MA), o que propiciou uma boa produtividade — 60 sacas por hectare no primeiro ano. Além das sementes, Smidre diz o clima apropriado para o cultivo, que faz com que o ciclo mais longo da planta chegue a 110 dias, diminuindo o investimento no campo e o solo arenoso, que facilita as práticas culturais.

Mas, o regime pequeno de chuvas faz com que o estado só possa cultivar duas safras se utilizar a irrigação. Atualmente, a técnica tem sido usada para o plantio de sementes. O pesquisador afirma que arroz de sequeiro e soja são os principais produtos cultivados, e que podem combinar na rotação de cultura. Ele destaca, no entanto, que há boas perspectivas para algodão, girassol e mamona.

Atualmente o estado ocupa com agropecuária menos de 10% do disponível para a atividade. Segundo dados da federação, existem hoje disponíveis 1,57 milhão de hectares para a agricultura (7% do total). Segundo dados da Faer, se o estado usasse 1 milhão de hectares

nas áreas lavradas, poderia produzir três milhões de toneladas de grãos em cinco anos, sendo 1,1 milhão de toneladas de milho, 230 mil toneladas de soja, 340 mil toneladas de arroz sequeiro e 700 mil toneladas de arroz irrigado.

O produtor Paulo Tanaka foi atraído pela redução dos custos e aumento de sua rentabilidade. Vendeu sua área de 400 hectares em Minas Gerais e comprou três mil hectares em Roraima. Na última safra, cultivou 800 hectares com soja e tem conseguido produtividade de até 60 sacas por hectare. Grande parte da produção é comercializada com o Grupo Magi, mas Tanaka também está em negociação para exportar para a Venezuela e Guiana Francesa.

"Em Minas Gerais era mais fácil comercializar, mas não estou arrependido", diz Tanaka. Segundo ele, o estado tem muitos atrativos, além das terras baratas — que já foram valorizadas em 200% nos últimos dois anos, segundo o produtor. Entre as vantagens, ele destaca a boa produtividade, devido ao solo arenoso, ao regime de chuvas, à elevada tem-

peratura e alta luminosidade. Além disso, há incentivo fiscal, com isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os produtores ligados à Cooperativa Grão Norte. Tanaka conheceu Roraima por meio da Secretaria de Planejamento e Orçamento, que levava empresários ao estado.

De 2000 a 2002, equipes do governo do estado estiveram em regiões em que se acreditava haver empresários conhecidos pelo empreendedorismo. "Grande parte do que está ocorrendo hoje é resultado deste trabalho", afirma Damiano Araújo, diretor do Departamento de Atracção de Investimentos da secretaria. Ele cita como exemplo o crescimento da soja em comparação com o arroz. Foram necessários 20 anos para que a área cultivada com arroz chegasse a 20 mil hectares, enquanto em quatro anos o plantio da oleaginosa atingiu 12 mil hectares. Segundo ele, vieram pelo menos 50 produtores de outros estados, neste período, para cultivar o grão. A expectativa é que, em 2005, a área com a commodity chegue a 30 mil hectares, dobrando todos os anos.

Além das visitas, o governo tem investido subsidiando a comercialização de calceio e dando uma de 10% aos financiamentos agrícolas. Também instalou um silo com capacidade de armazenagem de 50 mil toneladas. E, para os próximos meses, deve fazer uma força-tarefa na recuperação das estradas.

O crescimento de Roraima, porém, está limitado. Os produtores reclamam da indisponibilidade de terras devido à legislação ambiental. Segundo Travassos, se a Medida Provisória nº 2.166, que trata do Código Florestal, for revogada, a agropecuária poderia utilizar 15% do território (3,5 milhões de hectares). A atual legislação exige reserva legal de 35% nos lavrados e 80% nas matas. A Medida Provisória foi editada no governo passado e aguarda para entrar na pauta de votação no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, por cessão do Senador Heráclito Fortes.

S. Ex^a terá até 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros presentes e que assistem a esta sessão pelo sistema de comunicação do Senado – televisão e rádio.

Sêneca, Senador Jefferson Péres, um sábio da Grécia – como V. Ex^a é o sábio do Amazonas –, não nasceu nem na poderosa Esparta, nem na culta Atenas. Ao se referir à sua cidade, dizia: “Não é uma pequena cidade, é a minha cidade”.

Estou na tribuna, por cessão do extraordinário líder do Piauí, Heráclito Fortes, para prestar uma homenagem – já que não estarei aqui em 14 de agosto, o dia de Parnaíba – à minha cidade.

Senador Alvaro Dias, quando candidato a Governador do Estado do Piauí, em um segundo turno no qual eu contava com o apoio de três prefeitos – o adversário, com o de 142 prefeitos –, recebi a simpatia da minha cidade, que é a maior depois da capital, e da capital. Então, inteligentemente, os marqueteiros do sul, chamados a socorrer o candidato que representava as oligarquias do Piauí, começaram a dizer que, se eleito, eu ia transferir a capital do Piauí de Teresina para a minha Parnaíba, no litoral.

Senador Papaléo Paes, como fui para o primeiro turno, destronaram a equipe publicitária de São Paulo, que era poderosa, e convidaram Belisa Ribeiro. Havia cinco canais de televisão.

Senador Eurípedes, o povo é soberano e é quem decide. Quando governei o Piauí, cantei: “O povo é o poder”.

Senador Papaléo Paes, dos cinco canais de televisão, nenhum era comigo. Aí, armaram um e me fizeram esta pergunta – senti-me o próprio Miterrand, pois eram cinco canais para me fazer titubear: “Você pode chegar, mas ao chegar vai transferir a capital do Piauí de Teresina para Parnaíba”. Eu disse: “Bem, Teresina, muito pelo contrário, foi a primeira capital planejada do Brasil”.

A antiga capital do Piauí era Oeiras, onde tive o privilégio de condecorar o maior Líder do PMDB, Senador Pedro Simon. O baiano Saraiva, grande funcionário do Império, que vinha lá do Sergipe, transferiu a capital para Teresina, a primeira cidade planejada do Piauí, há 152 anos. Colocou-a entre dois rios, mesopotâmica.

Em um de seus discursos, disseram a Saraiva que ele ia ter despesas. Senador Papaléo Paes, aquela estadista jovem, com 24 anos – passou quatro anos no Piauí – disse que, quando se tratava de perspectiva de desenvolvimento futuro, não se levava em conta despesa e fez a transferência.

Tal era a sua inteligência, que quis frear o desenvolvimento empresarial de Caxias, no Maranhão, poderosa na região. E freou. Hoje Caxias, a 60 km, é muito dependente de Teresina, assim como o sul e o centro do Maranhão. Esse homem era tão gênio que, depois, foi para São Paulo e – rendo homenagem a Saraiva – foi Primeiro-Ministro na Guerra do Paraguai e ainda foi quem fundou Teresina.

Parnaíba foi fundada em 14 de agosto e Teresina, 16 de agosto. Portanto, Parnaíba, minha cidade, é oito anos mais antiga e fica no litoral do Piauí. Aliás, o Piauí tem o menor litoral do Brasil. São 66 km, Senador Papaléo Paes. Salvo engano, a Bahia tem o maior litoral, seguido pelo Maranhão. O Piauí, em extensão litorânea, é como o perfume francês, pequeno, e Deus o fez maravilhoso.

Parnaíba faz 160 anos.

Brasileiras e brasileiros, atentem bem! Atente bem, Senador Pedro Simon. O povo gaúcho é um povo heróico, precursor da República, lá, na Guerra dos Farrapos, de Giuseppe Garibaldi e Anita Garibaldi. Aliás, Senador Pedro Simon, a minha Adalgisa em Teresina está como Anita Garibaldi, ou seja, na luta pelos nossos ideais partidários. Sobre a Guerra dos Farrapos, digo que Bento Gonçalves foi extraordinário, mas é comparável.

Aos portugueses, ninguém deu nada, ninguém dá nada. Está na Bíblia, como pode atestar o Senador Pedro Simon, que é o representante de Deus e de São Francisco nesta Casa: “Pai, não dê o seu, porque quem dá o que tem a pedir vem”. “Pai, não dá tudo.” Então, Dom João VI, disse: “Filho, antes que qualquer aventureiro ponha a coroa, coloque-a você e vamos fazer isso.” Mas o aventureiro, Simon Bolívar, já estava aqui, nas Américas, libertando. Disse Dom João VI: “Filho, fique com o Sul, onde há muitos funcionários públicos, que eu vou ficar com o Norte”. E mandou Fidié, seu sobrinho, afilhado, militar glorioso das forças armadas portuguesas, para o Piauí para fazer o País Maranhão, dividir o Brasil. Este País só é grandão por causa do Piauí. O Rio Grande do Sul, de Bento Gonçalves, e, hoje, de Pedro Simon, pode se vangloriar.

Então, o filho de um português, Simplício Dias, que havia estudado na Europa e era colega de Simon Bolívar, tinha indústria de charque, cinco navios e financiou a guerra. O Maranhão se aliou a Portugal e invadiu a nossa cidade. Mas o brasileiro, educado na

Europa, Simplício Dias, estava lá para nos defender. E está lá, na cidade de Campo Maior, um monumento a homenageá-lo.

Quis Deus que agora adentrasse este Plenário o maior piauiense vivo, Alberto Silva, no momento que homenageamos Parnaíba pelo seu aniversário.

Continuando, o Presidente Castello Branco reconheceu a Batalha do Jenipapo como uma das batalhas mais gloriosas, e Alberto Silva a eternizou. Há um monumento a cada ano e uma comemoração a cada ano, não só do Governo Alberto Silva, mas do País. Eu, como Governador, com o Exército Nacional, comemoramos essa batalha. Então, 14 de agosto é a data do aniversário da nossa cidade.

Muitas são as maravilhas da natureza, Senador Pedro Simon. Mas a mais maravilhosa é o ser humano. E a Parnaíba é grandiosa por isso. Simplício Dias da Silva foi enterrado na nossa catedral. Nesta cidade, Parnaíba, nasceu o único ser que pode estar, aqui, ao lado de Rui Barbosa, Evandro Lins e Silva, o maior jurista que houve. E, como um bem nunca vem só, lá também nasceu Alberto Silva, lá, nasceu o mais extraordinário Ministro de Planejamento deste País, João Paulo dos Reis Velloso. Senador Pedro Simon, restrições à falta de liberdade no regime revolucionário, digo que eles foram humildes e buscaram uma luz, um farol para guiá-los. Mais de 15 anos e não houve nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade, nenhuma corrupção. Aprenda, PT, com os homens da Parnaíba, com João Paulo dos Reis Velloso. Ele fez o primeiro e o segundo PND, Ministro José Dirceu. É. Não precisamos ir a Cuba para aprender. Esta é a verdade, esta é a nossa cidade, a cidade do grande escritor e poeta Assis Brasil: “beira rio, beira vida...”

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Parnaíba nos deu três governadores extraordinários: Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, do MDB, e dois ilustres, aqui presentes, Senador Alberto Silva, por duas vezes Governador, uma das bênçãos do período revolucionário, e depois S. Ex^a voltou, pelos braços e pela força do povo, e aqui está, e eu, discípulo desses grandes mestres.

Com a palavra, o ilustre filho da Parnaíba, Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Foi muito bom eu ter chegado a este Plenário e ainda o encontrar na tribuna, pois o ouvia lá, em meu gabinete. É uma hora extraordinária exaltar o dia de nossa cidade, Parnaíba. V. Ex^a bem sabe que, por duas vezes fui Prefeito de lá e, V. Ex^a, ainda menino, lembro-me, era meu cabo

eleitoral, à época em que se trocavam chapas, não era isso?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Os homens iam votar vestidos de paletó branco e eu colocava as chapas nos bolsos deles.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – V. Ex^a era menino; depois foi um grande Prefeito, e agora um grande Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Tempo bom. O TRE o estragou. Havia aquelas comidas, e a gente falava: “Vamos votar no Alberto Silva”. E eles respondiam: “Não, só depois do almoço e da cerveja”.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Então, como estou rememorando, V. Ex^a foi meu cabo eleitoral, era menino, mas já era um bom cabo eleitoral. Foi bom, porque fui Prefeito duas vezes da cidade que se comemora agora mais um aniversário. E ouvi a história de Simplício Dias, que V. Ex^a está contando muito bem. Em relação a essa história, apenas arremato dizendo que descobri, quando Governador, que quando o Imperador Pedro I declarou o Brasil independente, D. João VI não se conformou que o Brasil todo ficasse como um País independente. É por isso que se explica a presença de um exército português, com artilharia, infantaria e cavalaria, plantados naquela região. Para quê? Descobri, Senador Mão Santa, uma carta de D. João VI ao Brigadeiro João José da Cunha Fidié, que foi o comandante do grande exército português, que estava lá para evitar que o Brasil ficasse totalmente entregue ao Imperador Pedro I, filho dele, como uma unidade. Ele queria uma parte para a corte portuguesa. Foi por isso que o exército estava lá. E descobrimos. Levei essa notícia da Batalha do Jenipapo, que o exército português venceu a batalha, mas não venceu a guerra. Foi ali que se travou a única batalha em que se derramou sangue pela Independência do Brasil. Vamos combinar e pedir que aquele monumento seja passado a Monumento Nacional e guardado como o Monumento dos Pracinhas, no Rio de Janeiro, pelos Dragões da Independência, porque foi uma batalha pela Independência do Brasil. Parabéns e vamos trabalhar nesse rumo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Alberto Silva, quero dizer que V. Ex^a governou a cidade de Parnaíba e dar o testemunho de que foi melhor Prefeito do que eu, governou o Estado do Piauí e, em homenagem a Parnaíba e Teresina, que nos acolheu tão bem, também me superou. Mas eu queria dizer o seguinte, Alberto, que me conforma, lá na Renascença, Leonardo da Vinci, que disse que maior discípulo é o que não suplanta o mestre. Espero, nem que seja daqui a cem anos, poder pelo menos me igualar a V. Ex^a na

grandeza, na inteligência, na obstinação, no amor ao Piauí, a nossa Parnaíba e a nossa Teresina.

Mas, baianos, Rui Barbosa empata com Evandro Lins e Silva, o nosso, e, nesse sentido, quero complementar o Senador Alberto Silva: houve outra batalha, os baianos não estão aqui, mas diriam que foi em 2 de julho. Mas quero dizer aos baianos que 13 de março é antes de 2 de julho, a nossa foi primeira. Nós fomos à luta, eles nos seguiram, como diz Padre Antônio Vieira, que saía de Fortaleza, passava por Parnaíba e ia a São Luiz. O exemplo arrasta, e arrastamos os baianos a garantir conosco a unidade. Essa é a verdade, Senador Alberto Silva.

E chegou o outro extraordinário piauiense, Senador Heráclito Fortes, a quem, como irmão, já que estou usando o tempo para saudar o aniversário de Parnaíba, 14 de agosto, 160 anos, e Teresina, 152, concedo o aparte a este Senador que enriquece o Piauí.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Recebo com muita alegria a oportunidade deste aparte compulsório. Evidentemente, eu não poderia deixar de me inserir nesta homenagem que V. Ex^a faz às duas queridas cidades que marcaram muito a minha vida, que são Teresina e a Parnaíba, berço de V. Ex^a e do Senador Alberto Silva. Aproveito a oportunidade exatamente para desejar a todos que nasceram nestas duas belas cidades piauienses ou que nelas vivem voto de felicidade e de pleno êxito em suas realizações. Parabenizo V. Ex^a, como filho de Parnaíba e bem acolhido por Teresina, pela iniciativa deste pronunciamento que, com certeza, será incorporado e assinado pelos três Senadores piauienses e também pelos companheiros da Câmara dos Deputados. Parabenizo, portanto, V. Ex^a, pela data de Parnaíba e, esta cidade, por tê-lo como filho. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Alberto Silva, quero usar outro Alberto para encerrar. Um quadro vale por dez mil palavras.

Senador Alberto Silva, há o Alberto da Costa e Silva, filho do poeta maior Da Costa e Silva, do Piauí. Eu o conheci, na Fundação Getúlio Vargas, em um almoço em que fiz um acordo, um contrato, um convênio para supervisionar o crescimento da Universidade Estadual do Piauí, em nosso governo. O filho de Da Costa e Silva, muito simpático, usou da palavra, Senador Alberto Silva, e eu fiz-lhe a seguinte pergunta – lá estavam vários ilustres piauienses da Fundação Getúlio Vargas –: “Alberto da Costa e Silva, como foi que surgiu o seu ideal para entrar no Itamaraty?” Senador Leonel Pavan, ele, que era o Presidente da Academia de Letras e o filho de Da Costa e Silva, disse-me: “Vingança, Governador!” Atentai para o que é paradigma – e

eu que ia até homenagear esse Barão do Rio Branco – é uma verdade até ser mutável. “Meu pai, Da Costa e Silva, era moreno, não era bem aperfeiçoado como eu. Ele fez concurso para o Itamaraty e passou em primeiro lugar. Aí houve uma entrevista com o Barão do Rio Branco, que lhe disse: ‘Não vou enquadrá-lo, porque você é feio, parece um macaco e já falam tão mal do Brasil.’ Então, entrei no Itamaraty por isso, por vingança.” Disse-me que entrou, aposentou-se e depois disso já tem dois filhos no Itamaraty. Então é três a um; Piauí ganha até de Barão do Rio Branco. Esse é o nosso Piauí. E ele disse: “Leiam o livro **As Barbas do Imperador**”. Professor Suassuna, ouvi hoje a sua entrevista sobre educação. V. Ex^a como já disse: é o nosso Shakespeare. Suassuna, aí ele disse: “O melhor livro: **As Barbas do Imperador**, que foi escrito por uma mulher. Tinha que ser uma mulher, mulher é mais inteligente, tal. Por isso, candidatei a minha mulher, porque ela tem mais voto do que eu no Piauí.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – V. Ex^a já está falando há muito tempo, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Muito tempo? Mas eu estou falando da grandeza da história. Pouco tempo é PT. PT, pouco tempo. Então, eu queria dizer o seguinte: lá no **As Barbas do Imperador**, Alberto Silva, ele diz: os dois maiores homens do Império: o empresário Mauá e o político Pedro II. Mas, Alberto Silva, lá no livro **As Barbas do Imperador** tem que Simplício Dias da Silva, naquele tempo, Senador Papaléo, ele tinha tanto dinheiro que pegou os escravos negros, mandou para a Europa e tinha a terceira orquestra do País. Era lá em Parnaíba e foi este homem, Simplício Dias da Silva, que comandou a Batalha do Jenipapo, que deu a unidade do Brasil.

E eu terminaria com Costa e Silva, que diz e canta no Hino do Piauí:

“Piauí, terra querida,
Filha do sol do Equador,
E na batalha e na luta,
Seu filho é o primeiro que chega.”

E chegamos aqui Alberto Silva, Heráclito e eu para engrandecermos esta Casa e o Brasil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Pela ordem, com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Se V. Ex^a me permitisse, eu gostaria de usar a palavra pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a fará uso da palavra, por cinco minutos, pela

Liderança, já devidamente autorizado pelo Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço que me inscreva pela Liderança do PDT, logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a fará uso da palavra após o Senador Alvaro Dias, como Líder do PDT.

Pergunto ao Senador Osmar Dias se fará uso da palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Então, V. Ex^a está inscrito.

Em seguida, o Senador Jefferson Péres fará uso da palavra. Como orador inscrito, falará o Senador Pedro Simon, por cessão do Senador Tião Viana.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, surpreendentemente, há uma escalada autoritária em curso no País.

É evidente que não queremos partir para o exagero e afirmar que existem filhotes de déspota no Palácio do Planalto. Mas não podemos também, Sr. Presidente, deixar de nos surpreender com este jeito autoritário de ser e de governar do PT.

Podemos listar pelo menos cinco medidas que nos estarrecem. O Governo do PT quer calar os Procuradores por meio da lei da mordada – o projeto se encontra no Congresso Nacional –, impor censura aos jornalistas por meio de projeto que regulamenta a profissão e que se encontra no Congresso Nacional, bem como patrulhar as produções culturais – há um projeto de lei que trata da Ancinav*.

A imprensa, hoje, Sr. Presidente, destaca mais algumas pretensões do Governo: “Lula quer ampliar quebra de sigilo por decreto” – e nós combatemos tanto a utilização de decretos-lei no período do autoritarismo; “Novo projeto do Governo cala servidor público”. São novas pretensões do autoritarismo em curso.

Creio ser interessante destacar o que diz Rosângela Bittar, chefe da redação, em Brasília, do jornal **Valor Econômico**, edição de 11 de agosto:

O Governo do PT tem uma péssima relação com a imprensa, cujo papel não conhece e, quando informado, não compreende, se compreende, não gosta. Tem uma difícil e cerimoniosa relação com as artes e a cultura, onde parece transitar com mais dificuldade.

O Governo do PT detesta o Parlamento, de onde procura silenciar aliados incômodos

e confinar opositores à condição de permanentes contendores eleitorais.

Encaminhada ao Congresso, a proposta do Governo de criação do Conselho Federal de Jornalismo, com funções definidas em três verbos – orientar, disciplinar e fiscalizar –, é, sem sombra de dúvida, uma iniciativa que pretende instituir a censura à imprensa e, portanto, um retrocesso. Isso inspirou o Líder do PFL na Câmara dos Deputados, Deputado José Carlos Aleluia, a afirmar que Lula não pode caminhar os caminhos de Hitler ou Stalin. Exageros à parte, estamos assistindo a um retrocesso imperdoável.

A criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, igualmente, é um impulso totalitário do Governo do PT de controlar as artes e a cultura. Já verificamos que aqueles que ousam insurgir-se contra o Governo ou apresentar qualquer suspeita sobre seus integrantes é taxado de adepto do denunciismo. Recentemente, o Ministro José Dirceu utilizou-se desse expediente. Os que denunciam estariam a serviço de interesses subalternos e ainda são considerados agentes sublevados contra os “avanços” da economia.

No que se refere à atividade jornalística, é bom destacar que a mesma já é regulada por várias leis. A Constituição Federal, o Código Civil, o Código Penal, a Lei de Imprensa e muitos outros diplomas e mecanismos legais organizam a atividade de imprensa no País, assegurando absoluta liberdade.

É claro que a reação da sociedade e dos profissionais de imprensa não poderia ser outra a esse projeto do Governo. E, quando os jornalistas reagem, são qualificados como corporativistas. Recentemente, a Oposição, quando exigiu a apuração das denúncias que envolvem o Presidente do Banco Central, foi taxada de eleitoreira e de agir deliberadamente para minar a economia do País. Para o PT, as movimentações palacianas e arrecadadoras do Sr. Delúbio Soares são normais, e as denúncias contra o Sr. Meirelles surgiram em função do bom momento vivido pela economia no Brasil.

Após 18 meses de gestão do PT, fica claro o bem delineado projeto de poder, alicerçado numa máquina de propaganda e *marketing* de evidente contorno autoritário. Esse projeto de poder se tornou visível com as declarações de ontem. E os jornais estampam hoje, em manchete, que a “tropa de choque” do Presidente Lula anuncia, desde já, a sua candidatura à reeleição. Diz a imprensa que, embalados pelo crescimento da popularidade do Presidente, identificado em pesquisa de opinião pública, os integrantes da “tropa de choque” da Presidência da República o lançam à reeleição em 2006.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que seja muito cedo para o Presidente Lula se colocar em campanha pela reeleição.

É preciso discutir essa escalada autoritária desde já, com muito interesse. Jornalistas condenam o projeto. Alberto Dines, por exemplo: “a idéia é pelega e estadonovista”; Maurício Azevedo, Presidente da ABI: “é de teor repressivo”.

No campo da cultura, o Governo igualmente deu uma demonstração de caráter autoritário, ao propor a criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual – uma tentativa de controlar a imprensa e a manifestação artística nesse projeto de poder do PT.

Há muito tempo estamos denunciando, desta tribuna, que o PT não tem projeto de Nação, mas projeto de poder. Agora ele escancara à sociedade brasileira suas pretensões.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/ PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra ela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/ PT – SC. Pela ordem.) – Solicito minha inscrição pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Fará uso da palavra o Senador Jefferson Péres, pela Liderança do PDT, e, em seguida, V. Ex^a, como Líder do PT.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu pronunciamento vai na linha do orador que me antecedeu, o Senador Alvaro Dias.

Percebe-se, nos meios jornalísticos, políticos, culturais, enfim, aqueles que englobam pessoas que têm plena consciência da importância da liberdade de imprensa e das liberdades em geral neste País, a preocupação com o ranço autoritário de setores deste Governo.

Os sinais são vários e evidentes: por exemplo, a Ancinav tentando regular as atividades culturais; o envio do projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo, que embute e mascara uma tentativa velada, maldisfarçada de cercear a liberdade de imprensa. Na melhor das hipóteses, Sr. Presidente, um conselho que seja de alguma forma controlado ou influenciado pelo Governo, com poder inclusive de cassar o registro de jornalista, levará, quando menos, os órgãos de imprensa a se imporem uma autocensura, com receio, com medo de que o Governo faça retaliações contra os profissionais realmente independentes.

Anuncia-se agora uma lei da mordaza para os funcionários, para os servidores públicos, que ficarão proibidos de prestar informações à imprensa.

O Presidente da República secunda o que já dissera o Ministro antes, e diz hoje matéria do jornal **O Globo**: “Lula apóia Presidentes do BB e do BC” – Banco do Brasil e Banco Central. Textualmente, a declaração do Presidente da República diz:

Não dá para um Presidente da República que tem que se preocupar com 180 milhões de habitantes ficar por conta de denunciismo que, de vez em quando, toma conta do Brasil. Essa não é a primeira vez e certamente não será a última.

É claro que não. De denunciismo usou e abusou o PT no passado, com certeza.

Mas que denunciismo é esse, Sr. Presidente?

Uma CPI revela que o Presidente do Banco Central do Brasil depositou US\$50 mil na conta de um doleiro brasileiro no exterior, algo que deveria levar o Presidente da República a colocar o Presidente de um órgão da importância, da relevância do Banco Central, sob suspeita. Talvez a pedir que ele se licenciasse até o fim das apurações. Mas o Presidente da República diz que é denunciismo.

Denunciismo é a denúncia irresponsável, Senador Papaléo, feita com base em boatos, em especulações. Mas um fato, o depósito na conta de um doleiro, nos Estados Unidos, Senador Mão Santa, é denunciismo!?

Como mudaram os valores éticos do Partido dos Trabalhadores! E não sabem com que lamentação íntima digo isso! O que era antes insuportável, agora é corriqueiro. O Presidente da República diz que tem que se preocupar com 180 milhões de brasileiros. O que faz o Presidente do Banco Central, as acusações a ele, isso não importa. É denunciismo, Senador Alvaro Dias, é coisa da Oposição, não interessa. O Sr. Meirelles fica aí e acabou. Fica porque Sua Excelência quer. É essa a moral vigente? São esses os novos padrões éticos da administração pública no Brasil?

Estou preocupado com duas coisas. Estou realmente preocupado. Eu já disse que, para mim, é difícil absorver essa mudança do Partido dos Trabalhadores, no qual o povo brasileiro depositou tantas esperanças. E eu já disse desta tribuna, e repito, que meu convívio durante oito anos, nas duas legislaturas passadas, com o Partido dos Trabalhadores no Senado foi por afinidade e não apenas pela oposição que fazia ao Governo Fernando Henrique. Foi principalmente pela postura ética da Bancada do PT. Não estou acusando, individualmente, nenhum integrante dessa Bancada. Estou falando da postura do Partido, da complacência,

da leniência, em vez de o Partido dos Trabalhadores ser aqui inclusive um crítico dos erros do Governo. Por que não? Mas não, ele silencia, aprova tudo o que o Governo possa fazer de errado, inclusive não exige que o Presidente do Banco Central se afaste até a apuração dos fatos.

Ao contrário, o Presidente da República do Brasil e o Presidente do PT acusam a Oposição, dizendo que isso não tem a menor importância.

Sr. Presidente, preocupo-me com duas coisas nesse Governo. Em primeiro lugar, com o ranço autoritário de alguns setores, que vai numa escalada. Os fatos estão aí. Está aí o anúncio de projetos cerceadores, de alguma forma, da liberdade, seja ela de imprensa, do meio artístico, e, agora, dos servidores públicos – é a chamada Lei da Mordalha do servidor público. E há a deterioração ética de certos setores do Governo também. Isso é lamentável.

Se o Governo continuar surfando nessa onda de crescimento econômico, cair na euforia, no triunfalismo, e julgar que pode tudo, o povo brasileiro ou, pelo menos, as pessoas mais responsáveis deste País têm muito com que se preocupar.

Durante o discurso do Sr. Jefferson Péres, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 2º Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

Em seguida, como orador inscrito, terá a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pois não.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Srª Presidente, requeiro minha inscrição para uma comunicação inadiável, com as escusas à oradora que já se encontra na tribuna.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Em primeiro lugar, está inscrito para uma comunicação inadiável o Senador Osmar Dias; em segundo lugar, o Senador Tião Viana; e, em terceiro, o Senador Maguito Vilela.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

Srª Presidente, solicito que sejam tocadas as campanhas – já são 11 horas e 20 minutos – para podermos dar início à Ordem do Dia da sessão ordinária que estava marcada para as 10 horas.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Aloizio Mercadante, V. Exª será atendido.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, neste início da minha fala vou registrar a frase que abre a coluna de alguém que não tem nada a ver com o PT, muito pelo contrário. Achei-a interessante porque está no foco do debate que estamos realizando nestes últimos dias.

Trata-se da coluna do Deputado Antonio Delfim Netto, que começa assim: “As últimas semanas apresentaram alguns aspectos interessantes que revelam como a “oposição” tenta reorganizar-se, depois de ter fracassado no esforço de fazer implodir o Governo Lula”. Assim abriu sua coluna o Deputado, que não é do PT e nem tem proximidade com o Partido. Obviamente ninguém duvida disso.

E é muito interessante, porque tudo o que vaticinaram, o que alardearam, o que disseram que aconteceria, a realidade dos fatos desmonta, pois não se realizou. Ao contrário. Talvez seja por isso que o Deputado Antonio Delfim Netto tenha afirmado que a Oposição tenta reorganizar-se, depois de todo o esforço que fez, sem sucesso, para fazer implodir o Governo Lula.

Disseram que não daríamos conta de colocar a economia em ordem. Mas conseguimos. Que não conseguiríamos estabelecer patamares de negociação com soberania em nível internacional. Não só demos conta como obtivemos recentemente três sucessos consagradores na política soberana do Brasil na OMC. Conseguimos daquele órgão uma declaração a favor dos subsídios, conseguimos que os Estados Unidos fossem punidos por conceder subsídio ao algodão, e, mais recentemente, o mesmo ocorreu com a União Européia, com o subsídio ao açúcar. Para quem não ia dar conta de representar bem o Brasil, os dados e o resultado da política revelam o contrário.

Também disseram que não conseguiríamos gerar empregos, e os dados revelam que foram criados mais de 1,2 milhão de empregos, com carteira assinada, entre janeiro e julho deste ano. Desde 1992, não havia um volume como esse de empregos com carteira assinada. Ou seja, o Governo anterior não conseguiu criar, num único período, tantos empregos com carteira assinada como fizemos nesses primeiros sete meses.

Disseram ainda que não faríamos com que o País crescesse, e todos os indicadores mostram crescimento em todos os setores da produção e em todas as regiões do País; que não conseguiríamos aumentar a renda, e está aí a curva descendente, extremamen-

te doída para todos nós, já com dois a três meses de retomada do crescimento da massa salarial; que não iríamos reduzir a carga tributária – chegaram ao absurdo de fazer artigos chamando o PT de Partido dos Tributos –, e os jornais apresentam os dois pacotes recentes reduzindo carga tributária, com elogios do setor produtivo.

Participei, pela manhã, do Fórum Parlamentar Sul, com a representação do setor empresarial do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A reunião começou exatamente com o elogio às reduções da carga tributária desenvolvidas, anunciadas e implementadas pelo Governo Lula.

Ou seja, tudo que anunciaram e vaticinaram não se concretiza. Então, realmente, é necessário reorganizar a Oposição, porque ainda não deu certo.

Fico assustada, porque agora vem o discurso de que o PT está patrocinando autoritarismo. Muitas propostas, tais como a Lei da Mordalha, que está há muito tempo no Congresso Nacional, não são iniciativa nossa. O Conselho Nacional de Jornalismo é reivindicação antiga da Federação Nacional dos Jornalistas, e projeto semelhante já foi vetado anteriormente por ter sido iniciativa parlamentar, por vício de origem, no Governo passado.

Então, está difícil, porque tudo o que falam não dá certo. Será preciso inventar outra coisa.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Maguito Vilela, regimentalmente, não é possível a concessão de aparte neste momento.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Não é permitido o aparte.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Isso deve estar incomodando mesmo, porque os investimentos para este primeiro semestre superam em 30% os investimentos anunciados para todos os setores.

Preparei-me para fazer um discurso de vinte minutos, em que iria explicitar todos os setores com crescimento significativo e investimentos anunciados. Cito apenas alguns: no setor de eletroeletrônicos, o crescimento no investimento anunciado é de 1.381%; no setor mecânico-metalúrgico, esse percentual é de 228%; e, no setor de telecomunicações, é de 256%.

Os desembolsos do BNDES, nos sete primeiros meses de 2004, alcançaram R\$19,1 bilhões. Sabem quanto foi o desembolso do BNDES no último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso? Não chegou a R\$22 bilhões, e, em sete meses de 2004, estamos desembolsando o que eles desembolsaram em 2002, e o fizeram na lógica da privatização, para financiar a pri-

vatização – assim é como foi usado o BNDES ao longo de todo o Governo Fernando Henrique Cardoso.

Então, está difícil mesmo. Tem que mudar o discurso e se reorganizar, porque a realidade está demonstrando que este País está num novo rumo e mudou. Nosso País tem esperança e expectativa novamente. As medidas implementadas, anunciadas e executadas pelo Governo Lula, indiscutivelmente, estão tirando o sono da Oposição e fazendo também com que ela perca o rumo.

Muito obrigada, Sr^a Presidente. Agradeço a tolerância, pois passei alguns minutos do meu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, por cessão do Senador Tião Viana.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, estamos às vésperas de ver, a se confirmar, umas das maiores aberrações de que se tem notícia no que concerne ao planejamento econômico, especificamente à política energética. Sob os auspícios do atual Governo, que, por inércia, não faz senão manter o equívoco do Governo que o antecedeu, está marcada para os dias 17 e 18 próximos a sexta rodada de licitações de áreas potencialmente produtoras de petróleo.

Essas licitações, Sr. Presidente, contradizem todo o esforço e todas as conquistas que têm sido um justo orgulho do nosso País desde que foi deflagrada a campanha “O Petróleo é Nosso”. Os mais antigos hão de se lembrar daquela memorável campanha que, insurgindo-se contra o espírito entreguista e um ceticismo quase generalizado, resultou na criação da Petrobras, em 3 de outubro de 1953, e resultaria, nas décadas seguintes, na confirmação das reservas petrolíferas e na consolidação de nosso potencial tecnológico. Os mais descrentes podem torcer o nariz, mas o fato é que já em 2006 o Brasil se tornará auto-suficiente na produção de petróleo.

O que espanta, o que nos deixa atônitos, é saber que os homens que hoje estão no Governo, críticos permanentes dos leilões realizados no Governo Fernando Henrique Cardoso, agora incrustados no Poder e em condições de mudar o jogo, fazem a opção pela inércia, supostamente para não frustrar expectativas das grandes companhias do setor.

É preciso esclarecer, Sr^{as} e Srs. Senadores, que as áreas incluídas nesses leilões eram objeto de prospecção da Petrobras, a qual tinha prazo até agosto do ano passado para comprovar sua viabilidade comercial. Os trabalhos de prospecção, entretanto, só foram intensificados no ano passado, já no Governo Lula – e o tempo foi escasso para fazer todas as perfurações.

Ainda assim, as reservas comprovadas aumentaram em mais de 50%. Parte daquelas áreas, denominadas “blocos azuis”, que representam um verdadeiro filé *mignon*, foi devolvida pela Petrobras à Agência Nacional do Petróleo. Apenas para se ter uma idéia, as áreas pesquisadas pela Petrobras revelaram um potencial de 6,6 bilhões de barris de petróleo a serem acrescentados às reservas brasileiras. No entanto, o Governo Lula, agora que tem a faca e o queijo na mão, faz a opção pela inércia e decide manter os leilões que tanto o PT combateu na campanha eleitoral.

Se isso se confirmar, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil incorrerá num gigantesco erro que vem sendo denunciado por entidades e personalidades as mais diversas, as quais têm apresentado seus argumentos à Ministra Dilma Roussef, das Minas e Energia, e ao próprio Presidente Lula.

Hoje, a Petrobras produz 90% do petróleo que consumimos, e em 2006 seremos auto-suficientes. Com as novas descobertas, teríamos petróleo por mais 15 anos, dependendo de como vão se comportar as economias dos países centrais e dos países periféricos, notadamente a China e a Índia. O que deveríamos fazer, Sr. Presidente? Assegurar nossas reservas para nosso próprio uso e investir em pesquisa e tecnologia visando à utilização de outras fontes de energia, tradicionais ou alternativas, como a hidreletricidade e a biomassa, para as quais temos considerável potencial.

Se as grandes companhias petrolíferas vierem a explorar as novas reservas provadas, poderão exportar todo o óleo ali armazenado. Isso significaria um alívio para as nossas contas externas, mas representaria o esgotamento precoce de nossas reservas estratégicas, exatamente – repito, exatamente – quando o mundo começa a entrar em pânico diante da iminência de uma nova crise do setor energético. Paira sobre as maiores economias mundiais um indistigável desconforto quando se fala em produção de petróleo. Essa incerteza aumenta quando se descobre, como ocorreu recentemente, que as grandes produtoras multinacionais fraudaram os números referentes às suas reservas para elevar o valor de suas ações. As reservas da Shell, El Paso, Enron, entre outras, têm sido revistas, tal como ocorreu com alguns países, tradicionais produtores. A conclusão, Sr. Presidente: existe menos petróleo no mundo do que se supunha.

E, nesse contexto, Sr. Presidente, o que faz o Governo Lula? Preocupado em gerar superávits na balança comercial, opta pelo imediatismo e oferece nossas reservas às gigantes do setor petrolífero. Hoje, o barril de petróleo custa em torno de US\$40.00; há apenas três anos, custava US\$13.00. Felizmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, enquanto o Brasil

dormia, nas últimas décadas, a Petrobras trabalhava, o que nos garantiu a condição de quase auto-suficiência. Entretanto, não podemos esquecer que num passado recente enfrentamos graves dificuldades econômicas por absoluta falta de planejamento estratégico. Refiro-me, evidentemente, aos choques do petróleo ocorridos na década de 70, que tanto abalo provocaram à economia nacional.

Se o Brasil não se prevenir, Sr^{as} e Srs. Senadores, pode pagar caro por esse erro que se avizinha. Se o Brasil abrir mão de suas reservas para “fazer caixa” nas contas externas, pode, depois de atingir a auto-suficiência, tornar-se novamente importador e dependente do petróleo estrangeiro – e sabe-se lá a que preço.

Quero lembrar aos nobres Colegas que esta Casa Legislativa pode também dar sua contribuição no sentido de evitar o desastre petrolífero que se anuncia. Cabe a nós, Senadores, assim como aos nobres Deputados, denunciar os riscos dessa licitação, exigir atitudes mais conseqüentes, oferecer sugestões, mobilizar os diversos segmentos sociais em busca da melhor solução. A propósito, lembro que um projeto de lei do ilustre Senador Saturnino Braga, apresentado em junho de 2001, já naquela ocasião suspendia as licitações de novas áreas para exploração do petróleo, até que o Congresso Nacional aprovasse o planejamento energético a ser proposto pelo Conselho Nacional de Política Energética.

Finalizando, quero lembrar aos nobres Colegas e aos integrantes do Governo Lula, especialmente àqueles da área de energia, que nós não podemos errar novamente. Pelo menos não no que respeita à política energética, pois, nessa área, já fomos surpreendidos recentemente em duas ocasiões, e, todos sabemos, aquele que não aprende com seus próprios erros está condenado a errar novamente.

Peço a transcrição, Sr. Presidente, dos discursos feitos pelas lideranças do PT no Governo Fernando Henrique. Primeiro, o projeto do ilustre Senador Saturnino Braga segundo o qual ficam suspensas as licitações de novas áreas para a exploração de petróleo até que o Congresso Nacional aprove o planejamento estratégico e energético do País proposto pelo Conselho Nacional de Política Energética. Esse projeto está parado em nossas Comissões, mas poderíamos pedir que ele viesse, o mais breve possível, a este Plenário.

Vejo aqui palavras do Deputado Aldo Rebelo proferidas durante o Grande Expediente, em sessão de fevereiro de 1998:

(...) abordo desta tribuna a campanha insidiosa que a chamada Agência Nacional de Petróleo, através de seu Presidente, Sr. David Zylbersztajn, vem promovendo contra a empresa brasileira de petróleo, a estatal Petrobras.

(...)

Creio que o Sr. David Zylbersztajn age em nome dos interesses de empresas concorrentes da Petrobras. Não pode agir, Sr. Presidente, em nome do povo brasileiro, que tem interesse no fortalecimento e na consolidação da Petrobras como a única grande empresa nacional do setor de petróleo.

Duvido que o Sr. David Zylbersztajn aja também em nome do Estado brasileiro, já que para este é importante, num setor fundamental como o da energia, particularmente no caso do petróleo, a presença de uma empresa como a Petrobras.

(...)

(...) É claro que se um poço é descoberto pela Petrobras ele pertence ao povo brasileiro, portanto, à União, sem deixar também de pertencer à referida empresa, que, como estatal, é agente do povo brasileiro na pesquisa, na prospecção e na exploração do petróleo. No entanto, esse arrivista, esse carreirista, esse aventureiro, o genro do Presidente da República, esse profissional inescrupuloso, interesseiro, agente das multinacionais do petróleo, diz o contrário. E o Presidente da República deve saber disso. Não se sabe por que mantém esse cidadão na Presidência da Agência Nacional de Petróleo. Pode ser, inclusive, Sr. Presidente, acionado judicialmente para indenizar a Petrobras, o povo e o Estado brasileiros pelos prejuízos morais e materiais e pelo dano para o qual tem contribuído à Petrobras e aos seus interesses.

Ele diz isto: “Ao contrário do que se está falando por aí, as reservas não são da empresa, são da União. A Petrobras tem o direito de exploração”.

(...)

Que cinismo! Que hipocrisia! Que arrivista! Que energúmeno, Sr. Presidente! Como se coloca um desqualificado desse numa função tão relevante para o País? Cacoete de monopólio? (...)

Eu poderia ler uma enormidade do que ele fala, como poderia ler o que o Sr. Haroldo Lima, do Bloco Pcdob, disse em janeiro de 1998. Ele deixa clara, absolutamente clara, a defesa da Petrobras e diz não às licitações.

Peço a transcrição desses discursos para os Anais, Sr. Presidente, pelo significado e pela importância que eles têm.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – V. Exª me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, é um pronunciamento de alta relevância o que V. Exª faz. Ele aborda um dos símbolos da Nação, que é exatamente a Petrobras. A Petrobras é uma empresa que é motivo de orgulho para todo cidadão brasileiro e sempre foi motivo de orgulho para todos os governos que tivemos, desde a sua origem. O debate sobre o petróleo é um debate que motiva todas as gerações. Desde os anos 50, nós tivemos momentos muito bonitos e complexos em debate sobre a perspectiva estratégica que teria o Brasil na exploração de petróleo. Pessoalmente, tenho convicção, certeza mesmo, da responsabilidade social e da responsabilidade cívica que tem o Presidente da Petrobras, o ex-Senador José Eduardo Dutra. Além disso, não tenho dúvida de que as grandes diretrizes de governo do Presidente Lula são favoráveis a um conceito cada vez mais sólido de uma empresa como a Petrobras como um patrimônio em expansão da política estratégica brasileira na área de suporte energético e tudo o mais. Por isso, não tenho dúvida de que, para nós cumprirmos, também com humildade, a valorização do que V. Exª personifica dentro da história política do Senado, seria justo que V. Exª convidasse o Senador José Eduardo Dutra para um debate sobre esse tema para que nós pudéssemos nele nos aprofundar. É um tema de grande relevância e de interesse para todos nós, especialmente os da base do Governo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Exª e fico muito feliz porque, adivinhando o pensamento de V. Exª, já havia me antecipado, convidando a Ministra, e faço questão que venha também o Presidente da Petrobras. Dizem – eu não entendo mais disso – que mudaram o Regimento e que agora é assim: convida-se o Ministro e ele traz quem ele achar que deve trazer. De qualquer maneira, eu acho que é importantíssima a presença do ex-Senador José Eduardo Dutra. Tenho o maior respeito pela figura do Presidente da Petrobras, pelos oito anos em que esteve aqui conosco. Aliás, tenho aqui – preferi não lê-lo – o seu pronunciamento a respeito desse tema, também muito duro e muito rígido.

Tenho aqui também a carta endereçada ao Presidente da República por uma série interminável de entidades, a começar pela ABI, pedindo a mesma coisa.

A convocação foi feita, o apelo foi feito, mas o que pedi à Mesa ontem foi que o Presidente da República suspendesse a licitação, que está prevista para os dias 16 e 17, até conversarmos com Sua Excelência e com a Ministra. Assim, o que estou pedindo é que a licitação seja suspensa 10, 15 dias, pois não há nada de urgente, não é algo que, se não fizermos agora, não

poderemos fazer mais. Basta suspender a licitação e marcá-la para daqui a 30 dias, tempo em que faríamos a discussão, o debate. Independentemente de ser ou não votado o projeto do Senador Roberto Saturnino, podemos fazer os estudos propostos, a análise do conjunto, haja vista que, de um lado, o Governo tem interesse porque tem as suas dificuldades em arrumar dinheiro, o que considero correto.

Existem várias pessoas, várias entidades, vários países oferecendo uma saída, como, por exemplo, a de vender um pedaço da Amazônia e, em troca, toda a nossa dívida externa seria considerada extinta. Querendo buscar dinheiro, existem maneiras. Essa proposta foi feita pelos governos da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos, que alegam que poderiam resolver o problema da humanidade, resolvendo o problema de oxigênio, o problema de água, que o Brasil despreza, uma vez que está queimando a Amazônia, está criminosamente fazendo uso. Eles transformariam a Amazônia em patrimônio da humanidade e, em troca, toda a dívida do Brasil estaria paga, o que seria uma maravilha em curto prazo.

O Brasil tem uma dívida pequena comparada a do Japão. Perdoar a nossa dívida seria muito interessante, pois, ao invés de pagarmos US\$150 bilhões ao exterior, aplicaríamos esse dinheiro na nossa economia. A explosão que aconteceria no Brasil seria qualquer coisa espetacular. O Japão tem uma dívida muitas vezes superior a nossa, só que, enquanto pagamos juros absurdos, o Japão paga apenas 1% de juro, o que não faz sequer cócegas. No entanto, se o Japão pagasse em juros o que pagamos, explodiria em dois anos. Com toda a riqueza que eles têm, não conseguiriam pagar os juros da dívida fantástica que eles têm.

V. Ex^a ri e eu também, pois não passa pela cabeça de ninguém vender a Amazônia, não em um grau tão intenso. Mas em um grau importante é o problema de vender as reservas que temos de petróleo às multinacionais. Petróleo, dentro do contexto mundial, é o primeiro problema que temos pela frente. A grande vitória do Brasil nos últimos anos é com relação à exploração em águas profundas. Podemos dizer que fracassamos em uma infinidade de coisas, mas tiro o chapéu à Embrapa, de um lado, e à Petrobrás, do outro. Criamos uma tecnologia espetacular, e o fruto disso, hoje, é que o Brasil é praticamente auto-sustentável e pode aumentar sua produção; no entanto não podemos ser grandes produtores de petróleo, não podemos vender. Os americanos têm as maiores reservas de petróleo, que estão guardadas. Eles estão pegando a dos árabes e guardando a deles para quando faltar. E é evidente que vai faltar. O Brasil tem reserva para 15 anos. E depois? Portanto, temos que manter o nosso petróleo, que

é a fórmula mágica, é o item número um em termos de garantir o nosso crescimento no futuro.

Podemos mudar vários setores, mas esse é indispensável. Pelo menos não podemos fazer o que fez Fernando Henrique, erradamente, absurdamente: fazer as licitações e vender o petróleo sem discutir, sem debater, sem analisar, só porque precisava pegar o dinheiro. Assim como privatizou uma enormidade de empresas, mas não sabemos para onde foi o dinheiro, e terminou vendendo por moeda podre. Ele privatizou a Vale do Rio Doce, e não sabemos para quê. Para mim, o maior crime do Governo Fernando Henrique, por exemplo, foi privatizar a Vale do Rio Doce. Ele privatizou a Vale do Rio Doce por um preço muito baixo. Quando se falava em companhia que ia mal, que ia mal, que ia mal, sempre se dizia que a CE, ou como é conhecida a CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica, era a que estava mais endividada, mais fracassada, porque trabalhava com carvão, e ninguém queria nada com carvão, o governo não dava força para conduzir termoelétricas. E o Governador Antônio Britto conseguiu vender dois terços da empresa por um preço melhor do que o Governo brasileiro vendeu a Vale do Rio Doce. Conseguimos mais por uma das empresas mais fracas e que estava em situação ruim. E está aí o Presidente Paulo Paim que sabe disso. Vendemos a CEEE por um valor superior ao que o Presidente Fernando Henrique vendeu a Vale do Rio Doce, sendo que, no Rio Grande do Sul, o Governador Britto recebeu dinheiro vivo, e pela Vale do Rio Doce o Governo recebeu moeda podre. E o pouco que entrou em dinheiro foi empréstimo do BNDES.

Então, penso que devemos olhar a Petrobras e entender que essas reservas são da maior importância, do maior significado. Até entendo o Ministro da Fazenda. Ele é Ministro agora, quer se livrar dos problemas de agora, pois não sabe onde estará daqui a 15 anos, se estará vivo ou morto, inclusive. Mas é daqui a 15 anos que vai estourar o problema. Nós, Parlamentares, no entanto, temos que ter a grandeza de olhar o hoje e o amanhã. Temos que olhar o Brasil que temos no seu conteúdo, no seu contexto geral e universal.

Por isso toda essa revolta de todas as entidades da Petrobrás. São centenas de entidades que se estão manifestando ao Senhor Presidente da República neste sentido. E estão fazendo isso à margem da Ministra. Eu diria que, de certa forma, a Ministra e o Ministro da Fazenda não têm serenidade suficiente para dirigir essa matéria. Não estou nem acusando, talvez se eu estivesse lá também estaria pensando nas minhas contas de fim de ano. Talvez eu também quisesse resolver, ver o meu saldo, diminuir a minha dívida, e isso é uma maneira bacana de pegar milhões de dólares e colocar aqui.

Mas há coisas que não se podem fazer. E essa questão do petróleo é séria demais para brincarmos. É um problema gravíssimo. Então, na melhor das situações, penso que os países como o nosso, que não produzem petróleo nenhum, e que não são aventureiros como os árabes, onde o petróleo estava ali como um rio, ou como os americanos, na Califórnia, onde cidadão vai...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...cavar um poço – já encerro, Sr. Presidente – para tirar água e, ao invés de água, jorra petróleo. No Brasil, por outro lado, isso não acontece. Nós estamos a três mil metros de profundidade, no meio do mar, e encontramos petróleo. Uma coisa que não passava pela cabeça de ninguém, e os brasileiros descobriram. E isso é uma honra e um orgulho nosso. Portanto, garantir esse petróleo em termos de continuidade é o mínimo que podemos fazer. É um sacrifício para a atual geração? É. Mas quantos sacrifícios fizeram as gerações que vieram antes de nós?

Por isso fiz e faço o apelo para V. Ex^a, e fiz o apelo para o Líder do Governo, no sentido de falar ao Presidente Lula para suspender essa licitação por 30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, DE 2001

Altera a Lei nº 9.478, de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Art. 81-A. Ficam suspensas as licitações de novas áreas para exploração de petróleo, até que o Congresso Nacional aprove o planejamento estratégico energético do País, proposto pelo Conselho Nacional de Política Energética.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A imprevisibilidade que se evidencia agora está no petróleo. O governo FHC colocou toda a sua capacidade de pressão e conseguiu aprovar a Emenda Constitucional nº 9, que acabou com o monopólio estatal do petróleo. Hoje, empresas estatais e privadas, através de concessão, podem pesquisar a existência de petróleo e gás natural e, tendo sucesso, passam a possuir o que foi extraído. Obviamente, o concessionário paga diversos tributos, sendo alguns proporcionais ao valor da produção. Mas, o petróleo e o gás extraídos pertencem, unicamente, ao concessionário. O governo FHC usando, mais uma vez, pressão política, aprovou a Lei nº 9.478, de 1997, a qual reorganizou as áreas de energia e petróleo, partindo desta concepção. Nesta lei, foi instituída a Agência Nacional do Petróleo – ANP, a qual tem, dentre outras incumbências, a de realizar as licitações de áreas que serão concedidas para exploração e produção de petróleo e gás.

Estas licitações, da forma como têm sido conduzidas, podem mostrar-se fortemente prejudiciais à nossa economia e à nossa sociedade, pelos motivos citados a seguir.

dias e, com isso, ganharmos tempo para debater essa matéria. Pelo menos por uma questão de elegância, são setores ponderáveis da sociedade que estão clamando por isso. O Governo Fernando Henrique não respondia, não tinha nada, não tomava conhecimento, fazia o que pensava que tinha que fazer. Mas o Governo Lula poderia ser diferente. Todos querem isso. Vamos debater, porque, aliás, Sua Excelência debaterá com todos aqueles que votaram nele e que defendem as suas teses. Creio que vale a pena.

Quero agradecer a gentileza de V. Ex^a, Senador Tião Viana, por me ter cedido seu tempo e quero dizer que nunca ocupei esta tribuna tão encapulado, porque V. Ex^a, que falaria, cedeu-me o tempo e depois teve que falar por um motivo urgente, mas V. Ex^a foi quem optou por fazer uma comunicação urgente, por isso estou aqui. Caso contrário, o tempo seria de V. Ex^a. Agradeço-lhe profundamente o tempo cedido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

1 – A decisão sobre a promoção de licitações não está respaldada por um planejamento energético estratégico do País. O Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, instituído também pela Lei nº 9.478/97, com a incumbência de realizar tal planejamento, nunca o realizou. Não existe estudo do Ministério das Minas e Energia ratificando o formato através do qual as licitações estão sendo conduzidas. Esta questão não tem sido motivo de debate tampouco no Congresso Nacional. A pergunta óbvia é qual o interesse para a sociedade brasileira de se fecharem contratos, hoje, que irão valer pelos próximos 30 anos, refletindo as condições atuais do setor, se não existe um planejamento para o futuro. Detalhando, diversos parâmetros dos contratos, como as participações governamentais, quais sejam, royalties, participações especiais e outros tributos, foram definidos na época da 1ª licitação, quando o barril do petróleo estava com preço em torno de US\$13. Atualmente, já vale US\$25 e há previsão de estar valendo bem mais daqui a 30 anos. Estas participações governamentais são, desde o primeiro contrato assinado, de cerca de 45% da receita líquida da produção de petróleo e gás, o que já é questionável, uma vez que a média mundial para os diversos países, atualmente, está em torno de 65%, sendo que Venezuela, Colômbia e Noruega cobram mais de 80% (Fonte: revista *Ciência Hoje* de julho de 2000, encarte “Tecnologia”). É natural que, com o aumento do preço do barril, haja uma tendência para o aumento deste percentual, o que não pode ser feito com os contratos já assinados.

2 – Um dos argumentos ditos para justificar a pressão para a abertura da exploração e produção é a necessidade do País de atingir a auto-suficiência em petróleo. Em primeiro lugar, esta é uma meta que foi lançada na época em que o segundo choque de preço do petróleo tinha acabado de ocorrer, quando a produção nacional correspondia a um terço do consumo do País. Hoje, ela é cerca de 75% do que consumimos. A Petrobrás, graças ao esforço de exploração exercido durante a fase de monopólio, garantirá que, nos próximos quatro anos, a auto-suficiência seja

atingida. Assim, qualquer descoberta adicional colocará o Brasil como exportador de petróleo, o que é muito diferente, e não foi discutido com a sociedade.

3 – Os contratos de concessão assinados entre a ANP e os ganhadores das licitações não têm cláusulas fortes que garantam, no futuro, o abastecimento do País com o crescimento da demanda. O petróleo descoberto por um concessionário, depois de retirado do subsolo, pertence a ele e, só em condições excepcionais, uma parcela do mesmo pode ser obrigada a permanecer no País. Ainda nesta situação, ele terá que ser comercializado a preços internacionais, o que só garantirá ao País a economia do não pagamento do transporte desta parcela de petróleo do exterior para o Brasil.

4 – A Agência já promoveu duas rodadas de licitações, nas quais foram entregues 33 áreas. Cabe salientar que as áreas licitadas pela ANP, individualmente, batem recorde mundial de tamanho, pois, por exemplo, as áreas já licitadas BM-FZA1 e BM-S2, juntas, têm aproximadamente 22.000 km², a mesma área do Estado de Sergipe. A ANP pretende promover a 3ª rodada de licitações, no dia 19 de junho do presente ano, quando serão entregues mais 53 áreas, e a 4ª rodada em meados de 2002. Quando esta 4ª rodada estiver concluída, todas as áreas hoje consideradas como promissoras para a descoberta de petróleo no País terão sido entregues, pelo atual governo, para as empresas ganhadoras das licitações, muitas delas estrangeiras, as quais poderão ficar até oito anos pesquisando e, no global, trinta anos, se houver produção. Daqui a oito anos, a produção e as reservas mundiais de petróleo poderão estar baixas e o preço do barril, conseqüentemente, muito alto, significando a obtenção de lucros extraordinários na produção petrolífera, os quais não ficarão, necessariamente, no País. O campo de Roncador, por exemplo, segundo a página da Petrobrás na internet, possui uma reserva de 2,7 bilhões de barris de petróleo. Supondo o valor atual do barril, em torno de US\$25, este campo irá produzir um lucro líquido, já retirados os diversos custos e tributos, em torno de US\$30 bilhões, durante a sua vida útil. Suponhamos que dois campos do porte de Roncador sejam descobertos, o que é possível. Neste caso, estamos falando da entrega a empresas estrangeiras de lucros líquidos da produção de petróleo no valor de US\$60 bilhões. Se o preço do barril, daqui a oito anos, estiver em US\$35, o lucro líquido será de US\$84 bilhões.

6 – Existem contestações com relação à atitude da ANP de realizar licitações sem existir um acervo de dados e estudos relativos ao meio ambiente das áreas

das licitações que permitissem um maior grau de segurança com relação à licença ambiental para a exploração e produção destas áreas ser fornecida. Suponha-se que um concessionário, após ganhar uma licitação, não possa cumprir os prazos contratuais para a realização da exploração, por que boa parte do tempo foi tomado buscando conseguir a licença ambiental. A pergunta, ainda não respondida, é se o concessionário, nesse caso, irá pagar multa por não ter cumprido o programa exploratório mínimo junto à ANP. Neste ponto, o órgão público de defesa do meio ambiente começa a ser criticado por estar “atrapalhando o desenvolvimento do setor de petróleo no País,” o que é uma injustiça.

6 – A segurança operacional das diversas unidades de produção, refino, transporte, etc são, também, de responsabilidade da ANP, pelo que se pode depreender das declarações de Diretor da ANP, na ocasião do acidente da P-36. Por outro lado, pela própria ocorrência deste, pode-se afirmar que a ANP não está desempenhando esta responsabilidade a contento. A pergunta que é feita, neste ponto, é quantos acidentes mais ocorrerão, se a segurança operacional não está garantida e o setor está sendo expandido, através de novas rodadas de licitações de áreas.

7 – Os investimentos previstos em exploração e desenvolvimento deveriam ser utilizados para incentivar o crescimento dos fornecedores nacionais de bens e serviços para o setor de petróleo. A ANP tem colocado incentivos visando induzir as compras locais dentro do próprio edital das rodadas de licitação. No entanto, este expediente tem demonstrado ser praticamente inócuo. A segunda rodada de licitações teve melhores índices de nacionalização dos investimentos no desenvolvimento que a primeira, chegando ao valor médio de 35% do investimento total para campos marítimos. No entanto, este valor é, substancialmente, inferior aos 85% de compras locais para campos marítimos que a Petrobrás chegou na época do monopólio. A experiência passada da Venezuela, quando o petróleo foi extraído, alguns impostos e taxas foram pagos, mas nenhuma industrialização ocorreu, não deve ser reeditada no Brasil.

A sociedade brasileira não está tendo, por tudo que foi explicado, os seus interesses superiores garantidos. A única explicação lógica para estas licitações estarem ocorrendo desta forma e com este acudamento prende-se a alguma imposição não escrita do Fundo Monetário Internacional, representando os interesses de grandes potências e empresas petrolíferas estrangeiras, como condição para renegociar a dívida do País no passado.

É com a sensação de que uma nova e perigosa imprevidência está sendo cometida, a exemplo da irresponsabilidade praticada com a energia elétrica, que muitos brasileiros preocupados estão demandando a suspensão da 3ª rodada de licitações da ANP, até que todos os questionamentos colocados sejam resolvidos.

Sala das Sessões, 1º de junho de 2001. — Roberto Saturnino.

O SR. ALDO REBELO (Bloco/PCdoB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, abordo desta tribuna a campanha insidiosa que a chamada Agência Nacional do Petróleo, através do seu Presidente, Sr. David Zylbersztajn, vem promovendo contra a empresa brasileira de petróleo, a estatal Petrobras.

A campanha tornou-se infame. É uma campanha de desmoralização da Petrobras. A campanha atinge a Petrobras na sua história e na sua essência de empresa estatal voltada para a pesquisa, a prospecção, o refino e a distribuição de petróleo.

A Petrobras, fundada no início dos anos 50, tem prestado relevantes serviços no setor de energia no Brasil. A Petrobras significou para o Brasil a economia de mais de 50 bilhões de dólares em divisas na importação de petróleo, principalmente a partir da primeira grande crise do petróleo, ocorrida no início dos anos 70.

Depois da quebra do monopólio estatal, promovida pela reforma da Constituição no ano passado, proposta pelo Governo Federal, e principalmente após a criação da Agência Nacional do Petróleo e particularmente com a nomeação do Sr. David Zylbersztajn para a presidência dessa agência, tem sido essa empresa brasileira respeitável e de largas tradições vítima dessa campanha destrutiva movida por quem teria a obrigação de defendê-la.

O Sr. David Zylbersztajn, evidentemente, não age por conta própria. Age em função de poderosos interesses que a Petrobras tem afrontado com a sua existência.

Como se sabe, Sr. Presidente, no mercado de petróleo no mundo não prevalece a livre concorrência. Pelo contrário, é um setor monopolizado, principalmente por grandes empresas multinacionais. Basta citar que entre as vinte maiores empresas do mundo, as vinte maiores gigantes do planeta, sete são do setor de petróleo, todas elas centenárias, fundadas no século passado, com uma grande experiência não apenas técnica, mas também política no ramo da exploração do petróleo. Essas empresas, articuladas, promoveram golpes de Estado, der-

rubaram governos, promoveram regimes genocidas, como foi o caso do *apartheid* na África do Sul, regime inspirado e mantido, em boa parte, pela Shell, a multinacional anglo-holandesa com mais de um século de existência e que hoje busca competir com a Petrobras em pé de igualdade em nosso País.

Dentro do Brasil, a Petrobras é uma grande empresa. Talvez seja a maior empresa nacional. No entanto, Sr. Presidente, jogada na concorrência com as gigantes multinacionais do setor, a Petrobras é uma empresa pequena, recente, de um país ainda em fase de desenvolvimento, e arcará, naturalmente, com as injunções do enfrentamento em pé de igualdade com as empresas multinacionais do petróleo, com muito mais poder de competição do que a Petrobras.

Creio que o Sr. David Zylbersztajn age em nome dos interesses das empresas concorrentes da Petrobras. Não pode agir, Sr. Presidente, em nome do povo brasileiro, que tem interesse no fortalecimento e na consolidação da Petrobras como a única grande empresa nacional no setor de petróleo.

Duvido que o Sr. David Zylbersztajn aja também em nome do Estado brasileiro, já que para este é importante num setor fundamental como o da energia, particularmente no caso do petróleo, a presença de uma empresa como a Petrobras.

Não tenho dúvida de que a ação do Sr. David Zylbersztajn obedece aos interesses daqueles que trabalharam e articularam a quebra do monopólio estatal. É recente esse episódio e pode aqui ser lembrado o papel da Shell e do seu presidente na época orquestrando em Brasília um poderoso lobby de empresas multinacionais para promover a quebra do monopólio e a reforma da Constituição.

A partir desse raciocínio, Sr. Presidente, seria mais apropriado chamar o Sr. David Zylbersztajn de David Shell, porque talvez com essa pronúncia o nome dele fique mais próximo dos interesses que ele defende. O sobrenome Shell é porque talvez seja muito mais abreviado e semelhante ao sobrenome Zylbersztajn.

Sr. Presidente, a biografia desse cidadão era desconhecida até recentemente. Tem ele como profissão ser genro do Presidente da República. Através dessa profissão, chegou a ocupar um cargo no Estado de São Paulo e posteriormente, na qualidade de genro, foi guindado à Presidência da Agência Nacional do Petróleo.

O Presidente da República, Sr. Fernando Cardoso de Mello, como diz V. Exa., Presidente Nilson Gibson, tem sido pródigo em proteger os parentes.

No caso do Banco Nacional, já tinha protegido a nora, que agora já não é mais nora, através da ajuda que foi dada com o PROER. Protegida a nora, agora o Presidente tratou de socorrer o genro para tentar desacreditar a Petrobras.

Diz o jornalista Hélio Fernandes, do jornal *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro, que antes de ocupar funções em São Paulo e de adentrar na área da energia como Presidente da Agência Nacional do Petróleo o Sr. David Shell tinha sido colaborador daquele grupo de humor do Rio de Janeiro chamado Cassetta e Planeta. Mas parece que não foi bem sucedido na tarefa, não esteve à altura da missão de acompanhar o humor de Bussunda e seus amigos. Parece que foi afastado do grupo e tem agora a missão de arruinar o setor de energia no Brasil promovendo essa campanha nefasta contra a Petrobras.

O petróleo, Sr. Presidente, a despeito da afirmação de alguns de que perde importância no mundo em função da existência de outras fontes de energia, continua sendo a fonte de riqueza e de poder de alguns países e a fonte da desgraça e da ruína de alguns outros.

Sabe-se que foi por causa do petróleo, por exemplo, que Hitler priorizou a invasão da Rússia na Segunda Guerra Mundial, quando dois milhões de homens do exército hitlerista romperam, na operação Barba Roxa, as fronteiras da antiga União Soviética. O poderio nazista buscava justamente a segurança do abastecimento de petróleo na região do Cáucaso da velha Rússia.

Da mesma forma, quando destacou para operar na África o mais capaz, mais inteligente e mais adestrado dos generais alemães, o General Rommel, conhecido como a Raposa do Deserto, Hitler tinha em mente também proteger as fontes de abastecimento de petróleo e, quem sabe, atingir as reservas de petróleo dominadas pelo consórcio anglo-francês que se estabelecia na região do Oriente Médio.

O petróleo manteve sua importância posteriormente. É conhecido o caso do industrial italiano Enrico Mattei, depois assassinado num complô porque quis preservar os interesses da Itália, privados e estatais, na concorrência com os grandes grupos petrolíferos da Inglaterra e dos Estados Unidos.

Recentemente a Guerra do Golfo nada mais significou do que a tentativa dos Estados Unidos de assegurar, por meio da intervenção armada no Iraque, a permanência do fornecimento de petróleo barato aos ávidos consumidores norte-americanos.

Disse aqui ontem – e volto a reafirmar – que também houve um plano do Pentágono norte-americano para ocupar os lençóis petrolíferos da Venezuela, caso houvesse insucesso na manutenção do abastecimento direto por intermédio do Golfo Pérsico.

Sr. Presidente, os homens públicos brasileiros, nos anos 40 e 50, perceberam a importância do petróleo para o mundo e para o País. É certo que o perceberam já com grande atraso.

Na Inglaterra, no início deste século, em 1911, quando ainda era o Primeiro Lorde do almirantado inglês, uma espécie de Ministro da Marinha, o futuro Primeiro-Ministro Winston Churchill promoveu a substituição do carvão como combustível pelo petróleo nos vasos de guerra da marinha britânica, pois achava que, com o petróleo, teria um combustível de qualidade muito mais nobre, o que daria muito mais capacidade de combate e agilidade à poderosa marinha britânica.

No entanto, é verdade que, nos anos 30 e 40, brasileiros ilustres, patriotas e honrados, tendo a sua frente o grande escritor paulista de Taubaté, Monteiro Lobato, iniciaram uma campanha pela exploração de petróleo no Brasil, descobrindo o nosso primeiro poço no Recôncavo Baiano.

Depois da iniciativa pioneira de intelectuais militares, estudantes e outros patriotas do nosso País, foi criada a Petrobras, travando-se uma grande luta entre o papel que essa empresa poderia ter, até que, por empenho do falecido e saudoso Deputado Eusébio Rocha, de São Paulo, a Lei nº 2.004 criou a Petrobras.

Criada a Petrobras, o Brasil foi dotado de avançada e moderna empresa, que deu ao País condições de buscar a sua autonomia numa área importante como a do petróleo. A existência da Petrobras incomodou e preocupou aqueles que viam o petróleo brasileiro como reserva de exploração das chamadas Sete Irmãs, das grandes multinacionais, as sete empresas que se localizam entre as vinte maiores do mundo. E essas concorrentes trataram de promover uma campanha de descrédito da Petrobras com a finalidade de tentar quebrar e romper o monopólio estatal, o que foi conseguido no ano passado. Rompido o monopólio, criou-se a Agência Nacional de Petróleo, tratando-se de retirar da Petrobras seus direitos e conquistas.

Entrevistas à imprensa são alimentadas por editoriais maldosos dos grandes jornais entreguistas e conservadores. Infelizmente essa tem sido uma tradição dolorosa e terrível de boa parte da grande

imprensa brasileira, subsidiada longamente pelo capital estrangeiro, não apenas os jornais, mas as emissoras de rádio e televisão, que têm entre seus anunciantes as grandes empresas multinacionais. E, por essa razão, o rabo dessas empresas está preso naturalmente aos seus anunciantes. Em suas palavras, o saudoso Ho Chi Min, dizia que quem paga a banda escolhe a música. E como quem paga o anúncio dos grandes jornais conservadores do Brasil são as empresas multinacionais, terminam encaminhando esses jornais para a defesa de seus interesses.

Vejamos o que diz o jornal **Folha de S. Paulo** de 14 de fevereiro. O Sr. David Shell diz, entre outras coisas, que a Petrobras não é proprietária dos poços que descobre, que tem em vista explorar, porque esses poços são propriedade da União.

Ora, Sr. Presidente, é uma tentativa de diversionismo estabelecer contradições e paradoxos entre os interesses da União e os da Petrobras. Se a Petrobras é uma empresa estatal, se tem como acionista majoritária o Estado brasileiro, ou seja, o povo brasileiro, não se pode fabricar artificialmente conflitos nem contradições entre os interesses da Petrobras e os do Brasil. É claro que se um poço é descoberto pela Petrobras ele pertence ao povo brasileiro, portanto, à União, sem deixar também de pertencer à referida empresa, que, como estatal, é agente do povo brasileiro na pesquisa, na prospecção e na exploração do petróleo. No entanto, esse arrivista, esse carreirista, esse aventureiro, o genro do Presidente da República, esse profissional inescrupuloso, interesseiro, agente das multinacionais do petróleo, diz o contrário. E o Presidente da República deve saber disso. Não se sabe por que mantém esse cidadão na Presidência da Agência Nacional de Petróleo. Pode ser, inclusive, Sr. Presidente, acionado judicialmente para indenizar a Petrobras, o povo e o Estado brasileiros pelos prejuízos morais e materiais e pelo dano para o qual tem contribuído à Petrobras e aos seus interesses.

Ele diz isto: "Ao contrário do que se está falando por aí, as reservas não são da empresa, são da União. A Petrobras tem o direito de exploração".

Em menos de dois minutos – diz o jornal –, Zylbersztajn disse seis vezes que a Petrobras não é a dona das reservas de petróleo. Se ela não é a dona das reservas de petróleo, Deputado Nilson Gibson, quem o é? Eu? V. Ex*? A dona de casa que mora em São Paulo ou em Belo Jardim?

Sr. Presidente, ou a Petrobras é dona dessas reservas, ou a Shell ou a Esso passam a ser proprie-

tárias delas, porque não há nenhuma outra grande empresa apta a promover a exploração de petróleo no Brasil que não seja a Petrobras, estatal brasileira, ou multinacionais como a Shell, a Esso ou outra qualquer. Portanto, o Sr. David Shell está defendendo os interesses de seus patrocinadores, que naturalmente são os concorrentes da Petrobras.

Como se não bastasse, Sr. Presidente, em tom de galhofa, de brincadeira de mau gosto, terminada a entrevista coletiva à imprensa, os assessores do Sr. David Zybersztajn procuraram os jornalistas, pedindo que fosse acrescentada mais uma frase às declarações. Qual a frase que acrescentaram às declarações? A frase está no jornal *Folha de S. Paulo* de 14 de fevereiro: "Falar que as reservas são das Petrobras é um cacoete do monopólio".

Que cinismo! Que hipocrisia! Que arrivista! Que energúmeno, Sr. Presidente! Como se coloca um desqualificado desse numa função de tão relevância para o País? Cacoete de monopólio? O que significa a Shell, a Esso, as grandes empresas de petróleo do mundo, diante das quais a Petrobras é uma pequena e indefesa empresa, quase incapaz de concorrer com elas? Se a Petrobras é um monopólio de um Estado dependente, que não se compara aos gigantes imperiais do mundo, todos com suas grandes empresas, como os Estados Unidos, a Inglaterra, a Holanda e o Japão, se a Petrobras é um monopólio cheio de cacoete, o que é uma empresa criminosa como a Shell, promotora de golpes de Estado sanguinários pelo mundo afora, defensora de regimes de apartheid como o da África do Sul?

Sr. Presidente, é preciso que a Petrobras ou esta Casa acione judicialmente esse vigarista internacional. S. S^a deve estar sendo conhecido nas rotas dos crimes de Hong Kong a Paris como o agente mais destacado dos interesses das multinacionais do petróleo. E é deplorável que esse cidadão, esse vigarista internacional seja colocado no cargo de Presidente da Agência Nacional de Petróleo porque é genro do Presidente da República. Qualificação e experiência profissional ele não possui para ocupar essa função.

Não bastasse ainda, o jornal *O Estado de S. Paulo*, em editorial do dia 13 de fevereiro, diz em seu primeiro parágrafo:

A Petrobras confirmou sua disposição de dominar, sozinha a Bacia de Campos, de onde é extraída, hoje, 75% da produção nacional de petróleo.

E extraí sozinha! A quem pode juntar-se? À padaria do português da periferia de São Paulo? A Petrobras se associará a que empresa? Ou ela explora

sozinha o petróleo da Bacia de Campos e do Campo de Roncador, ou vai entregar a exploração às suas concorrentes. Se a Petrobras não explora, mais uma vez, a Esso, a Shell ou outra parecida vão explorar.

Também o jornal *O Estado de S. Paulo* e a família Mesquita se incorporam a essa campanha insidiosa para a desmoralização da Petrobras. Quais são seus interesses? Ao que me consta, o jornal *O Estado de S. Paulo* não é sócio da Shell, não é sócio da Esso, não é sócio de nenhuma multinacional do petróleo. Qual o interesse da família Mesquita ao se associar a essa campanha nefanda e nefasta contra a Petrobras? Só há uma empresa nacional nesse ramo capacitada para promover a exploração dos campos descobertos. Foram os geólogos da Petrobras que mapearam o Brasil. Esta Casa pode convocar gerações e gerações de geólogos, alguns deles já aposentados, que percorreram o Brasil inteiro, atravessaram rios, serras e montes para que a Petrobras possuísse o mapa geológico do País, para que examinasse as condições geofísicas de todo o território brasileiro e a possibilidade de explorar petróleo. Esse trabalho será pago pelas suas concorrentes? A Petrobras será indenizada pela Agência Nacional de Petróleo?

Por último, gostaria de fazer o seguinte raciocínio – e peço a V. Ex^a que me acompanhe: será que a Agência Nacional de Petróleo e o Sr. David Shell estão mais habilitados a defender os interesses do Brasil do que a Petrobras? O que poderia levar o cidadão brasileiro a concluir que essa Agência Nacional de Petróleo, infiltrada de agentes do capital estrangeiro e das multinacionais do petróleo, defenderia melhor os interesses do nosso País do que a Petrobras? Qual é a prova que tem o Sr. David Shell para dizer que ele defende melhor os interesses do Brasil do que a Petrobras? Ele precisa demonstrar por que uma agência criada ontem, sob inspiração do capital estrangeiro, defenderia melhor os interesses do Brasil do que a Petrobras.

Não estou dizendo que a Petrobras não tenha defeitos. É evidente que quando Deus fez o mundo não designou todos os anjos para a Petrobras. Deve ter distribuído anjos igualmente por todas as instituições do País e deve ter distribuído também exemplares do diabo. Também não me consta que todos os anjos bateram asas para a Agência Nacional de Petróleo. Não me consta que a Agência Nacional de Petróleo esteja sendo dirigida por arcanjos e que o Sr. David Shell seja o principal representante deles.

Desconfio que isso, na verdade, faz parte da campanha não de enfraquecimento e desmoraliza-

ção da Petrobras, mas de fragilização do Brasil, da possibilidade de este País se posicionar num mundo que se globaliza, dominado pelas grandes multinacionais.

Porém, fragiliza também a possibilidade de o Brasil ter uma forte empresa de petróleo.

Sr. Presidente, para o imperialismo, para as nações hegemônicas do planeta, um país como o Brasil não pode ter sequer uma empresa habilitada a concorrer internacionalmente, atue ela nos ramos de petróleo, de eletricidade, de telecomunicações ou em qualquer outro. O Brasil tem de ser um campo de caça, um campo de pasto para usufruto das grandes empresas multinacionais.

Em realidade, Sr. Presidente, é este o jogo: o mundo é um mercado que tem de ser dominado pelas grandes empresas multinacionais dos países ricos. Não temos o direito de ser um país, de ser uma pátria, não temos o direito de ser uma nação. Segundo as regras do mercado internacional, temos de nos conformar em ser apenas um mercado, apenas consumidores. Não importa que tenhamos um território e uma língua comum, não importa que tenhamos uma cultura e uma psicologia comum. Não podemos ser um país. Temos de ser um mercado ocupado pelas multinacionais. E nisso colabora, naturalmente, o Sr. David Shell, como agente do capitalismo globalizado que quer liquidar o Estado brasileiro, que quer destruir a Nação.

Sr. Presidente, se não formos um país, não teremos democracia. Em um país colonizado não há democracia, não há direitos sociais, não há auto-estima da população. Defender a Petrobras hoje é defender o Brasil. Combater David Shell e denunciá-lo como agente das multinacionais do petróleo é também defender os interesses do Brasil e do seu povo.

O SR. HAROLDO LIMA (Bloco/PCdoB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o ilustre Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo – que é também genro do Presidente da República –, nomeado por seu sogro para comandar os vultosos negócios da área do petróleo no Brasil, regozija-se hoje, em todos os jornais do País, com o sucesso das licitações de áreas petrolíferas patrocinadas pela ANP. Sem o menor constrangimento, o Sr. David Zylbersztajn comemora como positivos os ágios pagos por áreas oferecidas a grupos privados a preços mínimos, irrisórios, a despeito da estimativa de que muitas dessas áreas poderão produzir até 10 mil barris diários de petróleo.

O genro presidencial tem o desplante de dizer que preço mínimo não importa em negócio de risco, como se risco houvesse para as multinacionais que agora adquirem áreas onde a Petrobras, investindo milhões em pesquisa, prospecção e exploração, já correu todos os riscos. As áreas petrolíferas, agora ofertadas pela ANP, já há muito estão criteriosamente mapeadas pelas multinacionais do petróleo, especialmente depois que o Governo FHC instalou na sede da Petrobras um consórcio de consultorias, muitas delas estrangeiras e prestadoras de serviços para corporações petrolíferas, para esmiuçar todas as informações sigilosas da estatal e, obviamente, repassá-las a seus clientes.

Longe de demonstrar o sucesso da estratégia entreguista montada pela ANP, os ágios obtidos nas licitações desmascaram o crime cometido por funcionários do Governo FHC de estarem negociando pessimamente com as riquezas brasileiras.

A italiana AGIP não pagou ágio de 53.000% para explorar blocos marítimos na bacia de Santos, oferecidos ao ridículo preço mínimo de 250 mil reais, apenas porque acredita que ali irá descobrir petróleo. Pagou 134 milhões de reais por esses blocos, simplesmente porque não há qualquer risco de ali não haver petróleo, principalmente depois que o Governo FHC, por intermédio do Ministério das Minas e Energia, assegurou às multinacionais do petróleo que elas poderão exportar óleo extraído, remeter lucros para suas matrizes, e ainda contarão com isenção de IPI, Imposto de Importação, ICMS, PIS, Cofins e – quem sabe? – tantos outros privilégios.

Sr. Presidente, o óleo ali já foi detectado e está completamente enquadrado nos mapas que foram entregues à AGIP pela própria Petrobras.

Da mesma forma, a Texaco e a Esso sabem que não estão correndo qualquer risco de prejuízo ao pagarem, respectivamente, 11.200% e 7.591% de ágio para explorar blocos já completamente enquadrados.

A monumental diferença entre os preços mínimos fixados pela ANP e o valor ofertado pelos compradores mostra que o patrimônio do País está sendo criminosamente oferecido a grupos estrangeiros a preços vis. Não sabemos se isso decorre do fato de os homens estarem privatizando as estatais brasileiras, comportando-se como verdadeiros paspalhões, ou se há algo mais grave, que não conhecemos ainda.

No processo de privatização, no caso específico da venda das bacias petrolíferas da Petrobras, o Governo não esclareceu nada; e, por enquanto, não apareceu nenhum grampo esclarecedor. Quando aparecer um grampo, Sr. Presidente, para esclarecer o que o Sr. David Zylbersztajn está fazendo com relação às nossas riquezas, vendendo-as por 250 mil reais – as multinacionais estão pagando 250 milhões de dólares –, ficaremos escandalizados.

Agora, os fatos também demonstram que há qualquer coisa suspeita por aí, porque a família do Sr. Presidente da República tem começado a agir com razoável desenvoltura. Vemos o filho de S. Ex^a transitando de desenvolvimento entre consórcios compradores de estatais e instituições financeiras, de um lado para outro, amealhando fabulosos lucros com a mudança do câmbio, mas também agora é o genro presidencial que passa a comandar negócios nababescos na cobiçada área do petróleo.

Mesmo com a entrega de inúmeros campos petrolíferos a grupos estrangeiros, mediante critérios nebulosos, segundo apurou o próprio Tribunal de Contas da União, os serviços do capital externo parecem não se dar por satisfeitos e já ensaiam novas investidas contra a Petrobras.

Alguns, como a Sra. Miriam Leitão, entusiasta das privatizações, especialmente daquelas defendidas por seus patrões, chegam a lamentar o fato de a Petrobras, sozinha ou em parceria, ter adquirido o direito de exploração de quatro das áreas licitadas. E apressa-se em dar sua receita: “Se o Governo quiser mesmo desmontar o monopólio e criar um mercado competitivo no setor de petróleo, terá que ser mais agressivo”. A agressividade recomendada é a privatização de parte das refinarias da Petrobras e dos dutos

de transporte de combustíveis da estatal. Mirian Leitão, aliás, termina seu comentário com uma frase que bem retrata o caráter dessa gente: "... Quanto mais vitórias couber à empresa monopolista (Petrobras), mais lenta será a construção do maravilhoso mundo novo da competição". Deve estar se referindo às maravilhas hoje proporcionadas por empresas como a Light e a Telefônica de Espanha, cujos serviços, a despeito de seguidos aumentos nos preços das tarifas, causam furor na população.

As licitações de blocos petrolíferos localizados nas mais promissoras bacias brasileiras, longe de serem motivo de comemorações, deveriam levar seus condutores aos tribunais, fosse este um País onde as autoridades exercessem com retidão suas obrigações. Se o Procurador-Geral da República fosse zeloso com a preservação do patrimônio público como o é com sua família, que cuida de levar para passear em Fernando de Noronha à custa do Estado, certamente estaríamos diante de uma centena de processos contra os condutores das privatizações brasileiras. Se o TCU tivesse firmeza nas decisões que toma, certamente manteria a suspensão das licitações promovidas pela ANP com base em critérios condenáveis. Se o Judiciário não se intimidasse diante das pressões exercidas pelo Executivo, certamente, licitações desse tipo jamais prosperariam em nosso País. Se a maioria governista abdicasse de seu servilismo e permitisse que o Congresso Nacional cumprisse seu papel de fiscalizador, certamente teríamos aqui instaladas diversas CPI para investigar o saque perpetrado pelo Governo FHC contra o patrimônio dos brasileiros.

Sr. Presidente, a despeito de tudo isso, mesmo com a entrega desses campos petrolíferos gigantes aos grupos estrangeiros, mediante critérios nebulosos, que têm sido, inclusive, criticados pelo Tribunal de Contas da União, os serviços do capital externo parecem estar, nesta hora, ainda insatisfeitos, achando, sim, que a Petrobras participou do leilão, leiloou e ganhou quatro leilões.

Sr. Presidente, parece brincadeira, mas eu vi, como se diz lá no Nordeste, "com estes olhos que a terra há de comer", uma comentadora da Rede Globo de Televisão, a Sra. Miriam Leitão, criticar severamente o Governo Federal por estar permitindo que a Petrobras participe desses leilões. Ela diz: "Isso deve ser feito apenas para as multinacionais".

Sr. Presidente, é isso o que está sendo feito em nosso País, aberta e impunemente, pelo menos por enquanto, porque, algum dia, essas coisas todas mudarão. Acredito que nosso povo terá um futuro melhor. O sentimento de brasilidade será apoiado, aplaudido, e esses estrangeiros que vivem por aqui a assaltar nossas riquezas terão de se comportar de maneira comedida.

O SR. HAROLDO LIMA (Bloco/PCdoB – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a recente nomeação do Sr. David Zylbersztajn para a chefia da Agência Nacional do Petróleo suscita, em primeiro lugar, considerações sobre a ética na política, chamando a atenção para a espantosa desenvoltura com que age o Presidente Fernando Henrique Cardoso em benefício de seus familiares. David Zylbersztajn, nomeado para um dos mais importantes e poderosos cargos criados pelo atual Governo, com poderes para decidir sobre o estratégico e oligopolizado setor do petróleo, vem a ser exatamente genro do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A referida nomeação, contrariando inclusive as previsões que davam como certa a indicação de Giovanni Tonniatti para o cargo, atesta o quão diligente tem sido o Presidente FHC quando se trata de beneficiar seus parentes. Em 1996, ante a falência do Banco Nacional, do qual sua então nora era um dos principais acionistas, FHC não hesitou em baixar, em plena madrugada de um sábado, uma profusão de medidas provisórias, entre elas a que criou o Proer, programa de socorro aos bancos em falência, que já consumiu mais de R\$ 25 bilhões, dos quais R\$9,6 bilhões injetados no falido Banco Nacional. Depois, quando da privatização da Vale do Rio Doce, FHC usou de toda a sua sagacidade para garantir que o então desconhecido Benjamin Steinbruch saísse vencedor do leilão de venda da estatal. Steinbruch era desconhecido para os brasileiros, mas não para a família do Presidente Fernando Henrique Cardoso, já que era assessorado pelo economista Paulo Henrique Cardoso, filho do Presidente.

Como se vê, o desemprego e as dificuldades provocadas pela recessão econômica, as falências e concordatas afligem a maioria dos brasileiros, mas passam ao largo da privilegiada família de Sua Excelência. Para FHC, ética na política, austeridade e outros que tais são valores desprezíveis, inteiramente superados pela modernidade efeagaciana. Aliás, é bom que se reconheça que FHC não demonstra a menor vacilação no emprego até de meios abertamente escusos para atingir seus objetivos. Comprou votos aqui na Câmara para garantir sua reeleição, impediu qualquer esforço para se averiguar o fato e agora procura quebrar a vontade do PMDB e desmoralizá-lo com migalhas para que ele não lance candidato à Presidência da República.

Certamente existirão os que sairão em defesa de Sua Excelência e de seu genro, enaltecendo as qualidades técnicas do nomeado. Necessário se indagar em que sentido funciona a tal capacidade desse David. O referido senhor se destacou com um entreguista empedernido na Secretaria de Energia do Estado de São Paulo. Seu maior feito não foi derrotar nenhum Golias mas foi entregar a Companhia Paulista de Força e Luz a grupos privados, num "negócio" em que o BNDES chegou a quebrar regras para viabilizar o leilão.

O David de FHC assume agora com uma missão sinistra: derrotar um Golias brasileiro, a Petrobras, levá-la à inanição, atraioá-la e conduzi-la, não agora, mas no futuro, à privatização.

Assim é que, nem ainda empossado, David Zylbersztajn passou a fazer ameaças à Petrobras, parecendo estar dando satisfações às multinacionais que ambicionam as valiosas jazidas descobertas pela maior estatal brasileira.

Segundo as declarações de David Zylbersztajn publicadas pelo jornal **O Estado de S.Paulo** de 14 de janeiro de 1998, "a Petrobras tem asseguradas apenas as áreas onde já mantém poços em produção. Todo o resto - incluindo regiões onde a estatal já investiu em pesquisas, encontrou óleo e mediu reservas, mas não explora - estará livre para futuras licitações, para a exploração pela empresa que fizer a melhor proposta, de interesse do Tesouro".

Ainda segundo Zylbersztajn, "nas áreas onde a Petrobras já é detentora da concessão, ela terá de provar que tem condições financeiras para explorar por meios próprios. Se não conseguir, a concessão volta para a União, que vai licitá-las".

Na verdade, por trás das declarações do Sr. David Zylbersztajn está a criminosa decisão de entregar a multinacionais o maior campo petrolífero já descoberto no Brasil, o de Roncador, na Bacia de Campos, com reservas estimadas em 3,5 bilhões de barris e com uma qualidade excepcional do óleo de 31 graus API, o dobro do maior campo em exploração pela Petrobras, o de marlin, que tem uma qualidade de petróleo de 16 a 18 graus API.

A indicação de David Zylbersztajn para a direção da ANP, além de eticamente reprovável, é uma comprovação de que Fernando Henrique Cardoso não pretende cumprir uma linha da carta-compromisso que enviou aos Senadores por ocasião da votação da emenda constitucional da quebra do monopólio estatal do petróleo. O que se pretende é sucatar a Petrobras, retirar-lhe campos petrolíferos de grande capacidade de produção, onde volumosos in-

vestimentos foram feitos e onde a simples instalação de plataformas já garante a retirada do óleo, sem qualquer risco, sem o gasto de um único centavo em pesquisa.

Os critérios subjetivos contidos na Lei 9.478/97, que dão superpoderes à ANP, poderão ser utilizados de má-fé, contra a Petrobras e em benefício das corporações petrolíferas multinacionais. Ao que tudo indica, esse parece ser o caminho a ser adotado pelo genro de Sua Excelência, nomeado pelo sogro para um cargo para o qual a principal qualidade exigida deveria ser a do patriotismo, e não o compromisso com grupos estrangeiros.

É importante ressaltar que o Governo FHC tem posto em evidência um determinado tipo de pessoas que, da noite para o dia, saem do anonimato para serem guindados a postos-chaves da economia do País, para assumirem empresas cujo patrimônio vão muito além de suas posses. David Zylbersztajn é participante desse grupo que nos meios especializados hoje se tem chamado de **offshore partness**, parceiros do **offshore**.

Outro expoente desse grupo é Benjamin Steinbruch, que passou de minoritário herdeiro de um decadente grupo têxtil a controlador de empresas de grande vulto, como a CSN, a Light e a Vale do Rio Doce, além de consórcios habilitados à exploração da telefonia celular. German Eframovitch, da Marítima, é outro expoente do mesmo grupo. Do dia para a noite o capital de sua empresa saltou de R\$ 8 mil para R\$ 2 milhões e a ele acabam de ser entregues nove plataformas marítimas.

Como seus consortes, Zylbersztajn entra em

evidência atacando e ameaçando uma empresa estatal e tecendo loas à iniciativa privada, apregoando restrições e impedimentos à atuação da Petrobras e anunciando a concessão de valiosos campos petrolíferos a multinacionais como a Shell, a Texaco, a Esso. É essa gente, muitos testas-de-ferro, que desponta no Governo FHC e vai abocanhando fatias cada vez maiores do patrimônio público, traiçoeiramente dilapidado em nome modernidade venal.

REQUERIMENTO Nº 223 DE 1999

Requeiro, nos termos dos artigos 50, § 2º e 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal e artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam fornecidas pelo Sr. Ministro de Estado Rodolpho Tourinho Neto, do Ministério das Minas e Energia, as seguintes informações:

1) Quais são e onde estão localizados os poços ou campos petrolíferos que deverão ser submetidos a licitação para efeito de sua exploração pela iniciativa privada por determinação da ANP?

2) Qual a situação daqueles campos petrolíferos nos seguintes termos: a) Qual a condição de

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

cada uma delas em termos de operação, produção, de custos operacionais e de volume de petróleo produzido? b) Qual o cronograma daquela licitação prevista pela ANP?

3) Quais as razões específicas de parte da ANP, para que tais campos petrolíferos sejam submetidas a licitação pública para sua exploração privada?

Atenciosamente, Senador José Eduardo Dutra Líder do PT

CLUBE MILITAR REAGE A LEILÃO DA ANP

Gen. Ex. Luiz Gonzaga Schroeder Lessa - Presidente do Clube Militar

Tenho a certeza de que o assunto que a seguir tratarei já é do seu conhecimento, mas não há como abdicar da nossa responsabilidade, de cidadão brasileiro e de seu assessor no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES, para enfocar um tema por demais crítico para a nossa sociedade: Petróleo.

Todos sabemos que este combustível fóssil, que por mais de cem anos comanda a nossa vida no que já se vulgarizou chamar da "Civilização do Petróleo", está com os seus dias contados.

É fastidioso fixar tempo para que isto ocorra - 20, 30 anos - mas o que importa constatar é que o consumo per capita ano está em galopante escala decrescente e que as novas descobertas não têm conseguido aumentar as disponibilidades das reservas, mas apenas repor o que está sendo consumido.

Portanto, o que temos pela frente não é um choque episódico, altista, de exploração de favoráveis condições comerciais como os ocorridos anteriormente.

O quadro que não estamos querendo enxergar é muito mais sério, mais duradouro pois é, fundamentalmente, estrutural, irreversível, que poderá levar o preço do petróleo a patamares acima dos US\$100 por barril segundo estimativas do setor. Esta explosiva situação mundial é geradora de imensas pressões sociais que estão, até mesmo, a desafiar o futuro da humanidade pelo seu potencial de conflitos e incertezas.

É neste quadro preocupante que se insere o nosso Brasil, que muito pouco pesa no mercado internacional do petróleo mas, fundamentalmente, depende das suas reservas para ultrapassar o esperado e conflituoso período de lenta transição para energias alternativas, muito próprias às especiais e quase únicas condições geográficas de que desfruta o País. É pois, com imensa preocupação que assistimos o desenrolar da programação para a 6ª Licitação de Bacias Sedimentares, prevista para agosto próximo, demonstrando uma quase incompreensível insensibilidade do governo para tema tão crítico que atenta contra o mais legítimo interesse nacional. Nessas áreas, perfuradas e demarcadas pela competência e determinação dos técnicos da Petrobrás que nelas investiu substanciais recursos, encontram-se 6,6 bilhões de barris de óleo, cerca de 50% das reservas nacionais provadas.

Vamos admitir que estas privilegiadas áreas, o "filet mignon" das nossas bacias sedimentares, conhecidas como "Blocos Azuis", caiam em mãos estrangeiras que teriam o direito de exportar todo o óleo nelas armazenado? Não seria um contra-senso face à grave situação internacional que se avizinha? Não seria uma anti-política que estaríamos a adotar, com irreparáveis prejuízos ao interesse e soberania nacionais?

O apelo a VExa, Sr Presidente, é o nosso último recurso, confiando na sua brasilidade e sensibilidade política. Nós, do Clube Militar, julgamos que não podemos nos omitir neste grave momento que aflige a nossa produção petrolífera. Somos umbilicalmente ligados ao petróleo brasileiro. Nas nossas dependências, nas nossas salas e auditórios, fomos capazes de aglutinar um seleto grupo de brasileiros, que no alvorecer da causa do petróleo mobilizou a Nação na histórica campanha do "Petróleo é Nosso" e que resultou na criação da Petrobrás, em 3 de outubro de 1953.

Agora, meio século após, quando se avizinha o ocaso da era do petróleo, juntamos o nosso esforço, a nossa palavra, às vozes de outros milhões de brasileiros para manifestar a nossa preocupação face à intransigência da política governamental que teima em ceder a estrangeiros um bem finito, escasso, quase no seu fim, de indiscutível propriedade do povo brasileiro. Não estamos defendendo interesses da Petrobrás. Nosso objetivo e preocupações vão muito além. Temos consciência que estamos alertando, clamando, defendendo o interesse nacional, seriamente ameaçado.

Sr Presidente.

A gravidade do momento exige a sua palavra.

Na sua decisão depositamos a nossa fé, a nossa esperança.

Cordialmente,

Gen. Ex. Luiz Gonzaga Schroeder Lessa

Presidente do Clube Militar

EXMO. SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
MD. Presidente da República.

Excelentíssimo Presidente,

As entidades e cidadãos abaixo assinados vêm solicitar a V. Exa. O cancelamento da sexta rodada de licitações de bacias sedimentares, que são áreas potencialmente produtoras de petróleo, tendo em vista que:

- 1) Em 2003, a Petrobras perfurou áreas que estavam para serem devolvidas à Agência Nacional de Petróleo (ANP), para serem incluídas em próximas licitações. Encontrou 6,6 bilhões de barris (cerca de 50% das reservas nacionais provadas);
- 2) A Petrobras já produz 90% do petróleo que consumimos. As novas descobertas garantem, a partir de 2006, a auto-suficiência pelos próximos 10 anos se não houver exportação. Portanto, qualquer nova licitação será totalmente para exportação de petróleo;
- 3) Parte das descobertas foi incorporada oficialmente, elevando as reservas provadas de 10,5 para 12,6 bilhões de barris o que elevará as reservas provadas para 16,6 bilhões. As reservas prováveis e possíveis caíram para cerca de 4 bilhões. Não temos perspectivas de grandes descobertas. Entretanto, não podemos abrir mão das poucas que ainda nos restam.
- 4) O nosso consumo está hoje em cerca de 2 milhões de barris por dia ou 730 milhões de barris por ano. A Petrobras, para atender solicitação do governo para ajudar a manter o superávit primário, está exportando petróleo de forma crescente e programa exportar 1 milhão de barris por dia em 2006, perfazendo um total de esgotamento das reservas em 1,1 bilhão de barris por ano;
- 5) Em 10 anos teríamos consumido dois terços das nossas reservas voltando à incômoda e antiestratégica condição de importador de petróleo;
- 6) As agências especializadas internacionais AIE (Agencia Internacional de Energia) e a ASPO (Association for the Study of Peak of Oil and Gás) prevêm que o pico de produção mundial ocorrerá por volta de 2015, quando o preço do barril poderá chegar a US\$ 100,00! (devido ao recrudescimento da disputa por petróleo, cuja oferta decrescerá irreversivelmente enquanto a demanda aumenta consideravelmente);
- 7) A recente descoberta de fraudes no dimensionamento das reservas da Shell (24% a maior), da El Paso (33%), ENRON (30%) e até do México (36%), trouxeram de volta o receio do esgotamento das reservas mundiais totais;
- 8) A demanda crescente da China (e da Ásia como um todo), juntamente com as crises no Oriente Médio fazem com que a preocupação com a oferta seja cada dia maior; os atentados no Iraque e na Arábia Saudita mostram que o mundo caminha para conflitos mais profundos por causa do petróleo.

Concluindo, senhor presidente, qualquer exportação do petróleo nacional torna o nosso País ²⁷⁴¹⁷altamente vulnerável estratégica e economicamente. Ao nosso ver é muito mais importante investirmos em energia alternativa, em que somos o país mais bem aquinhado do planeta, do que tomar qualquer iniciativa no sentido de exportar o escasso petróleo nacional.

Seguem-se as assinaturas de 42 entidades que apóiam o Movimento além de cerca de 300 brasileiros que estiveram no Ato Público de 10/05/2004 na sede da Associação Brasileira de Imprensa-ABI.

Assoc. Brasileira de Imprensa ABI
Assoc. Cultural José Martí ACJM
Assoc. de Defesa da Cidadania dos Mutuários e do Meio Ambiente do Brasil - ADEC
Assoc. de Defesa dos Anistiados Políticos Aposentados e Pensionistas ANAP
Assoc. Democrática dos Nacionalista Militares ADNAM
Assoc. dos Aposentados e Pensionistas do Ceará AASPECE
Assoc. dos Aposentados e Pensionistas do Sistema Petrobras no Nordeste - Aspene / Se
Assoc. dos Aposentados e Pensionistas do Sistema Petrobras no Nordeste - Aspene / Maceió / AL
Assoc. dos Auditores Fiscais do Trabalho do Rio de Janeiro - AFAITERJ
Assoc. dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG
Assoc. Mantenedores da PETROS - AMBEP / RJ
Assoc. dos Trab. Aposentados e Pensionistas Anistiados da Petrobras - ASTAPE - CAXIAS
Assoc. dos Trab. Aposentados e Pensionistas da Petrobras ASTAIPE - Cubatão/Santos/S. Sebastião
Assoc. dos Trab. Aposentados e Pens. Ind. Destilação Refinação de Petróleo Suas Subsidiárias - ASTAP-MG
Assoc. dos Trab. Aposentados e Pens. da Petrobras e Demais Empresas extrat. e Petroq. da BA ASTAPE-BA.
Assoc. Nacional dos Participantes da Petros - APAPE / RJ
Assoc. Nacional dos Anistiados da Petrobras - CONAPE
Associação dos Empregados Aposentados da Interbrás - AEAI / RJ
Associação dos Engenheiros da Petrobras - AEPET
Associação dos Trabalhadores Aposentados da Ultrafertil do Estado de São Paulo - ASTAUL / SANTOS
Campanha Nacional em Defesa p/ Desenvolvimento da Amazônia - CNDDA
Centro Brasileiro de solidariedade dos Povos CEBRASPO
Centro de Memória Osny Duarte Pereira
Comissão Gaúcha de Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo e da Petrobras
Diretório Acadêmico da Faculdade de Comunicação da UFF
Federação de Mulheres do Estado do Rio de Janeiro - FEMULHER
Instituto do sol - ISOL
Movimento dos Sem Terra - MST
Movimento em defesa da Economia Nacional - MODECON
Movimento Humanismo e Democracia - MHD
Movimento Nacionalista Brasileiro
Movimento Nova Inconfidência
Partido Comunista Brasileiro - PCB
Sindicato dos Auditores Fiscais da Previdência Social do RJ - SINDIFISP
Sindicato dos Economista - SIDECON-RJ
Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro - SENGE RJ
Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro - SINDIPETRO-RJ
Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul SINDPETRO-RS
Sociedade Nac. dos Trab. Apos. da Petrobras, Subsidiárias, Coligadas, Controladas e Petros-SONTAPE/RJ
União Brasileira de Escritores de São Paulo - UBE
União Brasileira dos Estudantes Secundários - UBES
União Nacional dos Estudantes - UNE

**O PETRÓLEO AINDA É NOSSO, VAMOS ÀS RUAS MAIS
UMA VEZ EM DEFESA DA PETROBRÁS**

AEPET

Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Petróleo & Política

Rio de Janeiro - 21/07/2004 - Número 431

SEXTA LICITAÇÃO: ERRO ESTRATÉGICO NO SETOR PETRÓLEO

César Benjamin, Paulo Metri e Rômulo Tavares Ribeiro -

1. Um espectro ronda a economia mundial: novo choque do petróleo. Choque diferente dos anteriores, de um tipo que ainda não conhecemos.

Na década de 1970, os preços do principal insumo energético da nossa época elevaram-se subitamente, duas vezes consecutivas, por motivos essencialmente políticos - primeiro a guerra entre árabes e israelenses, depois a revolução no Irã - com múltiplas consequências sobre a economia mundial. O choque atual é menos espetacular, mais gradual, mas de consequências provavelmente mais profundas e mais duradouras. É um choque estrutural.

2. De um lado está o aumento permanente do consumo, seja pelo crescimento normal das economias centrais, quase todas dependentes de importações, seja pelo crescimento rápido de grandes economias semiperiféricas, como a China e a Índia, igualmente dependentes de importações. Dos países do chamado G-7, apenas Canadá e Inglaterra são auto-suficientes. A necessidade de abastecimento externo é de 60% para os Estados Unidos (que têm reservas próprias para menos de cinco anos) e 100% para Alemanha, França, Itália e Japão. A China, que consome 8% do petróleo mundial (contra 25% dos Estados Unidos), foi responsável por 37% do crescimento da demanda nos quatro últimos anos; na próxima década, terá dobrado o seu consumo e precisará obter no exterior mais de 80% de todo o petróleo de que necessita. "Temos debatido a concorrência da indústria chinesa e indiana com a nossa indústria", escreveu o norte-americano Paul Krugman, "mas um tipo diferente de competição - a competição pelo petróleo e outros recursos - representa uma ameaça muito maior à nossa prosperidade."

É alto, como se vê, o potencial de conflito envolvido nessa questão. Junto com o gás natural, a ele associado, o petróleo responde por 2/3 da energia total consumida no mundo (no Brasil, graças ao peso da hidreletricidade, essa proporção é de pouco mais de 1/3).

3. O outro lado desse choque estrutural é a incerteza sobre o volume das reservas mundiais. Elas haviam sido grosseiramente superestimadas e estão sendo revistas para baixo. Durante a recente epidemia de fraudes contábeis, as mais respeitáveis multinacionais do setor apresentaram números falsos para elevar o valor de suas ações. As reservas da Shell foram infladas em 24%, as da El Paso em 33% e as da Enron em 30%. Diversos países fizeram o mesmo, inclusive grandes produtores, como os Emirados Árabes, a Arábia Saudita e o México. Anunciaram a posse de jazidas entre 20% e 40% maiores do que as verdadeiras, pois as quotas de produção, definidas no âmbito da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), são proporcionais às reservas declaradas. Há muito menos petróleo disponível do que se pensava.

4. Com a elevação do consumo e a descoberta das fraudes, o mercado mundial mergulhou em grande incerteza. O barril custava cerca de US\$ 13,00 em 2001; passou para cerca de US\$ 28,00 em 2003; agora oscila em torno de US\$ 40,00 e não apresenta tendência consistente de queda. Ao contrário, autores insuspeitos anunciam novas rodadas de alta. O embaixador Rubens Ricupero já advertiu sobre "a tendência a um aumento sensível e contínuo no preço do petróleo. O aperto nos preços (...) pode vir em cinco anos, com mais um choque elevando o barril a US\$ 50,00."

Krugman seguiu a mesma linha: "O mercado do petróleo está distendido até o limite da ruptura. (...) Na última vez que os preços atingiram os níveis atuais, pouco antes da Guerra do Golfo (1991), havia capacidade de produção excedente no mundo, de modo que havia espaço para enfrentar sérias perturbações da oferta, caso elas surgissem. Desta vez isso não se aplica. (...) Novas descobertas têm sido cada vez mais raras. (...) Os preços do petróleo estão altos e podem subir ainda mais."

Paul Roberts foi ainda mais enfático: "Estamos no limiar de um novo tipo de guerra, entre aqueles que têm energia suficiente e aqueles que não têm, mas estão cada vez mais dispostos a sair para buscá-la. Parece cada vez mais provável que a corrida por uma fatia das últimas grandes reservas de petróleo e gás natural será o tema geopolítico dominante no século XXI."

Documentos do Departamento de Estado dos Estados Unidos parecem confirmar essa última opinião, ao conferirem grande destaque, na escala de interesses do país, à necessidade de

"assegurar acesso incondicional às fontes de energia e aos recursos estratégicos".

5. Alguns especialistas prevêem que em 2010 atingiremos o auge da produção e começaremos a ver o inevitável declínio na oferta. A demanda, por sua vez, deverá crescer 60% até 2020. Os mais assustados dizem que o barril poderá custar US\$ 100,00 nessa época. Datas e números estão sujeitos a controvérsia, mas a tendência é certa. A produção de qualquer campo de petróleo segue uma curva em forma de sino, que atinge um pico e declina; como a soma dessas curvas resulta sempre numa curva de mesmo formato, a produção mundial, que é a soma da produção de todos os campos, também seguirá uma curva do sino. A busca de novas jazidas (em terrenos ainda não explorados, como as grandes profundezas do mar), a melhora nas técnicas de extração (para viabilizar a continuidade dos trabalhos em campos hoje considerados esgotados) e o uso misto de combustíveis alternativos podem estender prazos, mas sempre às custas de aumento de custos. Isso quer dizer que, de qualquer maneira, independentemente da polêmica sobre o esgotamento das reservas mundiais, a era do petróleo barato ficou para trás. Tudo indica que a tendência dos preços passou a apontar, definitivamente, para cima. A gerência dos recursos restantes e a alteração gradativa da matriz energética tornam-se, pois, problemas decisivos para as próximas décadas.

6. O Brasil é um dos países mais bem-posicionados do mundo para enfrentar esse enorme desafio, seja do ponto de vista de sua dotação de recursos, seja de sua capacitação tecnológica, seja do potencial para desenvolver alternativas. Nossa oferta de eletricidade é majoritariamente de origem hídrica, e mais da metade do potencial hidrelétrico permanece disponível para vir a ser utilizado. Nosso extenso território tropical, com água e insolação abundantes, permite intensa produção de biomassa, fonte de combustíveis líquidos que podem substituir a gasolina e o diesel, com elevada produtividade. Temos grandes reservas de urânio de boa qualidade. O previsível aumento de eficiência dos coletores de energia solar muito nos beneficiará.

Quanto ao nosso recurso energético mais escasso - o próprio petróleo - construímos em meio século uma impressionante história de êxito, que ainda não foi plenamente reconhecida. Na trajetória econômica medíocre do Brasil nos 24 últimos anos, destaca-se o excepcional desempenho da Petrobrás. Lutando contra uma geologia adversa em terra firme, ela foi capaz de localizar e operar jazidas importantes em alto-mar, tornando-se líder mundial em tecnologia de exploração em águas profundas. Graças a esse empenho e competência, o Brasil tem hoje reservas de 16 bilhões de barris, suficientes para assegurar seu consumo interno, nos níveis atuais, durante cerca de dezoito anos. A auto-suficiência será atingida em 2006.

Nesse aspecto, ocupamos uma posição intermediária no mundo. Nem temos reservas especialmente grandes, comparadas com o nosso consumo, nem dependemos crucialmente do mercado internacional.

7. Uma conta simples mostra a importância do que já conseguimos fazer: se as décadas de 1980 e 1990 tivessem sido perdidas também no setor petróleo, como o foram na grande maioria dos demais setores da nossa economia, de modo que o Brasil necessitasse importar hoje a mesma proporção de barris que importava na época dos dois primeiros choques, estaríamos gastando cerca de US\$ 23 bilhões por ano para suprir o mercado interno. Todo o saldo comercial brasileiro atual teria de ser usado em petróleo, o que, literalmente, quebraria o país.

Nas duas décadas perdidas, conseguimos escapar dessa arapuca. Mas, paradoxalmente, o risco que corremos, em futuro não muito remoto, é de retornar a ela, em uma conjuntura internacional mais desfavorável. Esse risco vem sendo construído a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso. Também aqui, o governo Lula apenas dá continuidade ao desastre.

8. Três momentos sucessivos assinalam a alteração do marco regulatório do setor petróleo no Brasil, com o desmonte do modelo anterior, reconhecidamente exitoso. Em 1995, o Congresso Nacional aprovou a emenda constitucional número 9, que extinguiu o monopólio da exploração pela Petrobrás. Em 1997, a lei 9.478 regulamentou essa decisão e definiu as novas regras para o setor. Em 1998, foi criada a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Ao contrário de outros países que também passaram a admitir a participação de empresas estrangeiras no setor petróleo, a mudança feita no Brasil não incluiu dispositivos que garantissem a liderança do setor por uma empresa nacional (na Noruega, por exemplo, a estatal Statoil continuou tendo prioridade para receber as melhores áreas, sem precisar participar de licitações).

A Petrobrás - que até a promulgação da nova lei procurava e explorava petróleo em todo o território nacional - ficou confinada em 397 áreas, assim distribuídas: 231 correspondiam a campos em produção, 51 a campos em desenvolvimento e 115 a blocos em prospecção, que passaram a ser chamados "blocos azuis", selecionados pela própria empresa e, por isso, os mais promissores. Todas as demais áreas, que correspondem a cerca de 90% do território brasileiro, foram entregues à ANP para serem leiloadas. A Petrobrás recebeu prazo de três anos (depois estendido para cinco) para colocar em produção os campos em desenvolvimento e demonstrar a

comercialidade dos blocos em prospecção, sob pena de ter de devolvê-los também à ANP. O prazo vence em agosto de 2003.

Quatro rodadas de leilões foram realizados durante o governo de Fernando Henrique, sempre sob fortes críticas do PT. A quinta rodada foi preparada nesse mesmo governo, mas realizada já depois da posse de Lula, que a manteve, alegando que não desejava interromper um processo que já estava em curso, de modo a não contrariar expectativas de grandes empresas. O compromisso de campanha, no entanto, era claro e reiterado: suspender novos leilões.

9. O trabalho de prospecção progrediu muito lentamente na época em que a Petrobrás foi dirigida por diretorias nomeadas por Fernando Henrique Cardoso, como se houvesse a deliberada intenção de levar a leilão aquelas áreas nobres, ou blocos azuis, que haviam permanecido sob controle da empresa. Com a posse da nova diretoria, em janeiro de 2003, o trabalho foi intensificado e resultou na descoberta - que já era esperada - de 6,6 bilhões de barris em áreas que seriam devolvidas à ANP em agosto. Este foi o aspecto mais positivo da nova gestão. As reservas comprovadas brasileiras aumentaram em mais de 50%. Mas, não houve tempo para perfurar tudo. Parte significativa dos blocos azuis teve de ser entregue à ANP, entre as quais 70% do BC-60 da Bacia de Campos (na área norte, correspondente a 30% do bloco, já foram encontrados 2 bilhões de barris) e o Espírito Santo número 12 (onde se estima existirem 4 bilhões de barris).

Contrariando o posicionamento histórico do PT, o Ministério das Minas e Energia do governo Lula determinou que a ANP deflagrasse o processo que levará à sexta rodada de licitação, prevista para 15 de agosto, nela incluindo esses blocos azuis, considerados bilhetes premiados. Entre 3,3 bilhões de barris (estimativa oficial) e 6,6 bilhões de barris (estimativa de técnicos da Petrobras) das reservas brasileiras serão leiloados de uma só vez.

10. São falsos os argumentos apresentados para defender o leilão, a saber:

(a) Seria necessário atrair mais recursos para o setor. Como vimos, a Petrobrás garantirá a auto-suficiência a partir de 2006, antes que as áreas agora licitadas entrem em operação. Com US\$ 9 bilhões disponíveis, a empresa brasileira tem recursos próprios mais do que suficientes para investir de forma planejada, otimizando o uso das reservas conforme os interesses estratégicos do país;

(b) Precisaríamos ter acesso a novas tecnologias. Trata-se, aqui, da repetição de um fetiche, pois o que ocorre nesse caso é justamente o contrário. As empresas estrangeiras que começaram a entrar no Brasil sempre buscam alguma forma de associação com a Petrobrás, pois a melhor tecnologia é a dela. Além disso, não era necessário alterar a Constituição do país para isso, pois parcerias tecnológicas sempre existiram.

(c) Seria urgente fazer novas descobertas para manter constante a relação reservas / produção (R / P). Ninguém discute que vários blocos a serem leiloados na sexta licitação têm petróleo, de modo que haverá apenas a confirmação de reservas, que passarão de prováveis a provadas. Ora, se essas áreas entrarem em produção sob controle de empresas estrangeiras, com as regalias que a lei brasileira lhes faculta (propriedade plena do óleo extraído e decisão autônoma de exportá-lo), as reservas não poderão mais ser computadas como brasileiras, de modo que leilões vencidos por multinacionais nunca poderão influir positivamente na relação R / P. Note-se, ainda, que, quando detinha o monopólio, a Petrobrás realizava dentro da economia brasileira, em média, 85% das compras necessárias ao desenvolvimento e exploração de um campo marítimo e 100% das compras destinadas a equipar um campo terrestre. As empresas multinacionais que participaram da penúltima rodada de licitações (não há dados disponíveis para a última) comprometeram-se a realizar compras locais no valor médio de 38% do dispêndio total para campos marítimos e 68% para campos terrestres. Os efeitos multiplicadores dos investimentos da Petrobrás na economia brasileira são muito maiores.

(d) Precisaríamos aumentar a competição no setor para conseguir preços menores. Ocorre, nesse caso, justamente o contrário. O modelo competitivo e aberto transforma o mercado brasileiro de petróleo e derivados em uma extensão do mercado internacional, de modo que os preços nos dois ambientes permanecem equiparados. O trabalhador brasileiro, hoje, paga pelo gás de cozinha (GLP) o mesmo preço pago por um trabalhador alemão. Mantendo-se o modelo anterior e atingindo-se a auto-suficiência, o mercado interno brasileiro poderia ser isolado dos choques internacionais, com a Petrobrás sendo remunerada pelos seus custos (mais uma rentabilidade adequada), de modo a defender a economia brasileira como um todo.

11. Pela lei em vigor, todo o petróleo a ser extraído passa a pertencer às empresas vencedoras das licitações, que ganham automaticamente o direito de exportar a quantidade que desejarem. Como estamos às vésperas da auto-suficiência, as áreas que o governo Lula vai leiloar só poderão entrar em operação para abastecer o mercado externo, pois haverá excesso de produção. É um erro grave. A geologia brasileira é desfavorável à ocorrência de petróleo, de modo que não devemos esperar que grandes descobertas se sucedam. Se o Brasil passar à

condição de exportador, o horizonte da auto-suficiência será drasticamente reduzido, com o país podendo retornar à posição importadora em menos de uma década, justamente quando a competição mundial pelo petróleo estará mais acirrada e os preços, mais altos. (Em situações de emergência, a lei prevê que o governo pode exigir prioridade ao abastecimento do mercado interno por trinta dias, pagando, no entanto, o preço em vigor no mercado internacional; isso equivale a uma importação, pelo Brasil, de petróleo brasileiro.)

A propriedade de campos petrolíferos, nas próximas décadas, será muitíssimo lucrativa. Fazemos mais uma conta, utilizando a estimativa mais conservadora, que afirma a existência de "apenas" 3,3 bilhões de barris nas áreas a serem licitadas. A vida útil de um campo oscila normalmente entre 15 e 20 anos. Se supusermos o preço do barril de petróleo em US\$ 50,00 nos próximos anos, conforme a previsão do embaixador Rubens Ricupero, estamos falando da entrega, a empresas privadas, de um negócio de US\$ 89 bilhões de dólares, já descontados todo o investimento, todo o custo de operação e todos os impostos e taxas. Se supusermos o preço em US\$ 75,00, estamos falando de um lucro líquido de US\$ 134 bilhões. Com a sexta licitação, corremos o risco de retirar da Petrobrás e repassar a empresas privadas um valor provavelmente situado entre esses dois números, ambos gigantescos.

12. A questão de fundo é a seguinte: pressionado pela necessidade de fazer vultosos pagamentos externos nos próximos anos, o Brasil resolveu tratar como uma commodity comum, a ser incorporada em sua pauta de exportações, aquele que é o principal recurso estratégico das economias modernas. Um recurso finito, não renovável, do qual temos reservas apenas suficientes, nunca sobranter. Receberemos impostos sobre o valor exportado e repassaremos esses recursos aos nossos credores internacionais. Assim, o governo Lula optou por usar o petróleo brasileiro como lastro para manter em dia o pagamento de dívidas financeiras, mesmo com o ônus de produzir um esgotamento precoce das nossas reservas. Como vimos, esse esgotamento, se vier a ocorrer, terá consequências dramáticas sobre a economia real e as contas externas do país, que se tornarão inadmissíveis.

A posição brasileira está na contra-mão do que ocorre no mundo. O aumento de preços tem sido compreendido, por todos os países, como um sinal de que o petróleo é um produto estratégico e finito, e por isso a disputa pelas reservas nunca foi tão intensa. As guerras no Oriente Médio, a crescente tensão no Cáucaso, as disputas entre China e Japão pelo traçado do oleoduto siberiano e as tentativas norte-americanas de desestabilizar o governo da Venezuela são apenas a ponta de um imenso iceberg. Só o governo brasileiro parece fazer a leitura de que o aumento de preços deve ser aproveitado para queimar reservas escassas e fazer caixa o mais rapidamente possível.

Tal decisão, no mínimo ingênua, poderá ter desdobramentos insuspeitados. Em pleno desenvolvimento do que chamamos de "choque estrutural do petróleo" - um choque que, como vimos, será prolongado -, o Brasil está se dispondo a entregar a empresas multinacionais a propriedade de campos situados em alto-mar, garantindo a elas a livre disposição sobre o petróleo extraído. Os contratos com essas empresas têm trinta anos de duração. Se, nesse período, em uma situação de crise, o país tentar retomar o controle sobre esses campos (para garantir o abastecimento interno, por exemplo), poderá ver-se envolvido em um contencioso internacional muito desfavorável, até mesmo pela falta de meios para defender sua soberania nessas áreas. Se resolver mudar a lei, não poderá fazê-la cumprir. "Numa situação de grande tensão mundial, com crescente escassez de petróleo, no futuro as forças armadas brasileiras não terão poder de dissuasão para evitar que plataformas de petróleo operadas por empresas estrangeiras, em nosso mar territorial, entreguem suas produções para petroleiros que a levem diretamente para o exterior", alertou recentemente o brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla.

Por precaução com a nossa soberania, o controle e a propriedade dos campos situados na plataforma marítima deveriam caber exclusivamente à Petrobrás.

13. A sexta licitação será realizada sem que nenhum órgão público tenha apresentado um estudo sobre o suprimento de petróleo ao país no médio e longo prazos. Mais ainda: o país não dispõe de um planejamento energético de caráter estratégico. Está parado no Senado Federal, desde junho de 2001, um projeto de lei muito simples e de grande bom senso, proposto pelo senador Saturnino Braga (PT-RJ), que diz apenas o seguinte: "Ficam suspensas as licitações de novas áreas para exploração de petróleo, até que o Congresso Nacional aprove o planejamento energético do país, a ser proposto pelo Conselho Nacional de Política Energética."

A nosso ver, tal planejamento estratégico deveria, pelo menos:

(a) racionalizar e otimizar o uso do potencial energético disponível, tendo em vista as necessidades de médio e longo prazos, combinando-se nesse projeto o uso de fontes tradicionais (hidreletricidade, petróleo, nuclear) e alternativas (biomassa, solar, bagaço de cana, eólica), além de definir políticas de conservação. Os recursos não renováveis deveriam ser objeto de tratamento cuidadoso;

(b) utilizar o próprio setor energético como instrumento de indução ao desenvolvimento, não só por fornecer energia, mas também por maximizar suas compras dentro do espaço econômico

nacional e reinvestir nele o lucro obtido, gerando empregos e promovendo o desenvolvimento tecnológico;

(c) ampliar e diversificar o potencial disponível por meio de políticas de integração da América do Sul. Assim como a Comunidade Européia do Carvão e do Aço, criada depois da Segunda Guerra Mundial, foi o embrião do Mercado Comum Europeu, que por sua vez desdobrou-se na União Européia, a enorme capacidade de oferta e a complementaridade de fontes energéticas (algumas das quais não comercializáveis no mercado mundial) podem desempenhar um papel-chave em um processo de integração do nosso continente;

(d) preparar um salto à frente da economia brasileira dentro do sistema mundial. País tropical de grande dimensão territorial, o Brasil, como vimos, é um lugar privilegiado para assumir uma posição de destaque na mudança da matriz energética nas próximas décadas.

14. Nada disso está sendo feito. A divisão internacional de trabalho que se desenha neste início de século reforça a posição dos países centrais como produtores de bens e serviços de alta tecnologia, transfere para o Leste da Ásia a dinâmica manufatureira e conduz a América Latina a especializar-se de novo em atividades primárias e exportação de recursos naturais. A decisão de usar o petróleo brasileiro, relativamente escasso, para encorpar no curto prazo os resultados da balança comercial confirma que estamos dispostos a aceitar esse retrocesso, que traz riscos imensos à sociedade brasileira. Lamentavelmente, também nesse aspecto, o governo Lula é uma decepção sem tamanho.

[imprimir](#)

[fechar](#)

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, a Sra. Serys Slhessarenko, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Prorrogamos a Hora do Expediente, por mais 15 minutos, para permitir as comunicações inadiáveis.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of.S/Nº

Senhor Presidente,

Tendo sido designado para compor Comissão Externa do Senado Federal para observar a natureza da atuação das Forças Armadas no Haiti, comunico a V. Exª, nos termos do art. 39, I do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 16 a 20 de agosto do corrente ano para desempenhar a referida Missão.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2004. – Senador **Leomar Quintanilha**.

Senhor Presidente,

Tendo sido designado para compor Comissão Externa do Senado Federal para observar a natureza da atuação das Forças Armadas no Haiti, comunico a V. Exª, nos termos do art. 39, I do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 16 a 20 de agosto do corrente ano para desempenhar a referida Missão.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2004. – Senador **Maguito Vilela**.

Ofício SF/GSHH nº 154/03

Brasília/DF, 12 de agosto de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tendo em vista o que estabelece o artigo 13, § 2º, do Regimento interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37/95, informo a V. Exª, que, inobstante estar presente na sessão ordinária do dia 11 de agosto último, tive que me ausentar antes do início das votações nominais ocorridas, razão por que solicito seja considerada como falta justificada minha ausência no decorrer das referidas deliberações.

Pela atenção dispensada ao assunto, antecipadamente agradeço.

Atenciosamente, – Senadora **Heloísa Helena**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Em seguida, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, desejo saber da Mesa, já que contei ontem com a solidariedade do Senador Pedro Simon, no sentido de colocar na pauta o meu projeto do Orçamento Impositivo; em segundo lugar, por que a Mesa até hoje não deliberou sobre a Comissão de

Desenvolvimento Regional, que é algo que afeta quase todas as Bancadas e todo o Senado.

Falei isso com o Senador Tasso Jereissati na ocasião, e fizemos praticamente juntos o pedido dessa comissão.

Fora daí, quero dizer algo muito importante – e peço atenção do Plenário: apresento um projeto em que todos os membros de CPI, para aceitarem a função, abrirem os seus sigilos bancário, fiscal e telefônico. Dessa forma, poderão participar da Comissão com mais autoridade, o que será bom para o Congresso, pois futuramente nenhum membro de CPI será acusado disto ou daquilo por não ter apresentado sua vida. Como investigar alguém se não se deixou ser investigado? Assim, para participar de CPI, terá que apresentar a quebra dos seus sigilos bancário, fiscal e telefônico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Respondendo a sua questão de ordem, informo a V. Ex^a que, na primeira sessão deliberativa, será discutida a sua emenda constitucional e, quanto ao segundo ponto, a Mesa vai-se posicionar na próxima reunião que será realizada.

Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB, de início, coloca o seu apoio vigoroso à idéia expendida pelo Senador Antonio Carlos, por entender que essa possa ser uma forma, sim, de termos CPIs mais verdadeiras. Quem não garantir o próprio passado fica impedido moralmente de investigar o que quer que seja dos outros; quem garantir o próprio passado pode ser incluído num projeto de futuro para este País.

Sr. Presidente, faço um apelo ao Líder Aloizio Mercadante, com quem já conversei fora dos microfones...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Arthur Virgílio, para meu esclarecimento, V. Ex^a está usando a palavra pela ordem ou pela Liderança do PSDB?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Faço um apelo ao Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, com quem já conversei fora dos microfones, no sentido de que, levando-se em conta o **quorum** depreciado e os problemas que existem no texto da chamada Lei de Informática em relação à economia do meu Estado, precisamos fazer um debate amplo para mostrar à Casa as razões do Amazonas e do parque industrial de Manaus. Gostaríamos de tomar uma atitude que não fosse a da obstrução pura e simples, mas que fosse de consenso da Casa, apenas

se transferindo para o próximo esforço concentrado as votações de hoje e deixando pendente, portanto, essa questão da informática, que é objeto de estudos meu e dos Senadores Jefferson Péres e Gilberto Mestrinho.

Queremos expor à Casa o porquê de o Amazonas ser o grande perdedor. Um Estado pode ser arranhado aqui; outro, acolá. Ontem, conversando com o Senador Antonio Carlos Magalhães, S. Ex^a me dizia da defesa que fará do interesse que, sem dúvida alguma, poderia ocasionar um pequeno arranhão na Bahia e em São Paulo. Mas, no Amazonas, ocorre algo grave demais, que liquida a perspectiva de se manter o pólo de televisões em meu Estado.

Portanto, a minha disposição e a do Senador Jefferson Péres era obstruir a votação, mas estamos vendo que há uma evidente ausência de **quorum**. Não é uma questão partidária, pois somos acompanhados pelos Senadores Tião Viana, Geraldo Mesquita Júnior e Papaléo Paes, da Base do Governo, e pelo Senador Mão Santa, que, como o Senador Papaléo Paes, se porta com muita independência. Ou seja, são pessoas que conhecem a realidade do Estado.

Apelo ao Senador Aloizio Mercadante e à Mesa no sentido de que deixemos para adiante essa decisão. Com isso, teremos tempo para negociar com o Governo, para mostrar as razões do Estado, ouvir as razões dos outros Estados e procurar chegar a um consenso que não extermine o pólo de televisores, que hoje abastece o Mercosul e as casas dos brasileiros. É muito sério para o meu Estado. As repercussões são muito grandes.

Sr. Presidente, esse é o apelo, portanto, no mesmo momento em que peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Arthur Virgílio, o Senador Aloizio Mercadante, com certeza, deve ter ouvido V. Ex^a e deve se posicionar no plenário.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSB, assim que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex^a terá a palavra logo após o Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio pela Liderança do PSDB.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos denunciado desta tribuna, pela voz dos Senadores de diversos Partidos, o que, ao nosso ver, é uma escalada autoritária deste Governo.

O Senador Cristovam Buarque, da Base governista, Senador do PT, ex-Ministro da Educação, é autor de uma frase absolutamente lapidar. S. Ex^a diz que nenhum regime de força é implantado de repente. É um passo-a-passo, é uma concessão que os democratas fazem aqui, é uma derrota que eles sofrem acolá, é uma vitória da opressão, é uma vitória do pensamento totalitário num assunto aparentemente sem importância.

Lembro-me do medo que meu pai tinha daquela atitude aparentemente tola de Jânio Quadros de proibir briga de galo e o uso de biquíni nas praias. Parecia tolice, mas aquilo revelava o ímpeto autoritário de um Presidente que durou apenas sete meses no poder também porque queria mais poderes, o que o Congresso não lhe concedeu.

Sr. Presidente, de maneira esquemática faço referência à imprensa. O jornal **O Globo** publica hoje notícia sobre a discussão do Governo para criar mordada para servidores. Todo dia há uma notícia nesse sentido. Uma hora atinge a imprensa, outra hora a produção audiovisual, os procuradores da República, o Ministério Público. Agora, chegou a vez de amordaçarem os servidores. Mais ainda. O jornal afirmou também que a Casa Civil torna mais duro o projeto da Fenaj: a proposta da Federação Nacional dos Jornalistas foi alterada para dar mais poder de punição ao Conselho de Jornalismo.

Hoje, o brilhante e genial chargista do jornal **Folha de S.Paulo** publicou o seguinte: “O humor é deletério para os autoritários”. Afirmou que está na hora de o Governo propor a criação do Conselho Federal de Humorismo, fiscalizando as charges de forma a impedir que por meio dessas ridicularizem as pessoas públicas ou depreciem o Brasil.

De maneira bem esquemática, historiarei a escalada autoritária do Governo. Senador Antonio Carlos Magalhães, querem calar os procuradores por meio da Lei da Mordada. Senador Jefferson Péres, querem impor censura aos jornalistas por meio de projeto que regulamenta a profissão. Senador Mão Santa, o projeto de lei da Ancinave visa patrulhar as produções culturais. Senadores Eduardo Azeredo, Luiz Pontes e Osmar Dias, querem regulamentar a Lei do Sigilo, permitindo que os sigilos bancários e fiscais sejam quebrados para as investigações da Abin e da Polícia Federal, pura e simplesmente. Senador Magno Malta, meu querido e eterno Governador do Piauí, Senador Juvêncio da Fonseca, querem, por meio de decreto, impedir que funcionários públicos falem com a imprensa. Agora, só pode falar com a imprensa Fulano, Beltrano e Cicrano, ou seja, não se pode falar contra o Governo. Seria esse o ideal – se é que se pode chamar isso de ideal –, a formatação ideal para o Governo.

Não se vai a bom termo assim. Senador Duciomar Costa, tem razão o Senador Cristovam Buarque ao dizer que não conhecemos nenhum regime autoritário que se implante de uma vez. É com um gesto aqui e outro acolá. Contra essa concessão deveriam resistir, mas não o fazem devidamente. Enfim, uma sucessão de pequenos atos, ao final, termina acostumando as pessoas ao garrote.

Senador Jefferson Péres, outro dia fiz uma brincadeira inocente numa reunião na Liderança do PFL, onde havia Senadores e Deputados, inclusive da Base do Governo. Peguei o meu telefone celular e disse: “Qual de vocês acha que o seu telefone celular pode estar grampeado?” Prova não há nenhuma. E nem estou aqui acusando ninguém de estar grampeando o meu telefone ou o telefone de alguém. Apenas se a situação se desse diante de um Governo de absoluta credibilidade quanto à sua crença democrática, todo o mundo diria: “Eu acho que o meu não está”. Porém, todos, sem exceção, disseram: “Acho que o meu está”. Ou seja, estamos admitindo a hipótese de estar havendo grampo ilegal no País, quase como se fosse natural. Ou seja, podem não estar fazendo isso, mas podem estar fazendo, e não estamos reagindo, não estamos, pura e simplesmente, fazendo o que está fazendo o chargista da **Folha de S.Paulo**, ridicularizando o Governo, que ridiculariza a liberdade democrática, ao propor a criação do Conselho Federal de Humorismo. Ou seja, daqui para a frente, o Chico Caruso não pode fazer charge, a não ser que registre essa coisa meio stalinista do Brasil grande, do crescimento econômico avassalador, do crescimento que o Presidente Lula diz que será por trinta anos seguidos.

Enfim, chargista não faz charge a favor; chargista que faz charge a favor, perde a legitimidade, porque a charge nasceu para ser contra. Assim como a Oposição nasceu para fiscalizar; assim como o servidor público não tem que perder a cidadania; assim como a imprensa nasceu para policiar o Governo; assim como temos que respeitar o regime de liberdade democrática que a todos nós tanto custou de vermos implantado neste País.

Portanto, Sr. Presidente, falo dessa escalada com preocupação. Evidentemente, que a ela resisto; e sei que o Senado a ela resistirá também.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Passamos a palavra ao Senador Geraldo Mesquita pela Liderança do PSB e, em seguida, ao Líder Aloizio Mercadante.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Pela Liderança. Sem revisão do orador)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos às voltas com grandes temas nacionais, grandes ques-

tões que preocupam, mas que também nos animam. Mas, hoje, peço a permissão desta Casa e dos meus conterrâneos, acreanos, para registrar um fato que reputo também de grande importância.

Hoje, o meu Clube, o Botafogo de Futebol e Regatas, que tem milhares de torcedores no Rio de Janeiro e no País inteiro, comemora 100 anos de sua fundação. E eu não poderia dormir tranquilo, Sr. Presidente, se não viesse à tribuna fazer este registro. O que destaque é o aspecto, que também julgo de fundamental importância, de um clube dessa expressão ter propiciado, ao longo dos 100 anos de existência, a oportunidade a milhares de desportivas, jovens, atletas, nas mais variadas modalidades do esporte, como futebol, basquete, atletismo, vôlei, de praticarem um esporte saudável e, assim, poderem fugir das tentações deste mundo, como as drogas e o crime.

Esses atletas construíram o brilho que o Clube tem no concerto dos clubes esportivos deste País. O Botafogo se destaca e sempre se destacou no futebol e foi a base da seleção brasileira durante muito tempo, juntamente com atletas de outros clubes. O Botafogo ofereceu ao País a enciclopédia Nilton Santos, a majestade de um Garrincha, a elegância de um Didi e o brilhantismo do esporte bem praticado. Hoje, o Botafogo completa 100 anos de fundação e, como já disse, não poderia deixar de vir a esta tribuna festejar com os milhares e milhares de torcedores do nosso glorioso time esta data tão importante para todos nós.

Tenho certeza absoluta de que o Clube Botafogo de Futebol e Regatas continuará dando oportunidade a milhares de jovens brasileiros desportistas, atletas, de praticarem um esporte saudável e oferecerem a esta Nação alegria, divertimento, lazer que, no fundo, é a missão de um clube como esse.

Então, Sr. Presidente, cumpro, prazerosamente, eu não diria o dever, mas o prazer de registrar, nesta data, a importância do centenário de um clube que, durante todos esses anos, honrou o esporte nacional.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Com o maior prazer, Senador Maguito Vilela.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, associe-me às palavras de V. Ex^a nessa homenagem ao glorioso Botafogo, um dos clubes mais antigos do Brasil. V. Ex^a citou Nilton Santos, Garrincha e eu citaria também Jairzinho, Quarentinha e tantos outros craques que brilharam no Botafogo. Cumprimento toda a torcida botafoguense no Brasil pelos 100 anos da existência do Botafogo de Futebol e Regatas.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Muito obrigado, Senador Maguito Vilela, é um prazer incorporar o seu aparte em homenagem ao nosso clube.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Geraldo Mesquita....

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Pois não, Senador Jefferson Péres, com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Jefferson Péres, não há mais tempo para apartes, mas tenho certeza de que V. Ex^a o fará em 30 segundos.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Em solidariedade a V. Ex^a também, eu não sou botafoguense apenas de Nilton Santos e Garrincha, sou do lanterninha do campeonato, sempre. Meus parabéns!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Muito obrigado.

Somos lanterninha, somos botafoguenses, na derrota e na vitória, com muito orgulho e com muito prazer!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Líder Aloizio Mercadante, por cinco minutos.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu ia fazer um aparte ao Senador Geraldo Mesquita apenas para dizer que o Botafogo está na mesma barca furada do meu Flamengo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador José Jorge, V. Ex^a tem a palavra pela ordem, enquanto o Senador Aloizio Mercadante se dirige à tribuna.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, rapidamente, eu gostaria de aproveitar este momento para fazer um apelo a todos os Senadores que estejam na Casa, para que venham ao plenário marcar presença, porque precisamos verificar o **quorum**, a fim de que possamos votar os destaques da reforma do Judiciário.

Trata-se de um projeto que tramita há 12 anos. Estamos fazendo esse esforço, já houve um acordo de Líderes para que fizéssemos uma redução do número de destaques. Assim, não há nenhum impedimento político para que a reforma seja votada hoje.

Então, espero que todos venham logo ao plenário para que tenhamos o **quorum** de, pelo menos, 60 Senadores e, assim, possamos votar a reforma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Mesa faz o mesmo apelo de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Como anteriormente anunciado, concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2004, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.

Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, agradeço a compreensão do Líder Aloizio Mercadante a respeito da não-votação, hoje, da chamada Lei de Informática. Isso é de bom senso e dá tempo para que nós, da Bancada do Amazonas, possamos esclarecer questões e derrubar preconceitos. Sem dúvida, a Bahia tem as suas razões, e vamos dialogar sobre a matéria, de maneira bem democrática e bem aberta.

Em relação à operação que está prendendo ladrões e gatunos do dinheiro público no Amazonas, é bom que essa atitude se reproduza, inclusive se, porventura, existirem pessoas do atual Governo envolvidas. Nós só temos mesmo que aplaudir o que é uma rotina, há muito tempo, da Polícia Federal – o trabalho do Ministério Público que agora querem amordçar neste País!

O Senador Aloizio Mercadante labora em equívoco. S. Ex^a diz que São Paulo, Goiás e Minas Gerais aprovaram PPPs nas suas Assembléias, e indaga por que nós, aqui, não aprovamos a PPP solicitada pelo Presidente Lula? Esclareço ao ilustre Líder que não sou Deputado Estadual do PT de Goiás, nem de São Paulo nem de Minas Gerais. Sou Senador do Brasil. O meu dever não é fiscalizar o Governador Perillo; o meu dever é fiscalizar o Presidente Lula, e, da maneira como está escrita a PPP, ela não leva o meu voto nem hoje nem nunca, porque é uma porta aberta para negociata, sim! É uma porta aberta para se acabar com o espírito da Lei de Licitações, é uma porta aberta para se acabar

com a impessoalidade ao se fazer uma licitação; é uma porta aberta para se endividar o País e se derrogar na prática a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Hoje, estamos vendo o Governo à mingua de quórum para votar a Lei de Informática, para votar a reforma do judiciário. Há matérias na frente, e uma negociação que nem sequer começou. Não vamos negociar em pé algo tão grave para o País; temos que negociar isso sentados, com calma, com tranquilidade, no momento certo e, com certeza, impondo todos os limites que protejam a ética.

Por falar em ética, esperávamos mais energia do Governo na investigação do caso Waldomiro. Até agora, nem sequer o apontou como culpado, nem sequer nada fez além de aceitar uma demissão a pedido. Queremos uma ética sem arestas, uma ética parecida com a inteligência preconizada por Gilberto Amado, que dizia que a verdadeira inteligência é a inteligência redonda, aquela que não permite aresta alguma. Então, o compromisso com a ética deve ser de “a” a “z”, de cabo a rabo. Deve-se utilizar a Operação Albatroz, a Operação Zaqueu onde quer que se localize um ladrão do dinheiro público; deve-se punir, e não colocar panos quentes quando há corrupção muito perto dos gabinetes mais importantes desta República.

No mais, volto ao tom inicial. Agradeço ao Líder a compreensão. Temos muito o que debater sobre Delúbio Soares. Aliás, há uma matéria fantástica na edição de hoje da **Folha de S.Paulo**. É uma entrevista do ex-Presidente Fernando Collor, comparando PC Farias com o Sr. Delúbio Soares. Peço que a matéria seja incluída nos Anais. Ele diz que a diferença entre os dois tesoureiros é que um está na máquina, no organograma oficial; e o outro não está, o outro era informal. Mas ele diz: “Eu fui punido por causa do PC Farias”, e diz que este Governo tem um PC Farias, que seria o tal Sr. Delúbio Soares. Está lá. Quando à PPP, vejo-a, como está, parecida com o que a Nação começa a desconfiar das movimentações desses tais arrecadadores de campanha.

Do jeito que está, não leva o voto consciente do PSDB, mas não leva mesmo, de nenhum membro da nossa Bancada, nem hoje, nem daqui a 30 anos. Poderia ter levado ontem se não tivesse embutida a má-fé, a tentativa de favorecer grupos e, quem sabe, de fortalecer o caixa de Partidos e candidatos, visando às eleições de 2006.

Queremos o bem do País e a PPP como está escrita é, significativamente, o mal desta Nação.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

ELIANE CANTANHÊDE**Collor festeja**

BRASÍLIA - O ex-presidente Fernando Collor comemora hoje 55 anos e, de quebra, a existência de Delúbio Soares no governo Lula. Lembremos: Collor ganhou de Lula em 1989, na primeira eleição direta em décadas. E saiu pela porta dos fundos. Em conversa com Fernando Rodrigues, Kennedy Alencar e eu, ontem, em Brasília, Collor comparou Delúbio, o tesoureiro do PT e da campanha de Lula, com PC Farias, o seu próprio tesoureiro na campanha de 89 e depois pivô de sua queda. "No mínimo, são situações muito parecidas", começou. "Com uma diferença: o Paulo César [PC] não fazia parte do organograma do poder, e o Delúbio faz". Referia-se à condição de Delúbio de dirigente nacional do PT, tesoureiro do partido e da campanha de Lula, com facilidade para fazer indicações de amigos e de integrar as comitivas internacionais do presidente. Enfim, "à absoluta desenvoltura" de Delúbio no governo. Collor tentou dar uma no prego e outra na ferradura, mas massacrou bem mais a ferradura. Disse que gostava de Lula, mas criticou seu "despreparo". Elogiou Dirceu e Palocci, mas acabou com o resto da turma de Lula. Falou que a economia vai bem, mas essas coisas de Delúbio podem pôr tudo a perder. E, evidentemente, não se poupou de uma comparação incômoda para o PT. Sem citar a invasão desta Folha a pretextos vis durante o seu governo, vangloriou-se de, "apesar de tudo", ter sido democrático nas relações com o Ministério Público, o meio artístico e a mídia. Já o governo Lula... tenta impor limites a todos eles. Collor pareceu bem, forte e saudável -além de mordaz. Passou duas sensações em relação ao PT: "Quem te viu, quem te vê" e "nada como um dia após o outro". Digamos que não seja a **melhor pessoa** para isso, mas também não é o único.

★

Antes da conversa com Collor, Delúbio tinha me dito: "É melhor apanhar estando no governo do que ficar fora e não apanhar". Faz sentido.

Ex-presidente, que faz 55 anos hoje, disse que presidente petista não é "pessoa preparada"

Collor compara Delúbio a PC e critica Lula

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Charuto Cohiba (cubano) na mão, fala pausada, terno e gravata azuis-marinhos, camisa azul claro, o ex-presidente Fernando Collor de Mello fez ontem sua mais dura crítica à gestão Luiz Inácio Lula da Silva, comparando o tesoureiro petista, Delúbio Soares, ao homem do dinheiro collorido, Paulo César Farias.

"O Delúbio é muito mais abrangente do que foi o Paulo César. A situação do Delúbio é, no mínimo, muito parecida com a situação em que esteve envolvido o PC", declarou o ex-presidente durante um almoço ontem, em Brasília, no restaurante Piantella.

"O Brasil inteiro conhece o ex-presidente. Não vou polemizar com ele", respondeu Delúbio ao saber da declaração.

Collor completa 55 anos hoje. Governou o Brasil de 1990 a 1992. Saiu do cargo depois que o Congresso aprovou um processo de impeachment, acusando-o de corrupção. Está agora filiado ao minúsculo PRTB.

Planos políticos eleitorais? "Nenhum", responde. "Voto em Maceió", esclarece, para deixar claro que não apoiará a candidatura de Marta Suplicy (PT) à reeleição para prefeita de São Paulo -o PRTB está na coligação paulistana petista.

Em conversa de pouco mais de uma hora com a Folha -quando deu apenas algumas garfadas num prato de carne seca desfiada, acompanhado de caldo de feijão preto, purê de abóbora e arroz-, Collor saiu de um silêncio mantido desde a posse de Lula. Até ontem, restringia-se a falar sobre a sua torcida para que a administração petista fosse bem-sucedida.

Ontem, além de comparar Delúbio a PC Farias, atacou Lula. "O Lula não é uma pessoa preparada (...) Na diplomacia presidencial, o que conta é o contato pessoal. É preciso haver conversas a dois, sem intérpretes. O Lula não tem como ter conversas com o Bush, o Chirac, o Schröder", afirmou.

No governo Collor, a Polícia Federal invadiu o prédio da Folha em São Paulo. Hoje, o ex-presidente defende valores diferentes. Critica a criação do CFJ (Conselho Federal de Jornalismo). "É inacreditável, inadmissível", diz ele.

A seguir, trechos da entrevista de Collor à **Folha**:

★

DELÚBIO SOARES

"Ele [PC] não fazia parte do organograma do poder. O Delúbio, não. Faz parte do organograma do poder. Ele faz parte da direção do PT. Age tanto à luz do sol do meio-dia quanto à luz da lua-cheia da meia-noite."

"Delúbio pode atingir a política econômica. Não tenho nenhuma dúvida de que há vasos comunicantes entre o que ele faz e todos no governo, inclusive na área econômica -até para dar credibilidade ao que vocês publicam. Muito embora eu já aprendi que, em questão de voto, santidade, dinheiro e notícia de jornal, é sempre bom dar um desconto: é sempre a metade da metade."

GOVERNO LULA

"José Dirceu é preparado. Esse é. Se o José Dirceu não tivesse sofrido o abalo do caso

Waldomiro, o governo seria outro. O caso Waldomiro neutralizou um operador político extraordinário que é o José Dirceu. O restante [outros ministros] faz parte de uma "petite bourgeoisie".

"O Palocci também é uma surpresa para mim. O Roberto Campos, se vivo fosse, ficaria enrubescido ao ver o vigor com que o Palocci aplica o receituário liberal."

"A política externa é um dos pontos mais fracos do governo. O Celso Amorim é da turma dos barbudinhos esquerdistas do Itamaraty dos anos 70, com uma visão terceiro-mundista."

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, que a havia pedido antes.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, reitero o apelo a V. Ex^a para que deixe a votação da Lei de Informática para o próximo período de esforço concentrado. Hoje, o quórum não é de 55, deve ser de muito menos, porque muitos Senadores estão viajando.

Aproveitando a tribuna, Sr. Presidente, quero dizer duas coisas. Em primeiro lugar, as operações da Polícia Federal são operações de rotina e é bom que continuem sendo.

Hoje, o principal jornal de Manaus, **A Crítica**, publica um artigo meu de aplausos à operação Albatroz. Só lamento que tenham prendido 20, pois deveriam ter prendido 200, e esse é apenas um de outros muitos esquemas. Só que essa é operação de rotina. Eu gostaria que houvesse o mesmo rigor quando se chega aos altos escalões da República. Eu gostaria muito que houvesse essa mesma intolerância com a corrupção em todos os escalões.

Finalmente, Sr. Presidente, quanto à euforia com o crescimento, há uma coisa curiosa: a única política desse Governo que realmente dá certo – e sempre mereceu meu aplauso, inclusive discordando de setores do meu Partido – é a política macroeconômica, que é a continuação da política de responsabilidade do Governo anterior. É a única que dá certo. Mas, se dependesse de certos setores do Governo, a política macroeconômica seria outra e o País já teria ido para a cucuia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria fazer um apelo. Vários Senadores e Senadoras estão chegando ainda ao plenário. Todos sabemos que o projeto da informática é complexo, porque envolve a Zona Franca de Manaus. Portanto, a Bancada do Amazonas está empenhada em buscar a negociação, mas essa matéria não se encerra com a votação desse projeto. Já houve outras situações, em outros projetos, em que a questão da Zona Franca acabou sendo contemplada.

Se não votarmos a Lei de Informática no dia de hoje, não poderemos destrancar a pauta, ou seja, não avançaremos em mais nenhuma matéria, nem terminaremos a votação dos destaques da reforma do Judiciário,

que exige um quórum qualificado de, no mínimo, 49 votos, pois envolve emenda constitucional. Em outras questões, no entanto, poderíamos avançar.

Haverá um esforço concentrado na semana de 24 a 27 de agosto. A Câmara aprovou medidas provisórias que já trancam a pauta, e, se também não votarmos a Lei de Informática, o esforço concentrado será prejudicado, como ocorreu nesta semana, devido ao luto da terça-feira e à controvérsia envolvendo a CPI do Banestado. Assim, não teremos o rendimento esperado nem nesta semana, por conta de todos esses acontecimentos, nem na de 24 a 27 de agosto.

Por isso, faço um apelo, Sr. Presidente, para que possamos votar. Se não for possível construir o acordo com relação ao tema que aflige a Bancada do Amazonas, que fique aberto. Faço um apelo ao Líder Mercadante para que firme o compromisso de buscarmos resolver essa questão, mas não impedindo a votação, porque esse regime de urgência da Lei de Informática nem o Presidente da República pode retirar, porque ele acabou sendo incluído no texto da Constituição. Ou seja, se não ultrapassarmos a votação da Lei de Informática, nada mais pode ser votado neste plenário, nem neste esforço concentrado e nem no próximo.

Então, quero fazer o apelo para que votemos e haja o compromisso do Líder do Governo para que se continue buscando a negociação, a fim de que, efetivamente, possamos avançar.

Quanto à Parceria Público-Privada, quero dizer de forma muito clara: vamos sentar e negociar. Era para isso ter acontecido na terça-feira, e não o fizemos. Mas há a disposição do Governo de sentar e negociar, de aprimorar o projeto.

Ouçõ declarações que me assustam. Há experiências de Parcerias Público-Privadas no País, neste momento, viabilizadas por Governos do PSDB. Apresentam questionamentos que me preocupam. Parece o quê? O que já está em vigor, o que está sendo realizado é que dá margem a esse tipo de questionamento, de se poder viabilizar desvio de recursos? Quero saber o que é que está acontecendo. Da parte do Governo, a disposição é muito clara em sentar e negociar. Se não foi possível fazê-lo na terça-feira, vamos buscar esse entendimento hoje, amanhã ou na próxima semana, porque esse projeto da Parceria Público-Privada é imprescindível para o País neste momento. Há bilhões de investimentos a serem aportados, no nosso País, em termos de estradas, ferrovias, portos, energia, inclusive na região amazônica – está aqui a Senadora Ana Júlia me brindando com esse esclarecimento. O próprio Presidente José Sarney, com certeza, quer os investimentos no Maranhão. S. Ex^a é do Amapá, mas

é claro, Senadora Roseana Sarney, S. Ex^a é nativo e tem todo o seu vínculo com aquele Estado.

Por isso, não é possível que fiquemos ainda nesse debate. Vamos sentar, Senador José Agripino, vamos negociar, vamos aprimorar, mas o meu apelo é para que votemos a Lei de Informática hoje, com o compromisso de continuar a negociação.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney, serei mais rápido que a Senadora Ideli Salvatti, que fez um discurso muito entusiasmado.

Quero fazer um apelo para que possamos votar a reforma do Judiciário também, que está aqui há doze anos. E não noto que o Governo dê a essa reforma a prioridade necessária.

Sabemos, Sr. Presidente – V. Ex^a mais do que eu, pois está aqui há mais tempo –, que, quando o Governo quer, consegue quórum. O Governo conseguiu quórum na Câmara na véspera de São João, ocasião em que veio todo mundo para aqui, de jatinho.

Na realidade, espero que o Governo mobilize a sua base – se verificarmos, há muito mais Senadores da Oposição do que do Governo –, para que possamos votar e concluir essa reforma do Judiciário.

Muito obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Antes, pediu a palavra o Senador Aloizio Mercadante. Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a, Senador Osmar Dias.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em relação à questão do projeto da Lei de Informática, o Governador Eduardo Braga vem fazendo um trabalho muito importante na região. Já houve um veto de uma legislação que gerou, evidentemente, um debate sobre o lugar da Zona Franca na economia nacional. Existe o conflito do pacto federativo, e defender o seu equilíbrio é um compromisso de todos os Senadores.

A Zona Franca tem um papel fundamental no desenvolvimento da região, e o projeto não é de responsabilidade só dos três Senadores locais, mas de todo o País, no sentido de verificarmos como vamos ocupar a Amazônia.

O Governador tem credibilidade suficiente para nos solicitar mais uma negociação para tentar concluir

o esforço de encontrar um ponto de equilíbrio nessa matéria, e vamos fazê-lo. O que não posso fazer é um compromisso de mérito, porque, no âmbito do Senado, ainda não encontramos uma solução para o problema: a evolução tecnológica, o impasse entre o monitor e o tubo de televisão.

O Senador Arthur Virgílio apresentou a mesma solicitação ontem e hoje: que fizéssemos um esforço de negociação. S. Ex^a não pôde estar na negociação que nós, os três Relatores, fizemos, por outros compromissos da Liderança, e, de fato, foi prejudicado nessa negociação.

Portanto, penso que devemos aos Senadores, ao Governador e, sobretudo, à população do Estado o esforço de buscar um ponto de equilíbrio.

Ontem mesmo, o Senador Rodolpho Tourinho trouxe preocupações em relação ao Nordeste. Sentamo-nos com a equipe do Governo, exatamente para dirimir todas as dúvidas, para que haja uma legislação que equilibre o pacto federativo e, sobretudo, favoreça as regiões que precisam do incentivo fiscal para poderem avançar numa área sensível como a de microeletrônica.

É prudente que aguardemos o resultado dessa negociação para votarmos a matéria melhor esclarecidos. O próprio Relator, Senador Hélio Costa, e o Senador Eduardo Azeredo, nas negociações, constataram a complexidade de cada decisão que tomarmos e as suas implicações para o pacto federativo. Dependendo de como sinalizarmos, poderemos esvaziar uma região em detrimento de outra. Isso não pode acontecer. Portanto, deve ser feito com sensatez e profundidade. Se não esgotamos a negociação, é melhor não votarmos açodadamente. Entendo que isso prejudica o andamento da Casa. Queremos votar a reforma do Poder Judiciário, mas é melhor aguardarmos a conclusão da negociação e votarmos isso na última semana de agosto. Para quem esperou a reforma do Judiciário por treze anos, quinze dias não trarão prejuízo à Nação. Se votarmos essa matéria sem a segurança de que o pacto federativo está preservado, de que as regiões que precisam de incentivos fiscais estão mantidas, especialmente Nordeste e Norte, estaremos cometendo uma imprudência. Não foi o Governo que estabeleceu a urgência constitucional, mas o Congresso, na Emenda nº 42. O Governo apenas está cumprindo uma decisão do Congresso e da Constituição porque foi aprovada a emenda.

Assim, mantenho minha posição de não votarmos agora, de esgotarmos a negociação, com o compromisso de que votaremos a matéria em qualquer cenário na última semana de agosto. Até lá, o Governo está disposto a sentar à mesa de novo com os Senadores

Rodolpho Tourinho, Arthur Virgílio, Jefferson Péres, Gilberto Mestrinho e os demais Senadores interessados e que se manifestaram, sobretudo com o Relator, Senador Hélio Costa, e com o Senador Eduardo Azeredo, que são conhecedores da área e que se debruçaram sobre a matéria. Esclareceremos o que for necessário e votaremos na última semana.

Em relação ao PPP, insisto na linha de argumentação. O País precisa de investimentos. Há um claro estrangulamento de infra-estrutura. As estradas, os portos e as ferrovias não suportam a velocidade de crescimento da produção no Brasil. Alguns dizem que há um otimismo exagerado na produção, mas, de fato, há mais de um ano e meio estamos avançando cada vez mais no agronegócio. O Brasil tem hoje, só no agronegócio, um superávit de quase US\$30 bilhões. O Brasil é o maior produtor mundial de álcool, açúcar, suco de laranja, café, carne, couro, e deve ser o maior produtor/exportador de soja. Para não falar dos 2,1 milhões de automóveis produzidos, vendidos e exportados neste ano, e dos aviões, em que estamos numa linha de ponta. Enfim, todo esse avanço da produção brasileira, da siderurgia, do papel e da celulose dependem de investimentos em infra-estrutura.

Entendo a preocupação de alguns Senadores, e louvo essa preocupação, em relação ao PPP, pois são contratos de 40 anos, de 35 anos, que precisam de regras claras para o setor privado participar do investimento e para o setor público se proteger dessa relação, seja quanto ao endividamento, seja quanto à lisura do processo licitatório.

Participei da CPI dos Anões do Orçamento e ajudei a escrever a Lei de Licitações, que diminuiu muito as fraudes existentes no passado. Faço questão que isso seja preservado no PPP, assim como faço questão de que esse instrumento seja construído. Os países mais desenvolvidos já o estão utilizando. Quase toda a Europa tem esse instrumento. Temos uma legislação internacional para analisar, para sobre ela nos debruçarmos e não cometermos os erros já cometidos. Mas a verdade é que o Estado, sozinho, não tem como dar conta da infra-estrutura, e o setor privado não fará os investimentos de longa maturação e baixa rentabilidade. Então, vamos encontrar uma moldura institucional que dê conta de viabilizar a Norte-Sul, que dê conta de modernizar os portos brasileiros, que dê conta de aumentar o investimento na infra-estrutura e na logística. É indispensável para o País crescer, progredir, gerar emprego e qualidade de vida.

Estou disposto a acolher todas as preocupações de mérito, desde que sejam fundamentadas e bem construídas. Vamos sentar e encontrar uma solução. Mas o que não posso aceitar é esse tipo de argumento

que foi colocado. Com todo o respeito que tenho pelo Senador Arthur Virgílio, devo dizer que não posso aceitar que Fernando Collor de Mello seja utilizado como fonte inspiradora do que quer que seja neste País, mesmo porque trabalhei na CPI do Collor e sei da rede de corrupção que havia, das contas fantasmas, dos esquemas de desvio nos processos licitatórios.

No Governo Collor, o alvo da investigação foi o próprio governo e não a campanha eleitoral como tentam induzir a opinião pública a acreditar. Foi o governo, foram os esquemas apodrecidos que havia na República e que este Congresso botou para fora. O lugar do Sr. PC Farias era na cadeia, como o foi durante certo período.

A tesouraria de campanha de um Partido como o PT não pode ser confundida com esse tipo de ilação e de acusação sem fundamento e sem consistência. Peço, portanto, que mantenhamos a disputa política em bom nível neste plenário, e que a imagem e a seriedade dos partidos sejam respeitadas na sua integralidade.

Portanto, não aceito essa comparação. Considero descabido alguém com a estatura do Senador Arthur Virgílio utilizar Fernando Collor de Mello como fonte de comparação, trazendo à lembrança do Plenário essa figura, que não deveria fazer parte dessa história.

Faço questão de defender o financiamento de campanha, o que é uma tarefa muito difícil para todos os partidos. Só há uma solução definitiva para esse problema no País: o financiamento público exclusivo, com regras claras de propaganda. Vamos aprovar uma legislação que encerre definitivamente esse capítulo. Mas cada partido tem sua tesouraria de campanha, que é indispensável nas regras atuais de disputa eleitoral.

Repito que considero a acusação indevida e descabida, sobretudo a comparação. Pelo respeito que tenho ao Senador Arthur Virgílio, peço que S. Ex^a não insista nesse tipo de argumento, porque isso não contribui para o nosso relacionamento e para a estatura dos partidos e dos homens públicos que aqui estão.

Muito obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu pedido de uso da palavra é pela ordem mesmo. Para tanto, peço a atenção de V. Ex^a, porque serei objetivo e não farei discurso utilizando a palavra pela ordem.

Na terça-feira, a Comissão de Educação aprovou um substitutivo, de minha autoria, para o Projeto de Biossegurança. O Senador Juvêncio da Fonseca apresentou um requerimento de urgência, que foi aprovado pela Comissão. Ontem, pediram-me para aguardar a sessão de hoje para entregar o requerimento de urgência à Mesa, já que as três Comissões que ainda não se manifestaram estariam tentando, junto às Lideranças, um acordo. Ocorre que esse acordo, parece-me, já ocorreu, segundo manifestação da Senadora Lúcia Vânia, que pede rapidez na votação para o Projeto de Biossegurança, inclusive S. Ex^a sugere a dispensa das audiências nas Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e na de Comissão de Assuntos Econômicos. Por isso, eu o entreguei à Mesa e, neste momento, solicito que seja feita a leitura do requerimento de urgência para que, na semana de esforço concentrado, ao final de agosto, nós possamos votar, aqui no plenário, o Projeto de Biossegurança.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para comunicar que a Comissão de Educação estará convocando duas audiências públicas: uma, para analisar a questão do Conselho de Jornalismo – requerimento que será apresentado pelo Senador Hélio Costa –, e outra, para analisar a criação da Ancinav, requerimento que eu próprio apresentarei, já que desde dezembro do ano passado venho alertando para o fato de que o Governo já estava elaborando um projeto para a criação da Ancinav, exatamente agredindo o espírito que inspirou a existência das agências reguladoras no País. Então, farei o requerimento, convocando essa audiência pública.

Sr. Presidente, a questão da biossegurança é importante também. S. Ex^{as} sabem que estamos diante de um cronograma a cumprir. O Senado Federal não pode deixar de votar o Projeto de Biossegurança neste mês ou, no mais tardar, no mês de setembro. Por isso o requerimento de urgência que está na Mesa e que peço seja lido para as providências cabíveis.

Sr. Presidente, peço dispensa da minha inscrição para uma comunicação inadiável, com o intuito de colaborar com os trabalhos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido, e será procedida a leitura do requerimento.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Jonas Pinheiro, já havia pedido a palavra antes o Senador Arthur Virgílio. Em seguida, eu a darei a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre a questão dos PPP's, começo citando o Senador Tasso Jereissati, que tem feito estudos abalizados sobre o tema e o tem encaminhado à discussão da nossa Bancada de maneira a se preservar o interesse nacional. Voltando, de maneira muito serena, à questão de caixa de campanha: o Sr. Fernando Collor, ele próprio, é quem fez a comparação entre os tesoureiros PC e Delúbio. Isto está registrado em matéria assinada pela jornalista Eliana Cantanhêde, na **Folha de S. Paulo** de hoje. Não quero avançar por esse setor. Mas apenas dizer que, para mim, o Sr. Delúbio passa a ser uma figura nebulosa, sim, haja vista o episódio de conversar com empreiteiros no Palácio do Planalto, infringindo o código de ética daquele Palácio; haja vista o episódio dos R\$70 mil junto ao Banco do Brasil a pedido dele. O Sr. Casseb e ele fizeram com que R\$70 mil se destinassem aos cofres do Partido dos Trabalhadores, no episódio da dupla sertaneja, que a meu ver foi iludida e prejudicada em sua imagem em todo esse episódio.

O Sr. Delúbio começa a dizer coisas do tipo que: “É melhor apanhar no governo do que não apanhar fora do governo”. Ou seja, está achando uma delícia ser governo. Fui governo e não achava uma delícia, não. Meu maior alívio foi quando larguei a Secretaria-Geral da Presidência da República. O Presidente Fernando Henrique perguntou-me se eu estava feliz largando o governo. Respondi: “Presidente, não estou largando V. Ex^a. Vou voltar para sua liderança no Congresso. Agora, feliz estou. Hoje – lembrei ao Presidente – andei pelas ruas, vi um casal de namorados brigando, percebi o movimento dos pássaros. Senti que, pela primeira vez, estava sem duzentos telefonemas de todo mundo me pedindo coisa que não podia conceder. Estou aliviado, sim”. E estava mesmo. Ou seja, considero enfermo quem porventura acredita que o poder faz a felicidade de alguém. Não faz. Passa-se pelo poder com o objetivo de servir ao País e não se acha uma delícia, quando se tem boa-fé com o País, não se acha uma delícia a permanência prolongada no poder.

Creio que cada vez mais o Sr. Delúbio deveria ser considerado fonte de preocupação dos petistas de boa-fé, como o Senador Aloizio Mercadante. Cada vez mais, deveria ser preocupação para essas pessoas, porque as suspeitas começam a se avolumar, as declarações sobre ele são nebulosas, as movimentações são terríveis.

Quero recordar, antes de encerrar, mais um fato. Aquele chamamento de empresários para contribuírem para o caixa do PT. A pergunta que faço é muito singela: por que ele não fez isso quando o PT não era poder? Então, faz o apelo é atendido quando o PT

está no poder! Ou seja, é no mínimo esquisito que, de repente, os empresários mudem de idéia. Tinham horror a contribuir para o PT e, de repente, passam a ter prazer e amor em contribuir para o PT. Tudo isso traz à tona uma figura chamada “o senhor” – não vendem mais estrelas, não vendem mais bingo de frango recheado com farofa, como faziam há pouco tempo, em épocas mais duras, mais penosas para o PT. Não quero comparar, de jeito algum, o Presidente Lula, que respeito pessoalmente, ao Presidente Fernando Collor,. Apenas digo que não é inválido o depoimento que o Sr. Collor deu à **Folha**, não. Não quero banir a sua opinião. Lembro apenas que o Sr. Newton Cruz foi acusado de assassinato do jornalista Alexandre Von Baumgarten pelo bailarino Polila, um travesti do submundo. E só podia ser o Polila, para estar ali, só podia ser o Polila. Não haveria de ser a Madre Teresa de Calcutá, ela não estaria nunca naquela zona de baixo meretrício a testemunhar crime, até porque ela estava, nessa hora, dormindo para começar a rezar no dia seguinte. É mais ou menos esse o esquema, Sr. Presidente.

Encerro, dizendo que não comparo Lula a Collor, não quero que isso seja mal interpretado. Entendo que o Presidente Lula tem mais é que corrigir os defeitos do seu governo e abrir o olho em relação às andanças e à desenvoltura para dentro do Governo do tesoureiro do seu Partido.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Quero dividir com o Plenário a necessidade de ordenarmos os nossos trabalhos. Penso que o assunto está perfeitamente debatido.

O Senador Aloizio Mercadante concordou com o adiamento da votação da Lei de Informática para a próxima sessão. E, desse modo, não temos mais motivos senão que entremos na Ordem do Dia para encerrarmos a nossa sessão.

Se o Plenário concordar, acho que esse seria o nosso procedimento.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, insisto na minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Jonas Pinheiro, para uma questão de ordem.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um comentário a respeito daquilo que falou o Senador Osmar Dias. Nesse sentido, Sr. Presidente, peço a compreensão de V. Ex^a e dos Líderes partidários desta Casa.

A Lei de Biossegurança, Sr. Presidente, está nos momentos finais de sua aprovação para ter efeito na próxima safra. Aliás, só terá efeito na próxima safra se

for aproveitada uma emenda que propus para prorrogar os efeitos da lei originada da Medida Provisória nº 131, que permitiu o plantio de soja transgênica nessa safra cuja colheita estamos concluindo. Aprovada a lei, passa-se para a sua regulamentação. E aí já passou a época do plantio. Vejam que estamos diante de uma situação de intranquilidade no campo. O produtor tem que formalizar a sua intenção de plantio. E já está ficando tarde.

Portanto, no rumo daquilo que disse o Senador Osmar Dias, pedimos aos Líderes partidários que compreendam a situação do agronegócio, particularmente dos produtores, que precisam dessa definição do Congresso Nacional. Esse projeto aqui aprovado ainda retorna para a Câmara Federal, daí o nosso pedido de urgência, pela relevância que essa matéria tem para o agronegócio, para aquilo que está dando certo em nosso País.

Portanto, peço que o Senado não seja a decepção dos produtores rurais deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador José Agripino, último orador da presente sessão, antes da Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria, inicialmente, de registrar que o Senador Arthur Virgílio e eu subcrevemos um requerimento, endereçado à Mesa, de repúdio aos fatos que ocorreram em Goiânia e que afetaram o Senador Demóstenes Torres e de absoluta solidariedade a S. Ex^a.

Por ocasião do encaminhamento desse requerimento, o Senador Demóstenes Torres vai ocupar esta tribuna para trazer as suas preocupações e esclarecimentos e a sua visão sobre os fatos que estão ocorrendo no Estado de Goiás e que o inquietam e o preocupam.

Sr. Presidente, o que gostaria, neste meu breve espaço de tempo, é ler nota da Comissão Executiva Nacional do meu Partido, aprovada hoje, na reunião da Executiva.

Nota Oficial

O PFL condena e se empenhará para que sejam derrotados no Congresso os projetos totalitários que criam o Conselho Federal de Jornalistas e a Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav). Ao mesmo tempo, denuncia tais propostas como formas declaradas de censura e cerceamento das liberdades de informação e criação artística, incompatíveis com a democracia.

O PFL identifica nesses projetos a intenção perversa e autoritária de controlar, subjugar, corromper, ameaçar, envolver, limitar as atividades jornalísticas e as formas de expressão audiovisuais em geral – cinema, rádio e televisão – asseguradas pela Constituição e pelo consenso da sociedade brasileira.

O PFL assumiu, desde a sua fundação, a defesa do princípio de que a liberdade é um valor absoluto da democracia. O Brasil dispõe de mecanismos legais para proteger o cidadão de eventuais abusos e crimes cometidos por jornalistas e criadores audiovisuais. Não há, portanto, nenhuma razão objetiva que justifique o envio das duas propostas do Governo. A não ser a decisão antidemocrática de atingir, por meio da censura, os órgãos de informação.

Os Líderes do PFL no Senado e na Câmara serão vigilantes para que a liberdade prevaleça ao governo autoritário e antidemocrático do PT, que procura, através do mandato alcançado legitimamente conforme regras democráticas, dismantelar e desvirtuar os mecanismos de autodefesa dessa mesma democracia e da qual os jornais, cinema, rádio e TV são peças essenciais.

Brasília, 12 de agosto de 2004.

Assina o Presidente do Partido, Senador Jorge Bornhausen.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria, a par de ler essas notas, Senador Luiz Pontes, de fazer um comentário sobre uma coincidência.

Ouvimos, agora há pouco, candentes manifestações, candentes depoimentos, candentes apelos do Líder Aloizio Mercadante, solicitando a discussão em torno do PPP, como a coisa mais importante do Universo.

Não subestimo a importância do PPP nem da Lei da Biossegurança nem da reforma do Judiciário, mas desejo fazer aqui algumas constatações.

De repente, não mais que de repente, o Governo manda para o Congresso projetos de lei que ensejam a nota oficial que acabei de apresentar, projetos de lei que, de certa forma, pretendem tutelar a imprensa, a imprensa que, com denodo, com espírito público, com responsabilidade, pode até cometer excessos circunstancialmente, tem defendido a probidade e denunciado a improbidade, o ilícito. Nos últimos 30 dias, nas revistas nacionais e nos jornais de circulação no Brasil inteiro, denunciou a prática de ilícitos feitos por dirigentes do Banco do Brasil e do Banco Central.

Será que esses fatos ensejaram a remessa – só agora – dos projetos de lei que objetivam limitar o al-

cance da imprensa? Será que o objetivo é intimidar a imprensa, que procura legitimamente desempenhar seu papel de denunciar a prática do ilícito? Se for, vai encontrar-nos pela frente. Em qualquer circunstância, vai encontrar-nos pela frente.

Mas o que gostaria de dizer a V. Ex^a é que, a par da urgência solicitada pelo Governo para a apreciação do PPP, é preciso que as demandas da Oposição sejam acolhidas.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a deve ter estado presente à sessão de terça-feira, em que apreciamos os requerimentos do Senador Sérgio Guerra e meu, para que o Dr. Casseb e o Dr. Henrique Meirelles viessem prestar esclarecimentos sobre as denúncias feitas pela imprensa. Eles foram aprovados mediante entendimento, acerto e acordo, nos mesmos termos em que iguais requerimentos foram aprovados na Comissão de Fiscalização e Controle.

De lá para cá, o Governo fez ar de paisagem, como se os requerimentos aprovados não produzissem nenhum efeito, nenhum resultado, mas cobra da Oposição a discussão do PPP, da biossegurança, de assuntos de interesse nacional.

E o interesse público da sociedade em ver respondidas as demandas no que diz respeito a algo que interessa a todos os brasileiros, que é a manutenção de um padrão ético e moral, pilar defendido pelo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva quando candidato a Presidente. Sua Excelência dizia que diminuiria o Custo Brasil pela erradicação da corrupção.

Então, as denúncias são feitas, os requerimentos são aprovados, o Governo assume ar de paisagem e, em contrapartida, quer urgência nas reuniões, para apreciar o PPP? Penso que há um contencioso que se impõe, Senador Tião Viana. O PPP, na minha opinião, encerra questões que me trazem sérias dúvidas. Como se vai tratar a Lei de Licitações? Como se vai tratar a Lei de Responsabilidade Fiscal, o pacto federativo, a composição do Conselho Gestor? A Lei de Licitações, talvez, seja um dos pilares da defesa da probidade na aplicação do recurso público. Pelo PPP, a Lei de Licitações é desconsiderada. Como o Governo chama a Oposição para um entendimento em torno do PPP, e faz ar de paisagem, nobre Senador Mão Santa, para o esclarecimento de fatos que envolvem o Presidente do Banco Central e o Presidente do Banco do Brasil? Será que a Oposição está querendo derrubar o Governo? Não.

Honesta e sinceramente, Senador Arthur Virgílio, Senador Luiz Pontes, penso que, se o Dr. Henrique Meirelles já tivesse vindo espontaneamente ao Congresso – S. Ex^a diz ter sobrados argumentos e justificativas para esclarecer todas as acusações de que

é objeto –, já teria conseguido seu objetivo, e, talvez, a economia do País já estivesse, sob esse ponto de vista, mais tranqüila. Mas o Governo insiste em não concordar em marcar uma data – o que tem de ser feito logo – para a vinda de S. S^{as}.

O Dr. Casseb e o Dr. Pizzolato esses têm explicações mais duras, mais difíceis a dar, mas que venham todos, para que o padrão ético do Governo seja reposto, para que possamos, confortavelmente, sentar à mesa e, olhando uns para os outros, com franqueza, sinceridade e confiança recíproca, discutir a biossegurança, o PPP – que encerra muito a manutenção da probidade – e estabelecer um diálogo produtivo, um acordo de mão dupla, um entendimento em torno do interesse nacional

Agora, aprovados os requerimentos e não havendo manifestação, como se eles não existissem, como se o Dr. Casseb, o Dr. Pizzolato e o Dr. Meirelles não tivessem que dar explicações, como se o autoritarismo do Governo estivesse transparecendo naquela atitude, fica difícil o entendimento e a boa relação no Congresso Nacional.

Esta nota oficial traduz o pensamento e a preocupação real do meu Partido e, mais do que isso, uma atitude. O meu Partido apresentou requerimento e deseja que o Dr. Casseb, o Dr. Pizzolato e o Dr. Meirelles venham logo, porque acredita que tenham argumentos para justificar, algo que a Nação espera. Venham logo, do contrário ficará permanentemente a mácula da improbidade sobre o Governo do Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.152, DE 2004

Requer voto de pesar à senhora Elza Monnerat, militante comunista, que faleceu de causas naturais no último dia 11 de agosto.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de pesar pelo falecimento da senhora Elza Monnerat, ocorrido na última quarta-feira, 11 de agosto.

Justificação

O voto de pesar que ora requeiro justifica-se pela vida dedicada ao Partido Comunista do Brasil, ao qual se filiou em 1945. Amiga pessoal, adversária ideoló-

gica e grande combatente, Elza Monnerat participou da guerrilha do Araguaia e foi uma das militantes que ajudaram a organizar o PCdoB, criado em 1962.

Em meu último encontro com Elza Monnerat, estava presente também o grande combatente e líder nacional do PCdoB, João Amazonas.

Nesse contexto se insere o obituário publicado no jornal **O Globo** de 12-8-2004.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.153, DE 2004

Requer a Convocação da Senhora Ministra de Estado de Minas e Energia, para prestar esclarecimentos a respeito de questões relativas às suas atribuições.

Com fundamento no disposto no art. 50 da Constituição Federal e no art. 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência seja submetido à Casa, pedido de convocação da Excelentíssima Ministra de Estado de Minas e Energia, Sra. Dilma Rousseff, para prestar esclarecimentos a respeito de questões relativas ao 6º processo de licitação – em leilão – de campos petrolíferos.

Justificação

Desde a quebra constitucional do monopólio do petróleo, com a EMC nº 9/95, e sua posterior regulação pela Lei nº 9.478/97, que manifestamos nossa preocupação com o uso racional de nossa reserva de petróleo, recurso natural de relevância incontestável no mundo moderno.

Em todo o processo de modernização e de mudança no tratamento normativo do setor, sempre buscamos garantir a integridade de nosso patrimônio energético, logístico, científico e, também, empresarial; no caso específico, com o compromisso público de autoridade, à época o Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a não privatização da Petrobras.

Agora, na iminência do 6º leilão de áreas de exploração petrolífera, remontamos às mesmas questões e preocupações referentes a este – mais que estratégico – setor energético nacional. Faz-se imprescindível o pleno esclarecimento pela autoridade acima convocada de todos os detalhes do procedimento de licitação,

inclusive, com a avaliação político-estratégica de sua necessidade e relevância no atual contexto.

Afinal, é sempre bom lembrar que as autoridades hoje responsáveis pela condução das políticas do setor são as mesmas que outrora foram ávidos críticos de semelhante procedimento. Lembro que, por exemplo, em 1999, o então Senador José Eduardo Dutra – atual presidente da Petrobras – apresentou o Requerimento nº 223/99, dirigido ao Ministro das Minas e Energia – o ilustre colega Senador Rodolpho Tourinho, onde questiona, com muita propriedade, sobre o leilão de campos que iria ser realizado. Eram estas suas perguntas: “1) Quais são e onde estão localizados os poços ou campos petrolíferos que deverão ser submetidos a licitação para efeito de sua exploração pela iniciativa privada por determinação da ANP? 2) Qual a situação daqueles campos petrolíferos nos seguintes termos: a) Qual a condição de cada uma delas em termos de operação, produção, de custos operacionais e de volume de petróleo produzido? b) Qual o cronograma daquela licitação prevista pela ANP? 3) Quais as razões específicas de parte da ANP, para que tais campos petrolíferos sejam submetidas à licitação pública para sua exploração privada?”

Francamente, considero que estas perguntas, novamente e neste caso, ainda são oportunas. A sociedade e o Senado Federal merecem a devida resposta pela atual autoridade responsável.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2004. – Senador **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.154, DE 2004

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dr. Leandro Bandeira de Carvalho Melo, apresentando condolências à família.

Justificação

Foi assassinado no início da noite de ontem, o advogado Leandro Bandeira de Carvalho Melo, de 27 anos, filho de Miriam Ferreira de Carvalho Melo, minha conterrânea e do Desembargador José Lenar de Meio Bandeira.

Leandro deixa o nosso convívio de forma trágica: foi assinado no início da noite de ontem, durante um assalto, na porta da casa onde residia na capital

do meu Estado de Goiás. Ele foi alvejado com um tiro nas costas, que atingiu o pulmão, coração e a coluna vertebral.

Leandro pretendia seguir a carreira na magistratura. Deixa um exemplo de luta. Sua crença no trabalho como arma transformadora do mundo, como elemento essencial na construção de uma sociedade mais justa.

Seu pai, Desembargador José Lenar, é o atual Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás, tendo sido, ainda, um dos promotores mais brilhantes da história de Goiás.

Apresento hoje um requerimento para que o Senado Federal possa expressar, em meu nome e de todos os demais senadores, os nossos sinceros sentimentos de pesar pela morte desse jovem extraordinário. Aos pais Miriam é José Lenar, e aos seus irmãos, José Lenar de Melo Bandeira Filho, Dr. Francisco de Bandeira Carvalho Melo, Amélia Bandeira de Carvalho Melo, Flávio e Cristiane Bandeira de Carvalho Melo, a nossa solidariedade por esse momento de profunda tristeza, extensivo a todos os familiares.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2004.

– **Maguito Vilela**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O requerimento lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.155, DE 2004

Senhor Presidente,

Estará sendo realizado a partir de hoje até o dia 13, em Belo Horizonte – MG, o seminário sobre “Repressão ao Crime Organizado: Roubo de Cargas e Valores”, promovido pela Diretoria de Combate ao Crime Organizado do Departamento de Polícia Federal, em parceria com os principais seguimentos dos meios de transportes, bem como do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Tive a honra de ser convidado para participar, juntamente com o Ministro da Justiça, o Governador e Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, das solenidades de abertura do referido evento, prevista para hoje, às 20h30.

Tratando-se, assim, de evento altamente relevante e de interesse público, relacionado com o tema da extinta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre “Roubo de Cargas”, da qual fui Presidente, e tendo interesse em acompanhar os debates previstos, nos termos regimentais, requeiro seja considerada como

justificada a minha ausência nos trabalhos da Casa no dia 12, bem como a concessão de uma diária.

Senado Federal, 12 de agosto de 2004. – **Romeu Tuma.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– A Presidência defere o requerimento lido.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2004

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Eleitoral), para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 59 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1998, com a redação dada pela Lei nº 10.740, de 2003, passa a vigorar acrescido dos §§ 4º ao 7º, renumerando-se os atuais §§ 4º ao 8º:

“Art. 59.

.....

§ 4º A urna eletrônica disporá de mecanismo que permita a impressão do voto, sua conferência visual e depósito automático, sem contato manual, em local previamente lacrado, após conferência pelo eleitor.

§ 5º Se, ao conferir o voto impresso, o eleitor não concordar com os dados nele registrados, poderá cancelá-lo e repetir a votação pelo sistema eletrônico. Caso reitere a discordância entre os dados da tela da urna eletrônica e o voto impresso, seu voto será colhido em separado e apurado na forma que for regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral, observado, no que couber, o disposto no art. 82 desta Lei.

§ 6º Na véspera do dia da votação, o juiz eleitoral, em audiência pública, sorteará três por cento das urnas de cada zona eleitoral, respeitado o limite mínimo de três urnas por Município, que deverão ter seus votos impressos contados e conferidos com os resultados apresentados pelo respectivo boletim de urna.

§ 7º A diferença entre o resultado apresentado no boletim de urna e o da contagem dos votos impressos será resolvida pelo juiz eleitoral, que também decidirá sobre a conferência de outras urnas.

..... (NR)”

Art. 2º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com a redação dada pela Lei nº 10.740, de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 61-B:

Art. 61-B. Os tribunais eleitorais somente proclamarão o resultado das eleições depois de procedida a conferência a que se referem os §§ 6º e 7º do art. 59.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993.

Justificação

A alegação do TSE – Tribunal Superior Eleitoral – de que a impressão do voto geraria um custo de aproximadamente 300 milhões de reais com aquisição de novas urnas eletrônicas motivou a adoção do registro digital do voto, pela Lei nº 10.740, de 2003. Com isso, o Sistema Eleitoral brasileiro eliminou o voto impresso, substituindo-o pelo virtual.

Na verdade, o registro digital de votos acaba com as alternativas de auditoria eficiente sobre o Sistema Eleitoral informatizado, cujo voto impresso permitia a ampliação da segurança e da fiscalização do voto eletrônico.

Em que pese a alegada segurança oferecida pelo registro digital, anunciada por aqueles que defenderam a aprovação da Lei nº 10.740, de 2003, o voto virtual não oferece possibilidade confiável de fiscalização. Podemos enumerar pelo menos três argumentos que demonstram a fragilidade da assinatura digital. Primeiro, não há como assegurar a coincidência da imagem do voto virtual e o seu conteúdo. No caso do registro impresso, o eleitor certifica a impressão de seu voto e, na dúvida, pode até promover a recontagem a partir das folhas de impressão. Segundo, o sistema de assinatura eletrônica desobriga a justiça eleitoral de realizar auditoria aberta em seu sistema informatizado, antes da publicação dos resultados finais e, terceiro, adota programas de computador fechados, ou seja, secretos. Diz a lei que, uma vez concluídos os programas das urnas eletrônicas, serão eles apresentados para análise aos representantes credenciados dos partidos políticos e coligações, mas chaves eletrônicas privadas e senhas eletrônicas de acesso manter-se-ão no sigilo da Justiça Eleitoral.

Dessa forma, os mecanismos de fiscalização de votação deram lugar a um obscuro sistema, no qual não se poderá ter a certeza da inviolabilidade, já que o Tribunal Superior Eleitoral utilizará de programas de computador fechados, a partir das chamadas senhas e chaves eletrônicas privadas. E sistemas de assinatura digital não fazem milagres, a verificação de assinaturas

é feita por um programa verificador e esse programa pode ser fraudado com a finalidade de autenticar uma assinatura falsa.

O Jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 30 de maio de 2004, publicou importante reportagem sobre o voto eletrônico e revelou que, nos Estados Unidos, uma equipe da Associação do Instituto de Segurança em Informação da Universidade John Hopkins com a Universidade Rice analisou milhares de linhas do programa das urnas eletrônicas, produzido pela empresa Diebold, e chegou à conclusão de que o sistema tem falhas gravíssimas. No Brasil, as urnas eletrônicas são fabricadas pela Procomp, subsidiária da Diebold.

O Diretor da citada Associação desqualifica totalmente o voto eletrônico com assinatura digital, dizendo, categoricamente, que quem quiser comprar uma eleição terá apenas que subornar um dos programadores. Esse fato levou o Deputado americano Rusch Holt a apresentar um projeto de lei que torna o voto impresso obrigatório nos Estados Unidos, oferecendo, ao eleitor, a garantia de que seu voto será devidamente registrado.

Na Flórida, em decorrência das inúmeras denúncias de irregularidade na apuração, comprovou-se que a recontagem dos votos é uma característica fundamental e imprescindível a qualquer sistema eleitoral.

No Brasil, especialistas em segurança de dados, também citados pela mesma reportagem do Jornal **Folha de S. Paulo**, criticam o TSE por negar o acesso ao sistema operacional das urnas, embora sejam os partidos políticos autorizados a examinar os demais programas. Alegam, no entanto, que essa tarefa é imensa e ineficaz para detectar algo suspeito, ainda mais se estiver escondido em área aparentemente inofensiva, não associada à operação da urna. É como procurar agulha no palheiro.

Especialistas no assunto chamam, ainda, a atenção para a fragilidade da segurança do sistema de assinatura e registro digital do voto quanto aos seguintes aspectos:

1. o prazo para análise dos programas é insuficiente para permitir o conhecimento de possíveis “furos”;
2. o programa-fonte pode não ser o que vai ser carregado no computador;
3. um código “secreto” pode ser acionado antes, durante ou depois do programa-fonte ser preparado para a carga (compilado);
4. não se pode ter certeza se o programa instalado na urna é o mesmo que foi analisado e aprovado pelos partidos;
5. pode ocorrer, também, que após essa análise sejam introduzidas “ordens de execu-

ção” alimentadas com dados de candidatos, eleitores e outros;

6. pode ocorrer, ainda, de o programa-fonte gerar só parcialmente o código contido na urna, permitindo que o vício possa ser completado em outro momento e lugar;

7. há incerteza quanto ao disquete usado para o teste de urna que pode ser diferente do usado em condição normal de operação, o qual, pelas instruções emitidas pelo TSE, não pode ser auditado;

8. de acordo a regulamentação da Lei Eleitoral, a cargo do TSE, não há previsão para que os partidos e coligações possam examinar o subsistema de apuração associado às urnas eletrônicas, tendo acesso, tão-somente, ao subsistema de totalização, conforme estabelece o art. 51, § 5º, da Resolução nº 20.103, de 3 de março de 1998, do TSE.

Em que pese a constatação de que a revogação do dispositivo da Lei nº 10.408, de 2002, que permitia o voto impresso seja bastante recente, não podemos deixar de expressar a nossa preocupação com as graves denúncias apresentadas pelos especialistas em segurança eletrônica.

Não podemos creditar a nossa confiança na segurança e correção dos programas usados nas urnas eletrônicas apenas à boa-fé dos técnicos do TSE, pois se a tecnologia de assinatura digital, criada dentro da comunidade acadêmica americana, fosse confiável, por que, então, essa mesma comunidade não apóia o voto virtual com assinatura virtual?

Também a argumentação do TSE de que seria muito elevado o custo para colocar em todas as 400 mil urnas a impressão externa, algo em torno de 300 milhões de reais, não corresponde à verdade, pois cada impressora foi vendida por menos de 300 reais para as 50 mil que já foram utilizadas com este dispositivo. Para adquirir o restante, o custo seria em torno de 100 milhões.

Justifica-se, assim, a retomada da discussão sobre o assunto, de modo a prevenir a fraude eleitoral que, se vier a ocorrer colocará em risco não só o nosso sistema eleitoral, mas também a própria democracia representativa entre nós praticada.

Outro aspecto a ser considerado é que o TSE além de estabelecer as normas eleitorais, executa a eleição e julga as pendências em que muitas vezes é réu. Esse acúmulo de poderes eleitorais pode colocar em risco a nossa tênue democracia.

Em face do exposto, contamos com a compreensão dos nossos Pares para a solução do problema apontado mediante a aprovação deste projeto, sem

prejuízo das normas de segurança digital introduzidas pela Lei nº 10.740, de 2003.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2004. – Senador **Hélio Costa**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Disposições Gerais

Do Sistema Eletrônico de Votação e da Totalização dos Votos

Art. 59. A votação e a totalização dos votos serão feitas por sistema eletrônico, podendo o Tribunal Superior Eleitoral autorizar, em caráter excepcional, a aplicação das regras fixadas nos arts. 83 a 89.

§ 1º A votação eletrônica será feita no número do candidato ou da legenda partidária, devendo o nome e fotografia do candidato e o nome do partido ou a legenda partidária aparecer no painel da urna eletrônica, com a expressão designadora do cargo disputado no masculino ou feminino, conforme o caso.

§ 2º Na votação para as eleições proporcionais, serão computados para a legenda partidária os votos em que não seja possível a identificação do candidato, desde que o número identificador do partido seja digitado de forma correta.

§ 3º A urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições proporcionais e, em seguida, os referentes às eleições majoritárias.

§ 4º A urna eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto e a identificação da urna em que foi registrado, resguardado o anonimato do eleitor. (Redação dada pela Lei nº 10.740, de 1º-10-2003)

§ 5º Caberá à Justiça Eleitoral definir a chave de segurança e a identificação da urna eletrônica de que trata o § 4º. (Redação dada pela Lei nº 10.740, de 1º-10-2003)

§ 6º Ao final da eleição, a urna eletrônica procederá à assinatura digital do arquivo de votos, com aplicação do registro de horário e do arquivo do boletim de urna, de maneira a impedir a substituição de

votos e a alteração dos registros dos termos de início e término da votação.

(Redação dada pela Lei nº 10.740, de 1º-10-2003).

§ 7º O Tribunal Superior Eleitoral colocará à disposição dos eleitores urnas eletrônicas destinadas a treinamento. (Redação dada pela Lei nº 10.740, de 1º-10-2003).

§ 8º O Tribunal Superior Eleitoral colocará à disposição dos eleitores urnas eletrônicas destinadas a treinamento. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002).

LEI Nº 10.740, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e a Lei nº 10.408, de 10 de janeiro de 2002, para implantar o registro digital do voto.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 59 e 66 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.408, de 10 de janeiro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 59.

§ 4º A urna eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto e a identificação da urna em que foi registrado, resguardado o anonimato do eleitor.

§ 5º Caberá à Justiça Eleitoral definir a chave de segurança e a identificação da urna eletrônica de que trata o § 4º.

§ 6º Ao final da eleição, a urna eletrônica procederá à assinatura digital do arquivo de votos, com aplicação do registro de horário e do arquivo do boletim de urna, de maneira a impedir a substituição de votos e a alteração dos registros dos termos de início e término da votação.

§ 7º O Tribunal Superior Eleitoral colocará à disposição dos eleitores urnas eletrônicas destinadas a treinamento.” (NR)

“Art. 66.

§ 1º Todos os programas de computador de propriedade do Tribunal Superior Eleitoral, desenvolvidos por ele ou sob sua encomenda, utilizados nas urnas eletrônicas para os processos de votação, apuração e totalização, poderão ter suas fases de especificação e de desenvolvimento acompanhadas por técnicos indicados pelos partidos políticos, Ordem dos Advogados

gados do Brasil e Ministério Público, até seis meses antes das eleições.

§ 2º Uma vez concluídos os programas a que se refere o § 1º, serão eles apresentados, para análise, aos representantes credenciados dos partidos políticos e coligações, até vinte dias antes das eleições, nas dependências do Tribunal Superior Eleitoral, na forma de programas-fonte e de programas executáveis, inclusive os sistemas aplicativo e de segurança e as bibliotecas especiais, sendo que as chaves eletrônicas privadas e senhas eletrônicas de acesso manter-se-ão no sigilo da Justiça Eleitoral. Após a apresentação e conferência, serão lacradas cópias dos programas-fonte e dos programas compilados.

§ 3º No prazo de cinco dias a contar da data da apresentação referida no § 2º, o partido político e a coligação poderão apresentar impugnação fundamentada à Justiça Eleitoral.

§ 4º Havendo a necessidade de qualquer alteração nos programas, após a apresentação de que trata o § 3º, dar-se-á conhecimento do fato aos representantes dos partidos políticos e das coligações, para que sejam novamente analisados e lacrados”(NR)

Art. 2º São revogados os arts. 61-A, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 4º da Lei nº 10.408, de 10 de janeiro de 2002.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993.

Brasília, 1º de outubro de 2003; 182º da Independência e 115º da República, – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Márcio Thomaz Bastos.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 2-10-2003.

.....
LEI Nº 10.408, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 59 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido dos §§ 4º a 8º, com a seguinte redação:

“Art. 59.

.....
§ 4º A urna eletrônica disporá de mecanismo que permita a impressão do voto, sua conferência visual

e depósito automático, sem contato manual, em local previamente lacrado, após conferência pelo eleitor.

§ 5º Se, ao conferir o voto impresso, o eleitor não concordar com os dados nele registrados, poderá cancelá-lo e repetir a votação pelo sistema eletrônico. Caso reitere a discordância entre os dados da tela da urna eletrônica e o voto impresso, seu voto será colhido em separado e apurado na forma que for regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral, observado, no que couber, o disposto no art. 82 desta Lei.

§ 6º Na véspera do dia da votação, o juiz eleitoral, em audiência pública, sorteará três por cento das urnas de cada zona eleitoral, respeitado o limite mínimo de três urnas por Município, que deverão ter seus votos impressos contados e conferidos com os resultados apresentados pelo respectivo boletim de urna.

§ 7º A diferença entre o resultado apresentado no boletim de urna e o da contagem dos votos impressos será resolvida pelo juiz eleitoral, que também decidirá sobre a conferência de outras urnas.

§ 8º O Tribunal Superior Eleitoral colocará à disposição dos eleitores urnas eletrônicas destinadas a treinamento.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 9.804, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 61-A:

“Art. 61-A. Os tribunais eleitorais somente proclamarão o resultado das eleições depois de procedida a conferência a que se referem os §§ 6º e 7º do art. 59.”

Art. 3º O art. 66 da Lei nº 9.604, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 66. Os partidos e coligações poderão fiscalizar todas as fases do processo de votação e apuração das eleições e o processamento eletrônico da totalização dos resultados.”

§ 1º Todos os programas de computador de propriedade do Tribunal Superior Eleitoral, desenvolvidos por si ou sob encomenda, utilizados nas urnas eletrônicas para o processo de votação e apuração, serão apresentados para análise dos partidos e coligações, na forma de programas-fonte e programas-executáveis, inclusive os sistemas aplicativo e de segurança e as bibliotecas especiais, sendo que as chaves eletrônicas privadas e senhas eletrônicas de acesso se manterão no sigilo da Justiça Eleitoral.

§ 2º A compilação dos programas das urnas eletrônicas, referidas no § 1º, será feita em sessão pública, com prévia convocação dos fiscais dos partidos e coligações, após o que serão lacradas cópias dos programas-fonte e dos programas compilados.

§ 3º No prazo de cinco dias, a contar da sessão referida no § 2º, o partido ou coligação poderá apresentar impugnação fundamentada à Justiça Eleitoral.

§ 4º Havendo necessidade de modificação dos programas, a sessão referida no § 3º realizar-se-á, novamente, para este efeito.

§ 5º A carga ou preparação das urnas eletrônicas será feita em sessão pública, com prévia convocação dos fiscais dos partidos e coligações para a assistirem e procederem aos atos de fiscalização, inclusive para verificarem se os programas carregados nas urnas são idênticos aos que foram lacrados na sessão referida no § 2º deste artigo, após o que as urnas serão lacradas.

§ 6º No dia da eleição, será realizada, por amostragem, auditoria de verificação do funcionamento das urnas eletrônicas, através de votação paralela, na presença dos fiscais dos partidos e coligações, nos moldes fixados em resolução do Tribunal Superior Eleitoral.

§ 7º Os partidos concorrentes ao pleito poderão constituir sistema próprio de fiscalização, apuração e totalização dos resultados contratando, inclusive, empresas de auditoria de sistemas, que, credenciadas junto à Justiça Eleitoral, receberão, previamente, os programas de computador e os mesmos dados alimentadores do sistema oficial de apuração e totalização.” (NR)

(Revogada pela Lei nº 10.740, de 1º-10-2003)

Art. 5º Esta Lei entra vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993.

Brasília, 10 de janeiro de 2002; 181º da Independência e 114º da República – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Aloysio Nunes Ferreira Filho.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 11-1-2002.

(À Comissão de Educação, Justiça e Direito e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O projeto lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projetos de lei da Câmara que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2004

(Nº 3.821/2004, na Casa de origem)

(De iniciativa do Superior Tribunal de Justiça)

Dispõe sobre a criação de cargos em Comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça cargos em comissão CJ-3 e CJ-2, bem como funções comissionadas FC-4, FC-5 e FC-6, na forma do anexo desta Lei.

Art. 2º O Superior Tribunal de Justiça baixará os atos necessários à aplicação desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas ao Superior Tribunal de Justiça no Orçamento Geral da União.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

ANEXO

Lei nº

Acréscimo de cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça

Cargos em Comissão	
CJ-2	03
CJ-3	37
Funções Comissionadas	
FC-4	68
FC-5	04
FC-6	04

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.821, DE 2004

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções comissionadas no quadro de pessoal do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam criados no quadro de pessoal do Superior Tribunal de Justiça cargos em comissão CJ-3

e CJ-2, bem como funções comissionadas FC-4, FC-5 e FC-6, na forma do anexo desta lei.

Art. 2º O Superior Tribunal de Justiça baixará os atos necessários à aplicação desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas ao Superior Tribunal de Justiça no Orçamento Geral da União.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília,

Anexo da Lei nº

Acréscimo de cargos em comissão e funções comissionadas no quadro de pessoal do Superior Tribunal de Justiça

Cargos em Comissão	
CJ - 2	03
CJ - 3	37
Funções Comissionadas	
FC - 4	68
FC - 5	04
FC - 6	04

Justificação

1. O anteprojeto de lei anexo visa à criação do cargo em comissão denominado Chefe-de-Gabinete, para completar a estrutura orgânica e estratégica dos Gabinetes dos Ministros, bem como à criação de funções comissionadas, para suprir a carência no âmbito das unidades da área-fim do Superior Tribunal de Justiça.

2. Quando da sua instalação, em 1989, esta Corte recebeu 6.013 feitos, tendo julgado 3.711. Em 2003, foram distribuídos 226.440 e julgados 216.999, totalizando, ao longo da sua existência, 1.357.565 processos julgados. Nos seus quinze anos de funcionamento, apresentou vertiginoso crescimento no número de

processos, tendo sido registrado um incremento de 5.747% nos julgados e 3.610% nos distribuídos entre os seus trinta e três membros. (Docs. Anexos).

3. Verifica-se, dessa forma, que as estatísticas concernentes aos feitos evidenciam grande aumento dos serviços a cada exercício, com forte tendência de contínua elevação em virtude da acentuada demanda da prestação jurisdicional, consequência direta do aprimoramento do acesso ao Judiciário proporcionado pela Carta Política de 1988.

4. A conjuntura que ora se apresenta, resultante de fatores diversos, dentre os quais se destacam a recorrência aos serviços e a consolidação do Tribunal no Poder Judiciário, tem exigido desta Corte o implemento de ações voltadas à melhoria contínua dos métodos e processos de trabalho, para que sejam assegurados a alta produtividade e o alcance de bons resultados perante a sociedade, isto é, uma justiça célere e efetiva.

5. Constata-se que o volume de serviço no âmbito da Secretaria do Superior Tribunal foi parcialmente solucionado, uma vez que a Lei nº 10.791, de 1º de dezembro de 2003, permitiu a ampliação do seu quadro efetivo, preenchendo parte do vazio ocasionado pela escassez de mão-de-obra qualificada.

6. Esse implemento no seu efetivo quantitativo resultou, por outro lado, no aceleração do trabalho nos Gabinetes dos Ministros, causando, além do aumento da produtividade processual por período, dificuldades de gerenciamento que se somam à indelegável prestação jurisdicional dos Ministros e, repita-se, à sobrecarga de processos que se acumulam aos milhares para cada minoria.

7. As dificuldades de natureza estrutural e operacional têm afetado diretamente o desempenho de cada Ministro, que se vê obrigado a centralizar e decidir todas as questões decorrentes da atividade interna do seu Gabinete, o qual tem duas áreas de especialização bem definidas, que exigem integral dedicação, a saber:

Assessoria Jurídica – lida diretamente com a pesquisa doutrinária e jurisprudencial referente a cada processo, a fim de adequá-lo às condições de ser conhecido e decidido pelo relator, sendo incumbida ainda, de elaborar minutas de despachos para apreciação do Ministro, classificar votos em índices e providenciar a seleção de votos e acórdãos para publicações diversas.

Secretaria do Gabinete – controla a entrada e a saída de processos, classificando-os em razão da sua fase recursal, produz e digita relatórios e votos dos in-

cluídos em pauta de julgamento, agenda audiências com advogados e autoridades, administra horários e esquema de trabalho do Gabinete, controla pautas de julgamento, confere notas taquigráficas, ortografia e digitação, cuida da correspondência oficial, presta informações aos interessados, cuida dos arquivos e zela pelo patrimônio local.

8. Todas as tarefas mencionadas são controladas direta e pessoalmente pelo Magistrado titular do Gabinete, o que demanda tempo precioso, com desgaste físico e emocional, e dificulta o exercício da missão que lhe é peculiar julgar com serenidade e redobrada atenção para, então, poder pronunciar-se sobre o direito em cada causa afeta à sua relatoria.

9. Necessário se faz ressaltar, ainda, que, diante dessa grave situação, tem-se desenvolvido no âmbito desta instituição ações viabilizadoras de desempenhos e resultados, destacando-se: reestruturação orgânica e de funções, racionalização de métodos e processos de trabalho tanto nas rotinas das atividades-fim como nas das atividades-meio, investimento na capacitação e desenvolvimento dos servidores lotados nos Gabinetes dos Ministros, além de aquisição prioritária e uso de nova tecnologia, informatização de serviços e instituição de dois turnos de trabalho para atendimento da demanda das 7 horas e 30 minutos às 19 horas.

10. Em face do atual quadro, que compromete não somente a qualidade, mas também a plena prestação jurisdicional, a que não se pode furtar o Magistrado, constata-se que tais problemas são de ordem estrutural e decorrem da ausência de um chefe-de-gabinete que complemente o corpo de pessoal e centralize na sua atividade a responsabilidade de coordenar, orientar e supervisionar todo o trabalho do Gabinete, a fim de desafogar o Magistrado das tarefas burocráticas, possibilitando-lhe dedicação maior à sua específica e nobre função de julgar. Tal adequação, com a atuação do proposto chefe-de-gabinete entre o Ministro e os seus servidores, trará reflexo positivo e imediato ao desempenho e produtividade do Tribunal, a saber, a prática jurisdicional célere e com a qualidade inerente à sua missão constitucional, o que, certamente, reverterá em ganho para toda a sociedade.

11. Note-se que a medida não resultará em aumento significativo de despesa; ademais, observa os preceitos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças

públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, uma vez que a alínea **b** do inciso I do art. 20 da referida norma encontra-se plenamente atendida, considerando-se, para tanto, a estimativa da Receita Corrente Líquida para 2004 e 2005, divulgada pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal (ver tabela de previsão anexa).

12. Toma-se, assim, imperiosa, em tal contexto, a criação do cargo em comissão de Chefe-de-Gabinete (CJ-3), para implementar a gestão estratégica das rotinas de trabalho dos Gabinetes dos Ministros, incluindo-se nesse conjunto os Gabinetes da Presidência, da Vice-Presidência e do Ministro Diretor da Revista, bem como o gabinete do titular da Ouvidoria deste Tribunal.

13. A criação desses cargos em comissão, conforme já mencionado, viabilizará a racionalização e o incremento da produtividade dos Ministros, os quais, assim, poderão julgar maior número de demandas, com a permanente perseguição da qualidade de resultados, que, independentemente das circunstâncias, esta Corte não pode negligenciar, haja vista a indiscutível obrigação de atender ao princípio da eficiência, expressamente previsto no **caput** do art. 37 da Constituição Federal.

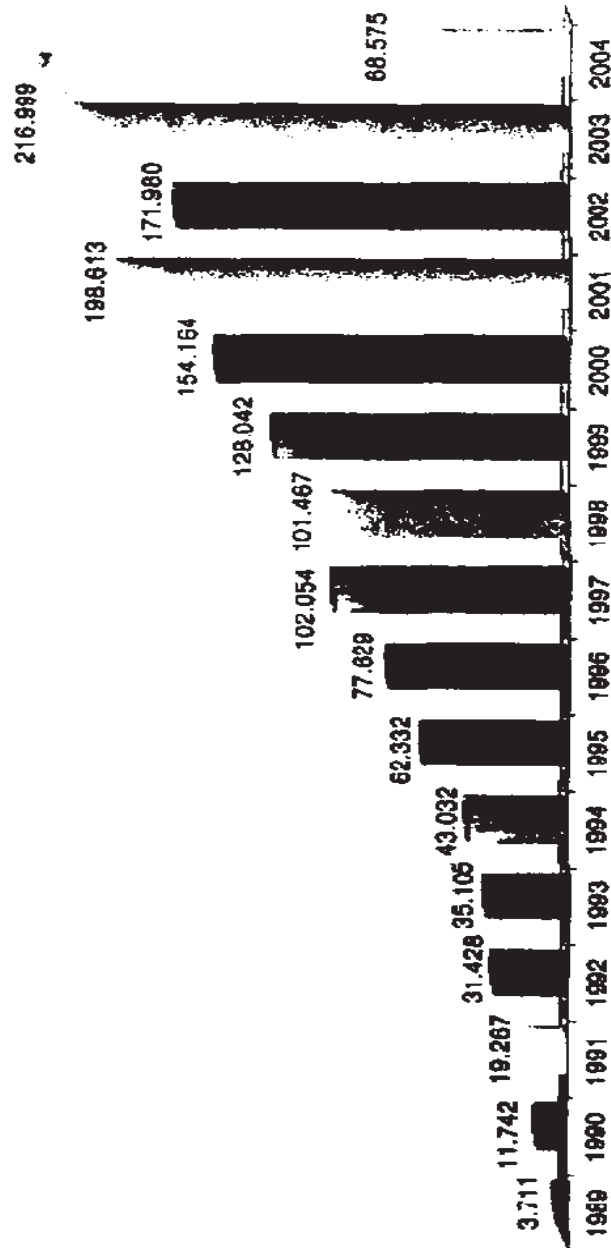
14. Justifica-se, concomitantemente, a criação de novas funções comissionadas na estrutura das unidades da área-fim mediante o já demonstrado aumento de trabalho com processos judiciais nas suas várias etapas e a impostergável necessidade de se implantar gestão estratégica para gerenciar as tarefas inerentes a essa atividade, a fim de se evitar o retrabalho e ganhar-se em produtividade. Satisfeita tal necessidade, haverá menor custo e maior rapidez na execução dos procedimentos processuais, o que virá ao encontro da meta de qualidade que este Tribunal tem buscado constantemente, como a obtida pela Secretaria Judiciária e pelo Gabinete do Ministro Diretor da Revista, os quais receberam a Certificação ISO 9002: 1994

(Recertificação ISO 9001: 2000), fato que caracterizou a primeira certificação dada a um tribunal superior em todo o mundo.

15. Por fim, cumpre esclarecer que o quadro de pessoal do Superior Tribunal de Justiça obedece às disposições contidas nas Leis nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, e 10.475, de 27 de junho de 2002.

**Superior Tribunal de Justiça - Diretoria de Informações Judiciais
Coordenadoria de Estatística**

Gráfico 15 - Processos julgados - período de 7/4/1989 a 30/4/2004

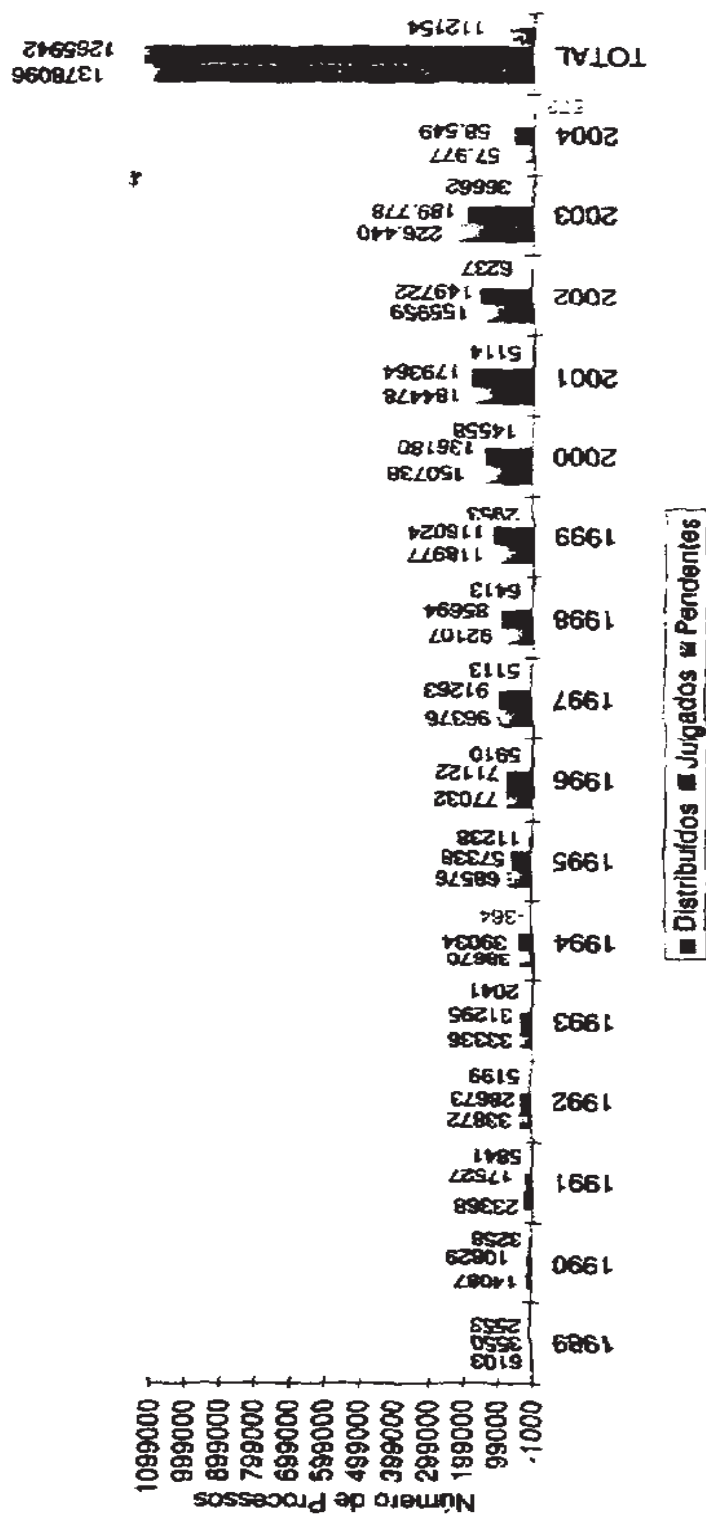


Fontes: Coordenadorias: Conte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Notas: Nos processos julgados estão incluídos os 106.506 agravos regimentais e os 53.682 embargos de declaração, totalizando 160.198 processos.

Superior Tribunal de Justiça - Diretoria de Informações Judiciais
Coordenadoria de Estatística

Gráfico 18 - Processos distribuídos, julgados e pendentes de julgamento no período de 7/4/1989 a 30/4/2004



Fontes: Coordenadorias: Serviço Processual, Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros

Notas: Nos processos julgados não estão incluídos os agravos regimentais e os embargos de declaração, em número de 160.198 feitos.

O número negativos em 1994 e 2004 são decorrentes de processos distribuídos no(s) ano(s) anterior(es) e que foram julgados nos citados anos.

Superior Tribunal de Justiça - Diretoria de Informações Judiciais
Coordenadoria de Estatística

Gráfico 17 - Processos julgados e pendentes de julgamento Gráfico 18 - Agravos regimentais e embargos de declaração julgados

Período: 7/4/1989 a 30/4/2004

Período: 7/4/1989 a 30/4/2004

Pendentes
(8,14%)
112.154



Julgados
(91,86%)
1.265.942

EDcl e Agr
(11,23%)
160.198



Julgados
(88,77%)
1.265.942

Fontes: Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas, Gabinetes de Ministros.

Ofício nº 689/GP

Brasília, 4 de junho de 2004

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

No uso da atribuição que me confere o art. 96, II, b, combinado com o art. 64, ambos da Constituição Federal, encaminho à apreciação das augustas Casas do Congresso Nacional o anteprojeto de lei anexo, acompanhado de justificativa, que dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções comissionadas no quadro de pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Renovo a Vossa Excelência protestos de elevada consideração. – Ministro **Edson Vidigal**, Presidente.

(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2004

(nº 3.804/04, na Casa de origem)

(de iniciativa do Supremo Tribunal Federal)

**Altera o art. 8º da Lei nº 10.475, de 27
de junho de 2002.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 10.475, de 27 de junho de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 2º:

“Art. 8º

§ 1º o percentual da GAJ será gradualmente elevado de 12% (doze por cento) para 30% (trinta por cento), como segue:

I – de 1º de julho de 2004 até 31 de outubro de 2005, o valor da GAJ corresponderá a 20% (vinte por cento) do vencimento básico do servidor;

II – a partir de 1º de novembro de 2005, a GAJ representará 30% (trinta por cento) do vencimento básico do servidor.

§ 2º Os servidores retribuídos pela remuneração da Função Comissionada e do Cargo em Comissão, constantes dos Anexos IV e V desta lei, e os sem vínculo efetivo com a Administração Pública não perceberão a gratificação de que trata este artigo.” (NR)

Art. 2º As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos órgãos do Poder Judiciário da União.

Art. 3º A implementação desta lei observará o disposto no art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI
Nº 3.804, DE 2004**

Altera o caput do artigo 8º da Lei nº 10.475, de 27 de junho de 2002.

“Art. 8º A Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ, a que se refere o art. 13 da Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, passa a ser calculada mediante a aplicação do percentual de 30% (trinta por cento), incidente sobre os vencimentos básicos estabelecidos no art. 4º, Anexo III, desta Lei.”

Art. 2º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos órgãos do Poder Judiciário da União.

Art. 3º A implementação desta Lei observará o disposto no art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com efeitos financeiros a partir de maio de 2004.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de junho de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei ora submetido à apreciação das Casas do Congresso Nacional visa a alterar de 12% (doze por cento) para 30% (trinta por cento) o percentual da Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ, a que se refere o caput do artigo 8º da Lei 10.475, de 27 de junho de 2002.

A proposição tem por fim retomar a equiparação salarial histórica entre os servidores do Poder Judiciário da União e os do Ministério Público da União, tendo estes

últimos, na revisão de seu Plano de Cargos e Salários, obtido uma gratificação similar de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento básico – artigo 9º da Lei nº 10.476, de 27 de junho de 2002.

O impacto anual resultante da elevação é da ordem de R\$ 700 milhões, já incluída a contribuição previdenciária patronal de 22%. No exercício de 2004, os efeitos financeiros seriam a partir do mês de maio, o que reduz o impacto para um valor aproximado de R\$ 467 milhões, que representa 7% na folha global de pagamento, uma vez que a gratificação é devida apenas aos servidores das carreiras judiciárias, não contemplando os requisitados, os que não têm vínculo efetivo com a Administração Pública e os que percebem pelo valor da Função Comissionada ou do Cargo em Comissão.

PODER JUDICIÁRIO - GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA - GAJ (Patronal de 22%)

ÓRGÃO	ORÇAMENTO 2004	GAJ 12% (BASE ANUAL)	GAJ 12% (BASE MAIO 2004)	IMPACTO MENSAL	IMPACTO ANUAL	IMPACTO ANUAL (MAIO 2004)
10000 STF	138.452.485	419.533	1.048.833	767.745	9.980.690	7.211
11000 STJ	344.339.752	1.038.678	2.598.696	1.900.781	24.710.157	7.181
12000 JF	1.657.159.237	5.714.336	14.285.840	10.457.235	135.944.053	7.321
13000 JM	160.482.489	480.137	1.050.343	768.851	9.995.059	6.223
14000 JE	1.372.372.042	4.042.039	10.105.056	7.396.931	96.160.097	7.011
15000 JT	5.080.724.985	15.633.000	39.082.500	28.608.360	371.909.070	7.321
16000 JDFT	613.231.804	2.200.000	5.500.000	4.025.000	52.308.000	8.531
TOTAL	9.588.752.774	28.487.723	73.688.178	58.925.933	701.857.128	72.228

Do ponto de vista da regra do artigo 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, mostra-se confortável o enquadramento, pois, ao tomar por base os índices percentuais utilizados nos Relatórios de Gestão Fiscal, apurados conforme a mencionada lei, bem como a Receita Corrente Líquida – RCL estabelecida na Lei Orçamentária Anual – Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, apurou-se, em confronto com o limite prudencial de gastos, já deduzido o impacto orçamentário deste projeto de lei, margem residual de expansão, como se demonstra:

PREVISÃO RCL PARA 2004 LE 10.637/04 - LOA1 259.395.922.000

Órgão	FUNDO DE MANUTENÇÃO		FUNDO DE DESENVOLVIMENTO		ORÇAMENTO 2004	ANEXO DE DESENVOLVIMENTO	DESENVOLVIMENTO 2004	ANEXO DE DESENVOLVIMENTO 2004
	LOAAL	PREVENCIONAL	LOAAL	PREVENCIONAL				
	A	B	C	D	E	F	G	H
STF	0.0738	0.0701	191.634.021	161.882.320	136.452.486	13.408.534	9.980.880	33.428.144
STJ	0.2246	0.2133	582.343.329	553.228.782	344.238.782	208.886.400	14.710.157	184.178.243
JF	1.1999	1.1381	3.162.113.081	2.947.007.437	1.957.159.207	1.089.848.220	135.944.053	263.804.186
JM	0.1812	0.1768	264.324.210	251.108.000	180.682.884	93.825.512	3.894.098	80.830.453
JE	0.8883	0.8780	2.400.188.338	2.280.178.921	1.372.372.042	207.805.878	98.182.087	811.848.783
JT	3.4788	3.3047	8.023.036.842	7.572.171.815	5.080.724.985	3.481.448.830	371.908.070	3.119.537.980
TTJAD	4.8889	4.7089	10.882.741.820	10.378.354.444	6.882.350.978	4.888.025.074	648.888.157	2.388.354.247
JQFT	0.2780	0.2613	713.338.153	677.871.245	413.231.804	84.438.441	52.338.000	12.101.441
TTJAD e JQFT			10.882.741.820	10.378.354.444	6.882.350.978	4.888.025.074	648.888.157	2.388.354.247

Para a implementação do previsto no presente projeto de lei, observar-se-á o disposto no artigo 169 da Carta Magna, o que demandará, eventualmente, outros atos integrativos, de caráter legislativo.

Brasília, 15 de junho de 2004.

Ministro NELSON JOBIM

Presidente do Supremo Tribunal Federal

Ministro SEPULVEDA PERTENCE

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Ministro EDSON VIDIGAL

Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do
Conselho da Justiça Federal

Ministro Alte. Esq. JOSÉ JULIO PEDROSA

Presidente do Superior Tribunal Militar


Ministro VANTUIL ABDALA

Presidente do Tribunal Superior do Trabalho


Desembargador JOSÉ JERÔNIMO BEZERRA DE SOUZA

Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Mensagem nº 28 /2004

Brasília, 15 de junho de 2004.

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência a fim de submeter à deliberação dos membros das Casas do Congresso Nacional, nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, acompanhado da pertinente justificação, o incluso projeto de lei, que altera a redação do artigo 8º da Lei nº 10.475, de 27 de junho de 2002.

Atenciosamente,


Ministro NELSON JOBIM
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **JOÃO PAULO CUNHA**
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Transformado em § 1º pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

“§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.”

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

“§ 2º Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites.”

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

“§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no **caput**, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I – redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II – exoneração dos servidores não estáveis.”

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

“§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o

órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.”

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

“§ 5º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.”

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

“§ 6º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

“§ 7º Lei Federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º.”

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2004

(nº 3.294/04, na Casa da origem)

(de iniciativa do Superior Tribunal Federal)

Cria cargos e funções no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal:

I – 46 (quarenta e seis) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário e 88 (oitenta e oito) de Técnico Judiciário;

II – 22 (vinte e dois) cargos em comissão de nível CJ-3 e 3 (três) de nível CJ-2;

III – 5 (cinco) funções comissionadas de nível FC-6, 18 (dezoito) de nível FC-2 e 56 (cinquenta e seis) de nível FC-1.

Art. 2º O Supremo Tribunal Federal baixará as instruções necessárias à implementação dos cargos e funções criados em sua Secretaria.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias

rias consignadas ao Supremo Tribunal Federal no Orçamento Geral da União.

Art. 4º A implementação do disposto nesta Lei observará o art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 17/04

Brasília, 29 de março de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Dirijo-me a V. Exª, a fim de submeter à deliberação dos membros das Casas do Congresso Nacional, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, acompanhado da pertinente justificação, o incluso projeto de lei, que dispõe sobre a criação de cargos e funções no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal, texto aprovado pelos integrantes desta Corte, conforme Ata da 2ª Sessão Administrativa do ano de 2004.

Atenciosamente, – Ministro **Maurício Corrêa**,
Presidente.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.294, DE 2004

Cria cargos e funções no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal:

I – 46 cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário e 88 de Técnico Judiciário;

II - 22 cargos em comissão de nível CJ-3 e 3 de nível CJ-2;

III - 5 funções comissionadas de nível FC-8, 18 de nível FC-2 e 58 de nível FC-1.

Art. 2º O Supremo Tribunal Federal baixará as instruções necessárias à implementação dos cargos e funções criados em sua Secretaria.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Supremo Tribunal Federal no Orçamento Geral da União.

Art. 4º A implementação do disposto nesta Lei observará o art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Justificação

O projeto de lei ora submetido à apreciação das Casas do Congresso Nacional visa à criação, no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal, de cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções comissionadas.

O acréscimo pretendido destina-se a ajustar o contingente de pessoal às reais necessidades do serviço, eis que se encontra defasado frente à crescente demanda pela prestação jurisdicional.

O quantitativo de pessoal autorizado pela Lei nº 9.607/98 resulta de levantamento de necessidades realizado em 1996, quando as decisões no STF totalizaram 30.829, número que evoluiu em 2003 para 109.089, três vezes e meia aquela estatística, sem incluir as 50.918 homologações de desistência ocorridas no ano.

O aumento do volume de trabalho na área judiciária reflete-se na área administrativa, o que aponta para a necessidade de adequação do quadro de servidores também nesta área.

Considere-se ainda o advento da TV Justiça, criada pela Lei nº 10.461, de 17-5-02 e a instalação da Rádio Justiça, que está prestes a entrar em atividade, a demandarem a alocação de efetivo para sua operação.

Tais necessidades estão calculadas em mais 134 cargos de provimento efetivo — sendo 46 Analistas Judiciários e 88 Técnicos Judiciários — o que representa um acréscimo de apenas 18,13% sobre o Quadro atual de 739 cargos.

Quanto aos Cargos em Comissão, o projeto prevê a criação de dois cargos de Assessor de Ministro para cada Gabinete, totalizando 22 cargos de nível CJ-3, tendo em vista que a pleora de processos atinge diretamente a atividade judiciária, e 3 cargos de nível CJ-2, além da criação de 79 Funções Comissionadas para encargos de chefia e assistência nas unidades operacionais, sendo 5 de nível FC-6, 56 de nível FC-1 e 18 de nível FC-2.

O impacto orçamentário resultante está calculado em R\$8.762.088, que representa apenas 8,320/o do Orçamento de Pessoal (R\$ 138.452.486) consignado ao STF na Lei Orçamentária Anual de 2004. O acréscimo na despesa com Pessoal e Encargos Sociais está calculado da forma que segue:

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Cargo/FC/CJ	Quantidade (A)	Valor unitário(*) (B)	Valor anual (R\$) $C = (A \times B \times 13 + 11\%)$
Técnico	88	1.777,04	2.256.556,40
Analista	46	2.968,00	1.970.099,00
FC-1	56	1.567,95	1.267.029,01
FC-2	18	1.823,15	473.544,97
FC-6	5	4.726,70	341.031,40
CJ-2	3	6.071,16	262.820,51
CJ-3	22	6.901,68	2.191.007,30
Total	238	--	8.762.088,59

(*) Resolução STF nº 256/03

Do ponto de vista da Lei Complementar nº 101/00, mostra-se confortável o enquadramento, abaixo demonstrado, na regra de seu art. 20, pois tomando-se por base os índices percentuais utilizados nos Relatórios de Gestão Fiscal, apurados conforme a mencionada lei, bem como a Receita Corrente Líquida — RCL (AS 262.284.768.000) estabelecida pela LDO (Lei 10707/03) e considerada na LOA/2004, apurou-se, em confronto com o limite prudencial de gastos, já considerado o impacto orçamentário deste projeto de Lei, margem residual de expansão de mais de R\$36 milhões.

Órgão	Limite % RCL		Limite Prudencial (A = $0,0701 \times RCL$)	Orçamento de Pessoal para 2004 (B)	Margem de Expansão (C = A - B)	Impacto Orçamentário (D)	Margem Residual de Expansão (E = C - D)
	Legal	Prudencial					
STF	0,0738	0,0701	183.861.621	138.452.486	45.409.135	8.762.088	36.647.047

Por fim, na implementação do que previsto no projeto, observa-se-á, como não podia deixar de ser, o art. 169 da Constituição, o que demandará eventuais atos integrativos, legislativos, ou não.

Art 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Transformado em 1º pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

“§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

“§ 2º Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites.”

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no **caput**, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis.”

Parágrafo o incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o

órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.”

Pari grato incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

§ 5º o servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.”

Pari grato incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

§ 6º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.”

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

§ 7º Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º”

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2004

(Nº 3.885/2004, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Reorganiza o Quadro Especial de Terceiros-Sargentos do Exército, dispõe sobre a promoção de soldados estabilizados do Exército à graduação de cabo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica reorganizado, nos termos desta Lei, o Quadro Especial de Terceiros-Sargentos do Exército.

§ 1º O Quadro Especial de Terceiros-Sargentos do Exército é destinado ao acesso de cabos e taifeiros-mor da ativa do Exército, com estabilidade assegurada.

§ 2º O acesso dos cabos e taifeiros-mor, de que trata este artigo, será efetivado por promoção à graduação de terceiro-sargento, pelo critério de antiguidade, deixando aqueles militares de pertencer à sua Qualificação Militar de origem.

Art. 2º Os cabos e taifeiros-mor, com estabilidade assegurada, concorrerão à promoção a terceiro-sargento do Quadro Especial, desde que satisfaça os seguintes requisitos:

I – possuam, no mínimo, 15 (quinze) anos de efetivo serviço;

II – obtenha conceito favorável de seu comandante, chefe ou diretor de organização militar;

III – estejam classificados, no mínimo, no comportamento “bom”;

IV – tenham obtido, no mínimo, a menção “regular” em 1 (um) dos 3 (três) últimos testes de aptidão física, previstos pela organização militar, anteriores à data da remessa das alterações referentes à promoção;

V – apresentem declaração escolar de conclusão da 4ª (quarta) série do ensino fundamental;

VI – sejam julgados aptos para o serviço do Exército, em inspeção da saúde para fins de promoção; e

VII – não incidam em quaisquer outros impedimentos de acesso, em caráter temporário ou definitivo, estabelecidos no Regulamento de Promoções de Graduados.

§ 1º Para as promoções de que trata o **caput** deste artigo:

I – serão organizados quadros de acesso distintos para os cabos e taifeiros-mor; e

II – será observado o quantitativo de terceiros-sargentos do Quadro Especial previsto no decreto que dispõe sobre a distribuição dos efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, a vigorar em cada ano.

§ 2º Os cabos e taifeiros-mor, com estabilidade assegurada, promovidos à graduação de terceiros-sargentos, permanecerão em suas respectivas guarnições.

Art. 3º Os soldados com estabilidade assegurada concorrerão à promoção, pelo critério de antiguidade, à graduação de cabo, desde que satisfaçam os seguintes requisitos:

I – possuam, no mínimo, 15 (quinze) anos de efetivo serviço;

II – obtenham conceito favorável de seu comandante, chefe ou diretor de organização militar;

III – estejam classificados, no mínimo, no comportamento “bom”;

IV – tenham obtido, no mínimo, a menção “regular” em 1 (um) dos 3 (três) últimos testes de aptidão física, previstos pela organização militar, anteriores à data da remessa das alterações referentes à promoção;

V – apresentem declaração escolar de conclusão da 4ª (quarta) série do ensino fundamental;

VI – sejam julgados aptos para o serviço do Exército em inspeção de saúde para fins de promoção; e

VII – não incidam em quaisquer outros impedimentos de acesso, em caráter temporário ou definitivo, estabelecidos no Regulamento de Promoções de Graduados.

§ 1º Para as promoções de que trata o **caput** deste artigo será observado o quantitativo de cabos previsto no decreto que dispõe sobre a distribuição dos efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, a vigorar em cada ano.

§ 2º Os soldados com estabilidade assegurada, promovidos à graduação de cabo, permanecerão na Qualificação Militar de origem e em suas respectivas guarnições.

Art. 4º Os soldados, cabos e taifeiros-mor da ativa do Exército, com estabilidade assegurada, poderão ser beneficiados por 1 (uma) única promoção.

Art. 5º Aplicam-se às promoções das praças de que trata esta Lei, no que couber, as disposições do Regulamento de Promoções de Graduados.

Art. 6º O Comandante do Exército baixará os atos complementares necessários à execução desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.885, DE 2004

Reorganiza o Quadro Especial de Terceiros-Sargentos do Exército, dispõe sobre a promoção de soldados estabilizados do Exército à graduação de cabo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica reorganizado, nos termos desta Lei, o Quadro Especial de Terceiros-Sargentos do Exército.

§ 1º O Quadro Especial de Terceiros-Sargentos do destinado ao acesso de cabos e taifeiros-mor da ativa do Exército, com assegurada.

§ 2º O acesso dos cabos e taifeiros-mor, de que trata este artigo, será efetivado por promoção à graduação de terceiro-sargento, pelo critério de antiguidade, deixando aqueles militares de pertencer à sua Qualificação Militar de origem.

Art. 2º Os cabos e taifeiros-mor, com estabilidade assegurada, concorrerão à promoção a terceiro-sargento do Quadro Especial, desde que satisfaçam aos seguintes requisitos:

I - possuam, no mínimo, quinze anos de efetivo serviço;

II - obtenham conceito favorável de seu comandante, chefe ou diretor de organização militar;

III - estejam classificados, no mínimo, no comportamento “bom”;

IV - tenham obtido, no mínimo, a menção “regular” em um dos três últimos testes de aptidão física, previstos pela organização militar, anteriores à data de remessa das alterações referentes à promoção;

V - apresentem declaração escolar de conclusão da quarta série do ensino fundamental;

VI - sejam julgados aptos para o serviço do Exército, em inspeção de saúde para fins de promoção; e

VII - não incidam em quaisquer outros impedimentos de acesso, em caráter temporário ou definitivo, estabelecidos no Regulamento de Promoções de Graduados.

§ 1º Para as promoções de que trata o **caput** deste artigo:

I - serão organizados quadros de acesso distintos para os cabos e taifeiros-mor; e

II - será observado o quantitativo de terceiros-sargentos do Quadro Especial previsto no Decreto que dispõe sobre a distribuição dos efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, a vigorar em cada ano.

§ 2º Os cabos e taifeiros-mor, com estabilidade assegurada, promovidos à graduação de terceiros-sargentos, permanecerão em suas respectivas guarnições.

Art. 3º Os soldados com estabilidade assegurada concorrerão à promoção, pelo critério de antiguidade, à graduação de cabo, desde que satisfaçam aos seguintes requisitos:

I - possuam, no mínimo, quinze anos de efetivo serviço;

II - obtenham conceito favorável de seu comandante, chefe ou diretor de organização militar;

III - estejam classificados, no mínimo, no comportamento “bom”;

IV - tenham obtido, no mínimo, a menção “regular” em um dos três últimos testes de aptidão física, previstos pela organização militar, anteriores à data de remessa das alterações referentes à promoção;

V - apresentem declaração escolar de conclusão da quarta série do ensino fundamental;

VI - sejam julgados aptos para o serviço do Exército em inspeção de saúde para fins de promoção; e

VII - não incidam em quaisquer outros impedimentos de acesso, em caráter temporário ou definitivo, estabelecidos no Regulamento de Promoções de Graduados.

§ 1º Para as promoções de que trata o caput deste artigo será observado o quantitativo de cabos previsto no Decreto que dispõe sobre a distribuição dos efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, a vigorar em cada ano.

§ 2º Os soldados com estabilidade assegurada, promovidos à graduação de cabo, permanecerão na Qualificação Militar de origem e em suas respectivas guarnições.

Art. 4º Os soldados, cabos e taifeiros-mor da ativa do Exército, com estabilidade assegurada, poderão ser beneficiados por uma única promoção.

Art. 5º Aplicam-se às promoções das praças de que trata esta Lei, no que couber, as disposições do Regulamento de Promoções de Graduados.

Art. 6º O Comandante do Exército baixará os atos complementares necessários à execução desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 366, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Reorganiza o Quadro Especial de Terceiros-Sargentos do Exército, dispõe sobre a promoção de soldados estabilizados do Exército à graduação de cabo e dá outras providências”.

Brasília, 1º de maio de 2004. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 00311/MD

Brasília, 14 de junho de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que reorganiza o Quadro Especial de Terceiros-Sargentos do Exército, dispõe sobre a promoção de soldados estabilizados do Exército à graduação de cabo e dá outras providências.

Houve-se por bem apresentar proposta de um novo dispositivo legal e não uma simples alteração do que era regulado por meio do Decreto nº 86.289, de 11 de agosto de 1981, considerando que o Exército necessita

implementar modificações substanciais em sua estrutura em face da inexistência de preceito autorizativo do Poder Executivo para dispor sobre a matéria.

A presente proposição foi elaborada em conformidade com o Plano de Estruturação do Exército Brasileiro, tendo por fim valorizar seus quadros e adequá-los às novas demandas administrativas. Coerente com esse objetivo, propõe-se a graduação de terceiro-sargento do Quadro Especial como limite de carreira para as praças não oriundas das escolas de formação, incluindo-se nesse universo os taifeiros-mor e alcançando-se, assim, a isonomia entre as referidas praças.

A promoção da isonomia entre as praças não oriundas das escolas de formação justifica a relevância e a urgência da edição do projeto de lei em comento, a fim de assegurar os seus efeitos no menor prazo possível.

Também por esse ato são propostos os requisitos para a ascensão dos cabos e taifeiros-mor do Exército à graduação de terceiro-sargento e de soldados estabilizados à graduação de cabo. Tais requisitos mantêm-se coerentes com o previsto no Decreto nº 86.289, de 1981.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levam a propor a Vossa Excelência a edição do projeto de lei em questão.

Respeitosamente, – **José Viegas Filho.**

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Os Projetos de Lei da Câmara que acabam de ser lidos vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.156, DE 2004

Requeremos, nos termos do inciso IV do art. 338 do Regimento Interno, urgência para o PLC nº 9/2004, que “regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBlo, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974/95, e a Medida Provisória nº 2191-9/2001, e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2004. – **Juvenício da Fonseca.**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO *PLC* Nº 9104
NA REUNIÃO DE *10/08/04*, OS SENHORES SENADORES:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

FÁTIMA CLEIDE	1-TIÃO VIANA <i>tião viana</i>
FLÁVIO ARNS	2-ROBERTO SATURNINO
IDELI SALVATTI	3-DELCÍDIO AMARAL
JOÃO CAPIBERIBE	4-(VAGO)
DUCIOMAR COSTA	5-(VAGO)
AELTON FREITAS <i>Aelton</i>	6-(VAGO)
CRISTOVAM BUARQUE <i>cris</i>	7-(VAGO)
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)

PMDB

HÉLIO COSTA	1-MÃO SANTA
MAGUITO VILELA <i>maguito</i>	2-GARIBALDI ALVES FILHO <i>Garibaldi</i>
VALDIR RAUPP <i>Valdir</i>	3- PAPALÉO PAES
(VAGO)	4-LUIZ OTÁVIO <i>Luiz</i>
SÉRGIO CABRAL	5-ROMERO JUCÁ
JOSÉ MARANHÃO	6-MÁRIO CAETANO

PFL

DEMÓSTENES TORRES	1-EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN	2-JONAS PINHEIRO <i>Jonas</i>
JOSÉ JORGE	3-JOSÉ AGRIPINO
EFRAIM MORAIS <i>Efrain</i>	4-MARCO MACIEL
(VAGO)	5-PAULO OCTÁVIO
ROSEANA SARNEY	6-JOÃO RIBEIRO

PSDB

SÉRGIO GUERRA	1-ARTHUR VIRGÍLIO
LEONEL PAVAN	2-EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo</i>
RÉGINALDO DUARTE	3- TASSO JEREISSATI <i>Tasso</i>
ANTERO PAES DE BARROS	4-LÚCIA VÂNIA <i>Lucia</i>

PDT

OSMAR DIAS <i>Osmar</i>	1-JEFFERSON PÉRES
ALMEIDA LIMA	2- JUVÊNCIO DA FONSECA <i>Juvencio</i>

PPS

MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo</i>	1-PATRICIA SABOYA GOMES
---------------------------------------	-------------------------

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O requerimento será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.157, DE 2004

Requeiro, nos termos do **caput** do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor aos atletas brasileiros, em especial aos 19 catarinenses, por estarem representando o Brasil nos Jogos Olímpicos de Atenas.

A 28ª Olimpíada de Atenas marcada para começar, oficialmente, na próxima 6ª feira, dia 13 de agosto, traz consigo o espírito unificador dos Jogos Olímpicos e lições de vida para os atletas que tentam ultrapassar seus limites e representar da melhor maneira possível os seus países. Nossos atletas catarinenses, José Alessandro Baggio, Sérgio Galdino, Alessandra Picagevicz, Márcia Narloch, Murilo Fischer, Márcio May, Andréia dos Santos, Jaqson Luiz Kojoroski, Ivan Mazieiro, Chana Masson, Ana Carolina Amorim, Fabiana Kuestner, Fabiano Zambonetti, Gustavo Kuerten (Guga), André Fonseca, Anderson Nocetti, Fabiana Beltrame, Fernando Scherer (Xuxa) e Eduardo Fischer, como todos os demais, são brasileiros vitoriosos.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2004. – Senador **Ideli Salvatti**, PT/SC, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Presidência encaminhará o voto de louvor solicitado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.158, DE 2004

Requeiro, nos termos dos art. 222 do Regimento Interno, a inserção em ata de voto de aplauso à Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos pela decisão de considerar a morte do Frei Tito de Alencar Lima de responsabilidade do Estado e pela indenização paga a seus familiares.

Justificação

Houve um tempo no Brasil em que era preciso lutar para ser bom. Nesse tempo, ser generoso, querer a promoção e dignidade do ser humano – qualquer ser humano – era um verdadeiro crime. Esse foi o “crime” de Frei Tito de Alencar Lima.

Por conta de sua alma que abrigava o mesmo amor de Cristo pelos homens, Frei Tito foi um dos mi-

lhares de presos políticos brasileiros no regime militar que se instalou após o golpe de 1964. Sua **via crucis** foi das câmaras de tortura em São Paulo ao banimento e exílio, acabando com sua morte na França, levado ao suicídio por não poder conviver com a dor que carregava dentro de si, com a sensação de tortura continuada ao longo da vida, mesmo já fora do alcance dos seus algozes. Essa é a desgraça dos que foram torturados.

“Marca de tortura não sai, não passa”. Essa era a frase preferida dos torturadores da Operação Bandeirantes e do Dops. A única em que tiveram razão. A ciência hoje prova, através dos estudos sobre a Síndrome Pós-Traumática da Tortura, que a marca da tortura persegue o torturado até o fim dos seus dias. Frei Tito não conseguiu livrar-se desse trauma.

Sua vida foi uma soma de resistências em nome do amor à humanidade. Décimo-quinto filho de uma família tradicional do Ceará, aprendeu em casa que tudo deveria ser dividido entre todos. Foi da Juventude Estudantil Católica – a JEC – antes de escolher o sacerdócio na Ordem dos Dominicanos. Em nome dessa paixão pelo divino que há no homem, Frei Tito apoiou todas as formas de luta de libertação, como representante da geração católica saída do Concílio Vaticano II, quando a Igreja definitivamente se abriu para os excluídos. Citando Dom Tomás Balduino, “Tito está nessa corrente, nesse fluxo extraordinário de iluminação, de vida nova que envolveu a Igreja e o mundo”.

Preso em novembro de 1969 pelo Esquadrão da Morte, Frei Tito passou pelas mais bárbaras formas de tortura. Foi processado, juntamente com dezenas de pessoas e companheiros da Ordem Dominicana, incluindo aí o nosso querido companheiro Frei Betto, hoje assessor especial da Presidência da República. E resistiu. Pouco mais de um ano depois foi trocado pelo embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, junto com outros 70 presos. Foi banido, perdeu a cidadania brasileira. E resistiu. Viveu no Chile e na França. E resistia. Até que o pânico da tortura e perseguição continuada se instalou em sua mente. Ai não mais conseguiu resistir. O testemunho pessoal de Frei Betto também foi muito importante para resgatar o que se passou com Frei Tito.

No dia 10 de agosto de 2004, ante-ontem, trigésimo aniversário de sua morte, a família de Frei Tito pode ver reconhecido o direito de atribuí-la às torturas da ditadura, por ele já não saber o que era vida ou mor-

te, por sentir-se eternamente perseguido. Graças à lei 10.875, de primeiro de junho deste ano, a Comissão de Mortos e Desaparecidos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos lhe reconheceu esse direito.

Nesse mesmo dia, em Fortaleza, João Caldas Valença, na época também dominicano e seu companheiro na sala de torturas, inaugurou, junto com dom Tomás Balduino e Frei Fernando de Brito, o Instituto de Educação para os Direitos Humanos Frei Tito. Fica na rua Joaquim Nabuco, no Centro. É o primeiro, que se há de multiplicar. Como disse Valença, que a morte de Tito seja a ressurreição da vida. Ou, como ensinou Jesus, na semente está contido o reino. Abençoado Tito.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2004. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento lido será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, Projetos de Lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2004

Inserir o inciso XIV, no art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para coibir abusos na cobrança por serviços e produtos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigor acrescida do seguinte inciso XIV, no art. 39:

“XIV - exigir pagamento por produto ou serviço complementar ou acessório ao solicitado, quando não requerido, consumido ou utilizado.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O abuso verificado na cobrança pro produto e serviço que é deliberadamente atrelado, pelo fornecedor, ao pedido principal e cuja necessidade e preço, em muitos casos, são omitidos do consumidor até a ocasião do pagamento.

Esses abusos são cotidianamente observados em bares, restaurantes, estabelecimentos de diversão

noturna (taxa de consumação) e também na prestação de serviços de construção civil, marcenaria, reparo de automóveis, etc.

A proposição em epígrafe visa coibir ações não previstas na lei, trazendo maior proteção ao cidadão nas relações de consumo elencadas - função precípua do Código de Defesa do Consumidor —, razão pela qual conto com o apoio dos nobres colegas parlamentares em sua apreciação e aprovação.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2004. _ **Ducimar Costa**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

SEÇÃO IV

Das Práticas Abusivas

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;

II - recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;

III - enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;

IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;

V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

VI - executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes;

VII - repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos;

VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expe-

didados pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

IX - recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais;

X - elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços.

XI - Dispositivo incorporado pela MPV nº 1.690-67, de 22-10-1999, transformado em inciso XIII, quando da conversão na Lei nº 9.870, de 23-11-1999

XII - deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério.

XIII - aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido.

Parágrafo único. Os serviços prestados e os produtos remetidos ou entregues ao consumidor, na hipótese prevista no inciso III, equiparam-se às amostras grátis, inexistindo obrigação de pagamento.

Art. 40. O fornecedor de serviço será obrigado a entregar ao consumidor orçamento prévio discriminando o valor da mão-de-obra, dos materiais e equipamentos a serem empregados, as condições de pagamento, bem como as datas de início e término dos serviços.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 236, DE 2004

Dispõe sobre a renúncia à inviolabilidade dos sigilos bancário, fiscal e telefônico dos membros de comissões parlamentares de da outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O membro de comissão parlamentar de inquérito de que trata o § 3º, do art. 58, da Constituição Federal, renunciará à inviolabilidade de seus sigilos bancário, telefônico e fiscal.

Parágrafo único. A renúncia se dará em favor da própria comissão e deverá ser feita por ocasião da sua instalação e terá eficácia enquanto dela o parlamentar for integrante.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Pela própria natureza de suas atividades, a Constituição Federal dotou as comissões parlamentares de

inquérito - criadas sempre com o objetivo de investigar questões de natureza grave - de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

Trata-se de prerrogativa de afirmação do Poder Legislativo que, através dela, exerce sua importantíssima atividade de fiscalização, dentro do sistema de freios e contra-pesos que a Constituição adotou e consagrou.

Este Projeto de Lei do Senado prevê que todos os membros de CPI's, para aceitarem a função, devam renunciar a seus sigilos bancário, fiscal e telefônico.

A presente iniciativa dará mais autoridade às CPI's e a seus membros que, assim, estarão ainda mais legitimados a investigar, uma vez que, antecipadamente, deixaram-se investigar.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2004. – **Antonio Carlos Magalhães.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º Na constituição das Mesas e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

§ 2º As comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos re-

gimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 4º Durante o recesso, haverá uma comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania _ decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Declaro encerrada a Ordem do Dia, em face do acordo das Lideranças para votarmos oportunamente o projeto sobre a informática.

Recordo ao Plenário que haverá sessões deliberativas nos dias 24, 25 e 26 de agosto.

São os seguintes os itens adiados:

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2004
(Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição, combinado com o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 2º do art. 64 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2004 (nº 3.015/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação e dá outras providências.

Pareceres, dependendo de leitura, da Comissão de Educação, Relator: Senador Hélio Costa, favorável ao Projeto e à Emenda nº 6, apresentando, ainda, as Emendas nºs 7 e 8-CE; e contrário às Emendas nºs 1 a 5; e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator:: Senador Eduardo Azeredo, pela constitucionalidade e juridicidade da matéria e das Emendas nºs 1 a 6, e no mérito, favorável ao Projeto, apresentando, ainda, as Emendas nºs 9 a 12-CCJ.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 102, DE 2002-COMPLEMENTAR
Votação Nominal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2002 – Complementar (nº 4.610/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre a linguagem inclusiva na legislação e documentos oficiais.

Parecer sob nº 561, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, reclassificando a matéria como projeto de lei complementar.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002 (nº 3.077/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS.

Parecer sob nº 492, de 2004, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 416, DE 2003
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 23, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2003 (nº 2.503/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à TV TOP Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Parecer favorável, sob nº 1.402, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador Leonel Pavan.

5

REQUERIMENTO Nº 516, DE 2004
(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 516, de 2004, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando, nos termos regimentais, congratulações ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, pela vitória brasileira na OMC, referente aos subsídios norte-americanos ao algodão.

Parecer favorável, sob nº 1.011, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon, propondo que a manifestação seja extensiva ao Ministério das Relações Exteriores como um todo, ao ex-Ministro Celso Lafer, ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

6

REQUERIMENTO Nº 526, DE 2004
(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 526, de 2004, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela vitória do Brasil na Organização Mundial de Comércio – OMC, que condenou os subsídios pagos ao algodão pelos Estados Unidos.

Parecer favorável, sob nº 1.012, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

7

REQUERIMENTO Nº 527, DE 2004
(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 527, de 2004, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, pela vitória do Brasil na Organização Mundial de Comércio – OMC, que condenou os subsídios pagos ao algodão pelos Estados Unidos.

Parecer favorável, sob nº 1.013, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

8

REQUERIMENTO Nº 531, DE 2004
(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 531, de 2004, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que seja enviado às autoridades israelenses no Brasil um apelo no sentido de resguardar a vida, a liberdade e os direitos humanos do físico nuclear Mordechai Vanunu.

Parecer favorável, sob nº 1.014, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

9

REQUERIMENTO Nº 925, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 925, de 2004, do Senador Duciomar Costa, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2004, de sua autoria.

10

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2004 (nº 4.018/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *concede pensão especial a Maria José Pereira Barbosa Lima*.

Parecer favorável, sob nº 563, de 2004, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sérgio Cabral.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com a autorização do meu Líder Arthur Virgílio, peço a palavra pela Liderança do meu Partido, para registrar ato que considero da maior importância, ocorrido na segunda-feira próxima passada, em que esteve presente V. Ex^a e o Senador Edison Lobão.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apre-

sentei um requerimento de profundo pesar, que foi dado como lido e aprovado. Gostaria que V. Ex^a me ensinasse a oportunidade de falar sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Após o discurso do Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a terá a palavra.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB

– TO. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, nobre 1º Vice-Presidente Paulo Paim, nobres Pares, Senadora Roseana Sarney, Senador Edison Lobão, com muito orgulho, desejo relatar ao Plenário desta Casa fato ocorrido nesta segunda-feira, 9 de agosto, quando o nobre Senador Edison Lobão, que exerceu a Presidência desta Casa, foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar pelo Comandante do Exército General Francisco Roberto de Albuquerque.

Nessa solenidade, Sr. Presidente, fizeram-se presentes V. Ex^a, representando o Congresso Nacional; o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Edson Carvalho Vidigal; o Senador João Ribeiro; o PSDB, em cujo nome tive a oportunidade de estar presente; bem como generais sediados em Brasília, todos os oficiais superiores e várias personalidades públicas deste País.

Dado o significado da homenagem, Sr. Presidente, quero, de antemão, requerer a inserção nos Anais do Senado Federal do discurso do Comandante do Exército General Francisco Roberto de Albuquerque, bem como o do próprio Senador Edison Lobão, pronunciados naquela solenidade.

Quero fazer um esclarecimento, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, esta comenda se destina fundamentalmente a Chefes de Poder e a Chefes de Estado; é costumeiramente concedida no mês de maio, data do Exército brasileiro, ou no dia 25 de agosto, Dia do Soldado. Porém, desta vez, e certamente com todas as razões para assim fazê-lo, decidiu o Exército destinar a condecoração a um dos mais importantes homens públicos deste País, a um dos mais importantes Senadores que integram esta Casa e que a presidiu, um Senador que honrou o povo do seu Estado, tendo sido seu Governador, eleito e reeleito já por três vezes Senador da República e também Deputado Federal pelo Estado do Maranhão.

Faço este registro, Sr. Presidente, porque, sendo tocaninense, tendo sido também Deputado Federal, tendo crescido acompanhando a trajetória do jornalista, advogado e Senador Edison Lobão, senti-me profundamente homenageado quando assisti à importante instituição do Exército brasileiro conceder a um de nós, Senadores, tão importante homenagem.

Destaco, do início do pronunciamento, tendo já pedido a sua transcrição para os Anais da Casa, as palavras iniciais proferidas pelo Senador Edison Lobão. Abro aspas, Sr. Presidente, à saudação que S. Ex^a fez ao Presidente do Congresso Nacional, Presidente desta Casa, Senador José Sarney: “Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, político sábio e ao qual estou ligado por laços indestrutíveis de amizade”.

Percebo, Sr. Presidente, nas palavras iniciais do Senador Edison Lobão, tomado pela emoção e pela responsabilidade de estar recebendo a mais alta comenda do Exército brasileiro, cujo ato é assinado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que S. Ex^a fez questão de dizer aquilo que esta Casa pensa, aquilo que esta Casa conhece, e um pensamento com o qual todos nós concordamos. Certamente, privar da amizade do político, do escritor, do jornalista José Sarney, referindo-se a V. Ex^a como um político sábio, “ao qual estou ligado por laços indestrutíveis de amizade”, sem dúvida nenhuma, é uma demonstração daquilo que todos nós reconhecemos na figura do Senador Edison Lobão e na figura de V. Ex^a.

Digo mais, Sr. Presidente: a união que existe no Estado do Tocantins entre os três Senadores, o nosso grupo político, é muito inspirada no que fez V. Ex^a pelo Maranhão, que soube construir um grupo político homogêneo, que soube trazer o Maranhão para o contexto nacional, para não dizer do legado que V. Ex^a deixou quando ocupou a Presidência da República. Todos nós ainda estamos embalados pelos sonhos da integração nacional, vendo serem construídos os trilhos da Ferrovia Norte-Sul – apenas para dizer uma das ações que integram todo o País e que deixa a todos nós, tocaninenses, muito orgulhosos dos exemplos que recebemos do Maranhão.

Portanto, Sr. Presidente, foi muito importante este ato de deferência feito pelo Exército brasileiro; honraria que V. Ex^a já mereceu, honraria que o também ex-Presidente desta Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, mereceu em determinada oportunidade. Sabemos bem que, dentre todas as distinções dessas comendas dadas pelo Exército, essa é a maior de todas elas, como eu disse, reservadas a chefes de poder e a chefes de Estado. Neste momento fez bem o Exército ao ter escolhido esta figura tão importante e tão respeitada, hoje Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que é o Senador Edison Lobão.

Destaco ainda, meus nobres Pares, das palavras do Senador Edison Lobão naquela importante solenidade:

O Brasil, senhoras e senhores, nesta era de inovações tecnológicas de um universo glo-

balizado, não pode ser surpreendido por ações que, por falta de apoio financeiro a aprimoramentos técnicos dos setores militares, superem as suas condições de prevenção e de reação.

Nos tempos atuais, em um mundo conturbado e com regiões vizinhas em situações conflitivas, disseminam-se por toda a população brasileira a preocupação e os anseios por tempos de segurança e de paz. Respalda-se ela especialmente no Exército para manter a confiança de que nossas fronteiras não serão violadas pelos que fazem da ilicitude e da violência a rotina das suas vidas anti-sociais.

Ao Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva – que me honrou com sua confiança ao assinar o decreto que me outorga tão elevado título – e ao Exército, ao qual me ligo em permanente admiração por sua conduta exemplar, renovo meus agradecimentos à distinção que recebo e que procurarei honrar sempre.

Sr. Presidente, o Senador Edison Lobão encerrou dessa forma o pronunciamento para o qual pedi a transcrição nos Anais da Casa.

Peço também a transcrição das palavras proferidas pelo General Alburquerque e destacaria que em tempos em que se fala de Conselho que envolve e discute o papel da imprensa no Brasil, ninguém melhor que o Senador Edison Lobão, jornalista, articulista conhecido, advogado e político experiente, para nos unirmos no Congresso para uma profunda reflexão a fim de que o papel da imprensa não seja de forma alguma ameaçado, tendo em vista sua importância para a democracia brasileira.

Com grande prazer e com honra, concedo o aparte ao Presidente desta Casa, Senador José Sarney.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Senador Eduardo Siqueira Campos, tenho a suspeição de uma velha e profunda amizade pelo Senador Edison Lobão, mas quero dizer que foi de extrema justiça o reconhecimento que lhe fez o Exército brasileiro ao conceder-lhe a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar. O Senador Lobão é um dos melhores homens públicos deste País, um homem correto, inteligente, capaz e que, ao longo da sua vida pública, muito tem ajudado o Maranhão e o Brasil.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Presidente José Sarney. Não são muitos os Estados que podem se orgulhar de dizer que têm os seus três Senadores unidos, como é o caso do Maranhão, do Tocantins e da Bahia, tendo em vista os mais altos interesses desses Estados e suas condições de inserção. Esse é o caso do Maranhão, um caso único que integra o Nordeste e também a região

Norte por ter parte tão importante do seu território na Amazônia legal nesta vizinhança que nos honra muito.

Todos nós tocantinenses somos por demais conhecedores de toda a situação não só política, mas também social do Estado do Maranhão. Por isso, Sr. Presidente, senti-me honrado por ter sido convidado para aquele ato único no currículo do Senador Edison Lobão, ainda tendo em conta a minha alegria de ter, por hereditariedade, recebido esta condição de me considerar um de seus amigos nesta Casa, um de seus admiradores – e são muitos. Essa história começou, repito, nos tempos em que eu ainda percorria os corredores da Câmara dos Deputados, quando aprendi vendo a atuação de V. Ex^a e de meu pai, que atuaram juntos, que participaram de tantos embates juntos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Seguramente, herdei de meu pai a admiração e a amizade que tenho por V. Ex^a, o que muito honra a mim e, certamente, também ao povo do Estado do Tocantins.

Concedo um aparte ao Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Eduardo Siqueira Campos, não posso apartear V. Ex^a a não ser para o cumprimento de um dever que é cristão até, o dever da gratidão. Comovidamente, agradeço as palavras generosas de V. Ex^a, assim como as do Presidente José Sarney. Certamente um e outro foram movidos pela amizade profunda que nos une. Receba o sentimento profundo de agradecimento que vem do meu coração, pelas palavras que pronuncia, nesta manhã, no Senado Federal, a meu respeito. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Senador Edison Lobão, faço esta homenagem sincera em nome de toda a Bancada do Estado do Tocantins.

Sr. Presidente, encerro a minha fala dizendo que são poucos os Parlamentares que, como o Senador Edison Lobão, têm tantas homenagens e medalhas.

Aproveito para também homenagear a Bancada do Maranhão na pessoa da Senadora Roseana Sarney, do Senador João Alberto Souza, de V. Ex^a e do Senador que preside esta Casa por este momento tão importante e tão feliz para o Maranhão e, com certeza, para o Congresso Nacional, para o Senado da República.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

➤ Senador Edison Lobão,

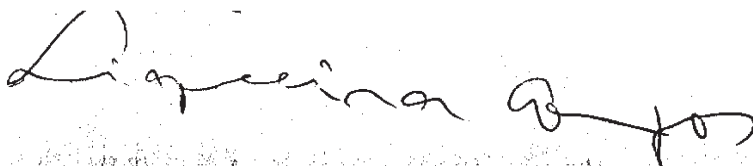
➤ Desta vez, a presença de Vossa Excelência entre nós é particularmente grata, porque celebra a sua promoção ao mais alto grau da maior distinção honorífica do Exército Brasileiro, em ato do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e atendendo a proposta formulada por nós.

➤ Tal honraria, assinalada somente àqueles que, de forma absolutamente original e destacada, consagram seus melhores esforços em prol do Brasil, distinguirá Vossa Excelência entre seus pares, e servirá como um testemunho marcante e perene da consideração e apreço que o Exército e seus integrantes lhe dedicam.

➤ O histórico de cooperação e amizade que o une ao Exército e a folha de serviços prestados por Vossa Excelência ao nosso País fundamentam minha absoluta convicção/ da justiça deste ato.

➤ É, portanto, animado de grande alegria e vibração, e em reconhecimento ao notável trabalho desenvolvido por Vossa Excelência em proveito das instituições nacionais e do Exército Brasileiro em particular, que tenho a honra de fazer-lhe a imposição das insígnias da Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar.

Brasília, DF, 9 de agosto de 2004



1

CONCESSÃO DA OMM AO SENADOR EDISON LOBÃO

▪ Excelentíssimo Sr Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, que mais uma vez nos concede a honra de sua presença em nosso Quartel-General;

▪ Excelentíssimo Sr Edson Carvalho Vidigal, Presidente do Superior Tribunal de Justiça;

▪ Excelentíssimo Sr Senador Edison Lobão e distintos membros de sua ilustre comitiva;

▪ Excelentíssimo Sr Senador João Ribeiro;

▪ Excelentíssimo Sr Eduardo Siqueira Campos;

▪ Excelentíssimos Senhores Oficiais-Generais;

▪ Senhores Oficiais;

➤ Desejo, em primeiro lugar, dar as boas-vindas ao Quartel-General do Exército a todos os nossos ilustres visitantes e dizer da satisfação que sempre nos proporciona a sua visita.

Exmº Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, político sábio e ao qual estou ligado por laços indestrutíveis de amizade.

Exmº Senhor Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Edson Vidigal, modernizador da Justiça Federal, meu amigo desde a juventude.

Exmº Senhor General do Exército Francisco Roberto de Albuquerque, Digníssimo Comandante do Exército Brasileiro, que lidera tão bem esta Força e a quem devo a elevada consideração de haver indicado o meu nome para o recebimento da Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar, desde logo a minha gratidão.

Senhores Oficiais Superiores.

Senhoras e Senhores Parlamentares.

Dignas autoridades presentes.

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Desde o Descobrimento, os portugueses que vieram colonizar a nova terra, apinhada do pau-brasil e das lendas que lhe cantavam outras riquezas inimagináveis, tiveram de enfrentar forças de outras nações, corsários e aventureiros para assegurarem a posse do Eldorado. Os franceses e os ingleses foram os primeiros a tentar tomar nesgas de regiões litorâneas brasileiras. Os holandeses, primeiro repelidos na Bahia, voltaram a atacar em 1630, em Pernambuco, e foram momentaneamente bem sucedidos. Mas a alegria holandesa só durou 15 anos até que, em sucessivas lutas, foram derrotados nas históricas batalhas de Guararapes.

Os portugueses, sozinhos, jamais teriam condições de levar de vencida os holandeses e as outras forças que, antes ou depois, buscaram apropriar-se das riquezas que não lhes pertenciam pelo primitivo direito da descoberta. Tiveram ao seu lado os chamados luso-brasileiros, já aqui, nascidos e motivados pelo amor à terra, os indígenas e os negros, compondo com flechas e arcabuzes os núcleos de grande bravura e de características militares.

Al nasceu o Exército Brasileiro, segundo historiadores. Oficialmente foi criado após a Independência, a 1º de dezembro de 1824 por decreto de D. Pedro I, que extinguiu os antigos corpos de milícias para organizar as forças militares nacionais. No entanto, nele incorporaram-se as tradições legadas pelos que, conhecedores do terreno e experimentados em algumas táticas de batalha, lutaram bravamente pela unidade territorial; aos que nos levaram à Independência; e aos tantos movimentos cívicos que, em diversas épocas, atenderam aos clamores da nacionalidade e impediram as tentativas de subversão da nossa vocação para a liberdade.

Na verdade, a história do Exército Brasileiro confunde-se com a história da Pátria. Paulatinamente organizando-se – com a construção de quartéis, fortificações, arsenais, hospitais e centros de preparação para as tropas -, e sempre se aprimorando, o Exército ofereceu à Nação Brasileira, desde os seus primórdios, a segurança da nossa integridade territorial, que se mantém inabalável graças ao perfeito entrosamento com a Marinha e a Aeronáutica.

Senhoras e Senhores, é este glorioso Exército que me confere a honra da Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar. Leva o meu modesto

nome a emparelhar-se com as insígnies personalidades brasileiras e estrangeiras alçadas a tão elevado grau honorífico. Vede, pois, a intensidade da minha gratidão ao receber tão notável distinção.

E essa distinção cria responsabilidades, quais sejam a de nos aproximarmos ainda mais dessa instituição e conhecer-lhe os feitos e os problemas.

São públicos e notórios os tropeços que vêm sofrendo as nossas Forças Armadas pela carência de recursos que lhes assegurem as condições ideais para a plenitude das suas atribuições constitucionais. Referindo-me especificamente ao Exército, este, das dotações orçamentárias que lhe caberão em 2005 – 0,8% do Orçamento da República -, está impedido de ativar investimentos para a execução de planos de crucial importância para a sua modernização.

E esse desgaste orçamentário está ocorrendo há uma geração, impondo-se que, até mesmo em caráter emergencial, providências devam ser acionadas para que nossas forças militares tenham os meios adequados para cumprir o que lhes determina a nossa Lei Maior.

Num documento das Forças Armadas, em trechos de sabor mais histórico que militar que me permito reproduzir, há o comentário de que, “guardada a devida proporção, o panorama atual da situação sugere a busca de inspiração em Caxias quando assumiu o Comando das tropas da Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai. A situação era tal que suas primeiras providências foram: - tratar e evacuar os feridos e doentes. Fortalecer o serviço de Saúde; - fardar e dar alimentação adequada à Tropa; - prover armamento e munição; - reativar a instrução e o adestramento; - pôr em dia o pagamento do pessoal; etc.”

Em outro parágrafo, é dito, com muita dignidade e brio, que “os militares sempre tiveram muito escrúpulo em expor e debater em público suas vulnerabilidades e fragilidades. Por isso, talvez tenham parte da culpa pelo desconhecimento que a sociedade civil tem sobre suas Forças Armadas.”

No entanto, Senhoras e Senhores, eu vos afianço que, na atualidade, a sociedade civil tem pleno conhecimento sobre as nossas Forças Armadas, dedicando-lhes profundo respeito e amizade. Sabe dos entraves orçamentários que dificultam, mas não impedem, o seu desempenho profissional.

E esse conhecimento ecoa na representação popular. No Senado e na Câmara, é praticamente unânime o sentimento da urgente necessidade de se fortalecer o aprimoramento das nossas Forças Armadas. Em razão dos impedimentos constitucionais, não tem sido possível ao Congresso a iniciativa de projetos que acudam às carências das três Armas. Nem a de interromper o ritmo do grave declínio dos recursos que lhes são destinados. Todavia estamos absolutamente acessíveis para aprovar as proposições que dêem às nossas Forças as dotações que correspondam à estatura política e estratégica do nosso País.

Voltando aos feitos pretéritos, convém lembrar que ainda nos nossos dias cultuamos nomes que tão fortemente contribuíram para o simbolismo histórico de nossas Forças Armadas. Caxias – entre tantos – não se aparta da lembrança dos brasileiros, assim como Tamandaré e Barroso, bravos soldados do mar, e Eduardo Gomes, patrono dos aviadores. Todos credores da gratidão das gerações passadas e futuras.

Ao longo da história – a partir do Império -, muitas vezes o Exército foi empregado em conflitos externos e dissídios internos. Em nenhum momento, porém, para o agasalho de postulados totalitários.

Nenhum de nós olvida o que foram as intervenções do Prata e da Província Cisplatina. Já desde aquelas campanhas os heróis brasileiros ali imolados o foram em defesa da liberdade e contra a opressão de agressores expansionistas.

Os nossos militares deram-nos sempre exemplos admiráveis de patriotismo e desambição. Toda vez que interferiram no processo político, fizeram-no para impedir que a Democracia sucumbisse ao tropel de regimes exóticos. Durante a segunda guerra, partiram para a Europa conscientes de que o sangue a ser ali derramado haveria de fecundar a Democracia naquele momento tão ameaçada pelo terror e pela opressão. E do campo das justas eles voltaram cheios de glória para o orgulho da Pátria. Naquele momento foram eles, os militares, os que mais contribuíram para a demolição de uma ditadura que ainda sobrevivia.

O Brasil, Senhoras e Senhores, nesta era de inovações tecnológicas de um universo globalizado, não pode ser surpreendido por ações que, por falta de apoio financeiro a aprimoramentos técnicos dos setores militares, superem suas condições de prevenção e reação.

Nos tempos atuais, em um mundo conturbado e com regiões vizinhas em situações conflitivas, disseminam-se por toda a população brasileira a preocupação e os anseios por tempos de segurança e de paz. Respalda-se ela especialmente no Exército para manter a confiança de que nossas fronteiras não serão violadas pelos que fazem da ilicitude e da violência a rotina de suas vidas anti-sociais.

Ao Senhor Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva - que me honrou com a sua confiança ao assinar o decreto que me outorga tão elevado título -, e ao Exército, ao qual me ligo em permanente admiração por sua conduta exemplar, renovo meus agradecimentos pela distinção que recebo, e que procurarei honrar sempre.

Muito obrigado.

➤ Senador Edison Lobão,

➤ Desta vez, a presença de Vossa Excelência entre nós é particularmente grata, porque celebra a sua promoção ao mais alto grau da maior distinção honorífica do Exército Brasileiro, em ato do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e atendendo a proposta formulada por nós.

➤ Tal honraria, assinalada somente àqueles que, de forma absolutamente original e destacada, consagram seus melhores esforços em prol do Brasil, distinguirá Vossa Excelência entre seus pares, e servirá como um testemunho marcante e perene da consideração e apreço que o Exército e seus integrantes lhe dedicam.

➤ O histórico de cooperação e amizade que o une ao Exército e a folha de serviços prestados por Vossa Excelência ao nosso País fundamentam minha absoluta convicção/ da justiça deste ato.

➤ É, portanto, animado de grande alegria e vibração, e em reconhecimento ao notável trabalho desenvolvido por Vossa Excelência em proveito das instituições nacionais e do Exército Brasileiro em particular, que tenho a honra de fazer-lhe a imposição das insígnias da Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar.

Brasília, DF, 9 de agosto de 2004

Gen Ex Francisco Roberto de Albuquerque
Comandante do Exército

Durante o discurso do Sr. Eduardo Siqueira Campos, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª será atendido na forma regimental na justa homenagem ao Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Mesa concede a palavra por dois minutos ao Senador Maguito Vilela.

Em seguida, disporá de 20 minutos o Senador Heráclito Fortes, que falará pela Minoria, e depois o Senador Mozarildo Cavalcanti, do PPS, que também falará por vinte minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, advertindo S. Exª de que a sessão encerra-se às 14 horas.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, então não haverá possibilidade de eu falar pela Liderança, porque o tempo já se encerra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª pode ficar inscrito, mas às 14 horas a sessão termina.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então, Sr. Presidente, faço um pequeno registro. Ontem, nós votamos o projeto da Sudene, mas não há o orçamento nem a verba, e não há como fazer, a não ser retirando do Fundo de Desenvolvimento Regional.

Quero lembrar isso, para que a Bancada do Nordeste se reúna na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O registro está feito.

Passo a palavra ao Senador Maguito Vilela por três minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Srªs e Srs. Senadores, falo em meu nome e em nome do Senador Demóstenes Torres. Ontem, Goiânia e Goiás foram tragicamente abalados pela morte de um jovem, o Dr. Leandro Bandeira de Carvalho Melo, filho de Miriam Ferreira de Carvalho Melo, minha conterrânea, e do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, Desembargador José Lenar de Melo Bandeira.

Leandro deixa o nosso convívio de forma trágica: foi assassinado no início da noite de ontem, durante um assalto, na porta de sua casa, na capital de Goiás, em Goiânia. Foi alvejado com um tiro nas costas, que atingiu o pulmão, o coração e a coluna vertebral.

Leandro pretendia seguir carreira na magistratura. Deixa um exemplo de luta, sua crença no trabalho como arma transformadora do mundo, como elemento essencial na construção de uma sociedade mais justa.

Seu pai, o Desembargador José Lenar, é o atual Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, tendo sido, ainda, um dos promotores mais brilhantes de toda a história do nosso Estado.

Apresentei hoje, e foi aprovado, requerimento para que o Senado Federal possa expressar, em meu nome, em nome do Senador Demóstenes Torres, em nome de Goiás, os nossos sinceros sentimentos, os pêsames pela morte desse jovem extraordinário.

Aos seus pais, Dona Miriam e o Desembargador José Lenar, aos seus irmãos, José Lenar de Melo Bandeira Filho, Dr. Francisco de Bandeira Carvalho Melo, também promotor de Justiça, Amélia Bandeira de Carvalho Melo, Flávio e Cristiane Bandeira de Carvalho Melo, a nossa solidariedade por este momento de profunda tristeza, extensivo a todos os familiares.

Agradeço muito, Sr. Presidente. Com tristeza, faço este registro da tribuna do Senado da República. Infelizmente, Goiânia está-se tornando uma capital insuportável. Há poucos dias, foi a casa do Senador Demóstenes Torres totalmente varada por balas, as-

sim como seu carro. Agora, o filho do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, um jovem de vinte e poucos anos, foi assassinado brutalmente, ainda à luz do dia, naquela capital.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, pela Liderança da Minoria.

V. Ex^a dispõe da palavra por vinte minutos, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não era minha intenção tratar do assunto que passarei a abordar a partir de agora enquanto não ouvisse no cenário próprio, que é a Comissão, a palavra do Relator e do Presidente.

No entanto, as matérias divulgadas no dia de hoje pela imprensa mudaram meu pensamento e meu comportamento com relação ao assunto. Trata-se do caso da CPMI do Banestado, comissão da qual faço parte desde a sua instalação.

Vou me prender a uma matéria publicada hoje pela **Folha de S. Paulo**, sob o título “Caso Banestado”, cujo subtítulo diz: “Fita da TV Senado flagra manobra do partido para retaliar PSDB”. Mais embaixo temos: “PT discutiu tática na CPI para preservar compadre de Lula”.

A pedido da **Folha**, o diálogo, travado em voz baixa e com trechos ainda inaudíveis, foi degravado ontem pelo perito Ricardo Molina, da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

No diálogo, o relator da comissão, José Mentor, qualifica Teixeira como “compadre do Lula (...)”, e é meu amigo”.

O relator indicou ter material suficiente para tomar depoimentos de pessoas relacionadas ao presidente da comissão, o senador Antero Paes (PSDB – MT), com quem trava uma batalha política na comissão [que é de conhecimento de toda a Nação].

“Eu tenho um caminhão! É que eu não quero fazer desse jeito, nós não vamos desse jeito, vamos fazer de outro jeito”, disse Mentor, referindo-se à estratégia a ser adotada contra os tucanos.

“Nós vamos convocar o pessoal dele [do senador Antero] também”, afirma o deputado Eduardo Valverde. Mentor então tenta tranquilizar seus colegas petistas sobre os rumos da CPI: “Nós [conseguimos] fazer maioria aqui”.

Ouvido ontem pela reportagem, Valverde confirmou que a tática do partido é a reta-

liação na CPI. “É lógico. Se atacar, recebe. É bateu, levou”.

Evidentemente, essa frase não é de inspiração própria de Valverde, que foi buscá-la num Governo recente, o qual, em muitos momentos, o atual tenta copiar.

Ele afirmou que “tem muita coisa” contra o “tucanato e esse pefelê [PFL]”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há dúvida de que a CPI hoje está politizada, mas quero aqui dizer que, em momento algum, a sua politização se deu por culpa do PFL e nem também – vou mais além, para ser justo – do PSDB. A politização começou na sua convocação, cujo objetivo era atingir o Presidente nacional do nosso Partido.

A politização se deu quando se quis convocar, de maneira descabida, uma jornalista que fez a apresentação do programa do Sr. José Serra e que transferiu para os Estados Unidos US\$32 mil. Por esses motivos, houve a sua convocação, e, a duras penas, foi substituída por uma carta com explicações. O valor remetido estava fora, inclusive, daquilo que tinha sido estabelecido, que era US\$80 mil.

Senador Paulo Paim, a politização se deu quando se quis quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico do diretor da Rede RBS do Rio Grande do Sul, o Sr. Sirotsky. À época, inclusive, Senador Paulo Paim, eu lhe perguntei o porquê disso. Depois é que se soube que militantes do PT do Rio Grande do Sul, há cerca de três anos, tiveram um entreviro com aquele homem de comunicação por conta de confusões de terra envolvendo o MST do Rio Grande do Sul.

A politização se deu quando se colocou dentro daquela CPI, com acesso a todos os segredos e sigilos, um assessor de nome Fidel, vindo do mercado financeiro, do mercado privado, e que tinha participado de venda e de incorporação de bancos recentemente.

Não foi o PFL – e nem o PSDB – que politizou a CPI!

Sr. Presidente, o fato grave do bateu-levou do Sr. Valverde é que é exatamente ele, Senador Antonio Carlos Magalhães, que diz “vamos retaliar” e remete para a CPI uma convocação do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, sem nenhuma razão, sem nenhuma justificativa. Segundo a imprensa, misteriosamente, depois de ouvir conselhos de algumas cabeças pensantes do seu Partido, retirou tal convocação. Quero dizer que, para mim, como membro daquela Comissão e como Líder que fui – com muita honra – do ex-Presidente da República, isso não basta. Ele tem que explicar por que convocou e, se retirou a convocação, por que o fez. Não podemos fazer uso

de CPIs para vendetas pessoais nem tampouco para o jogo do bateu-levou.

Essa CPI precisa explicar por que quebrou o sigilo bancário dos banqueiros brasileiros. Precisa ser explicado o porquê da quebra dos sigilos telefônicos. Não é se adiando, Srs. Líderes, Srs. e Srs. Senadores, por uma semana, duas ou três que vamos conseguir alguma coisa. É tapar o sol com a peneira.

Penso até que a Comissão de Ética tem que tomar a iniciativa de pedir a cópia dessa fita, que teve parte do seu conteúdo degravado e publicado na **Folha de S. Paulo**.

É preciso que essa CPI dê uma satisfação à sociedade e que possamos explicar o porquê da sua convocação, o seu objetivo, ou, então, calarmos todos e darmos razão ao Sr. Boris Casoy quando diz que é uma vergonha e que ela acabará em *pizza*. Até pode acabar em *pizza*, mas não com a concordância do PFL, não com a concordância deste membro da CPI.

Tenho sido, durante todo esse período, um moderador. Tenho alertado, inclusive, para o caso dessa quebra de sigilo, que se deu dois dias após eu ter conversado, coincidentemente, com o Ministro do Supremo Tribunal Federal. S. Ex^a falava-me de outro caso que nada tinha a ver com a CPI do Banestado e disse-me que estavam vivendo o constrangimento de terem que negar quebra de sigilo de bandidos porque os pedidos estavam vindo coletivamente, num bojo onde havia pessoas de bem. As CPIs só podem quebrar sigilo individualmente e com justificativas claras, mas não foi isso o que aconteceu.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Heráclito Fortes, permite-me um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o maior prazer, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Heráclito Fortes, estou vendo a indignação de V. Ex^a e fico estupefato, porque V. Ex^a tem sido, como acaba de dizer, um bombeiro, no sentido de trazer ordem às desavenças que se estabeleceram no âmbito da CPI. V. Ex^a, que é um homem de atitudes firmes, mas é um moderado por índole – sou testemunha disso, porque tenho participado também da busca de entendimentos entre as autoridades maiores da CPI –, tem sido um defensor intransigente da busca de entendimento e da legalidade, como acaba de dizer. O que se quer é trazer para a trilha da legalidade os procedimentos da CPI. A CPI, contrariando normas, deu um tiro de doze: pediu a quebra do sigilo bancário de jornalistas, de banqueiros, de mil pessoas. Vieram caixotes

e caixotes cuja verificação é extremamente difícil; o produto da quebra é difícil de ser averiguado. O correto seria, como V. Ex^a acabou de dizer, fazer o pedido focado, com argumentos focados individualmente. O primeiro passo é trazer de volta para a legalidade os procedimentos da CPI – algo com que concordam os Líderes e V. Ex^a, que participou das conversas e dos entendimentos, algo que nós, do PFL e do PSDB, procuramos levar a efeito. O Relator da CPI apresentou um requerimento que estabeleceu um mundo de quebras de sigilo, quebras que podem ser entendidas pela Justiça – já há demanda no Supremo – como ilegais, desmoralizando a Comissão Parlamentar de Inquérito. O que estamos querendo? Colocar no leito da legalidade a CPI. O segundo ponto é que uma Comissão Parlamentar de Inquérito que trabalha há mais de um ano já tem um acervo de informações suficiente para que se produza um relatório. É preciso que sejam ouvidas mais algumas pessoas? É possível. Mas é o mundo todo ainda? Não, são algumas pessoas. Vamos buscar o consenso para convocarmos as últimas pessoas e prepararmos o relatório, para que aquilo que a sociedade espera, um relatório conclusivo e corretor de rumos, possa ser apreciado pela Comissão. Estou vendo a indignação de V. Ex^a, e isso me preocupa, porque V. Ex^a é uma das pessoas mais equilibradas da Comissão. V. Ex^a topou naquilo que V. Ex^a leu e eu também li na **Folha de S. Paulo**, que é foi a degravação de um diálogo entre integrantes do Partido dos Trabalhadores que participam da CPI. Diante disso, o que V. Ex^a quer é um esclarecimento. Quando V. Ex^a fala em Conselho de Ética, quer um esclarecimento, quer que aquelas pessoas digam se aquilo é verdade ou não. V. Ex^a quer que respondam às seguintes perguntas: “Foi isso o que V. Ex^a quis dizer? V. Ex^a está querendo fazer da CPI um instrumento de retaliação político-partidária?” Ou, então, que digam: “Não é isso não”. Vamos procurar colocar a Comissão Parlamentar de Inquérito no rumo correto. Que venham esclarecimentos e não retaliações, porque isso não interessa a ninguém e muito menos à sociedade! Quero hipotecar a minha mais absoluta solidariedade à sua ação como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito e me manifestar solidariamente com a sua indignação. V. Ex^a está coberto de razão.

O Sr. Magno Malta (PL – ES) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em seguida, darei o aparte a V. Ex^a, Senador Magno Malta. Complementando o que disse V. Ex^a, Senador José

Agripino, penso que tanto V. Ex^a quanto o Presidente Nacional do nosso Partido devem interpelar o Deputado Valverde para que diga claramente o que tem contra o pefelê. Mas que diga com todas as letras e apon-te o que tem contra pefelistas, tucanos, ubambistas, guerreiros, santos, porque esta CPI não pode deixar ninguém debaixo do tapete, nem os que estão envol-vidos em concorrência de ônibus, nem os que tiveram as suas contas pagas misteriosamente, e nas suas cidades dizem que foram os proprietários de ônibus. As cartas chegaram. Não cito aqui, de maneira clara, porque não divulgo e não me baseio em carta anônima, mas também não dou o direito a que se generalizem as coisas como estão fazendo.

O Senador Magno Malta é testemunha. S. Ex^a deixou a CPI, mas ainda era membro da CPI quando um Procurador da República e um servidor da Polí-cia Federal disseram publicamente que havia mais de 400 políticos envolvidos em falcaturas, em contas ilegais. Pedi que fossem apresentados e fomos para uma sessão secreta, mas só apareceram três nomes, nomes que estão aí e já eram falados há quinze, vinte anos. Ou seja, as suspeitas não eram novidade. Mas, mesmo assim, nem a Procuradoria nem a Polícia Fe-deral encontraram motivos para condenação ou para algum procedimento legal. Um deles, inclusive, está sendo defendido do depoimento pelo próprio Relator da Comissão.

Essas coisas, portanto, não podem ser tratadas dessa maneira, com chantagem, dizendo que existem coisas contra fulano e sicrano. Não podemos permitir que nada nessa CPI vá para debaixo do tapete, porque será a desmoralização da Comissão e desta Casa, ou melhor, das duas Casas do Congresso Nacional.

Concedo o aparte ao Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (PL – ES) – Senador Herá-clito Fortes, o pronunciamento de V. Ex^a vem em boa hora e com muita lucidez e equilíbrio. Na verdade, uma CPI tem de observar o eixo da legalidade. Presidi uma das maiores CPIs deste País – na época, V. Ex^a era Deputado Federal comigo –, a CPI do Narcotráfico, e fui para essa CPI aqui, no Senado, muito animado, na esperança de que o maior instrumento de desrespeito à sociedade brasileira, que é o instrumento da lavagem de dinheiro, pudesse de fato ser passado a limpo. V. Ex^a acompanhou comigo aqueles primeiros dias, até o meu desligamento da Comissão, porque cheguei a um ponto em que entendi que uma CPI que começa a se digladiar pública e partidariamente, não vai chegar a lugar nenhum. E saí recusando-me a assinar um rela-

tório que, entendo, será pífio. Eu dizia, naquela época, que o relatório da CPI do Banestado seria um relatório que indiciaria as sacoleiras do Paraguai. Foram elas as culpadas por tudo que aconteceu. Veja bem, Senador Heráclito Fortes, uma CPI com essa envergadura não pode ter apenas um Relator. Lembro-me de que a CPI do Narcotráfico indiciou 864. O Relator Moroni Torgan fez diversas sub-relatorias, envolvendo todo o corpo da CPI, porque uma CPI dessa natureza, com o volume de documentos que possui, não pode estar na mão de uma só pessoa, pois ela não dará conta. Em relação à questão dos sigilos bancários, não é possível que se- jam quebrados coletivamente. É necessário que haja critério, como afirmou V. Ex^a: quebra de sigilo bancário tem que ser feita individualmente e com fundamenta-ção. Quando se quebra sigilo bancário coletivamente, põe-se o joio no meio do trigo e, normalmente, nesses casos, quem paga é o trigo, porque ficam desmoraliz-ados os de bem. Muitas pessoas são citadas em de- poimentos, quando, na verdade, não têm nada a ver com o cerne do problema. E as pessoas citadas não têm que ter necessariamente o seu sigilo quebrado. Quando se faz isso coletivamente, expõem-se também as pessoas de bem. Então, percebi todas essas coisas após a volta dos Estados Unidos, quando estive com o Ministério Público americano e, pela segunda vez, com a própria CPI, descobrimos que havia o interesse daquele procurador de Foz do Iguaçu de ter os docu-mentos. Falando em inglês, ele dizia que uma CPI não valia nada, só valia se o Ministério Público a acatasse. Inclusive, naquele momento, o próprio Ministério Público americano disse que o procurador não poderia estar lá porque a esposa dele havia trabalhado no Banestado na questão de remessa para o exterior. Voltei, então, desencantado e pedi o meu desligamento. Hoje, após esse seu pronunciamento tão lúcido – e V. Ex^a tem-se mostrado assim ao longo desses dias na CPI –, vejo que eu estava correto quando me desliguei, porque tinha plena consciência de que chegaríamos a um mo-mento como este, quando o nosso Presidente Antero Paes de Barros e o Relator José Mentor têm vivido dias de guerra por conta de picuinhas partidárias. As- sim, parabeno V. Ex^a e digo, com muita tristeza, que a Nação terá o relatório de uma CPML que, a meu ver, já morreu, com muitos documentos importantes nas mãos de pouca gente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a toca em um ponto fundamental: por que o Relator não indicou os sub-relatores? Foi pedido. Fizemos esse pe- dido várias vezes. Por que o acesso dos membros da

CPI a esses documentos é limitado? Ninguém toma conhecimento, e tem-se que fazer a defesa por intuição. Senador Tasso Jereissati, no dia em que li no jornal que a culpa do vazamento das informações sobre o Sr. Henrique Meirelles era da CPI, vim a esta tribuna sem ouvir ninguém e afirmei com convicção: ou é fogo amigo ou alguma apuração paralela de quem tem acesso a esses documentos. Porque, em nenhum momento, Sr. Presidente, a declaração de bens do Sr. Henrique Meirelles chegou à CPI, pelo simples fato de que o nome dele nunca foi citado. Ele nunca...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Peço mais um pouquinho de tempo à generosidade gaúcha de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza, serei tolerante com V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em nenhum momento ele foi citado, em nenhum momento houve nada que desse motivação para se ter do Sr. Henrique Meirelles outros dados, quanto mais a sua declaração de bens, ou declaração de renda.

V. Ex^a é testemunha de que, quando estourou o caso Parmalat, solicitei que mandassem uma comissão ouvir o juiz, porque um dos diretores da Parmalat, que cometeu inclusive suicídio, declarou que tinha mandado dinheiro para políticos brasileiros. Levantei uma questão de ordem e solicitei que se fosse à Itália apurar isso. Até hoje! Até hoje!

Quero, Senador Eduardo Azeredo, antes de lhe conceder o aparte, com a generosidade do nosso Presidente, dar um depoimento sobre o Senador Antero Paes de Barros. Até onde sei, se S. Ex^a cometeu algum pecado, é pecado de boa-fé, porque assinou conjuntamente todos os documentos que lhe foram solicitados. Não vi o Senador Antero Paes de Barros com nenhuma preocupação de bisbilhotice, nem de andar atrás da vida alheia. Aliás, poucas viagens fez, acompanhando o roteiro, cumprindo a sua missão. Pode ser que, amanhã, surpreenda-me com um outro fato, mas, até agora, o depoimento que dou é esse.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência, sem querer incomodar o aparteante, só quer lembrar que o tempo do orador já terminou, então peço a maior brevidade possível a S. Ex^a e ao Senador Tasso Jereissati, em seguida.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E ao Senador Antonio Carlos Magalhães, para ser justo. O meu pronunciamento não seria completo sem ouvir os três companheiros.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Heráclito Fortes, detive-me aqui no plenário para poder ouvir o seu discurso e com ele concordar. A CPI é um instrumento democrático importante do Parlamento, mas, lamentavelmente, essa ferramenta do Poder Legislativo está-se vulgarizando. Não é pelo caminho da politização, do uso excessivo de CPIs, que conseguiremos levar adiante o nosso trabalho. Veja bem que algumas facetas do que se busca em CPI são muito mais adequadas ao trabalho da Polícia Federal. Recentemente, houve a chacina de Unaí, em Minas Gerais, em que a Polícia Civil mineira e a Polícia Federal fizeram um belíssimo trabalho, discreto, sem alarde, sem precipitação. Lamentavelmente, não temos visto isso ocorrer em outros episódios no Brasil, onde as pessoas jogam na rua o nome de alguns, sem terem confirmado as informações recebidas, de maneira responsável e adequada. Então, parabênizo V. Ex^a pela sua intervenção. Sou suplente da CPI do Banestado e, desde o primeiro momento, senti que a politização da CPI não levaria ao bom caminho. Não é possível que nós, da Oposição, sejamos agora acusados de termos vazado informações que não detemos. O Partido do Governo é que precisa dar uma explicação cabal sobre os vazamentos ocorridos e, de uma vez por todas, acabar com a precipitação em relação à honorabilidade de tantas pessoas no País.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a e concedo um aparte ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância quanto ao aparte. Senador Heráclito Fortes, a situação a que estamos assistindo é complementada pelas notícias publicadas hoje no jornal **Folha de S. Paulo** e pelo depoimento que V. Ex^a acaba de fazer, um dos mais graves feitos nesta Casa ultimamente, porque não é isolado, mas faz parte de uma seqüência de acontecimentos assustadores. Veja bem, há poucos minutos, indignava-me em relação à discussão das parcerias público-privadas. Por quê? Porque a repetição de determinados argumentos que não são verdadeiros – como o de que a Oposição atrasa o País por não votar as PPPs e não apresentar alternativa técnica ao projeto, apenas por argumentos políticos –, começa a torná-los verdade aos olhos de todo mundo. Isso é típico do fascismo:

não argumenta na essência, naquilo que é principal. Esse é o caso das PPPs, em que se está colocando um projeto que viola de maneira gravíssima os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma das grandes conquistas deste País, e de maneira mais grave ainda os princípios da Lei de Licitações, que, do ponto de vista moral e da transparência, é a mais importante lei elaborada neste País nos últimos anos. Pode-se iludir o público brasileiro de maneira brutal em relação ao estabelecimento de parcerias público-privadas, quando a parceria é pública-pública ou privada-privada. Mas isso é técnica fascista. Vejam bem a sequência: impor censura aos jornalistas, criando a Fenaj; criar a Ancinav, controlando os meios de comunicação audiovisual do País; regulamentar, dando “flexibilidade”, a lei que quebra os sigilos bancários e fiscais; publicar decreto impedindo que funcionários públicos falem com a imprensa. E agora, claramente, dois Deputados do PT disseram que estão usando esta Casa e um instrumento institucional da maior importância para servir de retaliação contra a Oposição, que procura fiscalizar de forma legítima o Governo deste País. V. Ex^a complementa com esse depoimento, como disse, gravíssimo sobre o comportamento dos membros da aliança do Governo nessa CPI, usando confessadamente, Senador Antonio Carlos Magalhães, como está escrito, violando e tendo um “caminhão” de documentos de todo o País praticamente para responder e retaliar, se for necessário, a quem ousar fazer Oposição neste País. Esse caminho é muito sério, é muito grave. Aproveito a oportunidade em que V. Ex^a levanta essa questão para chamar atenção de toda a Oposição e da opinião pública deste País.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte. V. Ex^a aborda uma questão lógica, que é o uso de métodos fascistas, trazendo alguns pontos dessa teoria a ser empregada pelo Governo. Na prática, temos um fato de fazer inveja a gringo. Começamos a semana tendo como foco o Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, e o Sr. Cássio Casseb e encerraremos a semana com o impasse da imprensa envolvendo o Deputado José Mentor e o Senador Antero Paes de Barros; o Senador como Cristo e o Deputado como alguém descartável.

Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador Heráclito Fortes, depois de ouvir os apartes dos Senadores Eduardo Azeredo e Tasso Jereissati, poderia dispensar a oportunidade. Estão-se vulga-

rizando, como disse muito bem o Senador Eduardo Azeredo, as CPIs, pois vários de seus membros querem mais o holofote do que a apuração verdadeira dos fatos. Tem razão o equilibrado Senador Marco Maciel – talvez não haja ninguém mais equilibrado do que S. Ex^a – em não assinar nenhum pedido de instalação de comissão parlamentar de inquérito. Apresento hoje um projeto determinando que cada membro de comissão parlamentar de inquérito tem que ser investigado antes de investigar, ou seja, apresentar a quebra dos seus sigilos bancário, fiscal e telefônico. Isso será importante e até diminuirá a afluência de membros da CPI. Por outro lado, tenho que dizer que isso é também uma briga interna do Governo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Um fogo amigo.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – É um fogo amigo. Ainda hoje, foi publicado um diálogo na **Folha de S. Paulo**, no qual se deseja chamar o Sr. Roberto Teixeira da Costa, compadre do Presidente Lula, para apertar Sua Excelência. Quer dizer, querem fazer chantagem desse tipo até com o Presidente. E a matéria não é uma opinião, é uma gravação. Portanto, o Sr. José Mentor presta um mau serviço ao Brasil, quando faz mais de 1.400 aberturas de sigilos bancário, telefônico e fiscal, com uma massa de informações que não deveria caber a essa CPI. São coisas que a Polícia Federal poderia investigar perfeitamente, porque ela está investigando muito bem os fatos e, às vezes, com mais isenção do que os políticos. Portanto, esse assunto é grave demais para que se continue na mesma linha. Ou se termina a CPI com prazo determinado, é claro, com elaboração do relatório, ou teremos a desmoralização do Congresso, o que já está começando a ser feito pela imprensa, como já se viu em dois ou três artigos de **O Estado de S. Paulo**. V. Ex^a presta um valioso serviço ao País ao fazer esse importante discurso, como qualificou o nosso Senador Tasso Jereissati, que é um líder nato e conhece, como poucos, esses assuntos econômicos. Daí por que entendo que o Brasil vai sofrer, inclusive internacionalmente, um grande prejuízo. Se o Governo não está vendo isso é porque está cego, pois isso está sendo feito por membros do PT.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, agradeço muito o aparte de V. Ex^a, que é sempre enriquecedor.

V. Ex^a tem total razão pois tanto a Polícia Federal como o Ministério Público, quando se dedicam às suas tarefas, fazem um serviço perfeito. O ruim é quando

tanto membros do Ministério Público como da Polícia Federal desviavam-se das suas funções e resolvem ser repórteres ou fontes.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– A exemplo do Procurador Luiz Francisco.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Aí,

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que a coisa se desvirtua.

V. Ex^a solicita um aparte, Senadora Ideli Salvatti? Com o maior prazer. Seria injustiça não ouvi-la.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Heráclito Fortes, estava em meu gabinete ouvindo o seu pronunciamento, mas não o ouvi na íntegra tendo em vista que me desloquei para o plenário. Nos últimos dias, temos nos dedicado, V. Ex^a, tantos outros parlamentares e vários Líderes, a buscar encontrar um caminho para apaziguar as coisas na CPI do Banestado, no sentido de que ela volte a encontrar o seu objetivo, a sua maneira de operar dentro da legalidade, dentro do que se espera obviamente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e que a luta político-partidária não se instale, não permaneça como um viés que acaba movimentando as paixões, principalmente a poucos meses das eleições. Infelizmente creio que ainda não fomos bem-sucedidos porque a guerra continua. E, no dia de hoje, fui surpreendida com a reportagem publicada a respeito do vazamento de uma fita da TV Senado. A fita não é de uma sessão, que é pública, mas do plenário depois da sessão encerrada. E como não registrava a sessão, a TV Senado, em primeiro lugar, não poderia mais estar gravando, já que não se tratava de atividade pública. Ou, ao perceber que estava gravando, deveria ter interrompido; se só descobriu depois, deveria ter deletado. Não tem cabimento. Fico a me perguntar se todos nós não precisamos ficar preocupados com o que comentamos, pois afinal fazemos brincadeiras aqui no plenário. Fico imaginando se vazarem algumas dessas brincadeiras que fazemos aqui um com o outro. O que acontecerá? Já houve outros episódios semelhantes na história política brasileira, envolvendo antenas parabólicas. Agora, para fazer justiça, no texto da matéria publicada, quando fui questionada pela imprensa, aparece uma frase entre aspas, do Deputado José Mentor, que considero extremamente elucidativa. Ele usa a palavra “caminhão” para dizer que existe muito material, muito papel, mas, ao responder à convocação de “vamos fazer”, responde de forma muito clara: “Tenho um caminhão e não quero fazer desse jeito. Nós vamos fazer de outro jeito.” Não vamos fazer do jeito que está sendo feito e que

temos acompanhado, V. Ex^a é testemunha. Há critérios. Podemos até ter errado no aspecto processual. Já tenho, inclusive, dúvidas se acertamos. Porque todos nós fizemos. V. Ex^a, depois de várias quebras de sigilo, levantou a questão, não é?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, foi na primeira quebra. Só que, na ocasião, a maneira como foi feita a quebra foi inusitada, um chamado guarda-chuva. A partir daí, levantei a questão, e ele inclusive pediu um crédito de confiança à Comissão.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Mas, de qualquer forma, veja bem, têm sido pinçados alguns casos. Há critérios para a quebra de sigilo: a partir de um determinado valor, de um determinado dado, quem movimentou aquele tipo de conta, etc. Mas, se por esses critérios, houve duzentas quebras de sigilo, aparece na imprensa uma delas, pinçada, escolhida a dedo e reiteradas vezes, Senador Heráclito, num único foco, com um objetivo muito visível de quem e o quê se está tentando atingir com isso. Hoje de manhã, além de todo esse tumulto, tivemos outros aqui, inclusive o da Parceria Público-Privada, Entendo que efetivamente temos que parar de bater boca, precisamos sentar, negociar e aperfeiçoar esse projeto de uma vez e votar. Essa reportagem causou-me estranheza e procurei o Senador Paulo Paim para questionar o vazamento. Veja, as sessões públicas são gravadas, mas essa fita registra um período depois da sessão terminada. Os vazamentos não são apenas de documentos, agora também de fitas da TV Senado. Levei a minha preocupação ao Senador Paulo Paim e, em seguida, ao Presidente José Sarney, que me indicou o pessoal responsável pela área de comunicação. E veja, Senador Heráclito, que, por coincidência – pode ser só coincidência –, quem requisitou a fita foi o Presidente da CPMI. Pode ser só coincidência, mas sou até obrigada a dizer isso aqui. Fiquei surpreendida. A fita não é de uma sessão pública, mas de uma conversa, a exemplo de inúmeras que fazemos entre nós, sem perceber que o microfone está ligado. A reportagem diz, inclusive, que está sendo degravada pelo perito Ricardo Molina, da Unicamp. Então, concluindo, Senador Heráclito, se me permite, penso que todos nós temos que continuar no esforço coletivo de buscar colocar essa CPMI novamente nos eixos, no seu objetivo central, na sua tranquilidade. Porque o que está sendo investigado ali realmente é muito importante, é muito sério, é relevante para o País, não é um assunto qualquer, envolve muito dinheiro, há muitos indícios de ilegalidade que precisam ser sanados. Nós

precisamos fazer isso com a tranquilidade que, neste momento, não consigo perceber no andamento dos trabalhos da CPMI.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a completa, com chave de ouro, o meu pronunciamento.

Fico muito feliz de ouvir da Senadora Ideli Salvatti, Sr. Presidente, esse depoimento, porque vejo exatamente a transformação da guerreira, da incendiária da CPI no seu início, de uma das autoras, em uma moderadora, que hoje só traz de fogo, na sua caminhada, a elegância do vermelho das suas roupas. A posição de S. Ex^a como bombeiro é fantástica. E o seu papel merece de todos nós o maior respeito. Mas quero dizer que o motivo do meu pronunciamento não é a degravação, mas uma declaração do Deputado Eduardo Valverde de que há denúncias contra este pefelê. É exatamente isso, Senadora. Enquanto tentamos ser bombeiros, algumas pessoas do seu Partido procedem dessa maneira.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, para encerrar, darei um depoimento com relação a essa fita. Estou sabendo agora pela Senadora que foi o Senador Antero, e S. Ex^a irá responder. Mas quem estava naquela sessão, naquele dia, ouviu o diálogo. Realmente, por uma inadvertência da técnica ou sei lá de quem, o diálogo ficou ao alcance do microfone. Mas nós, que estávamos ali – e para a imprensa é natural que se utilize o gravador –, ouvimos aquilo. Depois, até chamei a atenção de um companheiro para o fato.

Eu gostaria de encerrar, Senador Antonio Carlos Magalhães, chamando a atenção para um fato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito Fortes, permita-me dizer-lhe que eu teria de encerrar a sessão agora, pois já são 14 horas. Todavia, vou prorrogá-la por mais quinze minutos para que o Senador Mozarildo Cavalcanti possa fazer o seu pronunciamento.

Faço um apelo a V. Ex^a que conclua agora.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

Participamos de reuniões exaustivas ontem e antes de ontem, inclusive por sugestão da moderada Senadora Ideli e do Senador Mercadante – a quem quero fazer justiça; os dois têm lutado para encontrar uma solução, e não para que se coloquem os fatos debaixo do tapete. Transferiu-se a reunião de 13 horas para as 15 horas, com um almoço no gabinete do

Senador Ney Suassuna. Quando cheguei à Comissão, havia uma verdadeira luta armada da Câmara contra o Senado, como se os Senadores quisessem conduzir sozinhos uma comissão, e os Deputados estivessem sendo alijados.

À noite, vejo na imprensa o Deputado Paulo Bernardo, como representante da Câmara, participar do almoço. Na véspera, participei de um encontro, com o Senador Azeredo presente, com o Deputado Custódio Mattos, como Líder do PSDB; e o Deputado Aleluia delegou um representante para participar das negociações.

Criou-se esse movimento – e aí vêm as teses dos Senadores Antonio Carlos e Tasso Jereissati: são os métodos nazi-fascistas para se tentar desviar. É bom que fique bem claro, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores e o Brasil, que nos está assistindo, que não é a Oposição brasileira que não quer que a CPI prossiga. São os que quebraram o sigilo de banqueiros, invadiram os telefones de famílias e de pessoas que nada têm a ver com essa CPI; são os que molestaram a vida de brasileiros, que não têm explicação para dar e não encontram uma justificativa para argumentarem sobre o porquê de haverem convocado o ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em um momento em que a CPI nem sequer aceitou ouvir centenas e centenas de pessoas – estas sim deveriam dar explicações à CPI!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu apenas gostaria de pedir que seja registrado na íntegra, como pronunciamento, o requerimento que encaminho à Mesa, solicitando a inserção de aplauso à Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos pela decisão de considerar a morte do Frei Tito de Alencar Lima de responsabilidade do Estado e pela indenização paga aos seus familiares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Requerimento nº /2004

Requeiro, nos termos dos artigos 222 do Regimento Interno, a inserção em ata de voto de aplauso à Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos pela decisão de considerar a morte do Frei Tito de Alencar Lima de responsabilidade do Estado e pela indenização paga a seus familiares.

Justificativa

Houve um tempo no Brasil em que era preciso lutar para ser bom. Nesse tempo, ser generoso, querer a promoção e dignidade do ser humano – qualquer ser humano – era um verdadeiro crime. Esse foi o “crime” de Frei Tito de Alencar Lima.

Por conta de sua alma que abrigava o mesmo amor de Cristo pelos homens, Frei Tito foi um dos milhares de presos políticos brasileiros no regime militar que se instalou após o golpe de 1964. Sua via crucis foi das câmaras de tortura em São Paulo ao banimento e exílio, acabando com sua morte na França, levado ao suicídio por não poder conviver com a dor que carregava dentro de si, com a sensação de tortura continuada ao longo da vida, mesmo já fora do alcance dos seus algozes. Essa é a desgraça dos que foram torturados.

“Marca de tortura não sai, não passa”. Essa era a frase preferida dos torturadores da Operação Bandeirantes e do Dops. A única em que tiveram razão. A ciência hoje prova, através dos estudos sobre a Síndrome Pós-Trumática da Tortura, que a marca da tortura persegue o torturado até o fim dos seus dias. Frei Tito não conseguiu livrar-se desse trauma.

Sua vida foi uma soma de resistências em nome do amor à humanidade. Décimo-quinto filho de uma família tradicional do Ceará, aprendeu em casa que tudo deveria ser dividido entre todos. Foi da Juventude Estudantil Católica – a JEC – antes de escolher o sacerdócio na Ordem dos Dominicanos. Em nome dessa paixão pelo divino que há no homem, Frei Tito apoiou todas as formas de luta de libertação, como representante da geração católica saída do Concílio Vaticano II, quando a Igreja definitivamente se abriu

para os excluídos. Citando dom Tomás Balduino, "Tito está nessa corrente, nesse fluxo extraordinário de iluminação, de vida nova que envolveu a Igreja e o mundo".

Preso em novembro de 1969 pelo Esquadrão da Morte, Frei Tito passou pelas mais bárbaras formas de tortura. Foi processado, juntamente com dezenas de pessoas e companheiros da Ordem Dominicana, incluindo aí o nosso querido companheiro Frei Betto, hoje assessor especial da Presidência da República. E resistiu. Pouco mais de um ano depois foi trocado pelo embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, junto com outros 70 presos. Foi banido, perdeu a cidadania brasileira. E resistiu. Viveu no Chile e na França. E resistia. Até que o pânico da tortura e perseguição continuada se instalou em sua mente. Aí não mais conseguiu resistir. O testemunho pessoal de Frei Betto também foi muito importante para resgatar o que se passou com Frei Tito

No dia 10 de agosto de 2004, ante-ontem, trigésimo aniversário de sua morte, a família de Frei Tito pôde ver reconhecido o direito de atribuí-la às torturas da ditadura, por ele já não saber o que era vida ou morte, por sentir-se eternamente perseguido. Graças à lei 10.875, de primeiro de junho deste ano, a Comissão de Mortos e Desaparecidos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos lhe reconheceu esse direito.

Nesse mesmo dia, em Fortaleza, João Caldas Valença, na época também dominicano e seu companheiro na sala de torturas, inaugurou, junto com dom Tomás Balduino e frei Fernando de Brito, o Instituto de Educação para os Direitos Humanos Frei Tito. Fica na rua Joaquim Nabuco, no Centro. É o primeiro, que se há de multiplicar. Como disse Valença, que a morte de Tito seja a ressurreição da vida. Ou, como ensinou Jesus, na semente está contido o reino. Abençoado Tito.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 2004.



Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Sr. Presidente, passo à Mesa o projeto que eu disse que apresentaria e peço a bondade de V. Ex^a para fazê-lo publicar amanhã e que o faça constar do expediente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a será atendido também na forma regimental.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Muito obrigado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Como já havia anunciado a concessão da palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, em seguida, eu a concederei a V. Ex^a, pela ordem. O Senador Mozarildo Cavalcanti falará por quinze minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB

– MT. Pela ordem.) – Quero pedir a palavra porque fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a terá o direito à palavra logo após o pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra, de imediato, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por quinze minutos, para que possa fazer o seu pronunciamento, pela Liderança do PPS.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer algumas comunicações a esta Casa e ao País.

Primeiramente, hoje, a Comissão Temporária Externa do Senado, que cuida dos conflitos em terras indígenas, aprovou o relatório referente ao Estado de Santa Catarina. Portanto, é o terceiro relatório que essa Comissão aprova. Aprovou os relatórios referentes aos Estados de Roraima, do Mato Grosso do Sul e, hoje, aprovamos o relatório referente ao Estado de Santa Catarina, em que são apresentadas sugestões tanto ao Poder Executivo quanto proposições que devem ser encaminhadas ao Poder Legislativo. É uma mais etapa que a Comissão cumpre. No dia 26, exatamente, estaremos no Mato Grosso também para fazer o mesmo trabalho que já fizemos nos demais Estados.

Aproveitando, inclusive, o assunto referente à questão indígena, Sr. Presidente, quero ler o ofício do Governador do Estado de Roraima sobre a situação em que se encontra, nesse momento, a reserva indígena Raposa Serra do Sol.

Vou ler o *fax* que me foi encaminhado pelo Governador, comunicando-me tê-lo enviado ao Senhor Presidente da República:

Sr. Presidente,

ao cumprimentar Vossa Excelência e conhecendo o interesse do Governo Federal em equacionar de modo justo e coerente as demarcações das terras indígenas em todo o País, mormente a emblemática terra indígena denominada Raposa/Serra do Sol, em Roraima, trago ao seu conhecimento que, enquanto o Poder Judiciário analisa as diversas ações em tramitação, grupos de pessoas percorrem a área levando a todos um indesejável clima de intranquilidade com invasões e ameaças, querendo, com isso, provocar conflito de proporções inimagináveis.

Comungo com o espírito tão difundido por Vossa Excelência e seus Ministros na busca do diálogo e do consenso.

A paz deve ser um objetivo constante a ser perseguido. No momento em que a Justiça está analisando e delineando o futuro legal da reserva indígena em questão, parece-me inteiramente descabido, inoportuno e mesmo condenável que se promovam a insegurança, a agitação e o pânico entre os moradores índios e não-índios daquela região.

Assim, solicito a Vossa Excelência que crie, no âmbito do Governo Federal, em comum acordo com a colaboração do Governo Estadual, uma Força-Tarefa de segurança com a participação do Exército, da Polícia Federal, da Funai e da Polícia Militar do Estado para assegurar a integridade patrimonial e até física das pessoas que habitam, trabalham e moram na área indígena Raposa/Serra do Sol.

Sei que Vossa Excelência não medirá esforços no sentido de ampliar o diálogo na busca do entendimento, mas uma Força-Tarefa permanente na região dará aos moradores a tranquilidade de que necessitam para aguardarem o veredicto final da Justiça brasileira e a definição final dos limites da área indígena em questão.

Sendo o que se nos oferece para o momento, reitero a Vossa Excelência votos de estima, consideração e apreço.

Cordialmente, – **Francisco Flamarion Portela**, Governador do Estado de Roraima.

Sr. Presidente, dou conhecimento a esta Casa e à Nação de uma posição adotada pelo Governo do

Estado, com a qual, aliás, comungo, como sei que também o faz o Senador Augusto Botelho.

Ouvimos, em uma reunião da qual participamos com vários setores produtivos da região, fitas que são de estarrecer! Veículos de órgãos federais, como a Funasa e a Funai, transportando índios para invadirem as fazendas que se encontram naquela região. Também vimos fotografias e ouvimos depoimentos de índios confirmando que iriam fazer aquilo. Carros da Diocese de Roraima, que têm convênio com o Governo Federal, recebem recursos para dar assistência aos índios, mas estavam utilizando esses veículos para fazer uma manobra de guerrilha dentro da região, já que a terra está **sub judice**.

Portanto, quero aqui fazer minhas as palavras do Governador do Estado e pedir ao Presidente da República que, urgentemente, determine a criação dessa força-tarefa, que é preventiva, para que, depois, não seja necessário uma força-tarefa como a que ocorreu em Rondônia, para apenas guardar uma área onde já ocorreram mais de 29 assassinatos.

É preciso realmente que se tome uma medida preventiva, e espero que seja rápida.

Vou fazer contato hoje com os Ministros da Casa Civil, da Articulação Política, da Segurança Institucional, para que possamos realmente constituir essa força-tarefa.

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho, com muito prazer.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Mozarildo, faço um aparte só para reafirmar a minha solidariedade com o discurso de V. Ex^a e dizer que realmente não quero que no meu Estado haja uma força-tarefa para se recolherem cadáveres! Quero que se faça uma força-tarefa para se evitar o aparecimento de cadáveres. Creio que essas ONGs estrangeiras gostam de cadáveres. Por isso é que elas ficam desafiando, incitando, invadindo, cortando as cercas das produções de arroz e estimulando o conflito. Portanto, eu gostaria de deixar bem clara a minha posição de solidariedade com V. Ex^a e com todas as entidades de Roraima, que estão se mobilizando no sentido de se conseguir a paz na Raposa Serra do Sol.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Muito obrigado, Senador Augusto. V. Ex^a tem acompanhado de perto esse trabalho. Temo-nos reunido com todas as partes, inclusive, a nossa Comissão, em Roraima, ouviu índios, não-índios, índios que pensam de um jeito e índios que pensam de outro.

Apresentamos um relatório, Sr. Presidente, que, para nossa felicidade, foi acatado até pelo STJ e pelo Supremo Tribunal Federal. Portanto, realmente produzimos um relatório coerente, justo e jurídico.

Por fim, quero fazer um registro ameno. Amanhã, a Escola Estadual Oswaldo Cruz, de Roraima, completará 55 anos de criação.

Esse evento toca-me muito de perto, porque fiz o pré-escolar e o curso primário nessa escola. Tive a honra de ser um aluno dessa escola e quero, portanto, cumprimentar a sua diretora, os seus professores, funcionários e alunos.

Eu gostaria de ler um curto histórico da Escola Estadual Oswaldo Cruz:

A Escola Estadual Oswaldo Cruz, com sede e foro no município de Boa Vista, Estado de Roraima, situada à Avenida Getúlio Vargas, 525 E, tendo como referência a Praça da Bandeira, teve sua origem no ano de 1948, mas só foi oficialmente inaugurada no dia 12 de agosto de 1949, pelo então Governador do Território do Rio Branco, Dr. Miguel Ximenes de Melo, através do Decreto de nº 96 da mesma data.

O nome “Oswaldo Cruz” dado a este estabelecimento de ensino homenageia o estadista de grandes méritos, médico e higienista brasileiro, que prestou relevantes serviços à saúde pública, combatendo com sucesso a peste bubônica, a varíola e a febre amarela.

No decorrer de sua história e de acordo com as legislações em vigor, este educandário recebeu várias denominações como “Grupo Escolar”, “Unidade Escolar”, “Unidade Integrada”, “Escola de 1º e 2º Graus”, e atualmente Escola Estadual Oswaldo Cruz, ministrando o Ensino Fundamental, atendendo em média 1.143 alunos nos turnos matutino e vespertino.

A primeira diretora da Escola Oswaldo Cruz foi a professora Ila Oliveira, depois dela várias professoras ligaram seus ilustres nomes a esta Escola que abrigou várias gerações de roraimenses de hoje.

O ano de 2002 marcou uma nova etapa na história da Escola Estadual Oswaldo Cruz, totalmente reformada, com uma ampliação de dez salas de aula, com um pátio aberto e um amplo refeitório que recebeu 1.140 alunos. E pelo Decreto nº 4.600E, de 25 de fevereiro de 2002, passou a ser denominada Escola Estadual Oswaldo Cruz, oferecendo o ensino fundamental e médio.

A atual diretora da Escola Estadual Oswaldo Cruz é a professora Leudenea Araújo Corrêa, que exerce suas funções desde 28 de janeiro de 2004, administrando este educandário com o apoio de 78 funcionários, entre pro-

fessores, auxiliares de secretaria, inspetores, merendeiras, vigias, auxiliares de biblioteca, agentes de saúde, entre outros profissionais.

Portanto, Sr. Presidente, encerro minhas palavras com a homenagem especial a minha querida Escola Estadual Oswaldo Cruz, pedindo que seja transcrito este histórico no meu pronunciamento.

GAB.GOV/OFÍCIO Nº 151/04

Gostaria, também, que constasse o Ofício do Governador.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Boa Vista/RR, 12 de agosto de 2004.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Palácio do Planalto
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, e conhecendo o interesse do Governo Federal em equacionar de modo justo e coerente as demarcações das terras indígenas em todo o país, mormente a emblemática Terra Indígena denominada Raposa / Serra do Sol em Roraima, trago ao seu conhecimento que enquanto o Poder Judiciário analisa as diversas ações em tramitação, grupos de pessoas percorrem a área levando a todos um indesejável clima de intranquilidade com invasões e ameaças querendo, com isso, provocar conflito de proporções inimagináveis.

Comungo com o espírito tão difundido por Vossa Excelência e seus ministros da busca do diálogo e do consenso.

A paz deve ser um objetivo constante a ser perseguido. No momento em que a justiça está analisando e delineando o futuro legal da Reserva Indígena em questão me parece inteiramente descabido, inoportuno e mesmo condenável que se promova a insegurança, a agitação, o pânico entre os moradores índios e não índios daquela região.

Assim, solicito a Vossa Excelência que crie, no âmbito do Governo Federal, em comum acordo e com a colaboração do Governo Estadual, uma FORÇA TAREFA de segurança com a participação do Exército, da Polícia Federal, da FUNAI e da Polícia Militar para assegurar a integridade patrimonial e até física das pessoas que habitam, trabalham e moram na Área Indígena Raposa / Serra do Sol.

Sei que Vossa Excelência não medirá esforços no sentido de ampliar o diálogo na busca do entendimento, mas uma Força Tarefa permanente na região dará aos moradores a tranquilidade que necessitam para aguardar o veredicto final da Justiça brasileira e a definição final dos limites da Área Indígena em questão.

Sendo o que se nos oferece para o momento, reitero a Vossa Excelência votos de estima, consideração e apreço,

HISTÓRICO DA ESCOLA ESTADUAL OSWALDO CRUZ

A Escola Estadual Oswaldo Cruz, com sede e foro no município de Boa Vista, Estado de Roraima, situada à Avenida Getúlio Vargas, 525 E, tendo como referência a Praça da Bandeira, teve sua origem no ano de 1948, mas só foi oficialmente inaugurado no dia 12 de agosto de 1949, pelo então Governador do Território do Rio Branco Dr. Miguel Ximenes de Melo, através do Decreto de nº 96 da mesma data.

O nome “Oswaldo Cruz” dado a este estabelecimento de ensino homenageia o estadista de grandes méritos, médico e higienista brasileiro, que prestou relevantes serviços à saúde pública, combatendo com sucesso, a peste bubônica, varíola e a febre amarela.

No decorrer de sua história e de acordo com as legislações em vigor, este educandário recebeu várias denominações como “Grupo Escolar”, “Unidade Escolar”, “Unidade Integrada”, “Escola de 1º e 2º Graus” e atualmente Escola Estadual Oswaldo Cruz, ministrando o Ensino Fundamental, atendendo em média de 1.143 alunos nos turnos matutino e vespertino.

A primeira diretora da Escola “Oswaldo Cruz” foi a Professora Ila Oliveira, depois dela várias professoras ligaram seus ilustres nomes à esta Escola que abrigou várias gerações de roraimense de hoje.

O ano de 2002, marcou uma nova etapa na história da Escola Estadual “Oswaldo Cruz”; totalmente reformada, com uma ampliação de dez salas de aula, com um pátio aberto e um amplo refeitório que recebeu 1.140 alunos. E pelo Decreto nº 4.600 E de 25 de fevereiro de 2002 passou a ser denominada Escola Estadual Oswaldo Cruz, oferecendo o ensino fundamental e médio.

A atual diretora da escola Estadual “Oswaldo Cruz” é a **professora Leudenea Araújo Corrêa**, que exerce suas funções desde 28 de janeiro de 2004, administrando este educandário com o apoio de 78 funcionários entre professores, auxiliares de secretaria, inspetores, merendeiras, vigias, auxiliares de biblioteca, agente de saúde entre outros profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Amparado no art. 14, por ter sido citado nominalmente, solicitou a palavra o Senador Antero Paes de Barros.

Concedo a palavra, por cinco minutos, a S. Ex^a.

Em seguida, vamos encerrar a sessão, que já foi prorrogada por duas vezes.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria apenas de dizer que trouxe algumas fitas das reuniões da CPMI do Banestado. Requisito todas elas, pois as reuniões são públicas. Votações de requerimentos estão aqui, foram requisitadas.

Não há que se falar em vazamento. Seria o mesmo que criticar vazamento de algo que ocorreu nesta sessão do Senado da República. Não há vazamento de sessão pública.

A matéria hoje trazida pelo jornal **Folha de S.Paulo** já foi divulgada no **Jornal da Record** no dia em que aconteceu, porque ficou o microfone ligado e as empresas de televisão têm aquelas informações. Hoje de manhã, indagado pela imprensa brasileira se esse episódio poderia atrapalhar a possível reunião das Lideranças para a qual eu e o Deputado José Mentor seríamos convidados, eu disse que não e defendi que esse fato, provavelmente pelo recesso, fosse considerado superado e que pudéssemos dialogar sobre isso.

No entanto, é preciso parar de ver assombração, é preciso parar de ver vazamento de sessão pública. É preciso analisar a questão do conteúdo, do essencial, e não ficar falando da filigrana, do acessório, para justificar, talvez, o injustificável.

Independentemente de haver a reunião de hoje, vou aproveitar a sessão do Senado de amanhã e, havendo quórum, pretendo fazer um pronunciamento sobre a CPMI do Banestado.

Nas minhas costas não vão ficar erros dos outros.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Os Srs. Senadores Mário Calixto, Papaléo Paes, Romero Jucá, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo e Paulo Paim enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MÁRIO CALIXTO (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, no próximo dia 19 de agosto, o embaixa-

dor José Maurício Bustani, nosso representante em Londres, receberá, da Câmara Legislativa, o título de Cidadão Honorário do Distrito Federal.

Essa homenagem constitui uma iniciativa extremamente feliz, ao conferir o devido reconhecimento a um brasileiro cuja dignidade e seriedade foram reconhecidas em todo o mundo.

Esse rondoniense de Porto Velho, que tanto honra nosso Estado, ingressou no serviço diplomático em 1967, formando-se em Direito no mesmo ano.

No início de sua carreira, participou dos trabalhos das Convenções das Nações Unidas sobre os leitos oceânicos e sobre o Direito do Mar, marcos fundamentais da evolução do Direito Internacional.

Desde aquele momento, já se percebe a vinculação entre o embaixador Bustani e a implantação de instrumentos jurídicos necessários para se atacar problemas internacionais cuja complexidade exige uma nova percepção do Direito Internacional, como elemento aglutinador dos esforços internacionais.

Essa ligação se manteve nos anos seguintes, quando o embaixador Bustani foi designado para representar o Brasil perante Comissão de Desarmamento da ONU e nas negociações do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Atacam a Camada de Ozônio.

Entre 1996 e 1997, participou brilhantemente dos encontros preparatórios para a criação da Organização para a Proibição de Armas Químicas, sendo, em razão disso, eleito por aclamação para a Diretoria-Geral daquele organismo.

A excelência de seu trabalho à frente da Opaq garantiu-lhe a eleição para o segundo mandato, durante o qual, o jornal britânico **The Guardian** declarou, em 2002, ser o embaixador Bustani, “o homem que mais fez pela paz mundial nos últimos 5 anos”.

No ano seguinte, 2003, foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz, em reconhecimento ao seu trabalho para o controle das armas químicas que, não obstante serem universalmente condenadas, ainda são uma ameaça aos povos de todo o mundo.

Agora, à frente da representação brasileira junto à Corte de St. James, o rondoniense José Maurício Bustani exercita seu tino diplomático, engrandecendo, com seu brilhantismo, seu País e seu Estado.

Sr. Presidente, eu gostaria igualmente de registrar o credenciamento do novo embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil, Sr. John J. Danilovich.

O embaixador Danilovich se destaca tanto por sua ficha de serviços públicos quanto por sua trajetória na iniciativa privada. No setor público, entre outros cargos, chefiou a embaixada dos Estados Unidos junto à Costa Rica e presidiu o Comitê de Transição que

passou o controle do Canal do Panamá ao governo daquele País.

Na iniciativa privada, o embaixador Danilovich exerceu funções de destaque nos setores de transporte marítimo, editorial, imobiliário e de investimentos.

Com seu conhecimento dos negócios internacionais, o novo embaixador complementará o excelente trabalho realizado pela embaixadora Donna Hrinak, trazendo uma visão mais próxima da realidade dos empresários e investidores.

Sua sensibilidade, aguçada pela larga experiência pública e privada será, certamente, crucial para a resolução das diferenças que hoje existem entre nossos dois Países e que são naturais em relações estreitas.

Assim, creio que o embaixador Danilovich é a pessoa certa para o momento atual, reforçando a amizade histórica entre Brasil e Estados Unidos, nascida desde o momento em que aquele País foi o primeiro a reconhecer a nossa Independência, já em 1823.

Por essa razão, julgo ser necessária a abolição da exigência de visto para a entrada de cidadãos norte-americanos em nosso País. Sua eliminação trará vantagens econômicas para o Brasil, como o aumento dos fluxos turísticos e de investimentos, além de constituir um gesto de boa vontade, capaz de favorecer politicamente nossas próprias reivindicações junto aos Estados Unidos.

Homens valorosos como estes, que honram e dignificam suas Nações, servem como exemplo a todos nós e alimentam nossa esperança de que as diferenças entre os povos sejam, a cada vez mais, resolvidas de forma diplomática e embasadas na amizade.

Sinto-me honrado em poder saudar e prestar, da tribuna do Senado da República, esta homenagem a estas duas personalidades tão expressivas e ilustres e, ao ensejo, gostaria de desejar-lhes o “melhor do melhor” no desempenho de suas atividades.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, **“Há muito espaço lá embaixo.”**

Richard Feynman, um dos maiores físicos do Século XX, assim intitulou a palestra por ele proferida em 1959, no Instituto de Tecnologia da Califórnia, considerada o marco inicial da Nanotecnologia, conjunto de técnicas de manipulação de átomos e moléculas com o objetivo de criar novos materiais.

Idéia revolucionária à época de Feynman, a Nanotecnologia tornou-se realidade quando, em 1990, pesquisadores norte-americanos escreveram o logotipo da IBM sobre uma superfície de níquel, utilizando como “tinta” átomos de xenônio. Era o início da concre-

tização de um mundo “nano”, que utiliza a bilionésima parte do metro como medida.

Da década de 90 até hoje, a Nanotecnologia só fez se desenvolver. Estamos diante de um novo salto da civilização tecnológica, porque nos oferece oportunidades científicas e industriais impensáveis até agora. Trata-se de um crescimento exponencial da evolução do conhecimento e do domínio humano sobre a matéria. Um número crescente de nanoestruturas está sendo produzido, quer pela redução das estruturas já existentes, quer pelo desenvolvimento de novas estruturas. Em comum, elas têm nível crescente de complexidade e a capacidade de desempenhar funções cada vez mais elaboradas.

A Nanotecnologia pode e vai gerar benefícios incomensuráveis quando aplicada a todos os setores industriais e de serviços, entre os quais a computação, a aviação, a construção civil e a petroquímica. No entanto gostaria imensamente de destacar sua aplicação nos campos mais afetos à sobrevivência e ao bem-estar do ser humano: a saúde e o meio ambiente.

Como médico que sou, Sr. Presidente, jamais poderia deixar de enumerar as promessas da Nanotecnologia para o aperfeiçoamento da Medicina!

O combate ao câncer e à AIDS está ganhando novas e potentes aliadas: nanoestruturas utilizadas como veículo intravenoso de transporte de medicamentos diretamente às células doentes, preservando as células sãs. Dessa forma, os múltiplos efeitos colaterais das terapias tradicionais deverão reduzir-se a zero.

Os mais céticos poderiam dizer que tudo não passa de fantasia! Mas afirmo: trata-se de uma nova realidade!

O Hospital da Caridade de Berlim, Alemanha, conseguiu aniquilar um tumor maligno de um jovem de 26 anos recorrendo a nanopartículas à base de ferro. No Brasil, terapia semelhante vem sendo adotada com sucesso no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto. Ademais, o Instituto de Biologia da Universidade de Brasília vem desenvolvendo um projeto de hemodiálise magnética, que seria capaz de retirar do fluxo sanguíneo células tumorais e aquelas contaminadas pelo vírus HIV.

A saúde da população e a preservação ambiental caminham juntas num projeto digno de nota: a chamada “Língua Eletrônica”, desenvolvida pelo brilhante pesquisador da Embrapa, Luiz Henrique Mattoso, em parceria com a USP e com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia. O artefato é capaz de identificar os diferentes sabores e, o mais importante, se a água no qual foi mergulhado está contaminada por pesticidas, metais pesados e substâncias húmicas. O método é simples, eficaz e barato.

Como a fabricação em série e a popularização desse aparelho seriam importantes para a saúde pública e para o meio ambiente deste País! Quantas vidas seriam salvas!

Os benefícios para o meio ambiente não param por aí. Pesquisadores das Universidades Federais de Goiás, Rio de Janeiro e Brasília estão desenvolvendo, desde 2001, um pó composto por micro-esferas de plástico, contendo nanopartículas magnéticas, que é capaz de separar o óleo da água. A substância adere à mancha de óleo, que é atraída por um ímã, aproveitando seu caráter magnético.

Imaginem se tal substância já existisse à época do derramamento de óleo na Baía de Guanabara! Olhando para o futuro, Sr. Presidente, quantos elementos de nossa exuberante biodiversidade seriam poupados quando, mais cedo ou mais tarde, ocorrerem novos acidentes com oleodutos e petroleiros!

Também brotou de uma mente brasileira outro brilhante engenho nanotecnológico. O professor Jairton Dupont, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desenvolveu nanocatalisadores capazes de tornar a combustão da gasolina mais completa, retirando do ar resíduos poluentes potencialmente cancerígenos e causadores de chuva ácida.

Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, a atividade de pesquisa e desenvolvimento na área da Nanotecnologia é, atualmente, alvo de vultosos investimentos por parte dos países desenvolvidos e também de países emergentes, como por exemplo, Coreia do Sul e Formosa. Em 2002, foram investidos mundialmente cinco bilhões de dólares. Estimativas dão conta de que, entre 2010 e 2015, o mercado mundial de materiais, produtos e processos industriais baseados em Nanotecnologia será de US\$1 trilhão.

Diante da oportunidade única de ingressar num mercado tão promissor em pé de igualdade com os países desenvolvidos, o Governo Federal criou, em 2003, a Coordenação-Geral de Políticas e Programas de Nanotecnologia – CGNT, dentro da nova estrutura do Ministério da Ciência e Tecnologia. Criou, também, um Grupo de Trabalho para subsidiar o Programa de Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia, integrante do Plano Plurianual 2004/2007, do qual constam quatro ações:

Implantação de Laboratórios e Redes de Nanotecnologia;

Apoio a Redes e Laboratórios de Nanotecnologia;

Fomento a Projetos Institucionais de Pesquisa e Desenvolvimento em Nanociência e Nanotecnologia; e

Gestão do Programa.

A Lei Orçamentária Anual de 2004 reservou para a execução do Programa 8 milhões 707 mil e 800 reais, o que demonstra a preocupação do Governo Federal com a área. Os recursos são poucos; mas a intenção, nobre; levando-se em conta a constante restrição orçamentária em que vive o nosso Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, quis trazer à discussão nesta Casa o tema da Nanotecnologia e suas diversas aplicações e possibilidades. Economia de energia, benefícios à saúde da população, proteção do meio ambiente e menor uso de matérias-primas escassas podem ser antevistos.

A criação e a manutenção do Programa de Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia deverão alavancar diversos setores da economia: eletroeletrônica, veículos e equipamentos de transporte, tecnologia da informação, construção civil, química e petroquímica, energia, agronegócio, biomedicina e terapêutica, proteção e recuperação ambiental, entre muitos outros.

É preciso, pois, criar alternativas para financiar investimentos do Governo Federal em Nanotecnologia, o que é de fundamental importância para que possamos aproveitar as crescentes oportunidades e para que nosso País venha a ocupar o lugar que, de fato, merece no cenário econômico mundial.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, um dos itens fundamentais do processo de desenvolvimento do Brasil é a geração e distribuição de energia em nosso vasto território. Para isso, temos contado, ao longo das últimas décadas, com o Grupo Eletrobrás, que, por intermédio de suas empresas, tem tido decisiva atuação na construção do sistema brasileiro gerador de energia elétrica.

Não é pouca coisa, nem tarefa trivial, pois o ciclo de geração de energia é um dos mais longos em maturação e um dos que mais demanda investimentos, sendo suas cifras orçadas em bilhões de reais, nunca em ordem de grandeza inferior a essa.

A Eletrobrás é formada por um grupo composto por Furnas, Chesf, Eletronorte, CGTEE, Lightpar, Eletrosul, 50% de Itaipu Binacional, Eletronuclear e por distribuidoras do Norte e Nordeste. Na verdade a Eletrobrás é um poderoso grupo, que responde pelo abastecimento de energia elétrica de praticamente todo o Brasil.

A partir de 2003, com a mudança do Governo federal, a nova filosofia do grupo Eletrobrás, com ênfase na ação conjunta e integrada das empresas que o compõem, rendeu frutos significativos, fortalecendo

o grupo e o recuperando das dificuldades dos anos anteriores. As subsidiárias passaram a trabalhar articuladas, agregando competitividade ao grupo com a modernização de sua gestão.

Políticas de meio ambiente, de responsabilidade social, de desenvolvimento tecnológico e industrial e de saneamento financeiro fizeram as empresas Eletrobrás entrarem em nova fase de expansão e crescimento.

O seu Conselho Superior, chamado de Consise, formado pelos presidentes das empresas controladas pela Eletrobrás, provocou uma verdadeira revolução na estratégia de gestão empresarial. No Consise são definidas as políticas e diretrizes comuns, que foram fundamentais para que as mudanças implantadas no grupo, em 2003, fossem eficazes, inclusive no resgate da auto-estima dos quadros funcionais de cada empresa.

Os resultados logo se fizeram visíveis, com duas das empresas, Furnas e Chesf, apresentando, já em 2003, lucros recordes de um bilhão e de 800 milhões, respectivamente. O bom desempenho do grupo Eletrobrás se refletiu na valorização das ações da *holding*, alcançando mais de 200% nos dez meses finais do ano passado.

E tal desempenho, Sr. Presidente, é tanto mais importante quanto sabemos que a boa saúde dessas empresas significa vultosos investimentos e injeção de recursos na economia produtiva nacional. Só em 2003, foram R\$7,5 bilhões, sendo R\$3 bilhões de capital próprio e os demais R\$4,5 bilhões oriundos de fundos administrados pela Eletrobrás. Esses fundos financiam os programas federais de conservação de energia e de democratização de acesso à energia elétrica.

Além dos investimentos que efetuou, a Eletrobrás contribuiu com R\$4,7 bilhões para o superávit primário de 2003, respondendo só a Itaipu Binacional por R\$1 bilhão.

Com sua política de desenvolvimento, a Eletrobrás pretende resgatar seu papel de articulação da indústria nacional, pois o setor de energia elétrica já chegou a ser responsável pela aquisição de 41% dos bens de capital sob encomenda no País e ajudava, nessa época, a criar 200 mil empregos na indústria. Esse passado pode ser repetido e melhorado no futuro.

E tudo isso, com visão realista e otimista de futuro, pois a empresa assinou convênio com o Governo do Ceará e a Coppe – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ, para construir, na costa do Ceará, até o final de 2006, a primeira usina elétrica de ondas das Américas.

Toda essa transformação tem rendido ao grupo e às suas empresas sucessivos prêmios de gestão pública, que, associados às inúmeras atividades de

responsabilidade social, conferem à Eletrobrás indiscutível papel de relevância como indutora de desenvolvimento econômico e social do Brasil.

A articulação do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel, e do Programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos, com o Programa Fome Zero é uma das principais ações da Eletrobrás no campo social. Mas, tão relevante como essa, é a ação de sua recém-criada ouvidoria, como interlocutora da sociedade. O Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, passou a poder dialogar com a empresa, na busca de solução para os problemas que enfrenta. O Programa de Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades atingidas por Barragens – Prodesca, e o Fórum Pesqueiro, cujo objetivo é fomentar a pesca e a aquicultura nos reservatórios, são ações afirmativas de promoção social da Eletrobrás.

E não fica por aí a ação do grupo. Na questão ambiental existem o Programa de Bioeletricidade e o Programa Emissão Zero. A bioeletricidade envolve empresas e universidades no desenvolvimento de fontes alternativas de produção de energia elétrica que sejam ambientalmente seguras. Nesse domínio a produção do *biodiesel*, a partir de nossas plantas oleaginosas, como o dendê, buriti, pupunha, mamona e outras, é um dos objetivos principais. Tal processo permitiria reduzir gradativamente o uso de *diesel* de petróleo nas termelétricas da Amazônia e de regiões do Nordeste, que nos custa hoje cerca de R\$1,4 bilhão por ano.

O Programa Emissão Zero, por sua vez, visa reduzir a zero, num prazo de dez anos, o balanço entre a emissão e a captura de gases causadores do efeito estufa. Desse modo, a Eletrobrás se prepara para aproveitar o mercado a ser criado pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo instituído pelo Protocolo de Quioto. Um vasto levantamento das emissões de gases das termelétricas e hidrelétricas do grupo permitirá definir ações de captura desses gases.

Atuando em todos os quadrantes do Brasil, o sistema Eletrobrás garante nosso suprimento de energia elétrica, em todas as formas de geração que hoje utilizamos – hidráulica, térmica e nuclear. Além disso, prepara-se para nos propiciar fontes alternativas e não poluentes de geração, como a marítima e o biocombustível.

A noção de responsabilidade social e econômica da Eletrobrás é cabal demonstração de que uma gestão eficiente pode ser também patriótica. O exemplo que nos é dado deveria ser copiado por todas as estatais brasileiras. Poderíamos, assim, contar com maiores chances de sairmos das dificuldades crônicas em que vivemos.

Saudemos, pois, Sr. Presidente, a lúcida e produtiva gestão que vem sendo realizada no Grupo Eletrobrás, na **holding** e em todas as empresas que o compõem.

Não fora a limitação de tempo, estender-me-ia, de bom grado, desafiando as benfazejas realizações de Itaipu, Chesf, Furnas e demais empresas da Eletrobrás. Na impossibilidade de fazê-lo, recomendo a todos a leitura do relatório intitulado “Um Novo Horizonte para o Grupo Eletrobrás”, recém lançado pela empresa, e que retrata, em impecável apresentação, todas as realizações que acabo de enumerar e muitas mais.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, uma nova arma está sendo afiada pelo Governo petista do Presidente Lula, em sua obsessão de reduzir ou acabar com a liberdade de imprensa no Brasil. Agora, vai ser por decreto e a minuta já está pronta na Controladoria-Geral da União, segundo diz o jornal **O Estado de S. Paulo**.

O decreto, ainda conforme o noticiário do **Estadão**, pretende calar o servidor público. Todos eles vão acabar virando robôs, comandados pela máquina do Planalto.

É mais um elo da escalada do autoritarismo que caminha velozmente por inspiração petista. É preciso que o Congresso Nacional fique alerta. Foi daqui que partiu a heróica resistência ao regime de exceção de que temos triste memória.

O assunto estarrece a opinião pública e, em consequência, a irreverência popular abre espaço para a criação de piadas. **A Folha de S. Paulo** de hoje chega a sugerir, ironicamente, a criação de um Conselho Federal de Humorismo. Numa charge do caricaturista Angeli, aparece o Presidente Lula, que assim se expressa: “...e por fim, anote aí: o Governo julgará antiética a produção de charges que não sejam a favor!”

Estou anexando a este pronunciamento a notícia publicada hoje pelo *Estadão*, a fim de que passe a constar dos Anais do Senado da República e facilite ao historiador do amanhã a análise que haverá de ser feita sobre a verdadeira face do Governo petista de Lula.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Novo projeto do governo cala servidor público

Minuta impede funcionários de dar
informações sobre investigações à imprensa

Vanildo Mendes

Brasília – O governo já tem pronta a minuta de um novo decreto, a ser baixado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para limitar a liberdade de imprensa no Brasil. O texto modifica o Código de Ética do servidor público. A mudança foi feita para impedir que servidores em geral, inclusive técnicos, delegados, chefes de departamento ou diretores de repartições, dêem informações sobre investigações diretamente a jornalistas ou veículos de comunicação.

Elaborada pela Controladoria-Geral da União (CGU), por sugestão do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, a minuta do decreto estabelece que qualquer informação sobre atividade investigatória compete apenas aos ministros de Estado, aos dirigentes máximos de entidades da administração indireta e aos ocupantes de cargos de natureza especial, como os secretários executivos, diretamente ou por meio da Assessoria de Imprensa. No caso de estatais como a Petrobrás, só o presidente – ou alguém designado por ele – pode dar entrevistas sobre uma investigação.

A proposta altera totalmente a relação histórica entre jornalistas e fontes na produção de notícias de interesse público e confere poder excessivo aos governantes e aos seus principais auxiliares – ministros, presidentes de estatais e ocupantes de cargos de natureza especial, todos de confiança do presidente da República.

Fora eles, só devem falar a Assessoria de Imprensa ou o “servidor especialmente designado” para o exercício de tal atribuição, como o porta-voz oficial. O controlador geral da União, Waldir Pires, não vê na medida tentativa de golpe à liberdade de imprensa.

Pena – “O nosso governo é profundamente democrático, integrado por pessoas que sofreram os horrores da ditadura militar. Tudo que se pretende é evitar prejuízos à investigação e preservar o direito legal à presunção de inocência de pessoas investigadas”, diz.

Conforme o texto proposto, os servidores públicos, sob pena de sanções éticas que podem resultar até em abertura de processo administrativo, devem observar o equilíbrio entre a liberdade de imprensa e a necessidade de sigilo para o êxito de investigações de ilícitos penais ou administrativos.

Devem observar também se a informação a ser prestada “não se encontra classificada ou passível de classificação como sigilosa, bem como se seu fornecimento não põe em risco a presunção de inocência, a intimidade, a imagem e a honra das pessoas envolvidas”.

Diz ainda o texto que, “o servidor envolvido em atividades investigatórias, quando instado, por qualquer veículo ou profissional de comunicação, a prestar in-

formação sobre assunto de que tenha conhecimento em razão de suas atribuições profissionais, deve encaminhar o pedido, acompanhado, se for o caso, da informação correspondente, à Assessoria de Imprensa ou unidade equivalente da entidade ou órgão em que exerce suas funções ou, nos casos em que o órgão ou entidade não dispuser de Assessoria de Imprensa ou unidade equivalente, submetê-lo a seu superior hierárquico”.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para registrar o artigo do Jornal **O Tempo** do dia 7 de agosto de 2004, intitulado “Investimento em obra caiu 2/3 com Itamar”.

O artigo faz uma radiografia dos investimentos em estradas em Minas Gerais realizados nos últimos

quatro períodos de governo. Afirma que Minas Gerais investe cada vez menos em obras de infraestrutura de transporte.

A situação das estradas mineiras é uma preocupação constante para mim desde a época em que era Governador do meu Estado e, acredito, é um problema de Segurança Nacional.

O artigo que passo a ler para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Investimento em obra caiu 2/3 com Itamar

Gasto com estradas na gestão passada foi de US\$ 402,7 mi contra média de US\$ 1,2 bi nos três governos que o antecederam

CARLA KREEFT

MARINOS Cerezas investe cada vez menos em obras de infraestrutura de transporte. Mas a queda mais significativa vem dos investimentos por registrada durante o governo Wladimir Franco (PMDB), entre janeiro de 2001 e janeiro de 2002. Em sua gestão, foram gastos US\$ 102,7 milhões em obras viárias, cerca de um terço da média dos governos anteriores. De acordo com o levantamento de Eduardo Azeredo (PSDB), Helder Garcia (PTB) e Newton Carlos (PMDB) — quando as aplicações financeiras para construção de infraestrutura ficaram em torno de US\$ 1,2 bilhão.

De acordo com um deputado mineiro que não quis se identificar, a redução foi conse-

salvando, por instabilidade, duas estruturas públicas, entre elas, a Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP), mantida pelo Estado. Cardosso (1982:364), além das divergências com a estrutura governamental do MDA, também lamenta o fato de que, respectivamente, a Secretaria de Estado de Transportes e a de Minas, no ano de 1974, e a Secretaria de 1975, não tenham conseguido fazer para Minas e a liberação de recursos do Estado, um plano de Estado para o Departamento Estadual de Engenharia de Minas, através do CEN-MA, foram considerados ineficazes e rejeitados.

Desse modo, governadores, Engenheiro Agrônomo

[illegible]

plataformă de gestiune de Newton – în care toate cotele sunt pe total de 1 \$ și 1,4 bucie.

Formão Diniz

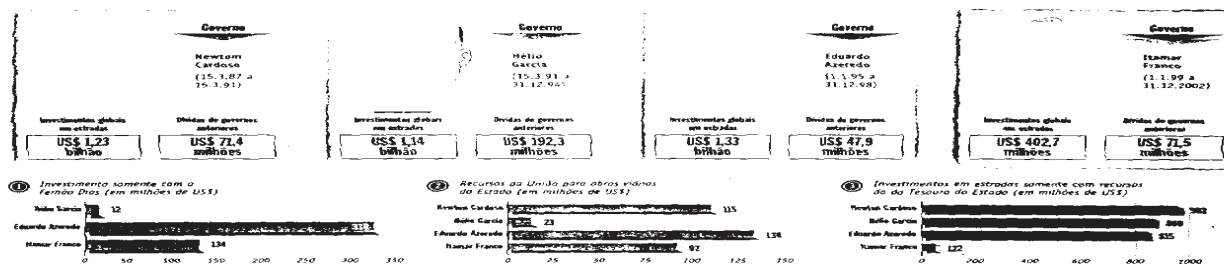
A retratada queda substancial dos investimentos também é revelada nos montantes investidos no trecho mineral da RR-394, conhecido como Duto do Gato, em São João del-Rei, no interior da mina. A administração da exploração de Heliô Garcia, a estrada recebeu US\$ 1,2 milhões. O valor salta para US\$ 3,30 milhões na administração de Nerezo, mas no governo de Eduardo Nerezo, apenas US\$ 1,2 milhão e foi aplicado menos da metade do montante anterior (US\$ 1,31 milhões).

queda dos investimentos, que alcançaram US\$ 815 milhões. Porém, na administração de Iamar Franco, os investimentos próprios do Estado diminuíram significativamente e não excederam US\$ 132 milhões.

[illegible]

DINHEIRO PARA AS ESTRADAS

Quanto foi investido em obras viárias em Minas nos últimos quatro governos



Pró-acesso prevê asfalto em 42 pequenas estradas

[illegible]

Cada governador recebeu uma quantia diferente da União

As obras em Minas Gerais foram realizadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), a Companhia Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e a Companhia de Infra-Estrutura e Transporte (Dnit). Diversos projetos de saneamento durante as administrações Newton Cardoso (PSDB) e Amaral Franco (PTB), Eduardo Azeredo (PSDB) e Amaral Franco (PTB) e, de 1987 a 1990, o governo Newton Cardoso, o qual, neste período estiveram na Presidência da República, foram executados. O DNER realizou, diretamente, já durante a gestão de Hélio Garcia, 13 obras de saneamento, com um custo de US\$ 23 milhões em obras. Colômbio e Amaral Franco, por sua vez, executaram 12 obras de saneamento do município de Leopoldina, sob a gestão do licitante Fernando Henrique Cardoso, os quais custaram R\$ 1.000 milhões, sendo R\$ 130 milhões (governo Azeredo) e US\$ 82 milhões (governo Amaral Franco).

Devido ao fato de o governador Amaral Franco, por várias vezes, reclamar recursos federais para a execução de obras de saneamento, Henrique Cardoso de propiciar Minas Gerais, durante sua gestão, a execução de obras de

Lula no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), após as fortes chuvas que castigaram o convênio entre os governos federal e estaduais para a construção de rodovias e rodovias minerais, no valor de R\$ 12 milhões, o governador de Minas Gerais, Antonio Carlos Bispo, apresentou uma contrapartida de Minas Gerais.

De acordo com o secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, Agostinho Patrus (PSDB), o governo federal não chegou a completar os R\$ 12 milhões previstos. O Estado fez o empenho integral de R\$ 3 milhões. Com isso, os governos estaduais, estaduais e estaduais, conseguiram estender federais, estaduais e estaduais, a competência dos municípios. Queríamos resolver os problemas provocados pela chuva e assim

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. desde os tempos das cavernas, nunca o homem avançou tanto nos estudos científicos e tecnológicos como nos últimos 10 anos. Por meio de pesquisas e diversos estudos, o ser humano vem desenvolvendo ferramentas importantes para sua melhor qualidade de vida, como a criação de vacinas para doenças até então incuráveis, a invenção de aparelhos como telefone, celulares, microcomputadores, fax, meios de transporte. Hoje, a ciência já permite ao homem vislumbrar uma revolução humana, onde já é possível determinarmos características físicas de cada indivíduo.

Prova disso, é a mais recente descoberta das células-tronco, um estudo aprofundado de cientistas e médicos que ganha forma a cada dia, conquistando espaços que até então estavam esquecidos. Neste contexto, aparecem soluções para os mais diversos problemas de saúde, trazendo soluções de cura para doenças que levam a degeneração de órgãos e tecidos dos indivíduos.

Células-tronco são células neutras que ainda não possuem características que as diferenciem como uma célula da pele ou do músculo. Tal diferenciação tem chamado a atenção dos cientistas. As últimas pesquisas mostram que as células-tronco podem recompor tecidos danificados e, assim, teoricamente, tratar um infindável número de problemas, como alguns tipos de câncer, o mal de Parkinson e de Alzheimer, doenças degenerativas e cardíacas ou até mesmo fazer com que pessoas que sofreram lesão na coluna voltem a andar.

Basicamente, há dois tipos de células-tronco: as extraídas de tecidos maduros de adultos e crianças ou as de embriões.

No caso das extraídas de tecidos maduros como, por exemplo, o cordão umbilical ou a medula óssea, as células-tronco são mais especializadas e dão origem a apenas alguns tecidos do corpo.

Já as células-tronco embrionárias cada vez se mostram mais eficazes para formar qualquer tecido do corpo. Esta é a razão pela qual os cientistas desejam tanto pesquisar estas células para possíveis tratamentos. O problema é que, para extrair a célula-tronco, o embrião é destruído.

Segundo os cientistas, seriam usados apenas embriões descartados pelas clínicas de fertilização e que, mesmo se implantados no útero de uma mulher, dificilmente resultariam em uma gravidez. Ou seja, embriões que provavelmente nunca se desenvolverão.

Porém, essa idéia esbarra na oposição de setores religiosos e grupos anti-aborto que consideram que a vida começa no momento da concepção.

Para tornar a questão ética ainda mais complexa, o implante de células-tronco seria mais eficaz se extraído de um embrião clonado do próprio paciente,

pois evitaria o risco de rejeição. Esse procedimento só não serviria para pessoas que apresentam doenças genéticas.

Daí perguntamos. Como serão avaliados os casos em que o embrião poderá não se desenvolver? Será que os cientistas e pesquisadores não irão descartar vidas que possuam algum tipo de deficiência, cor de pele ou etnia, em benefício de uma sociedade de iguais, onde não existam as diferenças?

Por estes e por outros avanços, é necessário reconhecer que o ser humano é um ser único e preciso ser visto como tal. Devemos respeitar as diferenças culturais, sociais e individuais, e que todos esses benefícios terão de estar à disposição de todos as pessoas, independente de sua classe social.

Quando abordamos a natureza, podemos perceber que todas as criaturas vivas possuem a mesma estrutura de código genético – o DNA. Em dado momento do processo, os códigos começam a se diferenciar, trazendo identidade peculiar a cada espécie, a cada ser. Um dos aspectos mais satisfatórios do indivíduo é descobrir que o mesmo DNA, responsável por tantas semelhanças entre os seres vivos é também aquele que os torna tão diferentes e individuais.

No momento em que a Mãe Natureza gerava sua família, a mesma assegurou-se de que a vida deveria conter, ao mesmo tempo, simplicidade e complexidade. Cada peça do quebra-cabeças, mesmo a sua menor parte, tem um papel, de maneira que esta pode ser montada e mantida em equilíbrio. Para que o ser humano compreenda todo o contexto, são necessários humildade e orgulho, a fim de aceitar que somos pequenos diante do universo. Será que estamos preparados para tudo isso? Será que todas as pessoas portadoras de deficiência terão acesso a tratamentos com células tronco? Como poderemos saber se os embriões que possam vir a apresentar algum tipo de deficiência no futuro, terão o direito a vida? Não poderão eles ser utilizados em pesquisas com células tronco?

Sr. Presidente, com o objetivo de aprofundar este debate, o nosso gabinete está organizando, com parceria com o Instituto de Pesquisa em Acessibilidade da Universidade Luterana do Brasil, em Canoas, um Seminário “Pessoas com Deficiência e Células-Tronco: Raízes de Problemas ou Ramos de Soluções”.

Esse evento conta com o apoio da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos de Porto Alegre, da Copelmi Mineração e do Sindicato dos Técnicos do Rio Grande do Sul. O seminário será realizado no dia 17 de agosto, a partir das 19 horas, na Universidade Luterana, em Canoas.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.)

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 16

– Está encerrada a presente sessão.

minutos.)

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 104, de 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, conferidas pelo art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

Considerando que o sistema informatizado que controla a base de dados do Histórico Funcional e do Pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, do Quadro de Pessoal do Senado, é ferramenta básica para o cumprimento das atividades de gestão de recursos humanos;

Considerando que a política de reengenharia e modernização da atual administração do Senado exige o emprego de instrumentos modernos e atualizados, objetivado dar celeridade e pronta informação aos seus usuários;

Considerando que está em curso implantação de novo sistema de recursos humanos, **Resolve**:

I – Constituir Comissão Especial, para continuar a implantação dos trabalhos de conferência e correção dos dados atualmente existentes no banco de dados do Histórico Funcional e do Pagamento da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com a seguinte composição:

Matrícula	Nome
3865	Luzinete Oliveira da Silva
3789	Daize Marize Biscaro Moreira
3401	Nilton Salvino Leite
3779	Solange de Fátima Da Silva
2941	Maria Oldemia A. Lobo Filha
3999	Pedro Américo Pinheiro Câmara
2211	Maria da Glória Gonçalves
3330	Ana Cecília Gomes M. De Barros
4060	Rômulo Salgado Maia
4015	Adriano Laurentino de Araújo
3965	José Luiz de Andrade Lima
2214	Lucia Maria Rocha Araújo
1131-SF	Luiz Antonio Rocha

II – Designar o servidor João Batista Silva Campos, matrícula 2997, para exercer a presidência da presente Comissão

III – Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos desta Comissão.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2004.

Senado Federal, 11 de agosto de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(*) **ATO DO DIRETOR-GERAL**
Nº 1380, de 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Designar o servidor **GUSTAVO EMANUEL DE OLIVEIRA FERNANDES**, matrícula **4010**, para substituir **Geraldo José da Silva**, matrícula 3918, na **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **CHEFE DE SERVIÇO**, Símbolo **FC-7**, do Serviço de Impressão Ofsete, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **quarto turno** de trabalho, no período de **05/08/2004 a 13/10/2004**, tendo em vista o afastamento do titular para concorrer às eleições de outubro de 2004.

Senado Federal, 03 de agosto de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1440, DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, e nº 15 de 1997, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **CLAYLTON ZANLORENCI**, matrícula nº 1832 e, **ALEX ANDERSON COSTA NOBRE**, matrícula nº 5091, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 018398/99-5 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de agosto de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1441, de 2004.

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **JOSÉ AUGUSTO CESAR FILHO**, matrícula **3964**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, Símbolo **FC-6**, do Serviço de Impressão Ofsete, da Subsecretaria Industrial, e designá-lo para exercer a função comissionada de **ASSISTENTE TÉCNICO DE INSPEÇÃO DE QUALIDADE**, do Serviço de Controle de Qualidade, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **segundo turno** de trabalho, com efeitos financeiros a partir de **1º de julho de 2004**.

Senado Federal, 11 de agosto de 2004.

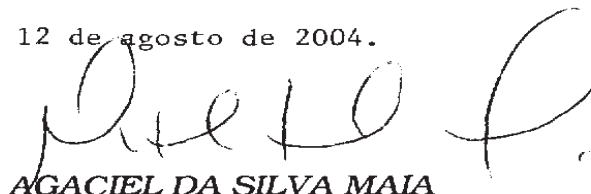

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1442 , de 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 010651/04-7,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC n.º 41, de 31/12/2003 c/c a MP n.º 167, de 20/02/2004, conceder pensão vitalícia a SÉRGIO ROBERTO LATOH, na condição de cônjuge, na proporção de 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia a ex-servidora ENAURA DE SOUZA LATOH, matrícula 00173, a partir da data do óbito, 19/07/2004.

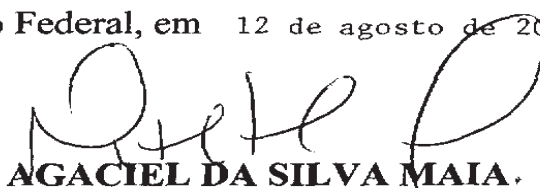
Senado Federal, 12 de agosto de 2004.

**AGACIEL DA SILVA MAIA***Diretor-Geral***ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1443 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011195/04-5,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FILOMENA AZEVEDO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Arthur Virgílio.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004.


**AGACIEL DA SILVA MAIA.****Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1444 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 50, de 2004, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 011015/04-7,

RESOLVE designar o servidor **JOSÉ AUGUSTO PANISSET SANTANA**, matrícula 1602, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Comissão, Símbolo FC-8, da Secretaria de Comissões, a partir de 16 de julho de 2004.

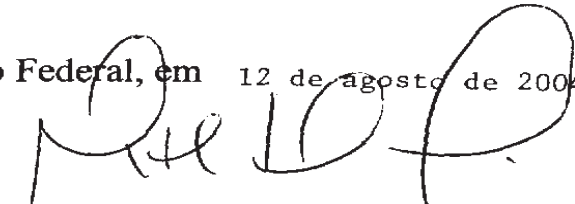
Senado Federal, 12 de agosto de 2004.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral****ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1445 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011176/04-0**,

R E S O L V E exonerar **JOSÉ FERNANDES BARROS**, matrícula n.º 35562, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-5 do Gabinete da Senadora Fátima Cleide e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004.

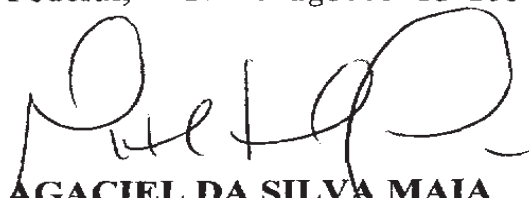
**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1446 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 011154/04-7,

RESOLVE dispensar a servidora ROSIENE DE OLIVEIRA ROCHA GOMES, matrícula 3375, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Mário Calixto, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, a partir de 10 de agosto de 2004.

Senado Federal, 12 de agosto de 2004.



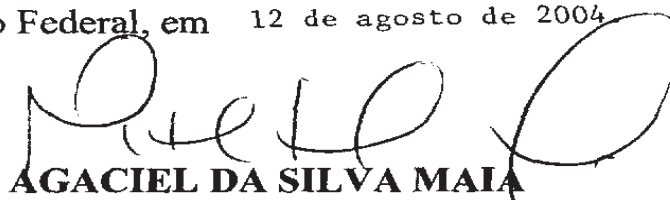
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1447 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011186/04-6,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CÉSAR HENRIQUE DA ROCHA ARRAIS**, matrícula n.º 35595, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Paulo Octávio, a partir de 03 de agosto de 2004.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1448 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011175/04-4**,

R E S O L V E exonerar **FÁBRICIO DOS SANTOS FERNANDES**, matrícula n.º 34613, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-6 do Gabinete da Senadora Fátima Cleide e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1449, DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011174/04-8**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MÁRCIO BAIOCCHI FRACARI**, matrícula n.º 35567, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1450 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009480/04-8**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1144, de 01/07/2004, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3030, de 02/07/2004, que nomeou **NAYANNA GOMES BATALHA DE GOES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSB, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004.



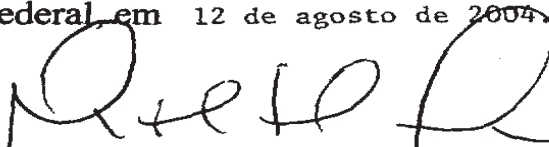
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1451 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011274/04-2**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **URIEL RAGHIANT FILHO**, matrícula n.º 34097, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Delcídio Amaral, a partir de 06/08/2004.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1452, DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011273/04-6,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **SAULO MONTEIRO SOUZA**, matrícula n.º 34387, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Delcídio Amaral.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1453, DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011.215/04-6,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **EROÍSA MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA DE SOUZA**, matrícula n.º 35.576, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Fernando Bezerra.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1454 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011.080/04-3,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DANIEL PEREIRA DE SOUZA**, matrícula n.º 35.433, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Duciomar Costa, a partir de 09 de agosto de 2004.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1455 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011.244/04-6,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **INGRYD KATHRYN MOTA CORREA DE MELO**, matrícula n.º 35.256, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Augusto Botelho.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004.



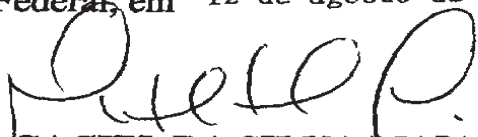
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1456 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011.232/04-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MELCKZEDECK AQUINO DE ARAUJO**, matrícula n.º 32.796, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, a partir de 10 de agosto de 2004.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004.



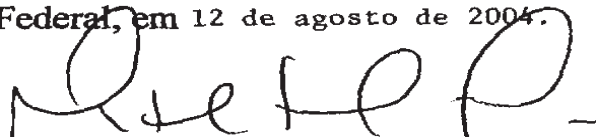
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1457 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011281/04-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DENISE EUGÊNIA PAULO DA SILVA**, matrícula n.º 35515, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Valdir Raupp.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004.



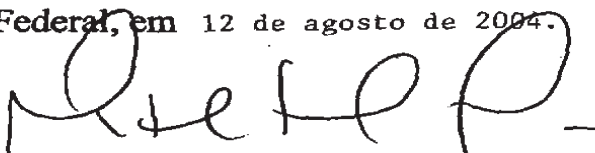
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1458 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011281/04-9,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ITIBERÊ JOSÉ MACIEL PAQUIER** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valdir Raupp.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004.

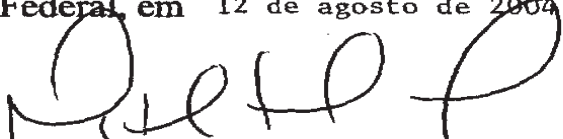

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1459 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011272/04-0,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CAMILA BARBOSA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Augusto Botelho.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1460, DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011.199/04-0,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SOLANGE BERNADETE GASPARETTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco da Minoria.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 1461, de 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 007568/97-5,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 1/2 (um meio) da pensão temporária concedida a SHARLENE DE SOUZA RODRIGUES, na condição de filha menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para MARIA JESUS DE SOUZA, na condição de companheira, alterando a cota de 1/2 (um meio) para 1/1 (um inteiro) da pensão vitalícia concedida pelo Título Concessório de 19/05/1997, dos proventos que percebia o ex-servidor JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA, matrícula 75.045, a partir da data da maioridade, 28/08/2004.

Senado Federal, 12 de agosto de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1462 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011.199/04-0,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ROSE ANE CASTILHO DA SILVEIRA FURTADO**, matrícula n.º 35.539, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Liderança do Bloco da Minoria.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2004



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antônio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	S/Partido	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Luis Pontes	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Mário Calixto
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDELI SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2-DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2- PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PTB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Maurício Rands (PT-PE)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Carlos Melles (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 02.06.2004

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPTÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

* Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador SÉRGIO GUERRA (PSDB -PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT -SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 292 PÁGINAS